UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE ARQUITETURA E URBANISMO |

|DENISE PUERTAS DE ARAÚJO

A preservação de bens arquitetônicos em Santos
1974|1989

SÃO PAULO
2008

DENISE PUERTAS DE ARAÚJO

A preservação de bens arquitetônicos em Santos: 1974 – 1989

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Arquitetura.

Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo
Orientadora: Profª. Drª. Maria Lúcia Bressan Pinheiro

São Paulo
2008

AUTORIZO A REPRODUÇÃO E DIVULGAÇÃO TOTAL OU PARCIAL DESTE TRABALHO (EXCETUANDO-SE AS IMAGENS, DE PROPRIEDADE DE OUTROS AUTORES), POR QUALQUER MEIO CONVENCIONAL OU ELETRÔNICO, PARA FINS DE ESTUDO E PESQUISA, DESDE QUE CITADA A FONTE.

e-mail: depuertas@usp.br

Araújo, Denise Puertas de
A663p A preservação de bens arquitetônicos em Santos: 1974-1989 / Denise Puertas de Araújo. --São Paulo, 2008.
221 p. : il.

Dissertação (Mestrado - Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo) - FAUUSP.
Orientadora: Maria Lúcia Bressan Pinheiro

1.Patrimônio arquitetônico – Preservação – Santos(SP) I.Título

CDU 72.025.3(816.12)S237

FOLHA DE APROVAÇÃO

Denise Puertas de Araújo
A preservação de bens arquitetônicos em Santos: 1974 – 1989

Dissertação apresentada à Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre.
Área de Concentração: História e Fundamentos da Arquitetura e do Urbanismo

Aprovado em:

Banca Examinadora

Prof. Dr._____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof. Dr._____

Instituição:_____Assinatura:_____

Prof. Dr._____

Instituição:_____Assinatura:_____

A Orlando, Marlene e Izabel, sempre.

A Marcello, em especial.

AGRADECIMENTOS

A realização de uma pesquisa é tarefa solitária somente em alguns aspectos. Em muitos momentos, nesses três anos em que me debrucei sobre este trabalho, “respirando” Santos e o patrimônio, tive a oportunidade de ter ao meu lado pessoas maravilhosas, que muito contribuíram para que a dissertação fosse concluída ou para me mostrar que certas coisas não têm ponto final...

Ainda que cite aqui aqueles que diretamente contribuíram para este trabalho, estendo os agradecimentos aos amigos que sempre estiveram por perto, já me desculpando por eventuais omissões.

Primeiramente, gostaria de agradecer à minha orientadora, Professora Maria Lúcia Bressan Pinheiro, tanto pelo apoio e entusiasmo, quanto pela oportunidade de vivenciar, no meu estágio do Programa de Aperfeiçoamento de Ensino, a FAU do lado de lá!

À minha banca de qualificação, formada pela Professora Ana Lúcia Duarte Lanna e pela Historiadora Ana Luiza Martins, agradeço pela sensibilidade, pelas críticas e sugestões e pelo carinho com que meu trabalho foi lido. Vejo, no conjunto formado pela banca, um modelo de como deve ser um órgão de preservação, com várias visões convergindo e contribuindo para a evolução do conhecimento.

Pela flexibilidade nos meus horários de trabalho, meu agradecimento a Pedro Ogata e Dinameres Pinheiro.

Aos amigos da FAU, por contribuições inúmeras. Em especial a: Ana Cristina de Souza, Antonio Carlos Brandão, Élcio Miazaki, Hélio Mitica, Lícia M. A. Oliveira Ferreira, Ricardo Trevisan e Silvia Regina Valim.

Àquela que viveu comigo todas as angústias e expectativas: María Sabina Uribarren, a amiga que a FAU Maranhão me deu.

Aos amigos da PMSA: Adolfo e Flavio Herrmann, Alexandre Guerreiro, Gilson Touma, Manuel Broco Andrade e Paulo Jesse.

Na PMSBC, tenho a agradecer as contribuições, informações e apoio dados por Fábio Kobol, Geisa Tanganeli, João Batista Pires, Júlio Mendonça e Kedley Correa de Moraes.

A Samira Valim, Tatí Neves, Telma de Souza, Fernando Alberto Henriques Jr., Wilma Therezinha Fernandes de Andrade e Maria Estela Neves, pelas informações, entrevistas e registros de suas vivências na cidade.

À minha amiga, Luciana Yuki Fugishita, pelo socorro no tratamento com as Leis.

A muitos que eu conheci por esse caminho – real ou só virtualmente: Waldir Rueda, Edson Sampaio (Condepasa), Telmo Lara e os demais irmãos da Ordem Terceira do Carmo, Norma Suely Rocha e Toninho (Condephaat), Lidiane e Silvio Breithaupt (SESC Santos), Fábio Malacarne da Costa (Secult). Aos sempre muito dedicados e competentes funcionários do Arquivo Público do Estado de São Paulo e das bibliotecas da FFLCH e da FAU (graduação e pós), em especial à Regina Katayama, Maria José e à Dona Aracy Reys. Em Santos, minha gratidão à cidade pela sempre tão pronta e atenciosa recepção, em especial à Biblioteca Municipal, Instituto Histórico e Geográfico, Fundação Arquivo e Memória, Centro de Documentação da Baixada Santista e Hemeroteca Municipal Roldão Mendes Rosa. À Marly Rodrigues, do Condephaat, pela atenção e disponibilidade de seus textos.

Aos meus pais, Orlando e Marlene, por tudo que fizeram e fazem por mim.

A Marcello Monte Mór, por toda sua imensa contribuição. Este trabalho é, em grande parte, seu.

LISBON REVISITED [1926]

Outra vez te revejo,
Cidade da minha infância pavorosamente perdida...
Cidade triste e alegre, outra vez sonho aqui...
Eu? Mas sou eu o mesmo que aqui vivi, e aqui voltei,
E aqui tornei a voltar, e a voltar,
E aqui de novo tornei a voltar?
Ou somos, todos os Eu que estive aqui ou estiveram,
Uma série de contas-entes ligadas por um fio memória,
Uma série de sonhos de mim de alguém de fora de mim?

Outra vez te revejo,
Com o coração mais longínquo, a alma menos minha.

Outra vez te revejo – Lisboa e Tejo e tudo -,
Transeunte inútil de ti e de mim,
Estrangeiro aqui como em toda a parte,
Casual na vida como na alma,
Fantasma a errar em salas de recordações,
Ao ruído dos ratos e das tábuas que rangem
No castelo maldito de ter que viver...

Outra vez te revejo,
Sombra que passa através de sombras, e brilha
Um momento a uma luz fúnebre desconhecida,
E entra na noite como um rastro de barco se perde
Na água que deixa de se ouvir...

Outra vez te revejo,
Mas, ai, a mim não me revejo!
Partiu-se o espelho mágico em que me revia idêntico,
E em cada fragmento fatídico vejo só um bocado de mim –
Um bocado de ti e de mim!...

Álvaro de Campos

RESUMO

A preservação de bens arquitetônicos em Santos: 1974 – 1989

A cidade de Santos, cujo patrimônio arquitetônico é dos mais antigos do país, viu-se, ao longo da história, passar por inúmeras transformações: da vila pacata, tipicamente colonial, à cidade que sofreu, no fim do século XIX, graves epidemias advindas sobretudo da falta de infra-estrutura sanitária. Viu-se crescer e enriquecer com a chegada do café. E viu-se também remodelar: modificaram-se ruas inteiras, aumentou-se o porto, que ganhou *status* de maior da América Latina. Depois, a ocupação residencial foi seduzida pela praia, recém conquistada com as obras de urbanização e engenharia. Em meio às transformações, muitas demolições. No entanto, alguns monumentos arquitetônicos sobreviveram e presenciaram todas essas transformações, dentre eles o Conjunto do Carmo e do Valongo e o Mosteiro e Igreja de São Bento. É a partir da existência deles como documentos e como testemunhos – sensíveis por meio das descaracterizações, remodelações ou mesmo mutilações –, que este trabalho pretende entender como e em que momento a cidade passa a discutir a preservação de sua arquitetura como forma de transmissão de valores culturais e da memória da cidade.

Palavras-chave: preservação, patrimônio histórico, Santos.

ABSTRACT

Preservation of architectonic heritage in Santos: 1974 – 1989

The city of Santos, whose architectonic heritage is one of the oldest in the country, has undergone, throughout its history, countless transformations: from a quiet village, tipically colonial, to a big city whose population suffered from severe epidemics due to the lack of urban infraestructure at the end of the 19th century. With the rise of coffee trade it grew up and throve as long as it was remolled: whole streets were modified and the harbour was increased to the point to be considered the largest in Latin America. After that, the dwelling occupation was induced by the attraction of the coastal line, then newly reached through engineering works of urbanization. Amidst those transformations, a lot of demolishing. However, some architectonic monuments survived and witnessed all those transformations. Among them, we include the *Conjunto do Carmo*, *Conjunto do Valongo* and the Monastery and Church of *São Bento*. It is by the undestanding of their condition of both documents and witnesses – although modified, remodelled or even mutilated –, that this research intends to comprehend how and when the city began to debate the preservation of its architecture heritage as a means of conveying the city´s cultural heritage and values.

Key words: preservation, historic heritage, Santos.

ABREVIATURAS E SIGLAS

AESP	Arquivo Público do Estado de São Paulo
Cesec	Centro de Estudos Ecológicos
Cehist	Centro de Estudos Históricos
CEV	Comissão Especial de Vereadores
CICOP	Centro Internacional para la Conservación del Património
CONDEPASA	Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos
CONDEPHAAT	Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo
CPC USP	Centro de Preservação Cultural da Universidade de São Paulo
Fafis	Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras
IAB	Instituto de Arquitetos do Brasil
IHGBH	Instituto Histórico e Geográfico de Belo Horizonte
IHGGB	Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga
IHGPE	Instituto Histórico e Geográfico de Pernambuco
IHGS	Instituto Histórico e Geográfico de Santos
IHGSP	Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
MAF	Movimento de Arregimentação Feminina
MEC	Ministério da Educação e Cultura
MinC	Ministério da Cultura
Prodesan	Progresso e Desenvolvimento de Santos
Prourb	Programa de Animação Urbana da Baixada Santista
Sectur	Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes
Secult	Secretaria de Cultura
Seduc	Secretaria de Educação e Cultura
Sesc	Serviço Social do Comércio
UniSantos	Universidade Católica de Santos
USP	Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

Introdução.....12

Capítulo 1 – Do templo ao monumento: a atribuição de valores na configuração do monumento histórico.....30

1.1. A Teoria dos Valores: Aloïs Riegl.....31

1.2. A origem dos monumentos históricos: o contexto europeu.....36

Capítulo 2 – Santos: transformações e testemunhas.....45

2.1. Breve História de Santos e a instalação das primeiras Igrejas.....46

2.2. A importância da Igreja.....63

2.2.1. A Igreja configurando o desenho da Vila.....64

2.2.2. As irmandades religiosas.....68

2.2.3. Tempos de laicização.....69

2.3. Carmo, Valongo e São Bento: símbolos de permanência.....72

2.3.1. Conjunto do Carmo.....75

2.3.2. Igreja e Convento do Valongo.....78

2.3.3. Igreja e Mosteiro de São Bento.....84

2.4. Atribuição de valores culturais: o templo como monumento.....87

Capítulo 3 – A preservação de bens arquitetônicos em Santos: 1974-1989.....96

3.1. O que veio antes.....97

3.1.1. A modernização como tônica do período.....102

3.1.2. A preservação da memória histórica pelos monumentos intencionados.....107

3.2. A preservação dos bens arquitetônicos: 1974 a 1989.....123

3.2.1. O passado nos jornais: as crônicas da cidade.....130

3.2.2. Turismo como solução: a ação dos órgãos públicos.....135

3.2.3. O reconhecimento oficial.....141

3.2.4. A preservação na ordem do dia.....153

Conclusão.....163

Referências.....173

Anexos.....197

INTRODUÇÃO

"O monumento é um edifício que conserva seu valor
e o transmite além de sua própria grandeza histórica (...)
uma forma arquitetônica que transmite um conteúdo ideológico,
um conteúdo que se supõe conservar um valor além do seu término,
...é a obra de arte que atravessa os séculos conservando e
transmitindo seu próprio valor ideológico."
Giulio Carlo Argan

"O testamento, dizendo ao herdeiro o que será seu de direito, lega posses do passado para um futuro. Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição – que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor – parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem."
Hannah Arendt

A partir da segunda metade do século XIX, Santos – bem como algumas outras cidades brasileiras – passava por processos de transformação e modernização intensos, sem precedentes em sua história: a ferrovia e o novo porto trouxeram ares modernos à pequena vila; as demolições tinham claramente a intenção de negar e afastar de vez o velho passado colonial, um passado que atrapalhava a imagem da cidade que deveria se relacionar com parceiros internacionais.

Até sua modernização, fruto da economia do café, Santos conservara todas as características tipológicas de uma cidade colonial brasileira: "ruas estreitas e tortuosas, sobrados acanhados, casas baixas e de largos beirais" (LANNA, 1996, p. 31). Ainda que seu porto tivesse tido sempre importância considerável, pois era a porta de entrada e saída para pessoas e mercadorias que subiam ou desciam a serra, foi somente com a São Paulo Railway – ferrovia construída para viabilizar o escoamento do café na larga escala em que passara a ser produzido – que o porto de Santos estabelece, de fato, a hegemonia em relação aos outros portos paulistas, passando a ser, inclusive, o de maior importância nacional. Muitas foram as medidas tomadas para que a cidade pudesse assumir seu papel dentro do novo quadro do qual era parte importante, estando entre elas a ligação mais eficiente tanto com o planalto quanto com os países europeus, por meio da construção da ferrovia e remodelação do porto. A estas somaram-se outras providências, como o saneamento da cidade, necessário para dissipar o

temor que as constantes epidemias causavam, afugentando visitantes e moradores, e outras medidas para aformoseamento das ruas e edificações.

Todas as grandes mudanças fortemente afetaram o atual centro, que na época era a própria vila[1], indo desde as demolições até o incremento populacional e o surgimento de cortiços que serviam, sobretudo, para os trabalhadores do porto, da ferrovia e dos armazéns. As demolições, em fins do XIX e começo do XX, foram muitas: Outeiro de Santa Catarina, local de fundação da cidade; Capela da Graça; Capela de Jesus, Maria e José; Igreja Matriz. Tudo em nome do progresso, dos novos traçados urbanos - mais geométricos e ordenados - e da construção de edifícios menos acanhados, mais pomposos e, portanto, mais condizentes com o novo gosto e aspecto que uma cidade deveria ostentar para seus parceiros internacionais.

Estas não foram as únicas perdas sofridas pela arquitetura em Santos: momentos depois, a partir dos anos 40 do século XX, com a ligação rodoviária, a cidade começa a receber um número cada vez maior de pessoas que iam aproveitar os banhos de mar. Com o terreno da orla valorizado, têm início as demolições maciças dos antigos palacetes. Os hotéis balneários, muito deles construídos no início do século XX, época das primeiras grandes transformações urbanas, são também agora objetos a serem descartados: em 1959, foi ao chão o primeiro deles, o Hotel Internacional, que começara a funcionar em 1895, no José Menino; em 1964, o Palace Hotel; a partir de 1973, o Parque Balneário, do qual resta hoje a área de serviços, tombada pelo CONDEPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos.

[1] Até a primeira metade do século XIX, a cidade era delimitada pelo Outeiro de Santa Catarina e, na direção de Cubatão, pela Igreja do Valongo.

Hoje, no entanto, Santos tem um Conselho Municipal para defender seu patrimônio. Tem também algumas ONGs, como a Valongo Minha Casa, que se preocupa com a preservação da área homônima, no centro da cidade. O patrimônio arquitetônico municipal ocupa lugar de destaque considerável na imprensa e a prefeitura busca caminhos – como projetos preservacionistas e soluções urbanas – para viabilizar a permanência de seus bens culturais, que se tornaram assunto para um número considerável de interessados. Cabe-nos, portanto, a pergunta: em que momento essa discussão sobre a preservação de seu patrimônio arquitetônico teria passado a existir na cidade, sendo incorporada às preocupações sociais e até mesmo às políticas públicas? Quem teriam sido os agentes envolvidos no processo e como e por que isso se deu?

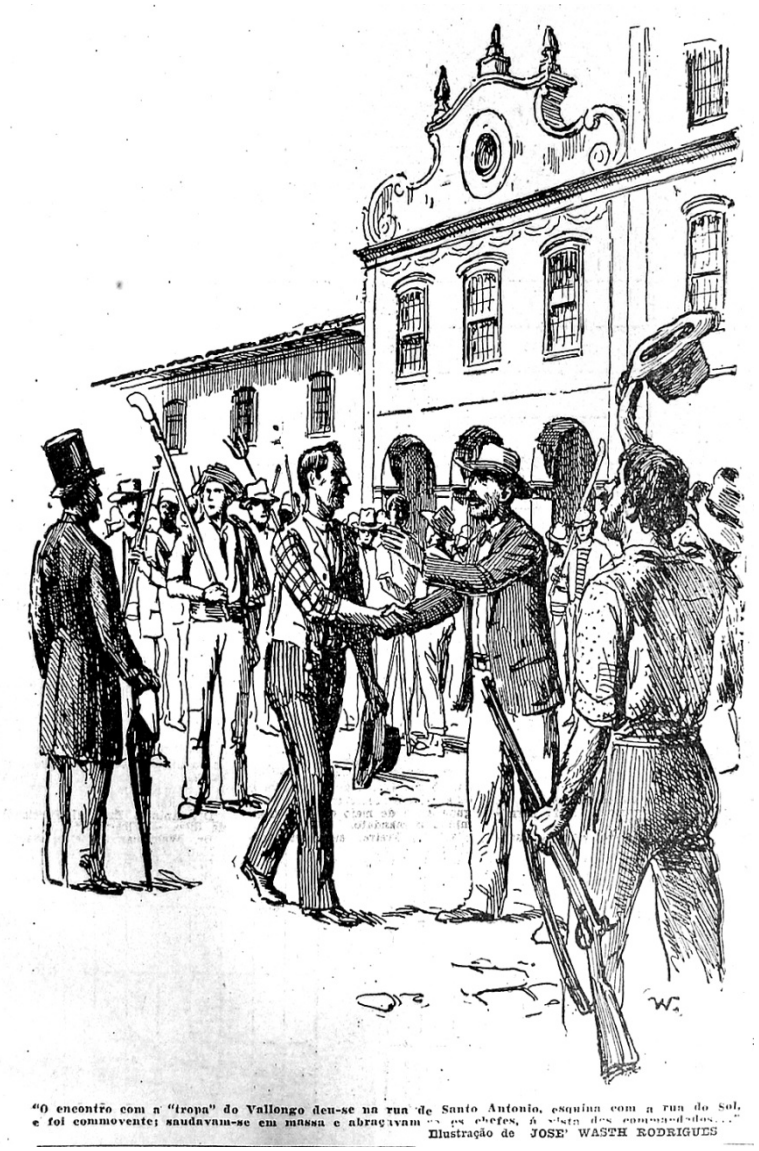


Figura 1 – Desenho de José Wasth Rodrigues retrata o encontro entre valongueiros e quarteleiros no episódio da defesa da Igreja do Valongo. Fonte: *A Tribuna de Santos*, janeiro de 1939. Edição comemorativa ao 1º centenário da cidade. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo).

Em 1861, o conjunto religioso do Valongo sofreu uma grande perda: em função da construção da estação ferroviária, o convento foi demolido. Nessa ocasião, a cidade esqueceu uma antiga rixa que separava o grupo dos valongueiros e dos quarteleiros – moradores da parte mais antiga da cidade, próxima do quartel - no momento em que

estes se uniram para lutar pela preservação da Igreja da Ordem Primeira, que também seria derrubada. Segundo as memórias que atravessaram as gerações, um milagre teria impedido a demolição: nenhum operário foi capaz de remover a imagem de Santo Antônio, o que acabou sendo tomado como um sinal divino de que a igreja deveria permanecer. Hoje, num momento em que as discussões sobre a preservação de bens arquitetônicos, assim como algumas ações concretas voltadas para esse fim são mais freqüentes, vez por outra nos deparamos com jornais ou pessoas lembrando o episódio do Valongo como o primeiro momento na luta pela preservação de um monumento arquitetônico da cidade.

De fato podemos falar que houve a preservação – a prova disto é a própria Igreja que chegou até nós. Que aspectos estavam envolvidos, no entanto, neste episódio?

Como objetivo deste trabalho, buscamos entender e analisar o momento em que a preservação de seus bens arquitetônicos passa, na cidade, a ser discutida ou realizada com base em valores culturais, fugindo das imediatas funções de uso para as quais a edificação foi construída. Em outras palavras, tratamos, portanto, da preservação de bens culturais, monumentos históricos ou patrimônio cultural, terminologias que variaram ao longo dos anos e do contexto em que foram aplicadas, motivo pelo qual explicaremos brevemente os usos e as origens de algumas delas.

A palavra monumento tem em sua raiz *monumentum*, derivada, por sua vez, de três outros vocábulos latinos: "*Monere,* recordar ou lembrar; *memini,* lembrar-se; *mementum,* a lembrança ou recordação. *Monumentum* significa: sinal do passado; o que perpetua o passado" (CHAUI, 2006, p. 114). Os monumentos, que vêm desde a Antigüidade, eram objetos feitos especificamente para evocar uma memória; os monumentos históricos, segundo Choay (2001), são uma invenção ocidental, uma vez que os bens considerados como tais não tinham em sua origem o objetivo de transmitir ou ser suporte de memória, mas sim o fim prático e de uso para o qual foram construídos ou, porventura, adaptados. Dessa forma, um

edifício (ou conjunto edificado) torna-se monumento histórico a partir de uma atribuição de valor ou valores, que têm variado ao longo do tempo, mas que se deseja sejam transmitidos por meio desse suporte material, sendo legados às gerações futuras a partir de escolhas feitas no presente. Buscando a gênese do monumento histórico, Choay (2001, p.28) diz ser necessário voltar ao momento em que surge o projeto de conservação de um edifício em razão de seus valores testemunhais para a história e para a arte. Partindo do seu conhecimento do presente, a autora trabalha com os dois valores iniciais que seriam atribuídos às edificações e as tornariam objetos de uma preservação que não somente aquela voltada para os fins utilitários ou econômicos[2]. E completa: "Para que se possa, com razão, falar de monumento histórico, falta a essa época [Quatrocentos] o distanciamento da história, apoiado num projeto deliberado de preservação" (CHOAY, 2001, p. 35). Em sua trajetória, o monumento histórico foi por muito tempo assim consagrado em razão de seus valores históricos e artísticos; curiosamente, apesar de sua raiz etimológica remeter à memória - lembremo-nos que o nome vem da adjetivação do termo monumento -, foi somente no século XIX, com o inglês John Ruskin, que as funções rememorativas são associadas a eles, sobretudo na medida em que Ruskin valorizava os sinais da passagem do tempo, privilegiando exemplares da arquitetura menor, desprovida, portanto, dos valores de história e arte considerados naquele momento. Ao justificar a necessidade da preservação da arquitetura (entendida aqui não somente as obras excepcionais) ele aponta para a importância da mesma como suporte de memória(s).

Por outro lado, foi com a Revolução Francesa e o confisco dos bens do clero e da nobreza que temos a apropriação do termo patrimônio (herança que vem do pai, *pater,* ou, neste caso, dos antepassados) para designar o conjunto de bens culturais de uma nação.

[2] A esse respeito, ver Choay (2001), capítulo I "Os humanismos e o Monumento Antigo", quando discorre sobre a postura dos humanistas e dos artistas. Não podemos negar que já há algum tempo os bens culturais – sobretudo dentro da indústria turística - são preservados por razões econômicas. Por outro lado, ainda que existam tais valores econômicos, não estão na origem da caracterização de um bem deste tipo, uma vez que operam sobre qualquer coisa que possa ter valor de mercado e, justamente por isso, em função deste mesmo, com vistas à obtenção de lucro, o que foge ao escopo da preservação como ação cultural.

Inicialmente, o valor desse tesouro era, de fato, econômico. Daí o uso do termo junto a outros que lhe completavam o sentido, como herança e sucessão. Posteriormente, o Estado teve que tomar um conjunto de medidas para garantir a preservação destes bens, constituintes agora do corpo patrimonial do país e importantes para a idéia de Nação, mas ameaçados, sobretudo, pelo vandalismo ideológico que buscava banir do imaginário os símbolos do Antigo Regime. Alguns critérios foram agrupados e usados como justificativa para sua proteção: interesse para história, beleza do trabalho e o valor pedagógico. No entanto, o valor de nacionalidade foi o que legitimou todos os outros na França revolucionária. Para Fonseca (2005, p. 58):

> A construção do que chamamos patrimônio histórico e artístico nacional partiu, portanto, de uma motivação prática – o novo estatuto de propriedade dos bens confiscados – e de uma motivação ideológica – a necessidade de ressemantizar esses bens. A idéia de um patrimônio da nação, ou "de todos", conforme o texto legal, homogeneiza simbolicamente esses bens heterogêneos e de diferentes procedências, que passam a ser objeto de medidas administrativas e jurídicas: formulação de leis, decretos e prescrições, criação de comissões específicas, instituição de práticas de conservação (inventário, classificação, proteção) e, principalmente, definição de um campo de atuação política.

Nesses termos, a noção de patrimônio histórico e artístico está na base da constituição dos Estados-nações modernos. O alargamento de valores para este patrimônio, bem como a substituição da ideologia do nacionalismo pela noção de direito cultural e pelas idéias de democratização, ocasionaram a paulatina substituição dos adjetivos histórico e artístico por cultural. No Brasil, dentre suas Constituições, foi a de 1988 a primeira a utilizar e definir o termo patrimônio cultural.

Entendidos os contextos de surgimento e aplicação dos termos monumento e patrimônio histórico, não faremos, ao longo deste trabalho, distinção em relação ao uso de uma ou outra nomenclatura, mas sim trabalharemos com o sentido de transmissão, comum a ambos. Dessa forma, quando usado, o termo patrimônio não dirá respeito somente ao conjunto de bens alvo de proteção por parte do Estado, assim como monumento histórico não deve ser associado somente a obras excepcionais – como acontece ainda hoje – mas sim

entendido como um bem (qualquer que seja) eleito como suporte de valores culturais e de memórias a serem legados e transmitidos.

Quando falamos de monumentos históricos ou do patrimônio cultural, referimo-nos a um universo simbólico, pois tratamos da atribuição de valores culturais a bens materiais. Falamos também de transmissão: o monumento perpetua o passado, que é transmitido pela memória; o patrimônio lega uma herança, algo que vai do pai para o filho, portanto, que se transmite. Assim, falamos conseqüentemente em preservação, já que há valores que devem ser transmitidos e, portanto, mantidos. Marilena Chaui (2006) expõe em *Cidadania Cultural: o Direito à Cultura* a origem dos objetos que constituem o patrimônio histórico cultural tal como analisado pelo autor Krisztoff Pomian[3]. Para ele, os primeiros objetos que tiveram o sentido de patrimônio foram os semióforos (*semeion,* sinal; *phoóos,* expor, carregar). Semióforo é, portanto, algo cujo valor não é medido por sua materialidade, mas por sua força simbólica; é também destinado exclusivamente à contemplação. "Mediador entre o visível e o invisível, é dotado de valor sacral e político, mas não valor de uso" (CHAUI, 2006, p. 117). Em outro texto, Chaui (2000, p. 11-12) aprofunda a explicação:

> Inicialmente, um *semeiophoros* era a tabuleta na estrada indicando o caminho; quando colocado à frente de um edifício, indicava uma função. Era também o estandarte carregado pelos exércitos, para indicar sua proveniência e orientar seus soldados durante a batalha. Como semáforo, era um sistema de sinais para comunicação entre navios e deles com a terra. Como algo precursor, fecundo ou carregado de presságios, o semióforo era a comunicação com o invisível, um signo vindo do passado ou dos céus, carregando uma significação com conseqüências presentes e futuras para os homens. Com esse sentido, um semióforo é um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa alguma outra coisa e cujo valor não é medido por sua materialidade e sim por sua força simbólica: uma simples pedra, se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como um pedaço de pano, mas como lugar sagrado ou relíquia heróica. Um semióforo é fecundo porque dele não cessam de brotar efeitos de significação.

Segundo Pomian, os semióforos deram origem às coleções: moedas, xícaras, selos e quaisquer objetos retirados de seu contexto original. Enfim, peças que ganharam um sentido simbólico perdendo suas funções primeiras. A analogia feita entre monumentos históricos e

[3] POMIAN, Krisztoff. **Entre le visible et l'invisible,** Lire, nº3, 1987.

semióforos diz respeito à atribuição de valores culturais – portanto simbólicos - que conferem ao edifício uma importância outra que não a dada somente pelo uso, embora este, no caso da arquitetura, possa conviver com os outros valores. Nesse sentido, ao buscar a gênese dos monumentos históricos, Françoise Choay (2001) tenta encontrar o momento em que aos edifícios são acrescidos estes outros valores culturais e simbólicos, momento em que a preservação não aconteça somente em função de seu uso. Da mesma forma, Beatriz Kühl (2005/2006, p.18) ao tratar da restauração de monumentos históricos – e analisar as teorias e a prática ao longo dos anos – também teve que voltar ao momento em que "de forma paulatina, as intervenções em obras de épocas passadas deixam de ter como moventes questões de ordem essencialmente prática e utilitária e começam a ter motivação cultural".

Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses[4], não tratando a cultura como um campo específico ou autônomo – e colocando-a em todas as dimensões das atividades do homem, na qual se aproxima muito de seu conceito antropológico - estabelece como valor cultural uma capacidade, reconhecida em um bem, coisa, instituição etc, de responder a uma necessidade humana pela intervenção de significados. Dessa forma, um valor cultural pode qualificar qualquer segmento da vida, seja uma situação afetiva, um objeto econômico ou qualquer outro ramo. Por outro lado, Meneses decompõe os valores culturais em modalidades, que podem estar isoladas, coexistirem pacificamente ou estarem em conflito. Assim, teríamos: 1. valores cognitivos – que dizem respeito ao conhecimento, informação; 2. valores formais – tratam da percepção, como os valores estéticos (embora não se esteja falando apenas em cânones de beleza); 3. valores afetivos – falam das relações subjetivas e afetivas; dizem respeito à memória e ao pertencimento; 4. valores pragmáticos – relacionados ao uso e, por fim, os 5. valores éticos, responsáveis pelo estabelecimento, em casos de conflitos, das soluções mais adequadas.

[4] Palestra realizada no I Encontro do CICOP Brasil, CPC USP, 27 de setembro de 2007.

Tratamos, neste trabalho, da preservação de monumentos ou do patrimônio arquitetônico na e da cidade de Santos, ou seja, lidamos com os aspectos culturais pelos quais um edifício deve ser mantido. Dessa forma, ainda que também entendamos a cultura como dimensão da vida e não campo isolado, ao buscar quando este tipo de preservação passa a ser realidade, damos autonomia ao campo cultural, trabalhando com seus valores e excluindo o uso do edifício como um componente que qualifique este tipo de preservação. As funções de uso, estando relacionadas ao fim primeiro de um edifício, não convergem para a **definição** do tipo de preservação da qual tratamos. Neste sentido estrito, por uma analogia, uso aproxima-se mais da idéia de natureza do que de cultura, distinção esta feita dentro da antropologia e da filosofia, uma vez que a natureza é definida por pressões de ordem material, enquanto a cultura é relacionada a um sistema simbólico, definido dentro de um universo de escolhas.[5] Contudo, não queremos dizer que o uso não tenha seu componente cultural, assim como não seja apropriado à preservação do patrimônio do qual tratamos. Muito pelo contrário: é pelo uso que o patrimônio adquire significação no presente, sendo ressemantizado e apropriado. Também é o uso que contribui para o estabelecimento ou consolidação de valores afetivos, que dizem respeito sobretudo ao pertencimento. Dessa forma, valemo-nos dele apenas indiretamente, quando se transforma nessa outra categoria de valor.

Para a compreensão do momento em que se pode identificar as primeiras preocupações relativas à preservação do patrimônio cultural de Santos, recorremos,

[5] Marilena Chaui (2006, p. 107) explica a diferenciação entre natureza e cultura, tal como formulada a partir do século XVIII: "Os pensadores consideram, sobretudo a partir de Kant, que há entre o homem e a natureza uma diferença essencial: esta opera mecanicamente de acordo com leis necessárias de causa e efeito, mas aquele é dotado de liberdade e razão, agindo por escolha, de acordo com valores e fins. A natureza é o reino da necessidade causal, do determinismo. A humanidade ou cultura é o reino da finalidade livre, das escolhas voluntárias e racionais, dos valores, da distinção entre o bem e o mal, verdadeiro e falso, justo e injusto, sagrado e profano, belo e feio. Se a natureza é o reino da necessidade, a cultura é o reino da vontade, da finalidade e da liberdade tais como se exprimem na ética, na política, nas artes, nas ciências e na filosofia". A visão antropológica de Lévi-Strauss, por sua vez, também aponta a distinção entre os dois conceitos; ainda conforme Chaui (2006, p. 111): "É possível perceber que a antropologia social busca algo que demarque o momento da separação humano-natural como o instante do surgimento da cultura. Esse algo é uma regra ou norma humana que opera como *lei* [grifo do autor] universal, isto é, válida para todos os homens e para toda a comunidade. Em outras palavras, assim como natureza é o reino necessário da lei de causalidade, a cultura somente terá sentido universal se puder contrapor à lei natural uma lei humana [...]".

inicialmente, como parte da pesquisa, a três bens arquitetônicos que, tomados como documentos, apontaram-nos o caminho para a percepção deste momento e sua posterior análise. Para Giulio Carlo Argan (1998, p. 43), os monumentos são documentos, sendo a história da arte feita em sua presença:

> Admirando os *mirabilia urbis*, tomava-se consciência dos valores históricos que os monumentos representavam e significavam plasticamente. Contudo, seu verdadeiro significado consistia no fato de que estavam ali, na sua realidade física, não como memórias ou marcas do passado, e sim como um passado que permaneceu presente, uma história feita espaço ou ambiente concreto da vida.

Os monumentos selecionados – conjuntos religiosos[6] do Valongo, Carmo e São Bento - são, ao mesmo tempo, testemunhos e testemunhas de suas transformações. São testemunhas na medida em que presenciaram as mudanças pelas quais passaram eles mesmos e todo o seu entorno; testemunhos porque sua materialidade, transformada, é o suporte de seu depoimento, explicitando suas próprias histórias.

Paul Ricoeur (1998), no Fórum Internacional sobre Memória e História, realizado em 1998, ao falar sobre as definições da memória, sob um ponto de vista filosófico, tocou na questão do testemunho como uma das etapas da aspiração desta à verdade – por sua vez uma aporia que se prolonga para o campo da história. Um testemunho é uma forma de conversação pela qual alguém nos conta algo que inspire confiança: o vestígio, rastro do vivido, é uma declaração de que aquilo existiu. O testemunho, ao dizer que algo existiu, nos diz três coisas a um só tempo:

> A primeira é "eu estive ali"; isto é o essencial para a ambição de verdade da memória. [...] "Eu estive ali" é minha afirmação, é a expressão do que vivi, do que sofri; é o *logos* desse *pathos* inicial. Mas o testemunho diz também algo mais, não somente "eu estive ali", mas também "creia em mim", isto é, apela à confiança do outro, com o qual a recordação entra numa relação de confiança, estabelecendo nesse mesmo momento a questão da fidelidade do testemunho. Pode-se dizer que, nesse momento, a memória é compartilhada: a recordação de um é oferecida a outro,

[6] O uso do termo "conjunto" dá-se em razão da existência de mais de uma edificação para cada ordem religiosa. No Valongo, local de ocupação franciscana, existem as duas Igrejas – a da ordem primeira e a da ordem terceira – e existia também o Convento. O mesmo vale para o conjunto dos carmelitas, onde há a Igreja da Adoração Perpétua (ou da Ordem Primeira) e a Capela da Venerável Ordem Terceira do Carmo, tendo existido o Convento até a segunda metade do século XX. Em relação aos beneditinos, tratamos da Igreja, cuja devoção é feita à Nossa Senhora do Desterro, e do Mosteiro.

> e este outro a recebe. É então que o testemunho diz uma terceira coisa: não só "eu estive ali" e "acredite em mim", mas agrega "e se não acredita, pergunte a outro", mas a outro que, por sua vez, não terá melhor coisa a oferecer que seu próprio testemunho, posto que nunca teremos algo melhor que nosso testemunho para incorporar a memória no discurso. O testemunho transforma as coisas vistas em coisas ditas, coisas nas quais se acredita pela confiança que um tem na palavra do outro.[7]

Dessa forma, o testemunho presta-se à análise crítica na medida em que pode ser confrontado, cruzado não só com outros testemunhos, mas com outros tipos de fontes. Assim são tomados esses três conjuntos religiosos. Seu estado presente mostra as marcas das transformações que sofreram: o primeiro deles, o Valongo, no segundo quartel do XIX teve seu convento demolido. O conjunto do Carmo perdeu uma parte do Convento para a instalação do Panteão dos Andradas, em 1923, e, na década de 60, com a saída do colégio, teve o que restara do Convento demolido. A Capela da Ordem Terceira sofreu um incêndio, em 1941. São Bento não teve propriamente suas características físicas alteradas de forma drástica, mas perdeu seu uso e viu seu entorno – antes um local mais isolado na vila, no começo do morro de mesmo nome – ser ocupado de forma desordenada.

Em relação à escolha de monumentos da Igreja Católica, especialmente os três citados acima, cabem algumas considerações. Vinda com a Coroa Portuguesa, a Igreja sempre esteve presente no Brasil colonial e sua missão ia além da mera salvação das almas. Elas representavam, no tecido urbano da vila, os marcos e os limites. Indicavam onde a cidade começava e acabava: do Outeiro de Santa Catarina à Igreja do Valongo. Quando a vila crescia, mais uma vez estava ela definindo o novo perímetro: este foi o caso da Igreja do

[7] No original: "La primera es 'yo estuve allí'; este es el meollo mismo de la ambición de verdad de la memória. [...] 'Yo estuve allí' es mi afirmación, es la expressión de lo que vivi, de lo que sufrí; es el *logos* de esse *pathos* inicial. Pero el testigo dice también algo más, no solamente 'yo estuve allí', sino también 'créeme', esto es, apela a la confianza del outro, com lo cual el recuerdo entra em uma relación fiduciária, o sea, de confianza, planteándose en ese mismo momento la cuestión de la fiabilidad del testimonio. Se puede decir que em esse momento la memoria es compartida: el recuerdo de uno es ofrecido al outro, y el outro lo recibe. Es entonces cuando el testigo dice uma tercera cosa: no solo 'yo estuve allí' y 'créeme', sino que agrega 'y si no me crees, pregúntele a outro', pero a outro que, a su vez, no tendrá mejor cosa que ofrecer que su próprio testimonio, puesto que nunca tendremos algo mejor que nuestro testimonio para incorporar la memoria em le discurso. El testimonio traslada las cosas vistas a las cosas dichas, a las cosas colocadas bajo la confianza que el uno tiene el la palabra del outro (RICOEUR, 1998, p. 26-7).

Rosário dos Homens Pretos, construída em meados do século XVIII num local periférico em razão da falta de verbas da irmandade, mas que, no entanto, passou a ser ocupado em função de sua presença. Eram também marcos, referências na paisagem: basta observar mapas antigos como o *Villa e Praça de Stos*, ca. 1765-1775 (Fig. 22, no Capítulo 2), para perceber como as Igrejas se destacavam, servindo de referência na localização dos lugares dentro da vila. Em Santos, as três ordens a se estabelecer primeiramente foram justamente os carmelitas, franciscanos e beneditinos, cujos monumentos religiosos sobreviveram, mesmo com alterações, até os dias atuais. Ainda como ponto favorável à resistência (e perpetuação) das igrejas dentro das cidades, sabemos que as regras por elas estabelecidas, tanto em relação à edificação de seu partido arquitetônico quanto à mudança de sua sede, sempre foram muito rígidas, o que representou forte auxílio em sua manutenção.

Estes testemunhos documentais serviram como linha-mestra para a primeira fase da pesquisa, justamente a que apontou o recorte histórico a ser trabalhado, caracterizado pelo momento em que a preservação de bens arquitetônicos motivada por valores culturais passa a existir na cidade. Numa época em que não se falava neste tipo de preservação, em função de seu uso sagrado, as igrejas tinham maiores chances de sobreviver. Entendíamos que, para este trabalho, o fato de terem escapado às demolições era imprescindível, posto que sua existência cobriria um largo período de tempo, chegando até hoje e até nós. Esta ligação entre o bem existente e as transformações sofridas foi estudada principalmente em relação à forma como as alterações foram sentidas pela população – e aqui reside a importância destes suportes materiais -, buscando entender nesses momentos limites de perdas e grandes descaracterizações as falas ou silêncios envolvidos. Justamente por isso, a pesquisa feita nos jornais assumiu grande importância neste trabalho. Por outro lado, cabe ainda dizer que estes três suportes documentais escolhidos representam uma metonímia – da parte pelo todo – do próprio patrimônio arquitetônico santista. Sua escolha – justificada acima – revela um recorte

que permitiu a viabilidade e o desenvolvimento da pesquisa. O andamento do trabalho apontou-nos, como não poderia deixar de ser, outras possibilidades que também poderiam ser usadas, como a escolha de edifícios de tipologias distintas uma das outras – diferente, portanto, do critério adotado -, que poderiam nos fornecer mais rapidamente algumas datas onde a discussão da preservação fosse vista. Isso se daria, por exemplo, com a escolha do Teatro Coliseu ou do Parque Balneário Hotel, cujas drásticas transformações ocorreram já dentro do recorte histórico posteriormente encontrado. Por outro lado, somente a escolha de edifícios mais recentes poderia ocultar manifestações preservacionistas anteriores. No entanto, de formas distintas, creio que os caminhos nos levariam às conclusões aqui alcançadas.

Nessa primeira fase da pesquisa, foram verificadas nos jornais, além de algumas datas onde os três conjuntos religiosos passaram por modificações significativas, como citado, outras consideradas importantes, como aniversários da cidade, centenário da Independência e outras ocasiões comemorativas. Como complemento, apenas para poder traçar um panorama geral, foram verificados no mínimo 60 exemplares diários dos jornais por década – alguns aleatoriamente escolhidos -, entre 1903 e 1989, independentemente de ter havido significativas transformações nos conjuntos religiosos. Contabilizando, nesta primeira fase da pesquisa, foram vistos, aproximadamente, 1300 exemplares de jornais. A pesquisa feita neste período tão largo de tempo, durante essa primeira etapa, não teve por objetivo generalizar conclusões a partir dos dados extraídos dos jornais, numericamente poucos se comparados à totalidade de periódicos existentes em um século, mas apenas apontar o momento que seria mais detalhadamente estudado. Dessa forma, para entendermos esse momento que antecedeu o recorte histórico deste trabalho, o uso de bibliografia sobre Santos e preservação, bem como o cruzamento das informações obtidas com outros dados – como algumas leis e publicações da prefeitura – foram fundamentais.

Cabe mencionar que trabalhamos principalmente com o jornal *A Tribuna de Santos*, escolhido por ser o que tem maior número de exemplares acessíveis à pesquisa dentro de um arquivo público, além de ser um dos mais representativos da cidade. *Cidade de Santos*, outro grande jornal, tem, no acervo do Arquivo do Estado de São Paulo, os números que vão de 1898 a maio de 1987, apresentando, no entanto, algumas grandes interrupções; o *Diário de Santos* cobre o período de 1905 a 1917 e *A Tribuna de Santos*, de 1905 a 2004, de forma praticamente contínua.[8] Outros periódicos foram consultados sempre que algumas datas o exigiram (demolições, tombamentos – verificados nos processos – ou outros fatos importantes relacionados ao objeto de estudo), como forma de complementação.

O resultado de nossa primeira análise apontou-nos o recorte histórico que foi o objeto de estudos mais detalhado neste trabalho: 1974 a 1989, período em que a preservação do patrimônio arquitetônico santista começa a ganhar importância, passando a ter amplitude maior nas discussões realizadas na cidade. Para este período, as pesquisas nos jornais foram feitas respeitando-se intervalos bem menores: de cada dois meses foram vistos pelo menos quinze exemplares diários. Neste momento, passamos a não trabalhar mais com datas-chave para as pesquisas: a intenção era, de fato, analisar todos os exemplares de jornais compreendidos entre 1974 e 1989. Na impossibilidade de tal feito, face ao elevado número a ser consultado (cerca de 5700), fizemos leituras em meses alternados, contando com a repetição e constância de notícias para traçar o panorama do período, assim como com fontes secundárias, como os processos de tombamento, principalmente, e entrevistas com envolvidos no processo, como a realizada com a antiga vereadora e então futura prefeita, Telma de Souza, responsável pela assinatura da lei que criou o CONDEPASA. Dessa forma, ao final desta segunda etapa, temos que aproximadamente 1820 exemplares de jornais foram vistos, entre os anos de 1974 e 1989.

[8] Todo o período especificado está presente no arquivo; as interrupções, nesse caso, referem-se a exemplares que estão passando por restauração.

Ainda que entendamos a História como feita por rupturas e continuidades e que, sobretudo em se tratando de mentalidades não possamos colocar cortes tão rígidos, por razões metodológicas tivemos que estabelecer um ponto de partida e outro de chegada. A partir do final dos anos 60, a imprensa local começava a dar espaço para a preservação dos bens arquitetônicos municipais – neste momento apenas os tombados pelo IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - e em vias de tombamento pelo CONDEPHAAT – Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico do Estado de São Paulo -, tão logo este órgão foi criado, em 1968. As notícias, sempre com o mesmo enfoque, começaram a se intensificar na década de 70, reivindicando o término das obras de restauração de bens como a Casa do Trem e a Casa de Câmara e Cadeia. Dentro deste contexto, em 1974 o primeiro pedido de tombamento originado na cidade é feito ao CONDEPHAAT: tratava-se da Bolsa Oficial do Café e, logo na seqüência, do Casarão do Valongo. Este ano foi, portanto, escolhido como a primeira baliza. Por outro lado, 1989 marcou o fim de nossas pesquisas por ter nele acontecido a criação do CONDEPASA – o Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural -, cujo surgimento deve ser entendido à luz de um específico contexto que lhe antecedeu.

As fontes primárias fundamentais – ainda que não únicas – para o desenvolvimento deste trabalho foram os jornais e os processos de tombamento do CONDEPHAAT: o cruzamento entre as fontes, assim como a busca de outras indicadas a partir destas, serviram para melhor delinear a complexidade do universo estudado. A pesquisa feita exclusivamente na imprensa, sem o entrelaçar de outras referências, dar-nos-ia apenas uma visão. Por outro lado, somente o trabalho no CONDEPHAAT, na rigidez dos processos, não daria conta da realidade em que se originaram tais pedidos de proteção. O estudo da documentação do IPHAN foi prejudicado em função da indisponibilidade de seu arquivo, fechado há alguns

anos. Em contrapartida, várias fontes bibliográficas[9] apontam como originadas de seu próprio corpo técnico a maioria das solicitações para tombamento durante os trinta primeiros anos do órgão (de 1937 a 1967), livrando-nos de maiores preocupações, posto que os processos de proteção do IPHAN em Santos – à exceção da Bolsa de Café - são deste período. As análises feitas nos jornais também permitiriam confirmar, alargar ou até reduzir, o campo do que era tido como patrimônio da cidade, uma vez que não necessariamente os bens assim considerados eram ou deveriam ser alvos de solicitação de proteção oficial. Também em função disso, não bastariam apenas as pesquisas nos órgãos de preservação.

Para o entendimento da questão dos valores e dos monumentos, analisamos, no primeiro capítulo, a obra do austríaco Aloïs Riegl, primeiro a tratar dos monumentos históricos com base numa reflexão centrada nos valores que os consagraram como tais. Na continuação, brevemente foi explicado o contexto europeu onde o conceito de monumento histórico evoluiu.

No segundo capítulo, mostramos a evolução histórica de Santos, focando sobretudo no primeiro grande momento de transformação urbana – e suas conseqüentes perdas para a arquitetura -: a virada do século XIX para o XX. Descrevemos, também, a instalação e características dos três conjuntos religiosos que nos serviram como documentos e sua consagração oficial como patrimônio, por meio do tombamento.

O terceiro capítulo, parte principal deste trabalho, buscou explicar o período que vai de 1974 a 1989, momento em que a preservação de bens arquitetônicos de Santos começa a ser mais amplamente discutida. Como breve introdução, tentamos traçar um pequeno

[9] Principalmente FONSECA, Maria Cecília Londres**. O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005. Ver também MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (Brasil); SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil:** uma trajetória. Brasília: MEC; SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, 1980 e MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil); SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória. **Rodrigo e o SPHAN.** Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: MinC; SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987. Por fim, **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, n° 30, 2002.

panorama do período anterior a nosso recorte, verificando momentos em que existiram preocupações com a preservação da arquitetura da cidade. Dessa forma, tratamos de alguns nomes isolados, como Vicente de Carvalho e Benedito Calixto, e do pensamento de uma instituição, o Instituto Histórico e Geográfico, principalmente os de São Paulo (do qual faziam parte os personagens acima citados) e o de Santos. O conhecimento de que o IHGSP apoiou a criação do CONDEPHAAT, assim como o das obras de alguns historiadores santistas filiados a esses institutos, levaram-nos ao estudo das revistas produzidas pelo IHGS e Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga[10], a fim de perceber como era a relação de seus membros com o patrimônio edificado ou com a memória a ser transmitida. A preservação, como veremos, assumiu formas distintas ao longo dos anos e em razão da forma como eram vistos esses edifícios. Cabe dizer que esta parte introdutória não teve por objetivo o aprofundamento ou esgotamento do assunto, sobretudo em função do largo período de tempo que deveria recobrir. A análise de suas minúcias pode abrir novos leques para novas interpretações e, portanto, para futuras pesquisas.

Creio que este trabalho assume importância na medida em que os estudos acerca da preservação de bens arquitetônicos na esfera municipal podem auxiliar no entendimento da atuação dos órgãos estaduais e federais, compreendendo seus limites e alcances efetivos. Da mesma forma, é possível verificar o impacto ou falta dele nas políticas de preservação vindas de fora daquele contexto mais específico, assim como criar uma rede que permita o entendimento desses diálogos do geral com o local e vice-e-versa. Em última instância, podemos tomar Santos apenas como referencial empírico, a contribuir para a compreensão das apropriações e valorações na constituição do patrimônio e dos monumentos de um dado lugar.

[10] Bertioga foi, de 1944 a 1991, distrito de Santos. Por esta razão, também foi analisada a produção material (revistas) deste instituto.

DO TEMPLO AO MONUMENTO

A ATRIBUIÇÃO DE VALORES NA CONFIGURAÇÃO DO MONUMENTO HISTÓRICO

1.1. A Teoria dos Valores: Aloïs Riegl

A premissa básica para o entendimento da preservação de bens arquitetônicos fora do contexto imediato de uso para os quais foram construídos recai sobre a questão dos valores que lhes são agregados ao longo do tempo. Falar em preservação pressupõe a existência de um ou mais valores que sirvam de justificativa para a ação. Além disso, os valores também estão na base para a negação ou descarte do ato de preservar.

No século XIX, após a tomada de consciência de que havia um conjunto de edificações explicitamente consagradas como monumentos, os denominados monumentos históricos, talvez tenha sido o austríaco Aloïs Riegl (1858-1905) quem primeiramente tratou de investigar os valores - bem como a tensão entre eles – responsáveis pela caracterização do que era, de fato, um monumento histórico. Enquanto outros estudiosos e defensores da preservação tocavam na questão dos valores somente para usá-los como justificativa da ação preservacionista, não se debruçando sobre um estudo mais aprofundado destes, Riegl tentou entendê-los, qualificando-os e classificando-os, e vendo em que medida estavam mais ou menos ligados à existência dos monumentos históricos. Tentou buscar, também, como havia sido a evolução desses valores ao longo da história, a fim de entender, em seu próprio presente, aquilo que ele chamou de *o culto moderno aos monumentos*.

Dessa maneira, no campo da preservação, sua principal contribuição vem justamente com *Der Moderne Denkmalkultus* (*O Culto moderno aos monumentos*), elaborado por ocasião de sua nomeação, em 1902, para presidente da Comissão Central e Imperial de Monumentos Históricos e Artísticos. Diferentemente do que será visto posteriormente, em teorias como as de Camillo Boito ou Cesare Brandi, por exemplo, Riegl não propõe uma metodologia nem se preocupa em mostrar, ao menos explicitamente, caminhos para a restauração/preservação dos monumentos históricos. Sua atenção volta-se, sobretudo, para a constatação dos valores que eles apresentavam - naquele momento e em passados, a fim de entender o presente e projetar

o futuro - bem como para o conflito existente entre tais valores. Ao evidenciar essas tensões, Riegl nos dá a chave para o entendimento de toda questão cultural envolvida no ato de preservar ou destruir.

O termo monumento histórico foi definido pelo autor como toda obra de arte agregada a seu respectivo valor histórico. Era, pois, diferente do simples monumento (chamado intencionado), cujas funções de transmissão e rememoração já eram dadas em sua gênese, não necessitando de um posterior reconhecimento de valor. Além disso, à proposição de que todo monumento artístico era um monumento histórico, era associada a verdade de que todo monumento histórico era também um monumento artístico.[1]

Os valores propostos por Riegl foram divididos em dois grandes grupos: os rememorativos e os de contemporaneidade. Ao primeiro grupo correspondiam os valores monumental intencionado, histórico e de antigüidade; ao segundo, os valores instrumental e artístico, sendo este último subdividido em valor de novidade e valor artístico relativo.

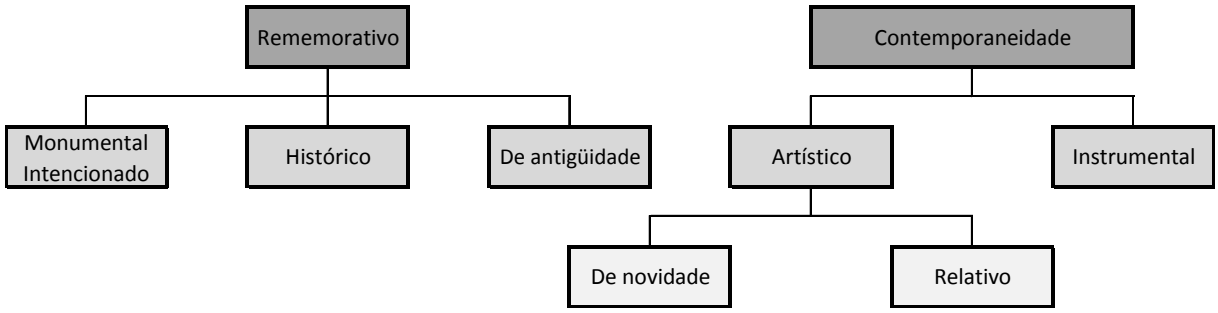


Figura 2 – Os valores que incidem sobre os monumentos, segundo Aloïs Riegl.

Os valores rememorativos foram enunciados como aqueles que, de fato, qualificavam um monumento (intencionado ou não) como tal, fato que aponta para a questão da memória a ser transmitida como principal característica dos monumentos. Dentro deste quadro, o valor intencionado foi, para Riegl, o primeiro da série de valores rememorativos a surgir nos

[1] Esta última, mais difícil de entender, foi exemplificada através de uma situação hipotética onde uma pequena folha de papel – muito antiga – teria sobrevivido ao tempo. Por sua raridade, a mesma se constituiria num elo imprescindível da cadeia evolutiva da história da arte. Na verdade, a folhinha representava um monumento histórico-artístico.

monumentos, sendo o responsável por aquilo que hoje qualificamos justamente como monumentos intencionados, a exemplo de totens ou construções feitas deliberadamente e originariamente com o intuito de fazer lembrar. De certa forma, esse valor fundia o passado e o presente sendo que, no dizer de Riegl, tal valor abdicava do passado ao pretender que o monumento fosse sempre presente para aqueles aos quais havia sido destinado. Na verdade, não se trata de uma renúncia ao passado, mas sim de uma continuidade, uma fusão deste ao momento atual.

O valor histórico era principalmente apropriado por pessoas mais eruditas que, por essa razão, tinham conhecimento da história, sendo capazes de nela inserir o monumento como representante de um período específico. Aqueles que valorizavam o monumento sob esta ótica buscavam nele seu aspecto terminado, com a obra revelando sempre a imagem que tinha no momento imediato em que havia sido concluída. Este valor remonta, pois, ao estado de gênese do edifício.

No valor de antigüidade, a oposição ao presente era visivelmente marcada por uma imperfeição, ausência de caráter acabado e esmaecimento da forma e da cor. Essa imperfeição seria a resultante das forças destrutivas e incontíveis da natureza, ficando clara a contribuição ruskiniana para o reconhecimento deste valor, que representava, em síntese, o tempo vivido pela obra. Por seu aspecto exterior, era nas ruínas que o valor poderia ser reconhecido prontamente e, por revelar-se de maneira explícita – o que dispensava a erudição para seu reconhecimento – tinha todas as chances, segundo Riegl, de tocar as massas.

Riegl hierarquizou os monumentos a partir da "quantidade de pessoas" que eram atingidas por seu valor rememorativo. Assim, com menor quantidade, vinham os monumentos intencionados, posto que tinham um raio limitado de abrangência, representado pelas pessoas às quais eles deveriam fazer lembrar. No meio da escala, estavam os monumentos não intencionados, cuja ênfase recaía sobre o valor histórico: sua seleção, dependente de um

"gosto subjetivo", no dizer do autor, fazia com que sensibilizasse pessoas com certa erudição e, portanto, condições para avaliar a importância do objeto dentro da cadeia histórica evolutiva. Por fim, com a maior quantidade de valor rememorativo, entravam os monumentos antigos, tipo específico de monumento não intencionado, com prevalência, como o próprio nome indica, do valor de antigüidade. A ampliação do seu campo de ação tinha a ver com a capacidade, através da forte explicitação deste valor, de sensibilizar as massas: seu reconhecimento não seria feito por ninguém em especial, posto que o fato de se mostrar como quem vive há muito tempo seria suficiente para sua percepção por grande número de pessoas. Dessa forma, percebe-se a construção hierárquica de Riegl, para quem a "quantidade" estava ligada ao número de pessoas para as quais o monumento ensejava importância e sentido, cumprindo seu papel de fazer lembrar.

O valor de antigüidade, segundo essa visão, representou uma evolução do valor histórico: à medida que a cada período específico foi sendo dada importância, formou-se uma seqüência de períodos significativos. A partir do momento em que a distância entre eles era encurtada, surgia uma linha contínua que era a própria vida do monumento, ou seja, sua trajetória. E isso nada mais é do que o valor de antigüidade. É também interessante notar que o que hoje, em nossa sociedade, chamamos valor histórico – que preconiza o respeito por todas as etapas de vida do monumento – é o próprio valor de antigüidade descrito por Riegl.

Os valores artísticos estavam, por sua vez, classificados como de contemporaneidade e deles o autor (RIEGL, 1999, p. 28) nos esclarece que

> certamente, a conservação de monumentos tem que contar com ele(s) posto que, ao se tratar de um valor de certo modo prático, do dia, frente ao valor histórico e rememorativo do passado, exige com tanta maior urgência nossa atenção, mas deve ficar excluído do conceito de 'monumento'.

Esse enquadramento dos valores artísticos dentro do grupo de valores de contemporaneidade está, de certa forma, explicado pela *kunstwollen,* conceito formulado por Riegl cuja tradução pode se aproximar de "vontade da arte", e que punha em xeque a crença

em um valor absoluto para a arte, onde somente um determinado período pudesse ser tomado como verdade e modelo. Para Riegl, não havia nenhum valor artístico absoluto, mas somente um relativo, moderno, que atingia cada geração de uma forma diferente, suscitando admirações ou desprezo por uma manifestação artística passada. Resumidamente, poderia ser exemplificado por um estilo, como o gótico, agradar às pessoas de determinadas épocas e, por outro lado, ser completamente rechaçado por outra geração.

Os valores de contemporaneidade – tal como os rememorativos – foram subdivididos: por um lado, o valor instrumental ou de uso e, por outro, os valores artísticos, também divididos em valor de novidade e valor artístico relativo. Os valores de contemporaneidade, no entender de Riegl, surgiam da satisfação de necessidades materiais – representadas pelos valores instrumentais – ou espirituais, com ambos os valores artísticos.

O valor artístico de novidade, assim como o valor histórico, mas por outros motivos, era aquele que se relacionava com a estética da obra recém concluída e, dessa forma, exigia o aspecto daquilo que é novo, recém acabado. A beleza vinha, portanto, da novidade. Por outro lado, o valor artístico relativo estava relacionado ao já mencionado conceito da *kunstwollen*, ou seja, à coincidência de valores estéticos de uma obra de arte ou estilo artístico e uma geração. Assim,

> no valor artístico relativo se baseia a possibilidade de que obras de gerações anteriores possam ser apreciadas não somente como testemunhos da superação da natureza pela força criadora do homem, mas também com respeito a sua própria e específica concepção, sua forma e cor (RIEGL, 1999, p. 91).[2]

O embate entre todos esses valores acontece na medida em que certas ações, quando considerados alguns deles, acabam sendo antagônicas. O valor de antigüidade choca-se com o valor histórico, também rememorativo, uma vez que, ao aceitar a passagem do tempo pela obra, acaba, em última instância, valorizando sua aparência de ruína e de degradação. Por sua

[2] No original: "En el valor artístico relativo se basa la possibilidad de que obras de generaciones anteriores puedan ser apreciadas no sólo como testimonios de la superación de la naturaleza por la fuerza creadora del hombre, sino también con respecto a su própria y específica concepción, su forma y color."

vez, o valor histórico vê a importância documental do monumento sendo, para isso, imprescindível seu aspecto original. Ainda que Riegl mesmo não propusesse uma metodologia para a restauração – e nem era esse o objetivo de seus estudos - seu pensamento será profundamente aproveitado pelas posteriores teorias a esse respeito, como a de Cesare Brandi, que tenta solucionar, no instante da prática do restauro, os problemas entre essas diversas categorias de valores que coexistem nos monumentos.

Não devemos esquecer que o termo monumento histórico origina-se de uma evolução de "monumento", atestado na própria grafia, resultante apenas de uma adjetivação do substantivo. Assim, o fio que liga um ao outro está diretamente associado à memória, transmissão, função primordial do monumento. Portanto, se Riegl pretendesse tratar apenas dos valores que faziam com que um monumento fosse considerado como tal, certamente teria parado suas conclusões ao finalizar a explicação dos três tipos de valores rememorativos. No entanto, ele alarga suas observações consciente de que, ainda que um valor de novidade não seja um definidor do objeto rememorativo, pode nele estar presente. *Culto moderno aos monumentos* não se resume a estudar aquilo que está na base da consagração do monumento, mas se expande ao tentar entender como os valores que são dados a uma obra chocam-se e opõem-se e como isso é equalizado no delicado caso de haver nos edifícios valores rememorativos.

1.2. A origem dos monumentos históricos: o contexto europeu

A trajetória de consagração do monumento histórico, reconstruída detalhadamente por Françoise Choay em *Alegoria do Patrimônio* (2001), serve apropriadamente para mostrar como os valores atribuídos a alguns edifícios foram de substancial importância para que como monumentos históricos fossem reconhecidos.

Para a autora, nesse processo de descoberta da gênese do monumento histórico, foi necessário voltar ao momento em que surgiu o projeto, "até então impensável, de estudar e conservar um edifício unicamente pelo fato dele ser um testemunho da história e uma obra de arte". Ainda que nos monumentos não tenham recaído somente os valores que giram em torno da história e da arte, são estes que fundamentalmente balizarão, por muito tempo, todo o discurso patrimonial, sobretudo no que concerne aos critérios de inscrição e tombamento dos bens.

Historicamente, os contextos onde a situação de iminência da perda de um bem ou conjunto de bens se fizeram presentes serviram para mostrar, revelar – ou até criar – valores que, de alguma forma, condicionaram sua(s) permanência(s). Assim, se o século XIX consagra o monumento histórico, entendendo-se consagração como a somatória do reconhecimento mais a prática de proteção, devemos buscar mais longe – ainda que em momentos iniciais não possamos propriamente falar em monumentos históricos – a mudança dos valores atribuídos aos bens até a explosão do que se pode chamar consciência preservacionista.

Para Choay, a origem do monumento histórico remete a Roma, por volta de 1420, onde alguns monumentos eram preservados em virtude de revelarem uma civilização considerada superior.[3] No entanto, a preservação era aleatória (não sistemática), o valor histórico não se fazia presente e mesmo o valor estético estava associado ao prestígio pessoal. Já entre a época das invasões bárbaras e o fim da Idade Média, as grandes destruições ocorridas também revelaram valores agregados: nesse caso, a reutilização foi a tônica, como na conversão das basílicas em templos cristãos, uma vez que os edifícios da Antigüidade haviam perdido suas funções de uso. A preservação não se faz aqui com a intenção de resguardar um valor, rememorar, transmitir; seu caráter é muito mais pragmático e até mesmo

[3] "É nesse contexto mental, nesses lugares e sob a designação genérica de `Antigüidades`que é preciso situar o nascimento do monumento histórico. Seriam necessários mais três séculos para que ganhasse seu nome definitivo" (CHOAY, 2001, p. 44).

econômico. Tanto assim que muitos monumentos antigos eram demolidos e tinham suas partes reaproveitadas em construções novas. É durante esse período, qualificado pela autora como fase "Antigüizante" do Quatrocentos que aparecem duas posturas distintas: a dos Humanistas e a dos Artistas, fundamentais para o entendimento da relação entre os valores de História e de Arte e os monumentos históricos. A postura humanista revela-se por meio do prazer em encontrar nos edifícios da Antigüidade as descrições contidas nos textos clássicos; tratava-se de uma leitura direta, sem intermediários. O processo dessa leitura individual, o vínculo entre textos e monumentos que permaneceram, possibilitou a existência do distanciamento histórico, onde os monumentos passaram a ser vistos como "testemunhos da realidade de um passado que se consumou" (CHOAY, 2001, p. 45). Por outro lado, a abordagem dos Artistas revelou-se por meio da atribuição de valores artísticos (estéticos) aos remanescentes da Antigüidade. Por diversas razões, foram aos edifícios da Antigüidade Clássica que os valores históricos e artísticos foram atribuídos, ficando toda a herança medieval acrescida de uma carga negativa de valores. Essa fusão dos valores de história e da arte pode contribuir para a compreensão do que chamamos monumentos históricos, mas não podemos nos esquecer de que o embrião destes monumentos dizia respeito a apenas uma minoria – de artistas e de eruditos - , configurando-se, eles próprios, como um recorte dentre os bens de diversos períodos. Outro dado que nos indica que não havia a intenção de transmissão é o de que, com raríssimas exceções, os monumentos podiam ser desmontados e ter suas partes aproveitadas em construções novas. Além disso, com o crescimento do número de amantes da arte – por contraditório que pareça aos olhos de hoje -, aumentou também o número de edifícios que eram demolidos a fim de que suas partes fossem destinadas às coleções. A apreciação do conjunto bem como sua manutenção tinha menor peso se comparada à importância de poder ter, na impossibilidade do todo, apenas uma parte do bem

sob a guarda de um único apreciador. O fragmento, retirado de seu contexto, transformava-se num objeto de deleite estético pessoal.

Nos séculos XVII e XVIII, uma série de acontecimentos e descobertas, como as arqueológicas, acabam por impulsionar o alargamento do campo de estudo dos humanistas, que passam a buscar suas próprias origens. A procura de Antigüidades nos próprios territórios leva à busca de conhecimento daquilo que era próprio de cada lugar, pertencente também a períodos distintos dos até então comumente estudados. A abordagem dos humanistas é assumida pelos antiquários, especialistas em objetos de arte antiga. Para estes, a compreensão do passado era muito melhor quando feita com base nos próprios objetos, e não sobre uma leitura de textos, como faziam os primeiros. Assim, era dada muita importância às imagens e as gravuras foram usadas como forma de comparar e mesmo restaurar os monumentos.[4] Tais representações gráficas da arquitetura foram questionadas posteriormente a partir de uma nova abordagem estética que, ao colocar a fruição da arte como algo impossível de ser mediável, passava a exigir a presença real do próprio objeto artístico.

Ainda que os antiquários ingleses tenham assumido papel importante na conservação dos monumentos, sobretudo motivados pelos perversos efeitos da destruição causada pela Reforma protestante, foram os franceses que, de fato, realizaram a substituição da conservação iconográfica e abstrata dos primeiros por uma conservação real. A ação conservadora, na França revolucionária, foi motivada pela quantidade de bens que passaram para as mãos do Estado – tomados do clero e da nobreza – e a preocupação com o que seria feito com os mesmos. A preservação representou, também, uma forma de reação à destruição ideológica e simbólica que esses bens sofreram, uma vez que diziam respeito a uma ordem que não se desejava mais. Ao falar em patrimônio, nesse caso, o primeiro valor associado foi o econômico. Tratava-se de bens que eram do povo e voltavam para ele, seu patrimônio e

[4] Alguns desenhistas reconstituíam, nos desenhos, as partes faltantes de uma edificação. A esse procedimento, davam o nome de restauração. (CHOAY, 2001, p. 82)

herança, sendo materiais os primeiros sentidos que lhes foram associados, com seus valores econômicos, de propriedade, troca e uso. Nesse contexto, a conservação dos bens arquitetônicos ganha um aparato jurídico e técnico, com um conjunto de medidas que confirmavam a transmissão da herança. Foi criada uma Comissão dos Monumentos cujas regras implicavam em tombar e inventariar, antes de qualquer destinação futura. O nome da Comissão já tomava de empréstimo o termo monumento, originariamente destinado a algo cuja função era fazer lembrar, rememorar. O ponto em comum entre estes e os identificados por essa comissão era o fato de ambos transmitirem: os primeiros, a memória, um fato, algo importante que não devesse ou pudesse ser esquecido; os segundos, um bem físico, uma herança material, um patrimônio da nação. É nessa simbiose e junção de sentidos que vemos nascer os chamados monumentos históricos: bens que transmitem a memória de um passado, mas que também legam outros valores.

Além dessa destruição iconográfica, o Estado francês deparou-se também com outro tipo de destruição: aquela causada pelas necessidades materiais da Revolução. Dessa forma, um decreto permitia que objetos pudessem ser reaproveitados para fins militares, como o foram materiais como o bronze dos sinos das igrejas. Tempos depois, em atitude de "conservação racional", para citar o termo usado por Choay, o decreto de destruição foi abrandado. Como critérios de preservação, passam a ser usados o interesse para a história, a beleza do trabalho, o valor pedagógico para as artes e as técnicas, critérios elencados juntos pela primeira vez.

A partir do Comitê de Instrução Pública, foi agregado a esses bens salvos da destruição principalmente o valor de nacionalidade[5], importante para a criação da identidade da nação. Somado a esse valor – e complementando-o – vêm também os valores educativos, necessários na tarefa de instrução cívica. Segundo a análise da autora, a importância dos

[5] "Fazendo dos monumentos históricos propriedade, por herança, de todo o povo, os comitês revolucionários dotavam-nos de um valor nacional preponderante e lhes atribuíam novos usos, educativos, científicos e práticos". (CHOAY, 2001, p. 119)

valores artísticos dos bens franceses vinha ainda depois dos valores econômicos (passíveis de exploração através do turismo) sendo o fato compreensível, uma vez que o conceito de arte era ainda vago.

Após essa fase de gênese, o período compreendido entre 1820 e 1960 vem consagrar o monumento histórico. Mais uma vez um contexto onde a perda era visível, onde um novo mundo – pior, na visão contemporânea de algumas pessoas – se mostrava, foi essencial para a percepção de que certos bens eram especiais e dignos de preservação. A Revolução Industrial e toda a mudança que a mesma trouxe na vida quotidiana, em muitos aspectos com uma carga negativa, foi a mola propulsora para essa transformação, onde outros valores passaram a se superpor aos de nacionalidade: os estéticos/artísticos.

Para a apreciação estética dessa variedade de edificações – que, sobretudo agora não diziam mais respeito somente à cultura clássica - foi preciso uma preparação que apontasse para uma nova forma de sentir o mundo. O Romantismo, juntamente com os conceitos de pitoresco e sublime, prestaram-se bem ao papel.

Na Inglaterra, primeiro local onde as conseqüências da Revolução Industrial se fizeram presentes, desponta a voz de John Ruskin.[6] Com sua visão romântica, nostálgica e até moralista, ele contribuiu, a partir de qualidades e valores que atribui aos monumentos, com o surgimento da idéia de preservação destes bens e a importância que seu legado representava. Ruskin abriu caminho para que a arquitetura menor, a vernacular, fosse também reverenciada como monumento, a despeito de outras visões que só reconheciam o valor e a importância de certos tipos de edificações e de determinadas épocas. “Há um altar em cada uma das casas do homem” [7] (RUSKIN, 1956, p. 238), ou seja, cada pequena habitação tem a dignidade de um templo e, como tal, tem seus valores. Ruskin, com esse discurso, aponta para a existência de

[6] Para Bayer (1978, p. 350), “A estética de Ruskin é, ao mesmo tempo, uma reacção e uma profecia” sendo que “seu sistema de arte não é autônomo; integra-se cada vez mais num sistema religioso e social e numa construção de todos os valores práticos, em que, à medida que o homem evolui, a arte é posta em dependência e dá lugar ao amor pela humanidade”.

[7] No original: “Hay un altar en cada una de las casas del hombre.”

valores afetivos agregados aos monumentos e a importância que estes tinham para a memória: "Podemos viver sem ela [a arquitetura], mas não podemos sem ela recordar" [8] (1956, p. 236). Curiosamente, ainda que o termo monumento histórico já estivesse sendo usado há algum tempo, foi Ruskin quem explicitou suas funções memorativas.

A valorização do pitoresco – que alargava o campo do que merecia a conservação, abarcando também a arquitetura menor e o período gótico – esteve também impregnada no espírito deste autor, o que terminava por conferir à idade dos edifícios um de seus aspectos mais importantes.[9] Sua forma de encarar os monumentos contribuiu para uma visão não intervencionista da restauração, onde os bens deveriam ser respeitados tanto em sua existência quanto em sua morte. Essa postura da não intervenção radical (a manutenção era aceita) também alavancou o surgimento de outro valor: o de autenticidade.

Contemporaneamente ao desenvolvimento das idéias de preservação na Inglaterra, a França apresentava outro importante ícone dentro desse campo de estudos: Eugène Emmanuel Viollet-le-Duc. Com sua postura intervencionista, diametralmente oposta ao que preconizava Ruskin, Viollet-le-Duc (2000) define a restauração como um ato onde se restabelece em um edifício um estado completo que pode nunca ter existido em um dado momento, semelhante, pois, no princípio, às "restaurações" que os antiquários faziam nas imagens dos monumentos. Sua postura em muito reflete a forma de se pensar o monumento no contexto francês, onde este não é visto como ruína, mas como objeto histórico. Segundo Choay (2001, p. 161),

> Postulando a possibilidade de uma restauração fiel e de uma cópia cuja perfeição faz que não se diferencie do original, os franceses transformam em verdade uma mentira denunciada por Ruskin e por Morris e revelam a importância que atribuem aos valores da memória histórica, em comparação com os da memória afetiva e do uso piedoso.

[8] No original: "Podemos vivir sin ella, pero no podemos sin ella recordar."
[9] "Aunque hasta aquí no hayamos hablado de la impresión de la edad, hay una belleza en la pátina de los siglos tan real y tan grande, que llega a ser frecuentemente objeto de la persecución especial por parte de ciertas escuelas de arte caracterizadas ordinaria y asaz vagamente con el nombre de `pintorescas` (RUSKIN, 1956. p. 248) ou "La mayor gloria de un edificio no depende, en efecto, ni de su piedra, ni de su oro. Su gloria toda está en su edad, en esa sensación profunda de expresión de vigilancia grave, de simpatía misteriosa, de aprobación o de crítica que para nosotros se desprende de sus muros, largamente bañados por las olas rápidas de la humanidad" (idem, p. 246).

Considerando toda evolução, cremos que é esse o momento em que podemos falar, de fato, do monumento histórico. Se antes, em certas épocas, podem-se constatar medidas de preservação, é aqui que elas se associam ao reconhecimento do que era o monumento histórico e onde a idéia de preservação está intimamente associada aos valores que os bens possuem de transmitir, seja a memória, sejam os valores de história ou arte, entre outros. Esses valores, a partir de então, ora se alternarão, ora se alargarão, ora serão contestados, mas estarão presentes em toda a questão cultural que a preservação assume.

Depois das discussões de Ruskin e Viollet-le-Duc, até chegarmos novamente ao ponto de partida deste capítulo, com Aloïs Riegl, surgiu a importante figura de Camillo Boito, no fim do século XIX e já começo do XX. O autor contribui para as idéias no campo da restauração dos edifícios, um dos aspectos da preservação, trazendo uma postura intermediária entre o que pensavam Ruskin e Viollet-le-Duc: por um lado, não aceitando a morte certa dos monumentos e, por outro, no entanto, pregando a mínima intervenção e rechaçando as restaurações fantasiosas.

Riegl fecha o século XIX com suas observações a respeito dos valores que os monumentos possuem. Não contribui com normas ou diretrizes explícitas para a forma de restaurar os bens existentes. Apenas constata. Suas constatações, no entanto, têm muito a dizer: é o primeiro que observa que o monumento só é monumento a partir de certos valores que lhe são atribuídos. Podemos ter um templo ou um monumento: a diferença está na forma de olhar e atribuir valor. Vê também como o campo de disputa entre tais valores condiciona a preservação ou não do monumento histórico e, segundo Choay (2001. p. 168), foi também o primeiro a fazer a distinção entre monumento e monumento histórico. Outra observação desta autora é também bastante pertinente a este estudo: a de que Riegl tenha silenciado a respeito do valor nacional (tão explícito no contexto francês). De acordo com ela, isso aconteceu porque baseou seu raciocínio enfocando o monumento histórico, noção que perdurou por todo

o XIX até a década de 60 do século XX, não usando o conceito de patrimônio, "forjado para designar bens pertencentes à nação" (CHOAY, 2001, p. 116) e que cai em desuso quando a Revolução Francesa chega ao fim.

Como um campo de disputas ideológica e de poder, os valores atribuídos aos monumentos vão sendo modificados ao longo do tempo. Assim, podemos vê-los atualmente como meios de distinção, principalmente a partir da apropriação social desigual. Também podemos vê-los acrescidos de valores de mercado – explicitados ou não. Saber, portanto, que o monumento histórico só o é porque carrega a função de transmissão é importante, juntamente com a compreensão de seus valores, para que saibamos entendê-lo e preservá-lo dignamente. Ainda que aceitar ou não a herança seja uma opção, por envolver gerações futuras, deve ser consciente. Entender os valores dos quais os monumentos são investidos é o primeiro passo para que se tenha clareza e ética na forma de se preservar.

SANTOS | TRANSFORMAÇÕES E TESTEMUNHAS

2.1. Breve História de Santos e a instalação das primeiras Igrejas

A vila de Santos data de 1545[1], a segunda a ser fundada na Capitania de São Vicente[2]. Até 1530, os navios que iam para esta capitania dirigiam-se para o porto que ficava onde hoje é a Ponta da Praia, em Santos. Algum tempo depois, este porto foi transferido para o lagamar do Engaguaçu, praticamente em frente à Ilha de Santo Amaro (Guarujá), onde Brás Cubas havia recebido uma sesmaria. Em 1534, tem início a nova povoação, Porto da Vila de Santos, que logo em seguida recebeu o Hospital da Santa Casa de Misericórdia de Todos os Santos. Já a partir de 1542, Santos tem sua população e funções aumentadas em virtude de um maremoto que assolou São Vicente. Possivelmente, em 1545, o capitão-mor Brás Cubas eleva o povoado à categoria de vila, a Vila de Santos.

O sítio de ocupação inicial localizava-se numa planície perto de um outeiro, onde Luís Góes e sua esposa fundaram, em 1540, a Capela de Santa Catarina. Em 1563 ou 64, a família Adorno constrói, em sua propriedade, a Capela da Graça, na esquina da Rua Direita com a Rua do Sal, avançando a vila para além do Ribeirão do Carmo (ou Itororó). Em 1580 chegaram os carmelitas, sendo abrigados nesta capela, que acabou lhes sendo doada, juntamente com um terreno vizinho, onde foi edificado um convento, pronto em 1590. Nove anos após, os carmelitas mudaram-se para o local onde ainda hoje está a Ordem, construindo primeiramente a Igreja conventual. A Capela da Irmandade Terceira teve sua construção iniciada somente em 1752. Em 1589, por causa das situações adversas em São Vicente (maremoto, invasões estrangeiras, mudança do porto), os jesuítas transferiram-se desta vila para Santos, estabelecendo-se no local que abrigara a recém transferida Casa do Conselho, lá estabelecendo sua igreja, convento e colégio. A Capela do Monte Serrat, sobre morro

[1] Na bibliografia consultada, verificamos controvérsias quanto a esta data. Para Frei Gaspar da Madre de Deus (1920 Apud ANDRADE, 1980, p. 162), isso ocorreu entre 1545 e 1547.
[2] A primeira foi, justamente, São Vicente, em 1532. Ainda no século XVI temos, na mesma Capitania: São Paulo de Piratininga (1554), Nossa Senhora da Conceição de Itanhaém (1561) Nossa Senhora das Neves de Iguape (1577), São João Batista de Cananéia (1587), além da já citada Santos. (REIS FILHO, 2000b, p. 86).

homônimo, foi construída entre 1599 e 1609; em uma fase posterior, por doação, passou aos cuidados dos beneditinos. Mais a oeste, depois do Ribeirão de São Jerônimo, os franciscanos, após terem sido abrigados na Capela do Desterro, construíram a partir de 1640 o seu Convento (a Igreja data de, provavelmente, 1691). Em 1650 começa a construção do Mosteiro de São Bento ao lado da Capela do Desterro, doada aos monges beneditinos por seus antigos donos. Sobre a Matriz de Santos, nos diz Wilma Therezinha Andrade (1980, p. 162):

> No início, a povoação de Santos esteve sujeita, no espiritual, à vila de São Vicente, que possuía a única freguesia da Capitania. Os de Santos conseguiram que a freguesia se dividisse em duas, contando com o apoio da Irmandade da Misericórdia que deu permissão para que, na Igreja da Irmandade, se realizassem, temporariamente, as funções da nova paróquia, enquanto não se erguia a Matriz definitiva *e* vendo que não se lhe devolvia a Igreja, os irmãos da Misericórdia construíram outra [em 1665] no local que se chamou Campo da Misericórdia (hoje, Praça Mauá).

Duas outras construções encerram - até o período da República - as principais implantações de edifícios religiosos no atualmente chamado Centro Histórico: em 1760, foi construída a Igreja de São Francisco de Paula, provavelmente reconstrução no mesmo lugar (sopé do Monte Serrat) da Igreja de São Jerônimo, edificação feita pelos primeiros habitantes do povoado. Por último, em 1765, a Igreja do Rosário, pertencente à Irmandade dos Homens Pretos.

A segunda metade do século XIX foi um período de intensas transformações na cidade e podemos dizer que o principal responsável por tudo isso foi o café, carro-chefe da economia nacional no período.[3] Porta de entrada e saída, Santos teve que passar por grandes mudanças a fim de ter sua estrutura adequada para suprir todas as necessidades que o escoamento do produto demandava. Mais do que isso: livrar-se das pestes era fundamental para poder fixar a mão-de-obra no local e melhorar a imagem como grande porto do país. As transformações, entretanto, não se limitaram à construção da ferrovia, ao porto e às obras de saneamento: associadas a estas, vieram também as reformas embelezadoras que deram cara nova à cidade,

[3] Para maiores informações a respeito das transformações que Santos sofreu nesta época, consultar LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma Cidade na Transição.** Santos: 1870-1913. São Paulo/Santos, Hucitec/Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

tentando eliminar aquilo que representasse o passado atrasado e fora dos novos padrões de beleza urbanos.

A construção da Estrada de Ferro, em 1868, por um lado, dinamizou a descida do café para o porto; por outro, implicou em ruas abarrotadas do produto, uma vez que os locais para armazenamento eram insuficientes e os trapiches e pontes não conseguiam dar vazão a seu escoamento, que aumentava em quantidade a cada dia. Alguns dados, fornecidos pela Associação Comercial de Santos (1971 Apud GITAHY, 1992, p. 30) mostram esse salto: em 1860, a quantidade de café que saiu do país pelo porto de Santos era de 36.250 sacas; dez anos após, um pulo significativo: 437.580 sacas. A partir de 1889, a exportação adentra a casa dos milhões, atingindo o valor de 2.041.503 sacas. Apenas para terminar de ilustrar esse crescimento, temos que em 1896, 1909 e 1914 as

Figura 3 – Primeiro Acampamento, 1865, fotografia de Militão Augusto de Azevedo. Acampamento de apoio para a construção da Ferrovia.
Fonte: Acervo do Museu Paulista in BARBOSA, 2004, p. 163.

Figura 4 – Estação de Trem da São Paulo Railway Co., 1865, fotografia de Militão Augusto de Azevedo. Segundo Barbosa (2004), a edificação destacava-se das demais estações paulistas, que eram bem menores e, normalmente, tinham apenas um andar.
Fonte: Acervo do Museu Paulista in BARBOSA, 2004, p. 155.

Figura 5 – Estação de Santos, c. 1902, fotografia de Marc Ferrez (det.). Entre 1895 e 1901 a Estação do Valongo passou por algumas reformas que implicaram em mudanças espaciais e estilísticas.
Fonte: Coleção Gilberto Ferrez / Acervo do Instituto Moreira Salles in BARBOSA; MEDEIROS, 2007, p. 121.

exportações foram de, respectivamente, 4.960.067, 13.453.104 (a maior registrada no período compreendido entre 1889 e 1914) e 8.493.557 sacas de café.

Figura 6 – Porto de Santos – Cais do Consulado (2ª versão), 1880, fotografia de Marc Ferrez. Na imagem, vêem-se as pontes existentes antes da reformulação do porto.
Fonte: Coleção Gilberto Ferrez / Acervo do Instituto Moreira Salles in BARBOSA; MEDEIROS, 2007, p. 64.

Figura 7 – Porto de Santos, 1889, fotografia de Marc Ferrez (det.). Em razão da pouca infra-estrutura portuária, o café ficava aguardando embarque nos armazéns, nas proximidades das pontes e nas ruas próximas ao porto.
Fonte: Coleção Gilberto Ferrez / Acervo do Instituto Moreira Salles in BARBOSA; MEDEIROS, 2007, p. 84.

O porto de Santos vinha recebendo algumas melhorias a partir de meados do século XVIII e princípio do XIX, momento em que servia como porta de saída para o açúcar produzido em São Paulo. Ainda com isso, suas instalações revelaram-se muito tímidas para atender às necessidades da economia cafeeira, tendo sua remodelação, para não dizer construção, posto que até o momento era formado por precárias pontes e trapiches, se tornado imprescindível. E não era apenas isso: as águas lamacentas do Engaguaçu, quando baixava a maré, além de deixarem um cheiro horrível, serviam como pólo irradiador de pestes e doenças, constituindo-se uma fonte de ameaças que rompia os limites locais.

A situação era precária e, portanto, algumas medidas visando reformular o porto haviam sido tomadas sem, todavia, maiores prosseguimentos, fato somente superado em 1888, quando se dá, de fato, o início das obras. Bancadas por um grupo de empresários cariocas, das quais Eduardo Guinle e Cândido Gafrée tornaram-se os mais conhecidos, as reformas feitas pela Companhia Docas[4] não implicaram

[4] Inicialmente, o nome era Empresa das Obras dos Melhoramentos do Porto de Santos; apenas em 1892, transformada em sociedade anônima, adota o nome de Companhia Docas de Santos.

apenas na transformação, adequação e saneamento dessa área, mas também na exclusão da elite local que era detentora de pontes e trapiches (armazéns), pontos privilegiados no comércio que se fazia usando a entrada e saída marítimas.

Figura 8 – O porto de Santos – Cais do Consulado, 1889, fotografia de Marc Ferrez (det.) mostrando o congestionamento de navios e as obras no cais.
Fonte: Coleção Gilberto Ferrez / Acervo do Instituto Moreira Salles in BARBOSA; MEDEIROS, 2007, p. 88.

Figura 9 – Porto de Santos, c. 1902, fotografia de Marc Ferrez (det.) mostrando parte do porto após as reformas.
Fonte: Coleção Gilberto Ferrez / Acervo do Instituto Moreira Salles in BARBOSA; MEDEIROS, 2007, p. 106.

O episódio foi apenas um dos que marcaram as longas contendas em que se envolveram tais elites - defendendo seus interesses e monopólios - e os considerados estrangeiros, a saber as Comissões de Saneamento do Estado, os ingleses (tanto pela ferrovia quanto pela Cia City), entre outros. Os primeiros metros do cais foram construídos já em 1882 e, depois disso, outras fases vieram: em 1893, novos 400 metros e as ligações dos trilhos do porto com os da estrada de ferro, conferindo

maior logística na operação de carga e descarga entre porto e ferrovia; em 1909 foram finalizados os últimos trechos, chegando até os Outeirinhos, localizado entre os bairros Macuco e Vila Mathias.

Figura 10 – Porto de Santos, c. 1902, fotografia de Marc Ferrez mostrando parte do porto, com novos armazéns, após as reformas.
Fonte: Coleção Gilberto Ferrez / Acervo do Instituto Moreira Salles in BARBOSA; MEDEIROS, 2007, p. 111.

As obras do porto e as de saneamento da cidade devem ser entendidas de forma conjunta, tanto no que toca a seus principais objetivos quanto ao momento em que foram realizadas. Se o porto ficou a cargo do investimento privado, o saneamento foi encampado pelo Estado, por meio da Comissão Sanitária e da Comissão de Saneamento. Ambas, além de encontrar resistência nas elites locais, também foram vistas com restrições pela população pobre que, sendo violada em seus lares, na maioria cortiços lindeiros às ruas mais antigas da área central, via como invasão as ações de saneamento. As medidas, no entanto, deveriam ser realizadas como parte de um projeto viabilizador das novas relações que se estabeleciam entre Santos e o planalto. Dessa forma,

> [...] não se pode desvincular a tão reivindicada reforma do porto da situação geral do estado de São Paulo. Tanto nas reformas do porto quanto nas intervenções sanitárias mais do que a situação mesma da cidade de Santos estava em jogo sua posição estratégica na relação com o planalto, seja para escoar a produção cafeeira, que significava a maior riqueza nacional, seja para importar trabalhadores. Tratava-se da condição santista de porta de entrada do mar e do sertão (LANNA, 1996, p. 61).

Tabela 1 **- Números e causas de óbitos em Santos, 1889-1904**

	Febre Amarela	Varíola	Malária	Total de Óbitos [1]
1889	750	11	107	1712
1890	35	3	41	396
1891	977	24	81	2473
1892	1742	823	66	4173
1893	1642	59	78	3561
1894	172	39	104	1440
1895	1085	6	141	2574
1896	435	11	143	1780
1897	37	6	110	1331
1898	362	7	128	1625
1899	2	3	121	1376
1900	260	1	119	1369
1901	2	31	78	1312
1902	3	4	74	1371
1903	6	1	91	1490
1904	2	77	60	1507

[1] Considerando-se outras causas

[2] A partir de 1905 não foram mais detectadas mortes por febre amarela

Fonte: ÁLVARO, G. **A campanha sanitária de Santos.** Suas causas e seus efeitos, São Paulo: Casa Duprat, 1919. Apud GITAHY, 1992, p. 35. Segundo o autor, os números relativos aos óbitos por febre amarela estão subestimados, uma vez que o diagnóstico da doença não era claro.

A primeira epidemia de febre amarela ocorreu na cidade em 1844, alguns anos antes da construção da estação terminal do Valongo. No entanto, medidas de saneamento foram levadas a diante pela ação do Estado somente a partir de 1890, quando a ameaça das pestes não era mais apenas local. O problema sanitário de Santos, ao implicar em surtos e epidemias de malária, febre amarela e peste bubônica, dizimando a população e dificultando a sedimentação da mão-de-obra imigrante – e mesmo de uma parcela da população local -, fazia com que a questão rompesse os limites das discussões municipais, passando a ser interesse do

Estado. Dessa forma, este, em 1892, propõe ações para a cidade, contratando os trabalhos do engenheiro sanitarista americano Estevam Fuertes. Para Fuertes, as condições em que Santos se encontrava eram devidas à "incúria municipal; [a]os esgotos imperfeitos; [a]o volume insuficiente de água potável; [a]o calçamento impróprio; [a] um sistema de construção de prédios não apropriados ao clima; falta de drenagem e especialmente [à] existência de grandes pântanos de água doce na vizinhança da cidade".[5] Também apontados como um dos grandes resposáveis pelo quadro desolador em que freqüentemente a cidade se via, estavam os cortiços que, abrigando os primeiros trabalhadores que vieram construir o porto, depois local dos operários deste e da ferrovia, entre outros, espalharam-se ao redor da área central, de onde saíam as classes mais abastadas rumo aos novos bairros que surgiam. A intervenção sobre esse tipo de habitação deu-se de forma violenta e invasiva, não raro causando reações às ações higienizadoras do Estado. Em 1893, o governo estadual cria a Comissão Sanitária e, dez anos após, organiza a Comissão de Saneamento, cujo primeiro diretor foi o engenheiro José Pereira Rebouças, sendo substituído em 1903 por Saturnino de Brito. Este, entre 1905 e 1914, executa 80 Km de esgotos subterrâneos e 17 Km de canais de superfície, preocupando-se também com o crescimento, embelezamento e fruição da paisagem citadina; preocupações estas usadas como acusação por uma elite e municipalidade locais que, mais uma vez mostrando-se contrárias a intervenções internas, diziam não ser tais atribuições de responsabilidade de um engenheiro sanitarista.[6] Dessa forma, o plano de Saturnino, ainda que não totalmente implementado, ia além da mera solução dos problemas sanitários: por ele, o engenheiro previu também o crescimento e o planejamento do futuro da cidade. As novas áreas construídas, com ruas planejadas, mais largas e com calçadas, em muito diferiam do aspecto de cidade colonial que tinha Santos até a pouco tempo.

---

[5] CUNHA, Álvaro; AZEVEDO NETO, J. M. **Destino dos esgotos sanitários de Santos e São Vicente.** Mimeo, impresso por J. Carlos Lomba, Rio de Janeiro, 1955, p. 3-18 Apud ANDRADE, 1981, p. 56.

[6] Brito responde as acusações por meio de artigos publicados no jornal O Estado de São Paulo, depois editados num livro cujo nome é "A Planta de Santos", de 1915 (ANDRADE, 1992).

Em relação à forma como Brito via a parte antiga da cidade, ANDRADE (1992) analisa que o passado era considerado, embora a ênfase fosse dada ao crescimento (e portanto, ao futuro) do local. Comparando o engenheiro a Camilo Sitte[7], Andrade (1992, p. 188-9) coloca que "a admiração que Sitte tinha pelos espaços urbanos da antigüidade clássica, em especial pelos fóruns romanos, não está contida na visão de Brito sobre as cidades coloniais brasileiras[8], cuja estrutura ele quer remodelar, e assim o fará, transformando de modo radical a paisagem urbana brasileira". No entanto, continua o autor, isso não quer dizer que o sanitarista fosse adepto da tábula rasa, demolindo tudo o que fosse indesejável, tendo Saturnino incorporado ruas existentes a traçados novos em muitos de seus projetos.

Figura 11 – Panorama de Santos, 1880, fotografia de Marc Ferrez.
Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles in BARBOSA; MEDEIROS, 2007, p. 61.

As novas condições higiênicas permitiram a expansão da cidade, que então rompe os limites da antiga vila: o Valongo, lugar de residência das antigas elites, começa a ser preterido por bairros recém construídos, como a Vila Nova, mais próxima da praia. A Av. Conselheiro

[7] Urbanista austríaco (1843-1903) autor de "Construção das cidades segundo seus princípios artísticos".
[8] A esse respeito, também segundo Andrade (1992), Brito coloca em sua obra "Notes sur Le Tracé Sanitaire des Villes" que, em relação aos espaços coloniais brasileiros, o sentimento artístico pouco havia feito pelas nossas cidades, permitindo que conveniências de ocasião e o acaso dessem a tônica de seus traçados. Entre alguns lugares elencados pelo sanitarista para exemplificar esses locais, estão os conjuntos das Praças do Rosário, dos Andradas e Mauá e a Praça da República, todas em Santos. Outros exemplos fora da cidade são Largo do Corpo Santo, Páteo do Carmo e a Praça Maciel Pinheiro, em Recife, lugar onde também Saturnino trabalhou.

Nébias, de 1870, criada em função dos trilhos de bondes, ligava o centro à Barra do Boqueirão (hoje apenas Boqueirão), local de chácaras de veraneio tanto da elite local quanto da paulista. Bairros para as classes menos abastadas, como o Macuco e a Vila Mathias, também contribuíram para que a cidade ganhasse novos contornos, tendo os anos 90 do século XIX marcado o início das ações de desadensamento no centro e os primeiros loteamentos para essa classe trabalhadora. A conquista da praia deu-se em momento onde também aconteciam os remodelamentos, obras de saneamento e implantação das primeiras linhas de bonde: como um dos exemplos de ocupação que mais marcaram a orla, temos em 1895 aconstrução de seu primeiro hotel, o Grande Hotel do José Menino, depois Hotel Internacional. Na seqüência, vieram outros, como o Palace Hotel e o Parque Balneário.

Na melhoria dos serviços urbanos, importante papel teve a Cia. City, fundada em 1881 com o nome The City of Santos Improvement Company. Em 1870 tiveram início os serviços de gás e água, quando a Companhia de Melhoramentos de Santos recebeu concessão municipal; na mesma época, quatro empresas de transporte que trabalhavam com bondes puxados a burro, em Santos e São Vicente, começaram também a funcionar, sendo a City resultado da fusão dessas empresas.

Em 1894, a iluminação da cidade era feita por meio de lanternas, cujos bicos de gás ficavam abertos. Um pouco mais tarde, deu-se o uso da iluminação conhecida por incandescente, onde esses bicos foram substituídos por véus. Na cidade, havia cerca de trezentos lampiões, que deveriam ser acesos e desligados um a um nos momentos em que o sol nascia e se punha. Assim aconteceu até o começo do século XX, com a chegada da energia elétrica: em 1905, cerca de 180 lanternas iluminavam as ruas e 192 famílias beneficiavam-se da nova forma de energia diretamente em suas casas. O primeiro bonde elétrico, substituindo os puxados a burro, também pertencentes ao quadro de serviços da Cia City, chegaram em 1909. A mesma companhia implementou, posteriormente, os primeiros ônibus da cidade. Em

1894 a City substituiu o abastecimento de água potável feito por chafarizes para aquele realizado diretamente por tubulação.

Nesse quadro de mudanças, percebe-se que a cidade de Santos tornava-se cosmopolita – muito diferente do que fora até a pouco tempo - abrigando consulados, imigrantes de várias origens, diversas casas comissárias (que faziam a mediação entre produtores e exportadores), bancos e hotéis internacionais. O aumento da população é um dos indícios do quanto a cidade havia crescido: em 1872, contava com 9.871[9] habitantes; quarenta e um anos após, em 1913, o número era de 88.967 habitantes. Muitos fatores contribuíram para que a população pudesse dar esse salto, entre os quais o saneamento da cidade e a imigração: no último ano citado, 42,5% da população era formada por imigrantes. Suas instituições e agremiações estavam presentes em todo lugar: os portugueses criaram o Grêmio Português, a Associação Portuguesa de Socorros Mútuos (1902), o Real Centro Português (1897) e a Sociedade Protetora dos Portugueses Desvalidos (1902); já os espanhóis tinham o Centro Hespanhol (1895), a Sociedade Española de Repatriación (1902), a Sociedade Española de Socorros Mútuos y Instrucción (1900); os italianos criaram o Centro Italiano Humberto I (1897) e o Patronato del Lavoro (1902), entre outras. Outros imigrantes também estavam organizados, como os húngaros, com a Sociedade Beneficente Austro-Húngara (1900) (GITAHY, 1992). A antiga Rua Direita, já importante no período anterior, chamada XV de Novembro após a proclamação da República, começa a receber lojas finas, restaurantes e cafés, transformando-se num bulevar. A visão para quem chegava do porto ou da estação era agora outra. Novas formas de lazer também surgiam, como os teatros e, pouco depois, os clubes. O investimento financeiro de fora (internacional, de outros Estados ou mesmo de São Paulo, mas com exclusão da esfera municipal) e o controle, portanto, de alguns serviços, era bastante presente

[9] Recenseamento Geral do Império de 1872. Arquivo do Estado de São Paulo, Santos, ordem 1249, lata 454. / Recenseamento da cidade e município de Santos, 1913 Apud LANNA, 1996, p. 51.

na cidade – basta lembarmo-nos da Cias. Docas e City, por exemplo. Mudava-se tanto a feição da cidade como o modo de viver dos seus cidadãos.

"A década de 1870 foi para Santos a entrada em novos tempos. Tratava-se não só de uma aceleração quantitativa de seu crescimento mas também de transformações mais profundas. Não um mero acelerador de processos evolutivos mas uma mudança radical, uma ruptura" (LANNA, 1996, p. 25). Não obstante a cidade ter firmado sua vocação portuária e comercial, Lanna estabelece o momento como ruptura fundamentada nos seguintes aspectos: aumento significativo – ou nunca visto – do volume de comércio; entrada de outros elementos nas transações comerciais, configurando um novo esquema em que apareciam o fazendeiro, o comissário e a casa exportadora; mudança na forma de trabalho, com a emergência do trabalho livre; consolidação do monopólio portuário, antes fragmentado entre diversos componentes da elite local, que ficaram fora do processo, uma vez que o investimento na construção do porto vinha do Rio de Janeiro; presença de capital estrangeiro e, por fim, o redimensionamento das vinculações com o planalto.

Figura 12 – Rua de Santo Antônio, 1865, fotografia de Militão Augusto de Azevedo. No primeiro plano, a Capela da Graça, na esquina com a Rua do Sal; ao fundo, a Igreja do Valongo. Fonte: Coleção Arnaldo Aguiar Barbosa / IPHAN in BARBOSA, 2004, p. 151.

Com todo esse processo de transformação na cidade, em meio à instauração dos novos hábitos (burgueses) de vida, ampliação e conquista de outros espaços e até do mar, temos as demolições. Elas nos são duplamente reveladoras: se, por um lado, a evolução urbana com suas novas construções, em um de seus aspectos, permite-nos aferir novos tipos de espacialidade, as demolições nos mostram, além disso, também aquilo que não era mais desejável; revela-nos as recusas e descartes. Tais alterações,

> ...começaram em 1869 pelo local de fundação da cidade – o Outeiro de Santa Catarina. A justificativa era a transformação do Beco Santa Catarina em rua, ligando-a com a Rua da Constituição. Assim seriam demarcadas ruas e quadras em xadrez desde os quartéis até o Paquetá. Continuaram acontecendo nos pontos que marcavam os limites e referências da cidade colonial. O convento do Valongo teve parte de sua área alterada para dar lugar à ferrovia; a capela N. Sr. da Graça e os armazéns de sal foram demolidos para alargar a Rua José Ricardo em 1883[10]; a Capela de Jesus, Maria e José demolida em 1902 teve seus terrenos vendidos para exportadores de café Zerrener, Bulow e Cia. em 1904; no local onde era a Matriz e convento dos jesuítas foram construídos o novo prédio da Alfândega e a Praça da República em 1907; a igreja do Rosário não foi demolida mas teve sua fachada alterada e recuou dois metros em relação à praça, perdendo para o prédio dos correios a função de marco da praça (LANNA, 1996, p. 91-2).

Figura 13 – Capela Jesus, Maria e José, 1865, fotografia de Militão Augusto de Azevedo. Construída no final do século XVIII, próxima ao estuário, a capela foi demolida em 1902.
Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles in BARBOSA, 2004, p. 65.

Figura 14 – Rua do Sal (atual Rua José Ricardo), 1865, fotografia de Militão Augusto de Azevedo. Como em várias outras ruas, a do Sal também teve os edifícios lindeiros demolidos na virada do século XIX para o XX e, entre eles, a Capela da Graça, em 1903.
Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles in BARBOSA, 2004, p. 69.

Na verdade, a primeira demolição mais significativa da cidade ocorreu em 1861, quando o Convento do Valongo foi derrubado para a construção da estação ferroviária. A demolição do Outeiro de Santa Catarina revela um duplo movimento realizado pela própria Câmara: ao passo em que ela mesma autorizava sua demolição para viabilizar as obras do porto, preocupava-se em perpetuar sua memória por intermédio de uma placa, colocada em 1902. Dela constava o seguinte: "Esta rocha é o resto do outeiro de Santa Catarina e foi sobre este outeiro que Braz Cubas lançou os fundamentos desta povoação, fundando ao mesmo tempo, época de 1543, o Hospital da Misericórdia, sob a invocação de Todos os Santos, que deu o nome a esta cidade e primeira instituição pia que se estabeleceu no Brasil. – Câmara

[10] A Capela da Graça foi demolida em julho de 1903. **Cidade de Santos**, Santos, julho de 1903.

Municipal de Santos – 22 de outubro de 1902" (COSTA e SILVA, 1953, p. 27).

Muitas das praças foram remodeladas, como a da República (antigo Largo da Matriz) e o Largo do Rosário, assim como muitas ruas da região central. A demolição de muitas igrejas, num período tão curto, e a construção de novos prédios – pomposos e muito diferentes do casario colonial - transformam radicalmente a paisagem, que outrora tinha como referências maiores os edifícios religiosos.

Com as medidas visando reformulá-lo, no final do XIX e início do século XX, o

Figura 15 – Igreja Matriz, 1865, fotografia de Militão Augusto de Azevedo. A igreja foi demolida em 1908, momento em que a Praça da República (antigo Largo da Matriz) estava sendo remodelada.
Fonte: Acervo do Museu Paulista in BARBOSA, 2004, p. 85.

Figura 16 - Praça da República em 1907: as remodelações implicariam na demolição da antiga Igreja Matriz (ao fundo), em 1908.
Fonte: disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007. Foto enviada por Waldir Rueda.

Figura 17 - Praça da República (ca 1908) após a inauguração do Monumento a Braz Cubas. À esquerda, o Prédio da Alfândega e, ao fundo, o local onde existira a Matriz.
Fonte: disponível em <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007. Foto enviada por Waldir Rueda.

Figura 18 – Vista do prédio dos Correios e Telégrafos [ca. 1903], no Largo do Rosário, que passava por uma das tantas obras de remodelação que a cidade sofreu na virada do século XIX para o XX.
Fonte: Arquivo Sead in **Revista USP** / Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, CCS, n. 41, mar/mai, 1989, p. 101.

centro sofreu um processo de mudança em sua dinâmica habitacional: as camadas mais abastadas passaram a se dirigir para os terrenos mais próximos da praia e os trabalhadores

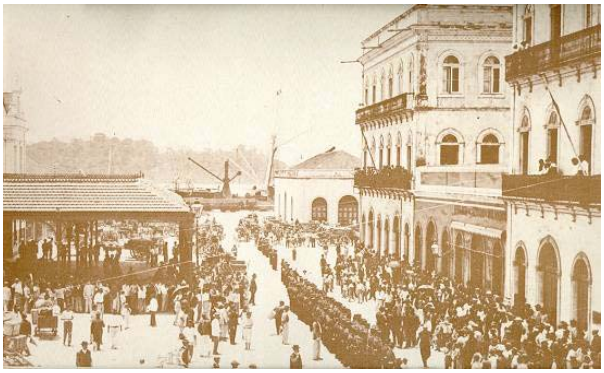


Figura 19 - Largo Marquês de Monte Alegre em 1902, vendo-se, à esquerda, parte da Estação do Valongo e, à direita, o prédio da Prefeitura e Câmara Municipal, hoje conhecido por Casarão do Valongo.
Fonte: Calendário de 1979 editado pela Prodesan - Progresso e Desenvolvimento de Santos S.A. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007.

Figura 20 - Foto-postal mostrando trecho final da Rua XV de Novembro, na primeira década do século XX.
Fonte: disponível: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007. Foto enviada por Francisco Carballa.

Figura 21 (ao lado) - Rua XV de Novembro em 1915.
Fonte: Álbum Exploração do Littoral - 1ª secção - Cidade de Santos á fronteira do Estado do Rio de Janeiro, da Commissão Geographica e Geologica do Estado de S. Paulo, impresso por Typographia Brazil de Rothschild Co., S. Paulo, 1915. Acervo da Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio (SHEC) de Santos. Disponível <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007.

fixaram-se em cortiços na área central, em ruas próximas a seus locais de trabalho, que habitualmente eram o porto e a ferrovia. As ruas que mais receberam esses cortiços foram a São Francisco, Amador Bueno, João Pessoa, General Câmara e as transversais a estas. Posteriormente, os trabalhadores que tiveram condições de mudança migraram para bairros como as Vilas Matias e Macuco e o Campo Grande. Ruas como a XV de Novembro e do Comércio, antigas ruas Direita e Santo Antônio e berço de famílias da elite, como os Andradas, tornaram-se claramente comerciais.

Na verdade, o processo de mudanças pelo qual passava a cidade não lhe era exclusivo. No mesmo período, por exemplo, alteravam-se drasticamente cidades como São Paulo, Salvador e Rio de Janeiro. SEVCENKO (1998, p.27-8) coloca, dentro do contexto da República e da Revolução Científico-Tecnológica (ou Segunda Revolução Industrial) que

> No afã do esforço modernizador, as novas elites se empenhavam em reduzir a complexa realidade social brasileira, singularizada pelas mazelas herdadas do colonialismo e da escravidão, ao ajustamento em conformidade com padrões abstratos de gestão social hauridos de modelos europeus ou norte-americanos. Fossem esses os modelos da missão civilizadora das culturas da Europa do Norte, do urbanismo científico, da opinião pública esclarecida e participativa ou da crença resignada na infalibilidade do progresso. Era como se a instauração do novo regime implicasse pelo mesmo ato o cancelamento de toda a herança do passado histórico do país e pela mera reforma institucional ele tivesse fixado um nexo co-extensivo com a cultura e a sociedade das potências industrializadas. A compreensão dos fenômenos do subdesenvolvimento e das desigualdades inerentes ao sistema de trocas no mercado internacional levou um longo tempo para germinar e adquirir uma significativa substância crítica entre as elites republicanas. E enquanto essa consciência crítica não amadurecia, prevaleceu o sentimento de vergonha, desprezo e ojeriza em relação ao passado, aos grupos sociais e rituais da cultura que evocassem hábitos de um tempo que se julgava para sempre e felizmente superado.

Havia, no período, uma euforia em relação ao progresso que chegava, "confirmada pelas realidades visíveis da urbanização, do crescimento econômico, da industrialização e do grande fluxo de imigrantes estrangeiros, reconfigurando o padrão demográfico e cultural do país" (SEVCENKO, 1998, p. 34), ainda que não deixassem de existir violência e resistências. Dessa forma, a modernização pela qual passou Santos deve ser inserida e compreendida num contexto maior, do qual vários outros pontos do país faziam parte, sendo submetidos a intensas transformações urbanas – o que implicava em inúmeras demolições – de maneira a tornarem-se

Figura 22 - Rua Frei Gaspar com Praça Rui Barbosa (antigo Largo do Rosário), em 1908. As obras, realizadas no momento, visavam remodelar a Praça.
Fonte: disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007. Foto enviada por Waldir Rueda.

parceiros confiáveis para as nações européias.

A negação do passado veio com a instauração de novos símbolos, como os novos nomes que ganhavam as ruas e logradouros públicos – sempre apagando uma memória e instaurando outra nova. Para Wissenbach (1998, p. 97) "a cidade moderna devia ser entendida como uma cidade sem memória, sem as tradições e os laços que a uniam ao passado".

Segundo Ana Lanna (1996, p. 88):

> As demolições são peças-chave para a compreensão dos processos de formação das cidades. A definição do que 'atrapalhava' o desenvolvimento urbano, o que e como devia ser preservado e as novas formas que tomavam os lugares destruídos informam sobre as intenções existentes sobre o espaço. Legitimadas pela 'imperiosidade técnica', pela 'vitória da razão e do progresso' revelam, no conteúdo dos novos monumentos e das novas ruínas, as cidades e os homens que se buscava construir. Nesse processo que transformava a técnica em justificativa 'neutra' de intervenção, a cidade nascia como objeto de planos, de planejamento, de ações pretensamente racionais e objetivas. Vozes discordantes eram associadas a idéias de atraso.
> As demolições e reconstruções vão instituindo novas memórias e marcos de referência, elegendo heróis e instaurando formas de viver.

Essa época, onde as transformações urbanas - e conseqüentes demolições - foram recorrentes na cidade foi, portanto, o ponto de partida para buscar o momento em que a preservação do patrimônio arquitetônico incorpora-se às preocupações dos cidadãos e/ou políticas públicas da cidade, objetivo deste trabalho. Anterior ao período, o ritmo de Santos era outro: pacato, com poucas modificações ou alterações, tanto nos edifícios quanto nos hábitos quotidianos. Por não haver intensas rupturas com o passado, a continuidade temporal fazia com que as modificações (pequenas) fossem encaradas de forma natural. No entanto, o século XIX trouxe alterações drásticas: não se tratava apenas de modernizar uma fachada ou efetuar algumas reformas; tratava-se, muitas vezes, de demolir algo que não estava nos novos planos.

No contexto europeu, o debate sobre a preservação dos monumentos arquitetônicos surge justamente em momentos onde as transformações – desses bens e da paisagem - foram mais intensas. Foi com base nisso que o período em que Santos se moderniza foi tomado como ponto de partida para saber em que direção os estudos deveriam avançar. Para tanto,

três suportes materiais serviram como importantes documentos a serem lidos e interpretados: o Conjunto do Carmo e do Valongo e o Mosteiro e Igreja de São Bento.

2.2. A importância da Igreja

Mais do que a função religiosa, a Igreja teve grande importância no Brasil, sobretudo durante seu período colonial. Observando o Prospecto *Villa e Praça de Santos*,

Figura 23 - "Villa e Praça de Stos" Original manuscrito da Biblioteca Nacional, Rio de Janeiro, [ca. 1765-1775] in REIS, Nestor Goulart. "Imagens de Vilas e Cidades no Brasil Colonial" São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. (Colaboradores: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentino Bruna - pág. 194).

vê-se que as construções religiosas representavam, ao mesmo tempo, os marcos e os limites da vila. Tinham muitas outras funções além das ligadas à fé: serviam, por exemplo, como cartórios de registros civis (nascimento, casamento e morte); durante a Monarquia, guardavam os registros eleitorais. Em Santos, os carmelitas criavam gado e, por meio de um contrato comercial, destinavam o couro ao curtume de Brás Cubas. O Mosteiro de São Bento era dono de uma olaria; os jesuítas de Cubatão, de um engenho. As irmandades tinham grande importância para as pessoas, garantindo o auxílio na vida e na morte. Soma-se a isso o fato de que a participação em muitas delas era sinônimo de prestígio social.

As festas religiosas eram, mais do que exclusivamente voltadas a essa função, eventos sociais e momentos para o lazer, representando boa oportunidade para as mulheres aparecerem, uma vez que tinham suas vidas reservadas ao espaço doméstico. Os sinos das igrejas marcavam o sagrado, mas também pontuavam o dia-a-dia terreno, delimitando os horários das atividades. No Brasil, vários autores, dentre os quais WERNET (2004), apontam

para a existência de um catolicismo popular, com forte mistura entre o sagrado e o profano e marcadamente influenciado pelo catolicismo luso, de origem medieval, familiar e com grande participação de leigos. Nele, eram evidentes muitos elementos profanos, como o uso de simpatias, a presença de crendices populares, rezadores e benzedeiros. No entanto, "apesar da marcada união entre profano e sagrado na sociedade colonial, na cosmovisão e na mentalidade do povo o mundo misterioso, o sagrado e o invisível tiveram sempre muito peso. Esse laço com o 'mundo do sagrado' fazia que as igrejas, altares e mosteiros mantivessem um prestígio imenso" (WERNET, 2004, p. 202).

Entender o papel da Igreja é a condição para compreender a forma como as pessoas se relacionavam com ela e, conseqüentemente, quais valores lhes atribuíam.

2.2.1. A Igreja configurando o desenho da Vila

A colonização do Brasil foi feita com a colaboração e expansão de dois braços de poderes – o temporal e o espiritual – cindidos no seio de um Estado Nacional. Por meio do Padroado[11], onde a Igreja e Estado Português estavam unidos, veio a primeira para o Brasil, fazendo parte do mesmo processo de colonização. O Padroado era também existente na Espanha mas, em suas possessões, a Igreja organizou-se de maneira bem distinta da que se fez aqui. Isso se explica pela forma como as leis foram feitas e aplicadas nas colônias Ibéricas. Para a América espanhola, um conjunto de leis mais restritivas e especificas; para a portuguesa, uma legislação que primava antes pelo aspecto judiciário e fiscal do que por medidas que determinassem a configuração urbana. Murillo Marx (2003, p. 20) define muito bem o processo ao dizer que:

[11] Segundo WERNET (2004), os direitos do Padroado remontam ao período medieval português onde os senhores feudais se consideravam os patronos das igrejas que pertenciam a seus feudos, fosse porque estavam em sua propriedade ou porque as tivessem construído. Na versão da Era Moderna, por meio do Padroado, os pontífices entregavam aos monarcas portugueses diversos privilégios, como a concessão de títulos, dentre os quais o de Grão-mestre da Ordem de Cristo, participando, em troca, da conquista do Novo Mundo.

> Ligados à Igreja, os dois Estados ibéricos passaram com sua expansão ultramarina a deter amplos poderes sobre as questões eclesiásticas. A maneira de regular o convívio entre o poder temporal e o espiritual, como dois braços do trono, deu-se através de inúmeras concordatas por toda a parte, embora de maneira muito distinta entre Portugal e Espanha. Nesta última, quando se formulou uma legislação específica para seu império colonial, tais acertos mereceram a atenção em primeiro lugar. Quando na mesma codificação se estipulou determinado urbanismo para vicejar em outros continentes, estava pressuposto e bem definido o papel dos dois tipos de instituições decorrentes. Tal não se deu em Portugal, que transferiu sua legislação e dela se serviu em outras terras. As normas da Igreja, por toda a parte em suas colônias, foram seguidas mais fielmente que as do Estado. O resultado desenhou doutra maneira, muito distinta, a cidade que promoveu entre nós.

As Ordenações Portuguesas transportadas para cá (Manuelinas – revisão com acréscimo da anterior, as Afonsinas – e Filipinas, esta elaborada na época da União Ibérica) não tinham

> muitas nem precisas normas para a ordenação das cidades, para a fundação ou ainda para a administração de povoações. Do contexto geral desses regimentos pode-se inferir a preocupação real com alguns problemas urbanos, sempre, porém, mais de ordem judiciária e fiscal, uma ou outra vez de ordem administrativa, nunca de ordem orgânica (ANDRADE, 1966, p. 24).

Enquanto isso, a Igreja se fez presente, desenhando o espaço da vila por meio do cumprimento de sua própria legislação. No Brasil, apenas como exemplo, as *Constituiçoens Primeyras do Arcebispado da Bahia* regeram um século de nossa vida colonial e, de forma geral, a imperial.

A vila de Santos mostra, por meio de seu traçado, a grande importância que a Igreja teve em sua configuração espacial e urbana num momento em que era para o Nordeste e, posteriormente, para Minas Gerais, que se voltavam os olhos de Portugal. A *Planta da Vila de Santos e de seu Porto, com suas fortificações desenhadas de novo,* do Engenheiro João Massé, datada de, aproximadamente, 1714, é importante documento para mostrar o papel organizador realizado pelas instituições religiosas. No momento em que essa planta foi executada, as três principais ordens (carmelitas, franciscanos e beneditinos) já estavam estabelecidas na região, os jesuítas ocupavam o local da antiga Casa do Conselho e a Matriz havia sido instalada na antiga igreja pertencente à irmandade da Misericórdia. Qualquer planta

ou prospecto da vila de Santos em seu período colonial chama a atenção pela quantidade de edifícios religiosos implantados: capelas, mosteiros, igrejas.

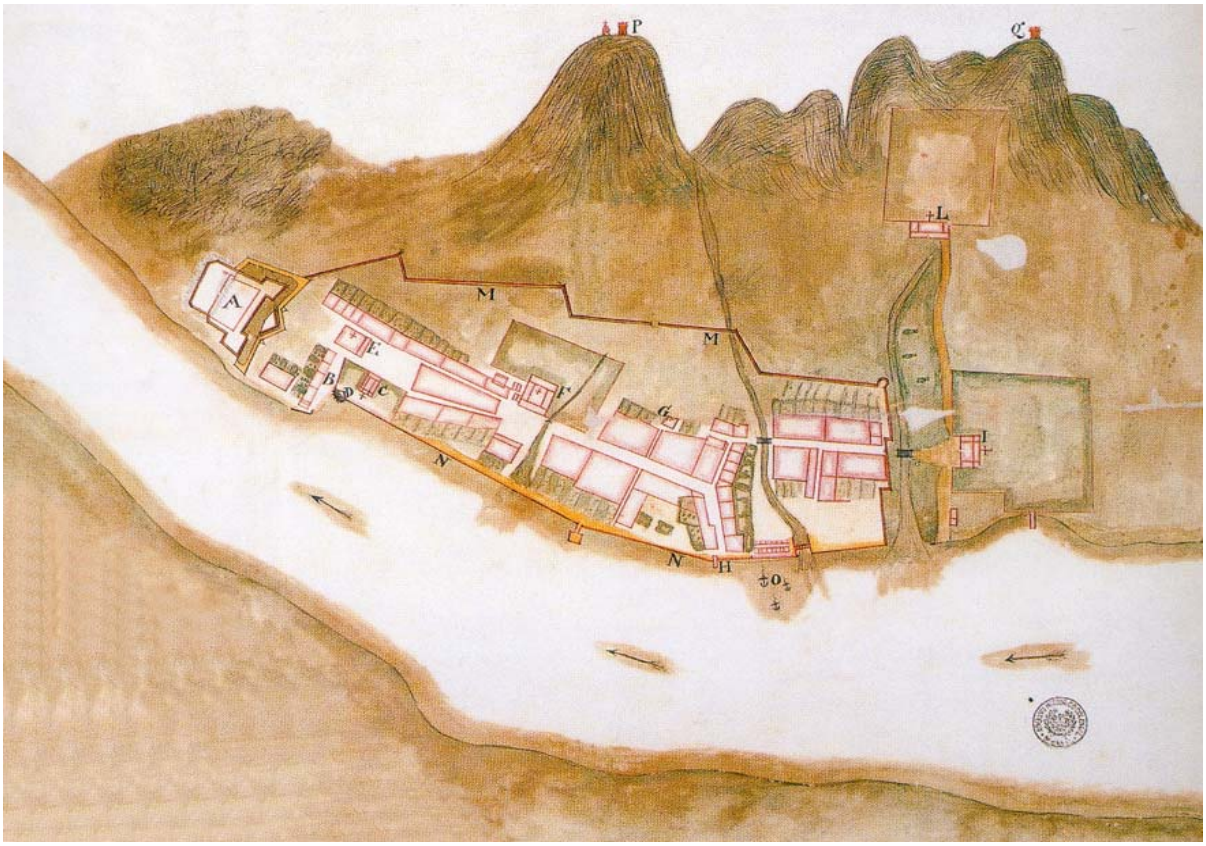


Figura 24 - "Planta da Vila de Santos...". Original de João Massé, Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.[ca. 1714] in REIS, Nestor Goulart. "Imagens de Vilas e Cidades no Brasil Colonial" São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2001. (Colaboradores: Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno, Paulo Júlio Valentino Bruna - pág. 197).

Em Santos, a Rua Direita ligava a Matriz, passando pela Igreja e Convento do Carmo, ao conjunto religioso do Valongo. Este marcava o ponto mais a oeste da vila e o lugar para onde a mesma crescia, devido à proximidade com Cubatão, que estava no caminho para São Paulo. A vila permaneceu circunscrita ao perímetro religioso Outeiro de Santa Catarina –Valongo – São Bento até fins do XIX. Algumas edificações religiosas ocuparam os morros, marcando sua posição dentro da vila também em função da posição geográfica elevada. É o caso do Mosteiro de São Bento e da Capela do Monte Serrat (essa em altitude maior que a do Mosteiro), que tiveram suas implantações nesses sítios muito provavelmente ditadas pelas normas eclesiásticas.

Em seu texto *Vilas paulistas do século XVIII,* Nestor Goulart Reis (2001) chama a atenção para o desenho urbano da vila de Santos em dois momentos de seu crescimento: um mais irregular, correspondente à parte mais antiga onde se instalaram a Matriz, o Outeiro de Santa Catarina e a Igreja do Carmo, ou seja, a que ia do outeiro até o Ribeirão do Carmo (ou Itororó), e uma mais regular, correspondente à parte mais nova da vila, onde estavam os franciscanos do Valongo. À regularidade desse traçado, Nestor associa a influência das Ordenanzas[12] usadas no Reino Hispano-Americano, possivelmente refletidas aqui por ocasião da União Ibérica (1580-1640). Se tal traçado foi, de fato, originado em cumprimento a essa legislação, o foi de forma tardia, pois no momento da formação da parte mais antiga da vila, onde o traçado é mais irregular, Portugal já estava unido à Espanha.

De fato, analisando as ruas e largos das plantas de Santos, ou seja, espaços não edificados, é possível observar que há maior preocupação com alinhamento ou arruamento na parte onde estava o Convento do Valongo. Se tal regularidade foi influenciada pelas Ordenanzas ou simplesmente fruto do uso, numa segunda fase da vila, de uma técnica já anteriormente conhecida em Portugal – a Ciência da Ruação – motivada pela intenção de evitar problemas decorrentes da falta de alinhamento, isso é assunto a ser melhor pesquisado em outros documentos da época que complementem o sugerido pelas plantas.

Os espaços vazios e de convívio dentro do tecido urbano são fundamentais para entender a regularidade ou falta dela num traçado. Com exceção das ruas, esses espaços eram, em Santos, preponderantemente religiosos, formados pelos adros e largos fronteiros às Igrejas. Da mesma forma importantes para esse entendimento são as esquinas e concordâncias entre as ruas. Muito provavelmente, seguindo as normas ditadas pelo Direito Canônico, as igrejas instalaram-se perto do aglomerado urbano, mas não coladas a nenhuma edificação; cumpriram os requisitos básicos para sua existência, tendo, entre outras coisas, cemitérios e

[12] Conjunto de leis usadas na Espanha e em suas colônias ultramarinas.

adros[13]. Posteriormente, foram se aglutinando às mesmas as edificações, ocupando, dessa forma, os espaços privilegiados da vila e desenhando um traçado urbano que revelava a forte influência das instituições religiosas[14].

2.2.2. As irmandades religiosas

As irmandades religiosas eram associações leigas que colocavam, sob a mesma devoção a um Santo escolhido, certo número de adeptos. Elas surgiram, de certo modo, como resposta à Reforma Protestante, que procurou eliminar todos os elementos intermediários entre o Homem e Deus. Participar de uma delas, no entanto, era mais do que um exercício espiritual: representava importante função social na vida de cada um. Administradas por leigos, constituíam as chamadas Ordens Terceiras e normalmente tinham uma Igreja própria (como no caso do Carmo e de São Francisco, em Santos), sendo esse um dos primeiros objetivos logo após ser criada. Até conseguirem realizar a construção, tinham, por vezes, apenas um altar em alguma outra igreja.

Entre essas ordens havia hierarquia e competição: disputavam pelo melhor lugar nas procissões – como ser a primeira a se apresentar no cortejo ou estar do lado direito da rua -, ter a igreja mais rica e bonita, entre outras coisas. Havia irmandades com mais prestígio do

[13] As *Constituiçoens primeyras do arcebispado da Bahia* estabeleciam claramente as condições de partido e implantação dos lugares religiosos: "As igrejas se devem fundar em lugares decentes, e acommodados, pelo que mandamos, que havendo-se de edificar de novo alguma igreja parochial em nosso Arcebispado, se edifique em sítio alto, e lugar decente, livre da umidade, e desviado, quando for possível, de lugares immundos, e sórdidos, e de casas particulares, e de outras paredes em distância que possão andar as Procissões ao redor dellas, e que se faça em tal proporção, que não somente seja capaz dos freguezes todos, mas ainda de mais gente de fora, quando concorrer às festas, e se edifique em lugar povoado, onde estiver o maior número de freguezes." (CONSTITUIÇOENS...Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva impressor de Sua Magestade, 1719, p. 252).

[14] Nesse processo, era formada a principal rua da cidade, normalmente chamada Rua Direita e que ligava os principais edifícios das vilas e cidades coloniais. A seu respeito, diz Marx (2003, p. 112): "...levavam dum prédio marcante a outro, quase sempre duma igreja ou casa religiosa a outra. Por aí foi se aglutinando o casario, disputando os pontos privilegiados que, à falta de outros, eram aqueles mesmos terreiros. E mais! Até os poucos edifícios públicos que, como se verá, corriam para se instalar a reboque das opções anteriormente feitas pelos edifícios religiosos."

que outras, como foi o caso das carmelitas e franciscanas. Organizadas por diferentes grupos sociais, eram manifestações dessas diferenças sendo:

> palco privilegiado para a afirmação de identidades e de interesses, construindo e consolidando a hierarquização da sociedade colonial. Se os pobres tinham vez e voz nessas organizações, negociantes e proprietários de terras estendiam seu prestígio, fortuna e poder político às irmandades que ajudavam a construir. No Rio de Janeiro, as irmandades da Misericórdia, do Santíssimo Sacramento e da Santa Cruz dos Militares reuniam os homens que compunham os quadros da administração civil e militar colonial (ISHAQ, 2006, p. 67-8).

Segundo Ishaq (2006), as associações tinham grande importância social ao permitir que os irmãos pudessem ter convívio com outras pessoas, longe do âmbito familiar. Além disso, eles contavam com uma rede de auxílio mútuo, onde seus membros eram amparados em situações difíceis, como desemprego, velhice, doença e até mesmo na morte. Devemos lembrar a importância que tinham os enterros[15] e as missas póstumas para os fiéis, sendo as cerimônias, inclusive, um bom indicador da condição social daqueles que morriam.

Entre as associações, havia alguns monopólios: a Irmandade da Misericórdia, por exemplo, tinha o privilégio real da realização dos funerais. Dessa forma, disputavam, além dos privilégios sociais, os econômicos.

2.2.3. Tempos de laicização

A relação tão íntima entre a Igreja e o Estado no Brasil começa a ter seus momentos de ruptura com as Reformas Pombalinas, notoriamente influenciadas pelos ideais iluministas do século XVIII. A República, pautada pelo positivismo, acaba por separar as duas instituições, marcando um momento onde a laicização e as novas sociabilidades – agora mais distantes e libertas da Igreja – passam a ser sentidas.[16]

---

[15] Muitos fiéis deixavam doações com a condição de que certo número de missas fossem dedicadas a ele por ocasião de sua morte.

[16] Por outro lado, apesar de alguns abalos, não podemos dizer que a Igreja perde totalmente sua importância e influência no Brasil: como citou Wernet (2004), nem os momentos de ruptura, como os acima citados, conseguiram modificar, na essência, essa tradição luso-brasileira da dependência institucional da Igreja face ao Estado. Basta lembrarmo-nos dos momentos onde a mesma teve novamente influência política, como no período de Vargas e nos anos que antecederam o Golpe de 64.

Em 1759, culminando com as propostas dessacralizadoras, são os jesuítas expulsos de todo o império lusitano, ação realizada na época do Marquês de Pombal, difusor português dos ideais Iluministas. Segundo Augustin Wernet (2004) tais ideais aplicados ao catolicismo devem ser entendidos antes como reformadores do que propriamente como anti-clericais:

> Os seguidores do século das Luzes, distanciando-se da tradição e da autoridade, aceitaram como válido apenas o que resistisse à prova da razão (inteligência) e à prova da experiência (observação). Essa atitude implicava uma nova apreciação do mundo e das realidades terrestres. Os homens deveriam aspirar à liberdade e à realização de sua felicidade na Terra. Não se atribuía a Deus outro papel senão o de ter dado o impulso que certo dia pusera o universo em movimento. Deus era considerado o construtor do relógio maravilhoso da vida terrestre, que depois se retirou para a inatividade, permitindo às outras criaturas o usufruto da livre vontade que ele, na sua sabedoria infinita, lhes dera. A religião deveria ficar dentro dos limites da razão (WERNET, 2004, p. 210).

Uma das mudanças na mentalidade da época foi a crescente desqualificação da vida contemplativa das ordens monásticas, que passaram a ser tidas como superadas e sem utilidade. A expulsão dos jesuítas foi, portanto, apenas uma das medidas que visavam reformular as ordens que viviam na colônia. Em 1764, Pombal, por um decreto régio, proibia a entrada de noviços no Brasil por 14 anos; em 1855, o então Ministro da Justiça, Joaquim Nabuco, proibia definitivamente sua admissão, medidas que, a longo prazo, apontavam para o fim dos velhos conventos e mosteiros.

Por outro lado, a situação moral da Igreja também não era das mais invejáveis: descumprindo clausuras, celibatos e outras regras, em momentos próximos à República, quando enfim se separa do Estado, foram seus membros alvos freqüentes de críticas contra os abusos, tanto de seus costumes quanto os resultantes de sua intensa participação ou intromissão na vida política do país. Visando à correção deste quadro, em fins do século XIX, a Igreja promove a Reforma Ultramontana, onde os papas passam a ampliar sua esfera de poder espiritual sobre as igrejas locais, sendo o processo justamente por isso conhecido como romanização da Igreja. Desse quadro, afirmado entre os anos de 1851 a 1921, resulta uma pastoral tradicional, de caráter universal, onde as missas eram rezadas em latim e as músicas e

vestimentas, criteriosamente selecionadas, apontando para uma ortodoxia maior das práticas religiosas. Nesse mesmo contexto deu-se também a demolição de alguns templos católicos para dar lugar a outros de estilo gótico ou românico, como no caso da Sé e do Mosteiro de São Bento, em São Paulo. Data daqui, também, a entrada de muitas congregações religiosas – bem como a volta dos jesuítas a São Paulo, em 1865 -, dando-se a substituição do modelo conventual de vida contemplativa pelo modelo congregacional ou de vida religiosa ativa, onde os religiosos ocupavam muitas funções na sociedade, sobretudo na área educacional e de saúde.

Os tempos laicizantes, produto sobretudo da combinação dos ideais iluministas e das propostas positivistas da República[17], explicam a mudança de relação entre a sociedade e os locais sagrados, que passam a ser substituídos por outros espaços de sociabilidade. Nesse momento, muitos também foram fisicamente eliminados, dando lugar a outros edifícios:

> [...]
> Dessa forma foi também construído, em estilo neoclássico e com características monumentais, o novo prédio da Alfândega no lugar onde existiam igrejas e conventos, marcos da história local e abrigo de antigas autoridades em visita à cidade. Analisando os conventos franciscanos, Murilo Marx afirma que em Santos do século XIX o convento do Valongo minguava enquanto a cidade prosperava. "Os tempos são outros, as mudanças se precipitam e prometem acelerar, Santos cresce e se transforma, o convento fenece. Extingue-se sua vida, permanecem seus bens, entre os de raiz seu terreno, qual uma gigantesca mortalha"[18]. Os largos definidos pelas igrejas e pela forma de sociabilidade que elas promoviam foram substituídos por praças arborizadas, embelezadas, com estátuas de heróis locais (LANNA, 1996, p. 93).

O entendimento desses tempos de laicização dão-nos subsídios para compreender a situação em que se encontravam nossos objetos de estudo em fins do século XIX. O quadro

---

[17] Para Martins (1990), o abalo decisivo desses tempos laicizantes aconteceu em 1872, com a Questão Religiosa, na qual defrontaram-se o Bispo Católico D. Vital de Macedo Costa e o padre Almeida Martins, maçon. Desenrolando-se por três anos, a questão terminou com a condenação do Bispo, o que confirmava apoio à liberdade religiosa. A respeito do episódio, assim coloca Martins (1990, p. 36-7): "A simbiose do sagrado e do profano, tão enraizada na sociedade brasileira, configurada na convivência oficial do Altar e do Trono, foi explicitamente questionada e os campos de luta se definiram: de um lado, o catolicismo ultramontano, representado pelas forças conservadoras associadas ao poder oficial; de outro, as idéias liberais e cientificistas, consubstanciadas na ideologia do progresso, representando a 'Ilustração' brasileira. Bispos e padres formados no modelo tridentino acentuavam a oposição, enquanto na imprensa, corria solto o discurso laico contra a Igreja e o Estado, pela pena dos bacharéis do Largo [da Faculdade de Direito]".

[18] MARX, Murilo. **Seis Conventos, seis cidades.** Tese de Doutoramento, FAU USP, São Paulo, 1984, p.130 Apud LANNA, 1996, p. 93.

das ordens religiosas em Santos é, em muito, reflexo dessa situação: em 1861, momento em que o Convento do Valongo foi demolido, alegava a Ordem Primeira que não tinha mais número suficiente de religiosos para atender a demanda da irmandade franciscana (DE BIASI, 1972); nos últimos anos do século XVIII, viviam no Mosteiro de São Bento apenas dois freis, tendo morrido um deles em 1800. Além da falta de religiosos, as ordens também viam declinar seu patrimônio financeiro, grande parte em função das diminuições de doações e dos incentivos por parte do Estado. Os ataques que haviam sido empreendidos contra as ordens começavam a mostrar seus efeitos, sendo necessário algum tempo para que as mesmas se restabelecessem, não mais com o *glamour* de outrora.

Carmo, Valongo e São Bento resistiram – ainda que com alterações – a esses momentos de intensas transformações, tendo a sorte que outros edifícios – religiosos ou não – não tiveram. Resta-nos saber em que circunstâncias passaram a ser tidos como patrimônio cultural da cidade.

2.3. Carmo, Valongo e São Bento: símbolos de permanência

Os edifícios religiosos pertencentes aos carmelitas, beneditinos e franciscanos, como vimos, foram dos primeiros a se estabelecer na vila de Santos. São testemunhas, na medida em que presenciaram, e testemunhos – a partir do momento em que são, eles próprios, indícios – das transformações e demolições pelas quais passou a vila. Foram escolhidos porque sobreviveram ao processo de mudanças e, assim, ocupam ainda a posição de transmissores de um legado (cultural, histórico, religioso...). Entende-se, para este trabalho, como imprescindível o fato de terem sobrevivido às demolições, posto que sua existência cobre um largo período de tempo, chegando até hoje e até nós. Essa ligação entre o bem existente e as transformações sofridas foram estudadas sobretudo em relação à forma como

essas alterações foram sentidas, permitindo entender em que contexto e de que forma tais edifícios passam a ser vistos como monumentos históricos.

Não por acaso esses conjuntos foram especificamente selecionados para o presente trabalho como documentos do processo de formação e existência da consciência de preservação na cidade. Em primeiro lugar, como dito, porque sobreviveram; depois, porque sofreram alterações/mutilações: o Valongo teve seu convento demolido, o Conjunto do Carmo também perdeu parte do convento, cedida para a construção do Panteão dos Andradas, na década de 20 e, na década de 60, teve a parte que restara do mesmo derrubada. O Mosteiro de São Bento perdeu suas funções originais, sendo hoje um museu de arte sacra. Tais alterações e demolições foram tomadas como aspectos fundamentais para compreender a reação (ou falta de) daqueles para os quais esses edifícios faziam-se presentes. Além disso, considerando-se um momento em que não houvesse a intenção de preservar bens arquitetônicos por razões culturais, as igrejas tinham, em função de seu uso sagrado e de algumas leis mais rígidas[19], mais chances de sobreviver, sobretudo se comparadas a outros tipos de edifícios. Em *O Patrimônio em Processo,* Fonseca (2005, p. 108) coloca que, num primeiro momento do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional – o IPHAN[20] -, os edifícios religiosos constituíram a grande maioria dos bens tombados, justificadas "pelo

[19] Leis estas que estabeleciam diretrizes tanto em relação à edificação de seu partido arquitetônico quanto à mudança de sua sede. Esse fato representou, portanto, grande auxílio na manutenção e permanência dos bens religiosos dentro da cidade.

[20] O órgão federal para preservação de bens culturais foi criado em 1937, por meio do Decreto-lei número 25. Em suas origens, era SPHAN: Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1946, foi transformado em DPHAN: Diretoria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1970, torna-se Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, IPHAN. As mudanças, no entanto, não pararam por ai: em 1979 transformou-se em SPHAN, agora Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Em 1981, torna-se Subsecretaria, mantendo a mesma sigla. Neste ano foi criada a Fundação Nacional Pró-Memória (FNPM), que teria a incumbência de realizar a política da SPHAN. Na verdade, a SPHAN tornava-se o órgão normativo e a FNPM o executivo. Em 1981 também foi criada a Secretaria de Cultura. Em 1985, com a criação do Ministério da Cultura (MinC), o órgão torna-se novamente Secretaria do Patrimônio, tendo a FNPM continuado existindo. Em 1990, com a extinção do MinC, foram também extintas a FNPM e a SPHAN. Em substituição, foi criado o IBPC: Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, que perdurou até 1994, quando foi criado o atual IPHAN: Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Por razões práticas, sempre que nos referirmos ao órgão, utilizaremos sua atual denominação: IPHAN.

lugar e pelo sentido que tinham as igrejas nas colônias luso-espanholas" e transcreve a justificativa do próprio Lúcio Costa, arquiteto então envolvido no processo:

> Sempre prevaleceu a parte religiosa porque o número de igrejas era enorme. Enquanto os anglo-saxões tinham aquela preocupação de criar riquezas, o mundo latino, de herança portuguesa e espanhola, concentrava-se na construção de conventos e igrejas. Havia uma desproporção enorme em relação à parte residencial e militar. Essa condição de que a igreja era fundamental na tradição colonial foi considerada pela crítica leiga uma espécie de desperdício. Aquela riqueza, opulência na arquitetura religiosa, muito sóbria na fachada e que você entrava nela e era aquele esplendor. Mas havia um sentido social, muito profundo, nessa aparente contradição. A igreja, com aquele esplendor todo, estava aberta, pertencia a todos, qualquer pessoa do povo, por mais miserável que fosse, era só entrar e ficar lá. (IBPC Notícias, ed. Esp., 27292, p. 4 Apud FONSECA: 2005, p. 108)

No entanto, cabe dizer que estes três suportes documentais são tomados como representantes do patrimônio arquitetônico da cidade; sua escolha – justificada acima – revela um recorte, uma seleção, sem a qual seria inviável o desenvolvimento da pesquisa.

A fim de entender o momento em que passam a ser vistos como monumentos ou patrimônio cultural foi preciso entender os valores que tinham antes, posto que a transformação de um em outro dá-se justamente pelo processo de valoração, que orienta tal mudança. Riegl (1999, p. 40), ao estudar os valores atribuídos aos bens – e aqueles que configuram o que é o monumento histórico – escreveu:

> ainda que na Antigüidade já encontremos documentados alguns exemplos isolados de respeitosa conservação de obras de arte antigas, não podemos ver nisso, em absoluto, sintomas de um culto aos monumentos não intencionados, e sim simplesmente de um culto a idéias vivas, sobretudo religiosas, que como tais não possuíam nenhum valor rememorativo (monumental), e sim um valor muito real de contemporaneidade. O respeito não se devia à obra humana e sim à divindade que havia tomado sua morada (transitória) na forma precedente[21].

Evidentemente, a atribuição de valores responsáveis pela transformação dessas igrejas – ou de qualquer outro edifício - em monumentos históricos não exclui outros tipos de valores, existentes tanto antes quanto depois dessa transformação. Entretanto, cabe-nos tentar

[21] No original: "Si bien en la Antigüidad ya encontramos documentados algunos ejemplos aislados de respetuosa conservación de obras de arte antiguas, no hemos de ver en ello en absoluto síntomas de um culto a los monumentos no intencionados, sino simplemente de culto a ideas vivas, sobre todo religiosas, que como tales no poseían ningún valor rememorativo (monumental), sino un valor muy real de contemporaneidad. El respeto no se debía a la obra humana, sino a la divindad que había tomado su morada (transitoria) en la forma perecedera".

enxergar em que momento e situação esses bens começam a ser preservados em razão de valores simbólicos que lhes são agregados.

2.3.1. Conjunto do Carmo

Em 1580 chegaram o carmelitas a Santos, tendo sido acolhidos na Capela da Graça. Nove anos após sua chegada, a Capela lhes foi doada, juntamente com um terreno vizinho à mesma. Lá, foi construído um convento, concluído em 1590. Novamente nove anos após, os religiosos adquirem outro terreno (local onde hoje se encontra o conjunto do Carmo), iniciando a construção da Igreja e de um novo convento, que viria a substituir o antigo[22].

Sobre a porta da Igreja da Ordem Primeira, existe a data de 1754, que remete a uma

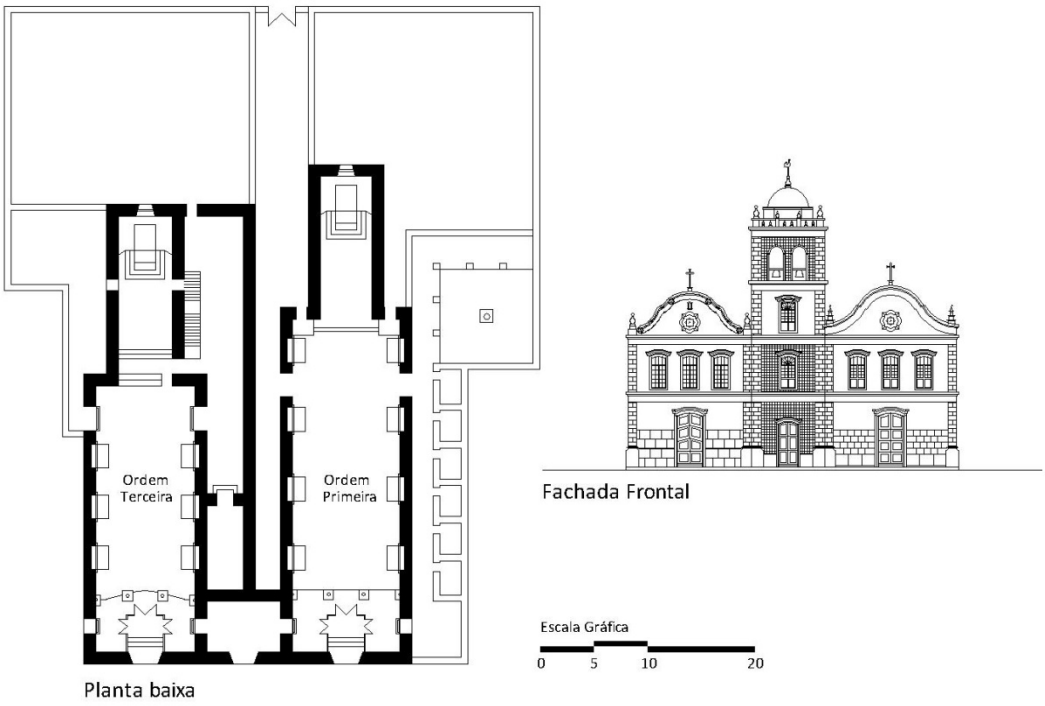


Figura 25 – Planta e fachada do Conjunto do Carmo – desenho M. Monte Mór

[22] No volume II do livro "Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil", Germain Bazin (1956) transcreve um documento do Livro do Tombo, onde o Padre Fr. Lourenço da Conceição faz uma petição ao então Governador do Brasil, Dom Francisco de Souza, relatando a necessidade de novas terras para a construção do convento: "...elles tinham muita necessidade de huns chãos cazas dentro desta dita V.A. que ficaram por morte e fallecimento de seu antecessor Bartolomeu Quarrasco o Velho para nos ditos Chãos efetuarem hua caza de Nossa Senhora do Carmo da Sua Ordem porquanto não tinhão outra parte mais acomodada na dita villa para fazerem a dita Caza e Mosteiro de sua Ordem." Há aqui um erro cometido quanto à data dessa petição: o registro feito no livro de Bazin consta que a mesma é de 20 de dezembro de 1699. em várias bibliografias consultadas, a data de início da costrução da Igreja da Ordem Primeira e do Convento é de 1599. O fato de a única fonte consultada a citar um documento, bem como transcrever um trecho do mesmo, ter sido o livro de Bazin, gerou uma dúvida quanto à data correta: 1599 ou 1699? A partir da citação, no documento, feita ao Governador Geral do Brasil, Dom Francisco de Souza, e sabendo que o mesmo exerceu seu mandato de 1591 a 1602, confirma-se que a data correta para a mudança dos carmelitas para o local onde habitam até hoje foi, realmente, 1599.

possível reforma realizada na mesma por ocasião da construção, iniciada em 1752, da capela dos irmãos terceiros. Esta última foi construída vizinha à igreja antiga, geminada à mesma e separada apenas pela torre, pertencente à igreja conventual. Em 1917 foi instalado o Colégio do Carmo, ao lado da Igreja da Ordem Primeira – no mesmo corpo do convento. Neste local ele funcionou por cerca de quarenta anos, até sua mudança, em 1959, para a ponta da praia. No decorrer dos anos, o convento foi sofrendo algumas transformações que reduziram seu tamanho; uma delas resultou na construção do Panteão dos Andradas, em 1923. Na verdade, o Panteão foi uma remodelação do mausoléu, já existente no claustro do Convento do Carmo, onde se encontrava enterrado o corpo de José Bonifácio. Sua história é a seguinte: em 1885, o presidente da província de São Paulo decidiu erigir um monumento na Igreja do Convento do Carmo, onde estava, no altar-mor, enterrado o patriarca da independência. Vindas da Itália, as peças de mármore ficaram retidas na alfândega, segundo consta, por problemas com impostos. Dessa forma, após ficar lá por algum tempo, foram postas a leilão e arrematadas por algumas pessoas ligadas à Sociedade Humanitária dos Empregados no Comércio. Na época do leilão (agosto de 1889) um jornal local[23] publicou uma reportagem engrandecendo o povo e o comércio santistas, que, "num gesto patriótico" impediram que as peças tivessem outro fim. Para o autor desta reportagem (não identificado)

Figura 26 – Capela da Ordem Terceira, Igreja e Convento do Carmo, 1865, fotografia de Militão Augusto de Azevedo.
Fonte: Acervo do Museu Paulista in BARBOSA, 2004, p. 93.

[23] Tal jornal, cujo nome não foi mencionado, foi transcrito, em partes, em *A Tribuna de Santos*, 22 de setembro de 1923.

"As nações dignificam-se venerando a tradição dos seus grandes homens". Assim, o mausoléu foi colocado no claustro do Convento do Carmo. Segundo esse mesmo jornal, havia uma Comissão Popular incumbida do levantamento do monumento[24]. A autorização para sua localização foi dada pelo Cônego Luiz Alves da Silva, procurador do Visitador da Ordem. Portanto, em 7 de dezembro de 1889, já estava inaugurado o mausoléu, no claustro do Convento.

Figura 27 - Remodelação da Praça Barão de Rio Branco (antigo Largo do Carmo).
Fonte: Foto de José Marques Pereira em data anterior a 1900. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007. Foto enviada por Waldir Rueda.

Em 1921, teve início a construção do Pantheão, que ocuparia um pedaço do convento adjacente à Igreja da Ordem Primeira e que teria por função realizar a *tarefa cívica* de juntar os três irmãos: José Bonifácio, Martim Francisco (este já na Igreja do Carmo) e Antonio Carlos, enterrado no Mosteiro de São Bento, no Rio de Janeiro. A construção do Pantheão, cuja data de inauguração deveria ser em setembro de 1922 (fato não concretizado em razão do atraso de um ano) estava inserida dentro das comemorações do centenário da independência do Brasil. Pelo tempo em que os restos mortais de Bonifácio já estavam no convento (desde 1889), e pela falta de repercussão na imprensa em relação à descaracterização dessa parte do edifício, é possível que a construção do mausoléu tenha sido, de fato, bem recebida pela população; talvez aceita como uma obra adequada para um *ilustre filho da Terra.*

[24] É possível que tal comissão não fosse realmente "popular", uma vez que, entre seus membros, estava a maioria dos que arrematataram as peças de mármore italiano, quando estas ficaram presas na alfândega. Também por seus sobrenomes, pode-se perceber que pertenciam à elite santista.

Figura 28 - Praça Barão de Rio Branco, em 1900. No Convento do Carmo, ao fundo, ainda não havia sido instalado o Panteão dos Andradas, concluído em 1923.
Fonte: Acervo da Fundação Arquivo e Memória de Santos. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007.

Figura 29 - Praça Barão de Rio Branco, em 1901. À direita, o Conjunto do Carmo (Igrejas e Convento); à esquerda, o Santos Hotel e, em último plano, a Igreja Matriz.

As igrejas possuem rico acervo de estátuas e imagens sacras: as paredes laterais do altar-mor da Ordem Primeira, por exemplo, possuem quatro telas do pintor Benedito Calixto, representando Santo Elias, Santo Eliseu, Santo Alberto e o Beato Nuno Álvares Pereira. Na Capela da Ordem Terceira, encontram-se altares laterais do século XVIII representando os passos da Paixão de Cristo e, sobre eles, algumas imagens atribuídas ao frei Jesuíno do Monte Carmelo (mesmo pintor do teto da Igreja da Ordem Terceira do Carmo, em São Paulo, e também do teto da igreja carmelita de Itu).

Em 1941, a Capela sofreu um incêndio que destruiu totalmente o retábulo do altar principal, tendo o restante da nave nada sofrido. Posteriormente, ele foi totalmente reconstruído pelo IPHAN.

2.3.2. Igreja e Convento do Valongo

Os franciscanos chegaram ao Brasil em 1585 e dirigiram-se, primeiramente, para Olinda. Na seqüência, fixaram-se em Vitória (1591), Rio de Janeiro (1606), São Paulo (1639), chegando a Santos em 1640.

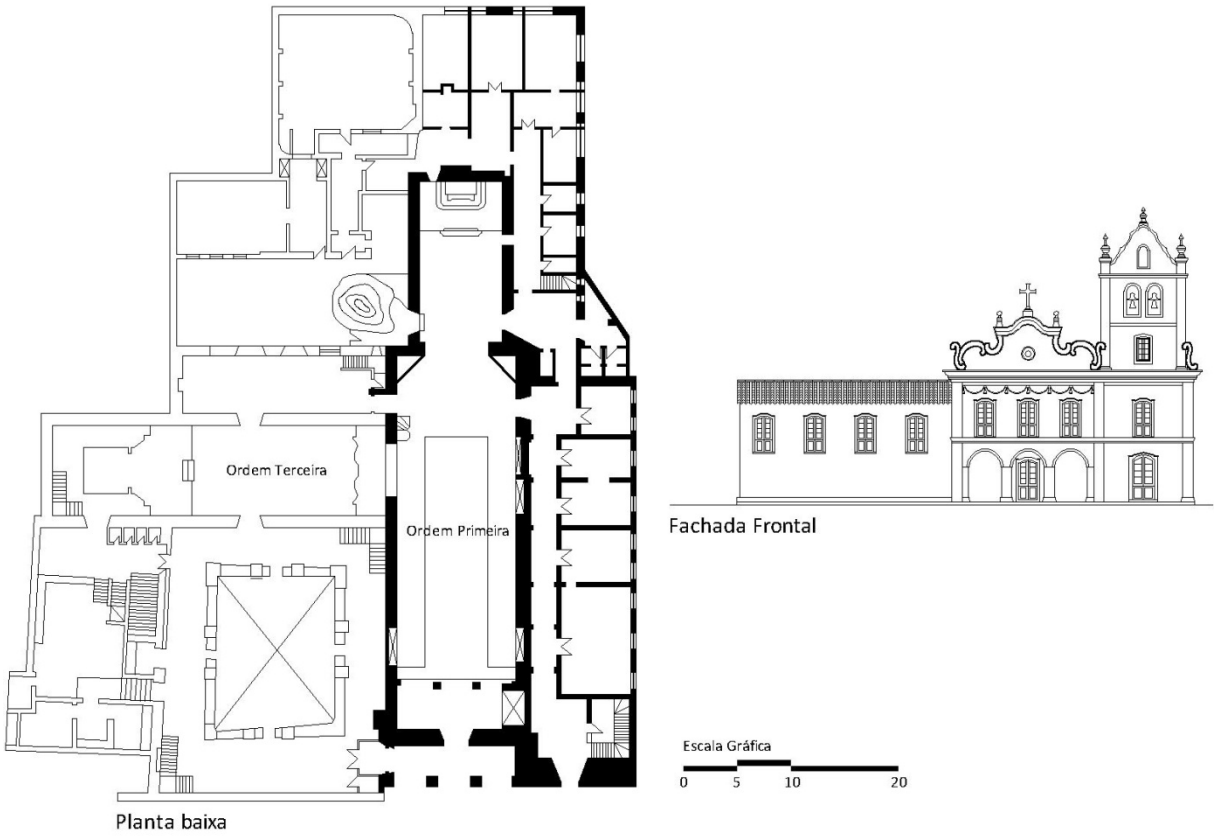


Figura 30 – Planta e fachada da Igreja e Capela do Valongo– desenho M. Monte Mór

O historiador Haroldo Leitão Camargo analisa, no processo de tombamento da igreja (P 22.391/82) dentro do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo – CONDEPHAAT - a presença dos franciscanos em Santos fundamentalmente porque a ordem era, diferentemente dos jesuítas, mais tolerante em relação à escravização dos indígenas. Por esse motivo os últimos foram expulsos de São Paulo em 1640, data anterior à expulsão desses religiosos do país. Outro fato motivador da vinda foi a invasão holandesa ocorrida no nordeste do Brasil, ocasionando a migração dos

Figura 31 – Porto do Bispo, 1865, fotografia de Militão Augusto de Azevedo. Em primeiro plano, a Estação do Valongo, ainda com seu aspecto primitivo; ao fundo, a Igreja de Santo Antônio (ou do Valongo, como é mais conhecida).
Fonte: Acervo do Museu Paulista in BARBOSA, 2004, p. 74.

franciscanos.

É bem possível que a ordem tenha se instalado na região do Valongo em virtude da presença de famílias abastadas[25] e de certas facilidades que a geografia local poderia fornecer – no caso, a de um riacho que passava onde hoje é a Rua São Bento. Esse curso d'água foi, de fato, aproveitado com a construção de um aqueduto, visível numa fotografia tirada em 1862, de autoria de Militão Augusto de Azevedo. É curioso observar que, diferentemente das outras igrejas estudadas, que são conhecidas pelos nomes das respectivas ordens que as edificaram, a igreja franciscana é mais conhecida na cidade pelo nome da região onde foi construída, o Valongo. A respeito desse nome, divergem os historiadores: para Francisco Martins dos Santos, ele surgiu de uma aglutinação de "vae ao longo", usada pelos portugueses ao se referirem ao caminho que margeava o estuário. Outra hipótese é também apresentada por Martins, com as mesmas características: o termo seria aglutinação da expressão "va al lungo", usada pelos italianos presentes na região. Outros estudiosos levam em conta que havia no Rio de Janeiro um porto do Valongo, assim como na cidade do Porto, em Portugal, onde havia uma localidade com esse nome que era, provavelmente, corruptela de "vale" e "longo", significando planície à beira do rio (*A Tribuna de Santos,* janeiro de 1983).

O terreno foi doado à ordem em 1640 e, logo em seguida, deu-se início à construção do convento, ficando os frades instalados provisoriamente na ermida de N. Senhora do Desterro, até a conclusão das obras. A capela dos irmãos terceiros, cuja nave é perpendicular à igreja conventual – à semelhança da igreja franciscana de Recife -, começou a ser construída em 1689 e, segundo pesquisas feitas pelo CONDEPHAAT, foi finalizada em 1691. De acordo com informações contidas no livro *O Convento de Santo Antônio do Valongo*, do frei Basílio Röwer (1955), também citadas no processo de tombamento do CONDEPHAAT, defronte a

[25] A importância dessas famílias ricas está diretamente associada às possíveis doações que fariam aos religiosos garantindo, com isso, sua subsistência, uma vez que os franciscanos não se dedicavam ao cultivo da terra.

esta capela havia uma outra, destinada a São Benedito, e que foi demolida provavelmente em 1798.

Certos elementos arquitetônicos que aparecem no Valongo são típicos da ordem franciscana, como o adro, o cruzeiro e a galilé. Novamente segundo informações de frei Basílio Röwer, o frontispício da igreja foi construído como imitação do frontispício original da Igreja do convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro.

Várias reformas e acréscimos foram realizados no conjunto: colocação de ladrilhos portugueses entre 1726 e 1727[26], alterações no teto da capela, em 1868. O claustro retangular pertencente à irmandade foi construído no início do século XVIII, tendo o fato provocado alguns desacordos entre esta e os frades. No período entre 1798 e 1802, Frei Joaquim da Santíssima Trindade realizou uma reforma completa no interior do Convento, que, segundo hipótese de Röwer (1995), deixou intacta as paredes principais, mas removeu o telhado da nave da Igreja. É provável que seja do período a já citada demolição da Capela de São Benedito. Em 1829, necessitando construir uma estrada de Cubatão a Santos, o governo solicitou uma parte do terreno pertencente aos religiosos, onde antes passava o aqueduto. Em troca, ele reedificaria os arcos que estavam em péssimo estado, o que, ao que tudo indica, não aconteceu. Em 1834, em meio à crise financeira, os frades vendem outro pedaço do terreno, na parte que dava frente para a Rua São Bento e, em 1855, as dependências dos irmãos terceiros foram ampliadas.

Todas essas alterações podem ser entendidas como reformas que visavam modernizar e também promover a manutenção de partes que iam se deteriorando – tanto da igreja quanto do convento e das dependências dos irmãos terceiros. No entanto, em 1861 o conjunto sofreu uma grande perda: o convento foi demolido para dar lugar à construção da estação terminal do Valongo, pertencente à linha férrea Santos-Jundiaí. Contra a venda do convento, feita pelos

[26] Consta do processo de tombamento do Condephaat que esses azulejos desaparecerem depois de 1900.

próprios freis franciscanos, em muito protestou a irmandade da ordem terceira, como se pode ver em seu Livro de Registros:

> Pelo documento que aqui se transcreve fica patente o desinteresse do Provincial, Frei Antônio do Coração de Maria e Almeida (que vendeu o Convento), não só pelo próprio Convento como pela Ordem Terceira que já começou a não ter Comissário Regular Franciscano, em vista do referido Provincial dizer que tinha reduzido número de religiosos e não podia atender o [sic] pedido da Ordem Terceira que solicitava a nomeação do Comissário; o Provincial cede a igreja do Convento de Santo Antônio para a estação do caminho de ferro (Livro de Registros da Ordem Terceira de São Francisco de Santos Apud DE BIASI, 1972, p. 46).

Num ofício dirigido ao Padre Provincial, também constante do Livro de Registros, temos mais informações sobre a posição da irmandade:

> A Ordem Terceira da Penitência acaba de receber a fatal notícia que V. Revma. houvera cedido a igreja do Convento de Santo Antônio para a estação do caminho de ferro com o que comprometeu-se a Igreja da mesma Ordem por se achar ela encravada nela, e fazer por isso um só corpo, em conseqüência, pretende-se também a desapropriação da Ordem para o mesmo fim. Não era de esperar que tão simplesmente fosse cedido esse monumento pra o qual tanto concorreram e trabalharam os nossos antepassados e fundada com a esmola do povo, o qual estava pronto a continuar essa obra pia para conservá-lo. A Ordem que faz parte da mesma família franciscana instituída pelo mesmo Seráfico Pai São Francisco, e que como tal goza de certos indultos e diretos da igreja do Convento, conforme as concessões a ela dadas, entende por isso que devia merecer alguma atenção por parte de V. Rma. e deseja saber com certeza para procurar os seus direitos, a vista do abandono em que se acha. Esta Ordem porém firme no seu posto de honra fiel às instituições que observa não cederá de seu mote próprio a sua Igreja para ser profanada senão depois de obrigada por lei. Assim pois mostrará que nos regem, como filhos do Seráfico Pai São Francisco. Consistório da Venerável Ordem Terceira da Penitência de Santos, 26 de abril de 1860 (Livro de Registros da Ordem Terceira de São Francisco de Santos Apud DE BIASI, 1972, p. 47).

Na ocasião da demolição do Convento, em 1860, a Igreja Conventual também deveria ser demolida[27]. No entanto, um milagre é tido como causa de impedimento para a ação: conta Frei Basílio Röwer (1955, p. 97) que não houve operário capaz de tirar a imagem de Santo Antônio do altar-mor. Depois de tantos esforços, terminaram desistindo e a insistência da imagem soou como um sinal de que a Igreja deveria permanecer. Segundo o historiador

[27] Pela posterior versão de Röwer (1955, p. 94-7), religioso do Convento, a Igreja da Oredm Primeira não deveria ser demolida posto que não fôra incluída na venda para a companhia responsável pela construção da estrada de ferro. Segundo ele, a primeira proposta, feita pelo Barão de Mauá, oferecia 12 contos de réis pelo Convento, com seu terreno e servidões. Os frades não aceitam e fazem uma contra-proposta, pedindo 30 contos pelo Convento e igreja, exceto a Capela dos Terceiros. Não aceitando essa segunda proposta, a Companhia deu entrada no processo de desapropriação, o qual foi logo paralisado, tendo os religiosos e os concessionários entrado em acordo. Por este, a Ordem vendeu o convento por 20 contos. Dessa forma, segundo Röwer, a venda da igreja constou apenas da primeira contra-proposta, que não foi aceita e, sendo assim, a companhia responsável pela construção da estrada de ferro não tinha direitos sobre ela.

Francisco Martins dos Santos, citado no processo do CONDEPHAAT (P 22.391/82)[28], a tradicional rivalidade entre os valongueiros e os quarteleiros (pessoas que moravam perto dos quartéis e freqüentavam a Igreja Matriz) foi sustada nessa ocasião:

> os valongueiros procuraram uma trégua em cartaz afixado na Matriz, igreja oficial dos quarteleiros. Alegaram os primeiros a profanação da Igreja, "que é de todos e é uma relíquia de nossos avós. Valongueiros vossos rivais vos convidam para uma trégua leal e uma confraternização provisória que evite o atentado". Como resultado do apelo "um exército armado de paus, pedras e bodoques, enxadas, picaretas, foices e muitas espingardas saía da Praça da Matriz (...) a caminho de Santo Antônio do Valongo". Os valongueiros unidos a gente dos quartéis correram os operários "...para longe da relíquia santista. A 24 de novembro de 1860, começaram a cair os paredões do velho convento, mas a Igreja ficou de pé respeitada, intangível, com sentinelas populares por dias até meses inteiros (...) enquanto a Mesa da Irmandade de São Francisco (ordem terceira) discutia a legalidade do ato provincial franciscano...".

Sobre o mesmo episódio, *A Tribuna de Santos* (26 de janeiro de 1939) transcreveu o cartaz que a comunidade do Valongo afixara na Matriz, reduto dos quarteleiros:

> Quarteleiros! – Gente brava como nós! Querem destruir Santo Antonio! Estrangeiros pretendem passar as nossas tradições e os nossos brios! Santo Antonio acaba de fazer um milagre! Façamos uma trégua em nossas differenças! Somos todos santistas! Armados das nossas armas e da nossa coragem, marchemos contra os profanadores! Eia! Os homens do Vallongo, vos esperam para cumprimento de um dever comum! – Os Vallongueiros.

Unidos, valongueiros e quarteleiros correram para o Valongo a fim de expulsar os operários da Inglesa e impedir a demolição da igreja, assegurada por um aviso imperial de 1861, que a colocou sob responsabilidade da Ordem Terceira, assim ficando até 1922, quando foi reintegrada à Província Franciscana. Nesta ocasião, para receber os novos freis que chegavam, foi a igreja reformada em 1922 pelos irmãos terceiros,

Figura 32 – Quartel, 1865, fotografia de Militão Augusto de Azevedo. O prédio tinha suas funções associadas ao Forte da Vila e à Casa do Trem Bélico e funcionava desde o século XVIII. Em virtude da presença deste edifício, os habitantes das proximidades – que normalmente freqüentavam a também vizinha Matriz - eram chamadas de quarteleiros.
Fonte: Acervo do Museu Paulista in BARBOSA, 2004, p. 99.

[28] A obra deste autor citada no processo é "História de Santos"; outras referências, como as páginas citadas, não foram dadas.

que acabaram subdividindo as salas que ficavam atrás da capela-mor. Algumas outras posteriores reformas são conhecidas: em 1931, quando foi inaugurada uma nova Via Sacra e também a Gruta de Lourdes; em 1932 foram feitos reparos nos telhados; em 1933, instalação de uma nova Sacristia; em 1935 houve algumas demolições ao lado da Igreja, na parte de trás da torre; em 1936 o coro foi feito com cimento, o batistério foi instalado à direita de quem entra na igreja, o púlpito mudou de lado e o teto, antes abobadado, foi transformado em plano. Em 1956 foi feita a reconstrução da fachada; em 1983, substituído o piso das galerias que levam ao pátio interno da Ordem Terceira; em 1993, a Igreja teve o telhado reformado e, em 1994, foi reformado o salão que fica no andar superior.

2.3.3. Igreja e Mosteiro de São Bento

No Brasil, o primeiro estabelecimento da Ordem de São Bento foi em Salvador, em 1581. Pela importância do local, já em 1584 o mosteiro era elevado à condição de abadia.

Em 1650 os beneditinos chegaram a Santos, tendo se instalado na Ermida de Nossa Senhora do Desterro, mesmo local que servira, anos antes, como primeiro pouso para os franciscanos. A ermida, existente possivelmente em data anterior a 1631[29], pertencera a Bartholomeu Fernandes de Mourão, que a doou aos religiosos em troca de missas e de um local sagrado para ser enterrado – ele e seus familiares.

Em Santos, além das casas de aluguéis, os monges tinham em posse também uma olaria, em local conhecido como Fazenda Santa Rita. Ao que consta, a fazenda não era adjacente ao mosteiro.

[29] Segundo ANDRADE (1980), num desenho de 1631, de autoria de João Teixeira de Albernás, cosmógrafo oficial do Reino nesta data, há uma edificação, em local onde se situa até hoje a Ermida do Desterro, com características iconográficas que a identificam como uma Igreja, capela ou qualquer construção do gênero. Segundo a autora,por não haver relatos de outra edificação no local, é bem provável que se trate mesmo da Ermida. No entanto, é certo que a mesma existe anteriormente a 1640, uma vez que os franciscanos, nesta data, usaram-na como primeiro pouso em Santos.

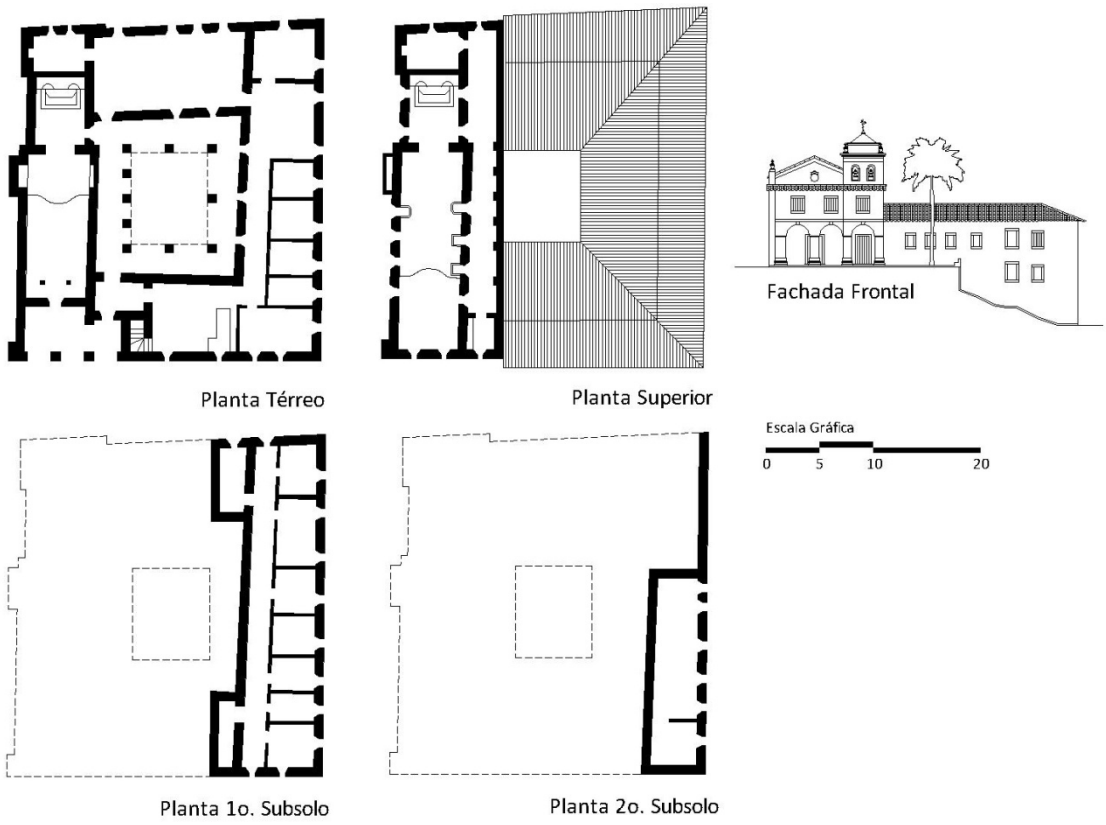


Figura 33 – Plantas e fachada da Igreja e Mosteiro de São Bento– desenho M. Monte Mór

A ermida do Monte Serrat também pertenceu aos beneditinos, tendo ficado sob seus cuidados por meio de doação expressa de seu antigo proprietário. Os religiosos tomaram conta da mesma a partir da segunda metade do século XVII até 1968, quando passou para responsabilidade da Cúria Diocesana de Santos.

Figura 34 – Rua de São Bento, com a Igreja e o Mosteiro beneditinos ao fundo, 1865, fotografia de Militão Augusto de Azevedo.
Fonte: Acervo do Instituto Moreira Salles in BARBOSA, 2004, p. 139.

As obras do mosteiro, segundo o documento "Mapa de Santos", pertencente ao Arquivo do Mosteiro de São Sebastião, na Bahia (Apud ANDRADE, 1980, p. 220), foram iniciadas em 1725, setenta e cinco anos após a chegada dos monges em Santos.

Os mosteiros deveriam receber os chamados visitadores, que eram padres que

tinham por função verificar o cumprimento da Regra bem como das Constituições Monásticas. O registro dessas visitas, anotados em livros próprios, tornou-se importante fonte de conhecimento da vida de cada mosteiro bem como de suas próprias configurações físico-espacial. Dessa forma, por meio de um livro de visitas, é possível saber que, em 1788, ele estava em péssimo estado de conservação, praticamente ameaçado de ruir. Em função disso, foi iniciada uma reforma da qual se tem noticia por outro documento, um dos "Estados". Este

Figura 35 - Mosteiro de São Bento em cartão-postal endereçado em 1902.
Fonte: ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. **Presença da Engenharia e Arquitetura na Baixada Santista**. Santos: Empresa das Artes / Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos, 2001. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007.

último consistia num relatório que o presidente do mosteiro tinha por obrigação fazer, bem como enviá-lo à Junta Geral da Congregação (ANDRADE, 1981, p. 236). Por este documento, é possível saber que a reforma empreendida terminou por reedificar a igreja, substituindo, nesse momento, alguns materiais de construção, como a madeira e o tijolo, por outros cuja durabilidade era maior, como a pedra, por exemplo. No fim do século XIX, entre 1896 e 1898, a Igreja do Desterro sofreu algumas reformas, tendo sido levantado seu telhado.

De 1969 a 1979, a Igreja passou por um longo processo de restauração, realizado pelo IPHAN em parceria com o CONDEPHAAT, tendo sido o Museu de Arte Sacra inaugurado em dezembro de 1981.

2.4. Atribuição de valores culturais: o templo como monumento

O episódio do Valongo, anteriormente descrito, mostra que, naquele contexto, houve mobilização e luta pela preservação da igreja. No entanto, falar em preservação com base em valores expressadamente culturais revela-se uma postura anacrônica: o caso do Valongo não pode ser considerado como um tipo de preservação que visava legar valores culturais a outras gerações por meio da permanência do edifício, ainda que o ocorrido em 1861 seja freqüentemente citado em contextos de discussão sobre o patrimônio cultural da cidade como a primeira ação na defesa de um monumento histórico. Trata-se de um mito de origem que visa justificar e agregar valores positivos às ações presentes. O próprio bem foi encarado na época como relíquia, termo que - apesar de ter sido usado no Brasil também com o significado de patrimônio - associado à questão do milagre que garantiu a permanência da igreja, aponta para a forte presença de valores religiosos e sagrados envolvidos no episódio. Para Maria Cecília Londres Fonseca (2005), citando Chastel e Babelon, a origem do sentimento de apego a bens materiais em função de valores simbólicos que lhes são agregados remete às relíquias:

> Em toda sociedade, desde a pré-história, [...] o sentido do sagrado intervém convidando a tratar certos objetos, certos lugares, certos bens materiais, como escapando à lei da utilidade imediata. A existência dos lares familiares, a do *palladium* da cidade, provavelmente deve ser recolocada na origem ou na base do problema do patrimônio. É preciso aproximar seu destino do de certos objetos comuns, armas e jóias, e mesmo edifícios, que, por diversas razões, escaparam da obsolescência e da destruição fatal para se verem dotados de um prestígio particular, suscitar uma ligação apaixonada, até mesmo um verdadeiro culto (CHASTEL; BABELON, 1980, p.1 Apud FONSECA, 2005, p. 54)[30].

Para Ruskin (1956, p. 238), a alusão ao sagrado serve como referência para a preservação de bens arquitetônicos: “Há um altar em cada uma das casas do homem”; já Alois

[30] CHASTEL, André; BABELON, Jean-Pierre. La Notion de patrimoine. **Revue de l’art.** Paris: n. 49, p. 5-32, 1980.

Riegl (1999), citado anteriormente, assim como Chastel e Babelon, enxerga na sacralização de um bem razão para a preservação, ainda que isso não venha a lhe conferir nenhum valor rememorativo. Dessa forma, para o autor, esses casos remetem propriamente a um culto a idéias vivas – no caso, religiosas – onde não se pode ver sintomas de um culto aos monumentos não intencionados. O respeito não se deve à obra humana, mas à divindade que se associava a tal construção específica.

Relíquias, em sua origem, eram objetos preservados para efeito de veneração dentro de uma religião e, justamente por isso, formadas por peças diretamente associadas a algum importante episódio religioso, como tecidos usados por algum santo ou até mesmo partes de seu corpo. O uso do termo também acabou se estendendo a objetos do passado – em grande parte por isso, objetos raros. Para Lowenthal (1998), relíquias são coisas claramente ligadas aos tempos idos, que permitem, pela sua materialidade e aspecto, o conhecimento e ciência desse tempo pretérito. De fato, não podemos equivaler relíquias a patrimônio cultural – embora uma relíquia possa ser patrimônio, não valendo necessariamente a inversão -, tal como o último é encarado neste trabalho. Ainda que tenham em comum a situação de atribuição de valores simbólicos a bens materiais, a relíquia não necessariamente é objeto de valor rememorativo. Ainda que possa ser transmitida para outras gerações, essa não é sua principal premissa.

Voltando ao caso do Valongo, por outro lado, ao falar que os estrangeiros pretendiam passar suas “tradições e brios”, fica revelado o choque entre um poder local e uma intervenção externa: esses estrangeiros eram os homens da ferrovia, da Inglesa. Lutava-se pela continuidade de uma forma de viver – talvez aí simbolizada pela igreja que seria demolida – ameaçada por uma força externa que se impunha. Aliás, em Santos, não foram poucos os choques entre os poderes locais e os de fora, como no caso da remodelação do Porto e no saneamento conduzido por Saturnino de Brito. Para Lanna (1996, p. 45)

> O sentimento de "ser santista" aparece sempre nos momentos em que o poder estadual ou grupos econômicos pretendem intervir na cidade e revela as tensões existentes nas relações com o planalto. Expressa atitudes vistas pelas elites locais como reveladoras do descaso com que Santos seria tratada pelas autoridades centrais e aponta a força destas intervenções, que quando ocorrem são vistas como desrespeito às tradições locais.

Foi preciso muito tempo, após o episódio do milagre, para que os bens arquitetônicos da cidade fossem preservados em razão de valores culturais e com objetivos claros de se legar tais valores. As pesquisas feitas nos jornais, até fins da década de 60, mostraram muito mais os silêncios do que propriamente ações ou discussões a respeito da preservação desse legado. Tal silêncio, como sempre, é revelador.

A Capela do Carmo sofreu um incêndio em 1903 e, no jornal da época, praticamente nenhuma lamentação foi registrada, tendo apenas os irmãos terceiros publicado anúncio para que concorrentes apresentassem projeto para a reconstrução. Obviamente podem ter existido tais lamentações, fato que não temos como perceber analisando apenas uma fonte. Interessa-nos, no entanto, construir um panorama geral e tentar investigar se, nesse quadro, havia espaço para a discussão da preservação do patrimônio de uma forma mais abrangente e não pontual. Tal cenário, por sua vez, aponta para um momento em que a tônica era dada mais pela substituição de prédios antigos do que propriamente pela discussão ou ações que tratassem de sua preservação. Basta lembrarmo-nos das demolições que aconteciam nesse momento, como a da Capela da Graça, da Igreja Matriz e da Capela Jesus, Maria e José, apenas citando poucos exemplos.

Em 1923, a instalação do Panteão dos Andradas em parte do antigo convento carmelita – fato que o descaracterizava – era vista com satisfação tanto pelos jornais quanto pela elite santista. Novo incêndio da Capela da Ordem Terceira do Carmo, em 1941 – momento em que já era tombada pelo IPHAN -, basicamente passou fora da pauta encontrada nas páginas dos jornais pesquisados. Da mesma forma, pouca divulgação deu a imprensa escrita ao processo de restauração que era feito, também nesse mesmo ano, pelo IPHAN. Aqui, cabe um

parênteses para explicar o reconhecimento oficial de valores, por meio do tombamento, nos edifícios estudados.

Criado em 1937, o IPHAN[31] - órgão federal que deveria zelar pelo patrimônio cultural brasileiro – já em 1939 abria os primeiros processos de tombamento para edifícios santistas. Por ora, interessa-nos saber que neste ano realizava estudos para a proteção da Capela da Ordem Terceira do Carmo, tombada em 1941, e que o Mosteiro e Igreja de São Bento sete anos após teriam o reconhecimento de seus valores pelo órgão. Da Ordem Terceira[32], no Valongo, foi tombado apenas o retábulo, em 2003, por meio de um processo que fora aberto em 1957. Tendo como objetos principais de preservação os remanescentes do período colonial – e como grandes vilões a arquitetura eclética do século XIX – podemos sem muito esforço perceber que São Paulo não era, comparativamente a outras regiões brasileiras, a menina dos olhos do IPHAN, que tinha muito a descobrir no Nordeste e em Minas Gerais. Mário de Andrade, funcionário da regional do Instituto em São Paulo, ao fazer a pedido do presidente do IPHAN, Rodrigo Mello Franco de Andrade, levantamento do que havia a ser preservado em seu Estado, escreve:

> E há o problema geral de S. Paulo. Você entenderá comigo que não é possível entre nós descobrir maravilhas espantosas, do valor das mineiras, baianas, pernambucanas e paraibanas em principal. A orientação paulista tem de se adaptar ao meio: primando a preocupação histórica à estética. Recensear e futuramente tombar o pouco que nos resta seiscentista e setecentista, os monumentos onde se passaram grandes fatos históricos. Sob o ponto de vista estético, mais que a beleza propriamente (esta quase não existe) tombar os problemas, as soluções arquitetônicas mais características ou originais [...] (ANDRADE, 1981a, p. 69).

No entanto, dentro do Estado, Santos foi uma cidade que despertou interesse em virtude da existência de fortificações e conjuntos religiosos barrocos. Ainda hoje, depois da

[31]A respeito da atuação do IPHAN, consultar, principalmente, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (Brasil); SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil**: uma trajetória. Brasília: MEC; SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, 1980 e FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005. Nesta última obra, também se encontram as primeiras medidas de preservação surgidas no Brasil.

[32]Em 1959 o IPHAN dava parecer contrário ao tombamento da Igreja da Ordem Primeira, alegando que a mesma estava muito descaracterizada (*Condephaat,* P 22.391/1982, p. 102-103).

cidade de São Paulo – com onze edifícios sob proteção federal -, Santos é a que mais apresenta bens tombados pelo Instituto: ao total são sete, sendo seguida por Itu, com três bens imóveis tombados.[33] Se tomarmos, por outro lado, o número de bens tombados nos trinta primeiros anos de vida da instituição, período conhecido como fase do patrimônio de pedra e cal[34], temos que Santos aparece na liderança: seis edifícios, seguidos por cinco bens protegidos ou em processo de proteção em São Paulo e os mesmos três em Itu. Antes e mais do que em outros municípios paulistas, já nos anos 40 a cidade começava a tomar contato com um vocabulário ainda novo até para o resto do Brasil, onde o termo "tombamento" apontava para uma nova forma de olhar a paisagem edificada.

Na esfera estadual, o CONDEPHAAT [35], criado em 1968 – abre processo para tombamento do Conjunto de São Bento e da Capela da Ordem Terceira do Carmo, ambos em 1973 e em caráter *ex-offício*, posto que já eram protegidos pelo órgão federal. A Igreja e o Mosteiro de São Bento foram tombados em 1979 e a Capela do Carmo, em 1981. O pedido que resultou em proteção do Conjunto do Valongo (para as duas igrejas) partiu do próprio órgão, em 1982[36], e o bem foi tombado apenas em 1995. Basicamente, toda a tramitação dos processos envolveu apenas a troca de informações entre funcionários dos órgãos de proteção das duas esferas, tendo as poucas intervenções externas vindas do Ministério Público, que solicitou, em 1992, informações a respeito da morosidade do processo de tombamento do Valongo, e da Assembléia Legislativa do Estado que, em 1974, denunciava o lastimável

[33] Dados obtidos no site do Arquivo Noronha Santos: http://www.iphan.gov.br/ans/inicial.htm (acesso em 04 de dezembro de 2007).

[34] Os trinta primeiros anos do IPHAN são conhecidos como sua "fase heróica" ou época do "patrimônio de pedra e cal", período que coincide com a presidência de Rodrigo Mello Franco de Andrade. Nesse momento, os principais objetivos do órgão era salvar o patrimônio imóvel – notadamente os edificados até o século XVIII -, ficando para depois o tombamento paisagístico, controle de entrada e saída de obras de arte e até mesmo o reaproveitamento de monumentos que haviam perdido suas funções originais de uso. Por esse motivo, a seleção do que preservar, nesses primeiros anos, partia de sugestões dos próprios técnicos do patrimônio, fato que permite a análise de seu discurso e de seus objetos e lugares de predileção.

[35] Para maiores informações a respeito da criação do Condephaat, consultar RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado**: a instituição do patrimônio em São Paulo 1969 -1987. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Editora UNESP; Condephaat, 2000.

[36] De acordo com o processo do Condephaat para o tombamento do Valongo, P 22.391/82, a solicitação original para proteção do bem datava de 1975, mas foi arquivada devido a falhas de encaminhamento do processo, tendo sido aberto, logo na seqüência, o P 22.391/82.

estado de conservação em que se encontrava o Mosteiro de São Bento, solicitando à Secretaria de Cultura apoio na restauração que vinha sendo desenvolvida pelo IPHAN.

Voltando à trajetória de nossas igrejas, temos que em 1955 a Igreja do Valongo seria reformada. Com a intenção de obter donativos orçamentários para as obras, seus membros publicaram o seguinte artigo no jornal:

> A fachada do vetusto templo está passando por grandes reformas, como também outras dependências. Os gastos destas obras ascenderão à cifra de Cr$ 600.000,00, mais ou menos. Como há três séculos atrás, confiamos na proverbial generosidade do povo santista, e fazemos agora novo apelo neste sentido.
> Em outras épocas, quando a febre amarela grassava nesta cidade, muitas vezes este velho templo serviu de hospital, e quantos, com a dedicação dos frades daquele templo recuperaram a saúde, voltando à vida ativa, dando graças a Deus.
> Foi também ali, o primeiro ponto de abrigo da imigração, logo após a libertação dos escravos em 1888, e mesmo depois da proclamação da República, manteve o colégio de ensino primário – Colégio do Perpétuo Socorro -, onde muitos santistas, que mais tarde se fizeram dignos desta terra, foram receber as primeiras luzes do alfabeto.
> Nos templos [sic] mais antigos, quando Santos ainda era um pequeno burgo, os moradores concentravam-se nesse templo, para levar a efeito as suas festas religiosas, sobressaindo a importante 'procissão das cinzas', que aparecia nas ruas de Santos com 14 ancores, com imagens de diversos santos.
> Foi também nesse lugar, na parte pertencente à Ordem Terceira da Penitência, que muitas vezes serviu de Tribunal de Júri, conforme consta dos arquivos da mesma.
> Em 1823, hospedou o padre João Maria Masttai Ferrete que, mais tarde, foi papa com o nome de Pio IX.
> Deixemos que fale a obra da autoria do historiador franciscano Frei Basílio Rower, perfeito conhecedor dos arquivos da Província da Imaculada Conceição.
> Está a venda este trabalho, em benefício da restauração do Valongo. Embora não seja um livro volumoso, contém fatos interessantes até agora desconhecidos. Encarregou-se do seu prefácio o Dr. Ciro Carneiro (*Tribuna de Santos,* 05 junho de 1955).

A solicitação de ajuda, dirigida principalmente aos fiéis, ressaltava a importância sobretudo institucional que a Igreja do Valongo tivera durante todos os seus anos de existência: ajuda ao povo em ocasiões de desgraça, como a febre amarela; abrigo para imigrantes vindos de lugares distantes, sendo-lhes sua casa; auxílio religioso. Obviamente, a Igreja tinha muito valor para a cidade, tanto mais para seus fiéis. A notícia enfatiza a importância do templo em função de seus usos. Ao mesmo tempo, o prefácio de Cyro Carneiro – prefeito da cidade entre 1938 e 1941-, feito para a obra do Frei Basílio Röwer, acentuava outros valores. Após falar sobre igrejas que não existiam mais em Santos – Capela de Santa Catarina; Igreja Matriz, demolida em 1908 pela municipalidade para "alargamento e

aformoseamento" (In: RÖWER, 1955, p. 23) da Praça da República, colégio dos Jesuítas e capela de São Miguel, Capela de Nossa Senhora da Graça – e das que estavam em vias de desaparecimento, como a Capela de São Francisco de Paula, escreve Cyro:

> Restam, pois, daquela época, além dos dois templos beneditinos, acima lembrados, os conventos do Carmo e de Santo Antonio, êste, aliás, mutilado pela desapropriação feita em 1861 pela São Paulo Railway, que demoliu a parte ocupada pelo convento antigo.
> É notável o desamor dos brasileiros pelos monumentos e tradições de sua história. Nada se faz para preservá-los e conservá-los, como costumam fazer outros povos. Ao contrário, como que há o propósito de desnaturá-los, consumi-los e destruí-los.
> Ainda agora está em processo uma tentativa para relegar-se ao abandono o Panteon dos Andradas, a pretexto de que é exíguo, propondo-se a remoção da sepultura do Patriarca e dos despojos de seus irmãos, que ali repousam, para outro lugar.
> Fala-se, até, na possibilidade da venda e demolição do convento do Carmo, para melhor aproveitamento econômico do terreno, altamente valorizado...
> O Convento de Santo Antonio, além daquela mutilação de 1861, imposta em nome do progresso, para a construção da estação da estrada de ferro, sofreu a ação do tempo, num longo período de abandono.
> A parte restante passou em 1935-36 por uma reforma, realizada com o intuito piedoso e louvável de preservar-se o velho edifício. Ao zêlo e carinho dos promotores dessa obra escaparam alguns pequenos defeitos, entre os quais avultou a implantação de uma gruta de N.S. de Lourdes num dos vãos da fachada.
> A obra agora projetada tem por finalidade principal a conservação e preservação do histórico templo e a correção daqueles pequenos senões.
> Êsse é, pelo menos, o empenho dos frades que a querem realizar. Oxalá não lhes faltem os poderes públicos e a população santista com os recursos financeiros que são indispensáveis para a realização do seu piedoso desígnio e que o povo e govêrno atendam ao seu apêlo.
> Nêle ouvimos o eco das vozes celestiais com que, na velha igreja de São Damião, o Senhor conclamou a tarefa análoga o seráfico Santo da Porciúncula, o Espôso da Pobreza, dizendo-lhe: "Restaura minha casa para mim" (RÖWER, 1955, p. 24-6).

O prefácio de Cyro Carneiro, conhecedor do que faziam "outros povos" em relação a seus bens arquitetônicos, revela-nos que a preservação de bens materiais, inclusive obras arquitetônicas, não era de todo desconhecida por algumas pessoas. Carneiro tem, em seu discurso, muitas das preocupações trazidas por órgãos de preservação, sendo a descaracterização dos monumentos uma delas. O enfoque dado à Igreja mais claramente como bem cultural, objeto passível de preservação por esse tipo de valor, restringiu-se ao prefácio, limitando-se a imprensa a divulgar, posteriormente, o término das obras e o convite para a inauguração, em julho de 1955.

A ausência de notícias na imprensa, assim como o fato de não haver interessados na cidade que solicitassem aos órgãos de patrimônio a preservação dessa arquitetura – boa parte

ruindo -, revela que até pelo menos o final dos anos 60 – quando começam a aparecer as primeiras notícias nos jornais - não podemos falar da existência na cidade de uma mentalidade preservacionista cujo objeto de preocupação fossem os bens arquitetônicos. As primeiras ações do IPHAN em Santos, tão logo fora criado, mostraram-se distantes da realidade local, sendo preciso um tempo de maturação – e boa dose de indignação de algumas pessoas da cidade – para que seus feitos começassem a despertar algum interesse. Dessa forma, foram comuns notícias como a veiculada no dia 27 de junho de 1965 (*A Tribuna de Santos)*, que falava sobre o Mosteiro de São Bento, tombado em 1948:

> E, por paradoxal que pareça, essa vinculação histórica [o autor refere-se ao fato de ser o prédio tombado] está impedindo que o mosteiro sofra reparos.
> Como patrimônio histórico tombado, compete ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional cuidar de sua conservação. Os próprios jesuítas que hoje habitam o mosteiro já se propuseram a proceder a alguns reparos, principalmente nas colunas do altar-mór [sic], visivelmente atingidas por cupim. No entanto, nada poderá ser feito sem autorização e supervisão do IPHAN, que, até o momento, ainda não se mexeu para restaurar o velho mosteiro.

A partir do final dos anos 60, Carmo, Valongo e São Bento começam a ser encarados de outra forma, principalmente pela imprensa local. Uma reportagem de 1975 (*A Tribuna de Santos,* 11 de junho) mostra o tratamento que era dado à Igreja do Valongo, única ainda não tombada[37], mas tratada como patrimônio:

> **Um caso de abandono** – Uma das poucas relíquias históricas da Cidade está se deteriorando aos poucos, sem que as autoridades dela tomem conhecimento: a Igreja de Santo Antônio do Valongo, que teve sua construção iniciada em 1640 e ficou pronta em 1645. Além do magnífico altar barroco da capela da Ordem Terceira de São Francisco, a igreja ainda possui muitas peças sacras originais, como pias de água benta esculpidas em mármore, imagens de santos, o painel em alto-relevo do altar.
> [...].
> **Conservação** – De acordo com o vigário da paróquia do Valongo, a conservação da Igreja é feita com os poucos recursos das coletas durante as missas, pois a população do bairro é pobre e não pode contribuir muito. O altar principal está infestado de cupins, que já atingiram também as imagens de madeira (há pouco tempo foi feita uma dedetização, que não resolveu muito).
> Os altares laterais também estão necessitando de limpeza geral, além de serviço de restauração. O vigário explica que, primeiro, seria necessário [sic] a restauração da madeira dos altares e santos, pra que depois um bom especialista cuidasse da pintura e da folheação a ouro. 'Mas isto está inteiramente fora de nossas posses, afirma. Vamos nos remediando da maneira que é possível'.
> [...]

[37] Fato que só aconteceu em 2003.

> **Sem amparo** – Embora *seja considerada um patrimônio histórico de Santos*, a Igreja do Valongo ainda não foi tombada por nenhuma entidade, nem tem amparo oficial. Por volta de 1800, passou por uma restauração, e grande parte das peças que lá existem hoje são dessa época, inclusive bancos entalhados e móveis para atos litúrgicos no altar. Em 1937, foi feita nova reforma, por iniciativa do frei Vicente Borgard, que ainda vive, muito idoso, em Niterói.
> A Igreja do Valongo, com toda sua tradição, é marco histórico de arquitetura e aguarda que as autoridades se interessem por ela, ajudando a salvar o que ainda existe em seu acervo (*A Tribuna de Santos,* 11 de junho de 1975. Grifo nosso).

Isso acontecia não somente com esses edifícios... Pelo olhar dos órgãos de proteção – notadamente do IPHAN -, já fazia certo tempo que dois deles eram vistos como patrimônio a ser preservado para as gerações futuras, tempo que era de quase trinta anos no caso do Carmo. Ainda na primeira metade da década de 70, saía da cidade a primeira solicitação para preservação de outros bens que não aqueles já tombados pelo IPHAN ou CONDEPHAAT. Os jornais e os processos de tombamento passaram a mostrar outros envolvidos na questão. O cruzamento de informações contidas em diversas fontes, mas sobretudo nas citadas anteriormente, levaram-nos ao estabelecimento do recorte temporal a ser estudado, objeto das análises do próximo capítulo, onde tentaremos buscar as razões e os envolvidos na discussão acerca da preservação de bens arquitetônicos da cidade, que então passava a existir.

A PRESERVAÇÃO DE BENS ARQUITETÔNICOS EM SANTOS:
1974|1989

3.1. O que veio antes

Em meio às bruscas mudanças que ocorriam na Santos do segundo quartel do século XIX até princípios do século XX, das quais o episódio do Valongo - descrito no Capítulo 2 - fazia parte, da cidade cosmopolita que se descortinava, um grito "extemporâneo", no dizer da historiadora Ana Luiza Martins (1989) a favor da preservação (neste caso, da natureza) era dado por Vicente de Carvalho. Advogado e poeta, o conhecido "Poeta do Mar", Vicente habitou uma cidade que dia-a-dia perdia suas referências simbólicas, como o próprio marco de fundação local – o Outeiro de Santa Catarina -, demolido em 1869 com autorização da Câmara Municipal. Em meio a esse cenário, "o mar se constituía no refúgio inalterado, na paisagem irretocável que o confortava e alargava seus horizontes até o infinito" (MARTINS, 1989, p.137). É para essa paisagem natural que o poeta volta suas defesas, tanto por meio de sua obra poética quanto por discursos que tinham claramente esta intenção. Dentro deste último, chama a atenção a *Carta Aberta ao Exmo. Sr. Presidente da República,* de 22 de agosto de 1921, pedido de defesa para a Praia da Barra, ameaçada pela especulação imobiliária:

> Exmo. Sr. Presidente da República:
> Simples cidadão, sem outro título que o de filho desta cidade a que V. Excia. dá hoje a alegria da sua visita, venho dirigir a V. Excia. uma súplica.
> [...] Interpreto perante a V. Excia., Supremo Magistrado da Nação, um sentimento que está apaixonando toda a população santista. Paira sobre ela a ameaça de ser privada da maior das belezas de sua terra – da linda praia da Barra, jóia doada pela natureza e que a nossa cidade vem, de geração em geração, gozando largamente e conservando com carinho. [...]
> Sob pretexto de que esta praia é terreno de marinha, estão particulares tentando apropriar-se dela a título de aforamento.
> Entrando assim no domínio do privado, o tradicional logradouro público desapareceria fracionado, mutilado, despedaçado como por mãos de bárbaros, com proveito pecuniário de alguns indivíduos; e, sacrilegamente coalhada de construções particulares, a linda praia da Barra deixaria de existir, como dádiva mal empregada feita pela natureza a quem não a soube aproveitar.
> [...] Deus do Céu! Que idéia essa de alguém que é o Governo Brasileiro, e o Governo de um brasileiro que se chama Epitácio Pessoa, vender pelo prato de lentilhas que a Bíblia consagrou na execração dos homens, uma linda e preciosa jóia de família, da nossa família santista, da nossa família paulista, da nossa família brasileira... [...]
> [...] É pensar que, por atenção a pequenos interesses de dinheiro, de pouco dinheiro, de uma migalha, de alguns mesquinhos contos de réis que seriam para o Tesouro nacional como gotas de água para o mar, para o imenso e verde mar de nossa terra natal, o Governo Brasileiro, o Governo de Epitácio Pessoa, consentiria, nunca em

> que o que é, tradicionalmente, um patrimônio comum, fosse partilhado, como *res-nulius* entre particulares; que o que é de todos nós, santistas, paulistas, brasileiros, passasse a ser de alguns indivíduos. [...] (CARVALHO, Vicente Augusto de. Dois Discursos e Uma Carta. São Paulo: Martinelli, Passos & Cia, 1921 Apud MARTINS, 1989, p. 149).

Nesse mesmo período, outro personagem, amigo de Vicente de Carvalho, buscava o passado de Santos em objetos materiais e, vez por outra, falava da preservação destes. Tratava-se de Benedito Calixto de Jesus, o mais famoso pintor da paisagem santista. Calixto nascera em Itanhaém, em 1853, morou a maior parte da vida em São Vicente e faleceu em São Paulo, em 1927. Pintor que começa seu ofício de maneira autodidata, ele representava marinhas e quadros com temas históricos (Calixto era também historiador, aos moldes dos demais historiadores do período, isto é, sem formação acadêmica específica). Esses últimos, sobretudo, renderam-lhe a fama. Membro do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo e fornecedor de quadros para o Museu Paulista, aos cuidados de Afonso Taunay - diretor da instituição e também membro e consultor do IHGSP assim como de outros IHGs do país -, sua pintura entra em perfeita sintonia com a história produzida dentro dessas duas instituições, por sua vez o tipo de história que se fazia à época. Em suas telas, ao preocupar-se em colocar a "verdade" sobre a chegada dos portugueses na região, identificando o local exato onde Martim Afonso teria ancorado, os lugares que percorrera, a rota que fizera, Calixto lançava luz

> sobre uma série de questões fundamentais para a celebração da história paulista e para a consolidação simbólica do estado. Por exemplo, a definição de qual teria sido a localização do primeiro porto paulista, qual a sede da capitania, qual o grau de sujeição dos povoadores aos mandos de Lisboa, entre outras, permitiriam a sacralização do local onde começou a longa trajetória histórica que culminou com o então importantíssimo porto de Santos; ou então, rastrear as evidências de independência e rebeldia que forjaram um caráter supostamente livre, rebelde e republicano nesse estado. O resultado das investigações ressoava vivamente nos acontecimentos do final do século XIX, nas decisões do poder público e na disputa por reconhecimento simbólico e pessoal (ALVES, 2003, P. 26).

Para entender o trabalho de Calixto, assim como a produção histórica do período, é necessário uma pequena digressão que busque compreender o pensamento de uma instituição e suas "filiais" pelo país: o Instituto Histórico e Geográfico, instituição que concentrava os

mais renomados historiadores brasileiros, sendo referência de certa forma hegemônica na maneira como se dava a produção do conhecimento histórico até pelo menos os anos 30, quando começa a despontar historiadores com outras visões e métodos científicos. O primeiro deles, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro[1], foi criado em 1839 e o congênere em São Paulo data de 1894. Feitas as ressalvas a diferenças existentes, não só entre o de São Paulo e o Brasileiro, como a outros IHGs no país, como o fato de o Brasileiro afinar-se à Monarquia, enquanto o paulista à República, uma linha condutora unia a produção historiográfica dessas instituições: produzir um saber oficial, contando a História por meio dos grandes feitos e personagens. Para Schwarcz (1993, p. 136), ao lado dessas diferenças

> sobressaía certa intenção comum que os identificava: criar uma história brasileira, ou melhor, dar um passado ao país e generalizar histórias de certos grupos regionais influentes. Com efeito, os institutos cumpriram à risca o ditado que diz 'para bem lembrar é preciso muito esquecer', mesmo que tal atitude deliberada implicasse uma eleição rigorosa dos pares, para melhor delimitar o espaço dos excluídos.

Dar o passado ao país – como no caso do IHGSP, que pretendia contar a história do Brasil pela própria história de São Paulo – significava construir sua tradição, que apontaria para uma marcha linear rumo ao progresso. Tal projeto

> se resguardava em uma pretensa objetividade construída a partir de uma consciente seleção de episódios e vultos que encobria interesses imediatos, tão essenciais quanto as exigências mais propriamente intelectuais. Era por meio desse ideal de imparcialidade que se procurava fazer dessas instituições um 'local de ciência' (SCHWARCZ, 1993, p. 134).

Para a afirmação dessa história, valiam-se também os institutos da produção de medalhas, hinos, uniformes e monumentos – e aqui reside nosso interesse em entender o pensamento dessas instituições – como o da Praça da Independência, em Santos, e os edifícios comemorativos ao Centenário da Independência, na Estrada Velha do Mar, ambos feitos

[1] Para melhor compreensão da atuação dos IHGs, ler SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870 -1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993. Para o caso mais específico de São Paulo, ver FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante:** letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002. Nesta obra, Ferreira aborda detalhadamente a invenção da tradição paulista, com o seu mito bandeirante.

seguindo instruções dadas por Taunay. Em todos, era corrente o exercício de exaltação patriótica.

A história e tradição serviam para confirmar um presente glorioso que só o era porque herdeiro de fatos e nomes ilustres, portanto, memoráveis. Dessa forma, os membros do IHG

Figura 36 - Monumento aos Andradas, na Praça da Independência (Avenida Ana Costa), em cartão-postal de meados dos anos 40. No momento em que foi construído (1922), o monumento destacava-se das demais edificações não só pelo afastamento que tinha das mesmas (conservado até hoje), mas também pela altura, hoje minimizada face à existência de inúmeros prédios que avizinham a praça.
Fonte: disp. em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007. Foto enviada por Francisco Carballa.

Figura 37 - Monumento aos Andradas, em 1956, em fotografia tirada por Kauffmann.
Fonte: *A Tribuna,* 10 de junho de 2005. Disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007. Foto enviada por Orlando Rodrigues Pereira.

maravilhavam-se, também, com o progresso da cidade. Ao fazer um estudo sobre Santos[2], Júlio Conceição, membro do IHGSP e futuro membro-fundador do Instituto Histórico e Geográfico de Santos – IHGS -, compara a cidade a Nova Iorque: "E assim como a portentosa Nova York tem o desvelado carinho do *yankee* e constitue o seu orgulho, Santos, que em breve será, sem dúvida alguma, o orgulho brazileiro, deve merecer a estima e patriótica atenção de todos nós" (RIHGSP, v. XV, 1910, p. 325-6 Apud FERREIRA, 2002, p. 132).

Calixto, dentro do espírito da História emanada pelo Instituto Histórico, contribuía para a invenção de um passado para o Estado e a cidade. No dizer de Caleb Alves (2003, p. 26), colocava-se "a serviço de uma determinada versão". Seus retratos de paisagens e vistas de Santos, sempre usando um mesmo ponto de vista do observador para diferentes

[2] A análise de certas cidades consideradas propulsoras das glórias presentes também tiveram lugar nesta produção historiográfica, onde sobressaíam os fatos memoráveis e as biografias enaltecedoras.

temporalidades, tentavam transmitir a idéia de um passado que continuara no presente e se prolongaria para o futuro, sem rupturas e mudanças bruscas. Uma linha temporal perfeita que justificava as glórias do presente do qual Calixto fazia parte e que condicionava esse mesmo presente à existência daquele passado específico; um "progresso ordenado e sem conflitos" (ALVES, 2003, p. 213). Não foi à toa que o pintor privilegiou os locais atingidos pelas reformas modernizadoras da segunda metade do XIX e começo do século XX.

Investigações históricas, prospecções e trabalhos de arqueologia eram empreendidos por Calixto visando auxiliar sua produção artística. Todo esse material - além de servir como modelo -, uma vez exposto no Museu Paulista, ao lado de suas telas, legitimava e dava veracidade a elas por meio da comparação entre o objeto real e a história pictoricamente contada. Os objetos – como canoas, utensílios domésticos e outros -, no mesmo local que as pinturas, mostravam que o episódio narrado de fato existira.

Ora, entre os "objetos" usados por Calixto para dar suporte a suas telas ou compor seus cenários, estavam os bens arquitetônicos, cuja preservação em sua integridade só seria possível no próprio local onde fora edificado, e nunca dentro de um museu. O pintor, numa de suas cartas a Taunay, mostra-se preocupado com a preservação da Casa do Conselho (Carta datada de 16 de março de 1918 Apud ALVES, 2003, p. 233): "Não sei se o amigo soube que o governo ou a Câmara desta villa mandou derribar a velha Casa do Conselho que – apesar de velha e desprezada não fazia mal a ninguém". E, no ano seguinte, em 2 de agosto (Apud ALVES, 2003, p. 233) envia nova carta falando a respeito da pedra sepulcral de Brás Cubas, mostrando sua preocupação com a substituição do objeto original:

> foram, um vigário de Santos, achando indecente essa velha lápide, no presbitério da matriz, mandou substituí-la e copiar o epitáphio, em ortografia moderna e correta, para uma pedra de mármore polido, que se colocou – não no presbitério – mas no centro da nave (...) e quando se quiz trasladar os restos do fundador de Santos, para a base do monumento de Brás Cubas, nada de autthêntico ahi se encontrou, pois o que ahí se encontrava era uma série de destroços humanos alguns ainda bem recentes.

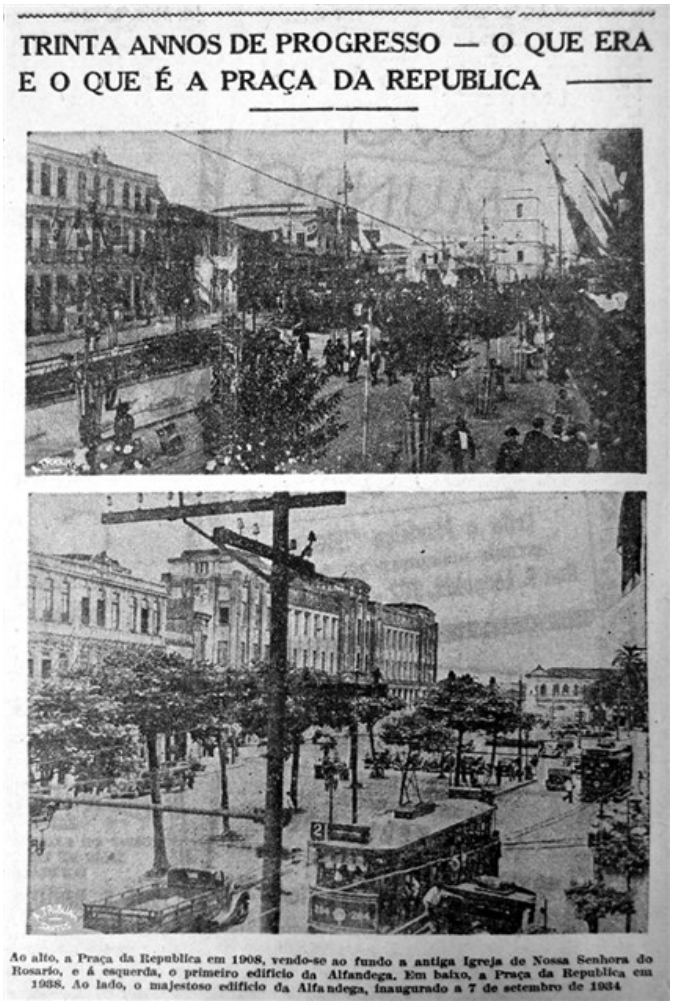
Dessa forma, tal como os textos escritos representavam os documentos para os historiadores do período, alguns objetos materiais eram os documentos do pintor Benedito Calixto. Por meio deles, permitia a formação de um público entendido e apreciador, ao mesmo tempo em que legitimava suas telas. Era natural, portanto, que se posicionasse contra a destruição de um documento importantíssimo para ele, reclamando, por vezes, a preservação de alguns exemplares arquitetônicos que lhe interessavam. O ato de guardar e preservar, no pintor, estava inserido num projeto que visava dar suporte às descobertas do homem e das ainda pouco conhecidas paisagens paulistas e da criação de seus símbolos; estava fundamentalmente ligado à sua criação artística. O pintor reconhece em alguns bens arquitetônicos valor cognitivo, portanto, cultural, basicamente associado ao uso que faria do objeto de preservação como documento e instrumento de legitimação para seu trabalho. Suas telas, por sua vez, foram um exemplo de preservação simbólica, uma vez que fixariam para sempre, transmitindo-as, as características da cidade pré-republicana.

Ao contrário da postura de Calixto, a preocupação em preservar a arquitetura santista como forma de perpetuar e transmitir a memória local não chegou a configurar-se como prática ou problema que dissesse respeito aos cidadãos santistas até o final dos anos 60. Até este momento, o olhar para o que ficava era a exceção; regra era o deslumbramento face ao novo. Será apenas a partir do final da década de 60 o momento em que a discussão sobre a continuidade da arquitetura santista começa a ser timidamente discutida, ganhando maior importância, como veremos, a partir dos anos 70.

3.1.1. A modernização como tônica do período

Na virada do XIX para o XX, a tônica nas grandes cidades brasileiras era a modernização, como brevemente mostrado no Capítulo 2. Os arcaísmos do passado não eram vistos com bons olhos pelas cidades que se pretendiam modernas e europeizadas e, por essa

razão, não deveriam ter continuidade. Em Santos não foi diferente: devemos lembrar que a dinâmica da cidade ganhara impulso com a ferrovia e o agora maior porto do país, exportador de nosso produto mais importante: o café.


TRINTA ANNOS DE PROGRESSO — O QUE ERA E O QUE É A PRAÇA DA REPUBLICA

Ao alto, a Praça da Republica em 1908, vendo-se ao fundo a antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosario, e á esquerda, o primeiro edificio da Alfandega. Em baixo, a Praça da Republica em 1938. Ao lado, o majestoso edificio da Alfandega, inaugurado a 7 de setembro de 1934

Figura 38 - Imagens como a apresentada, mostrando sempre um antes – atrasado - e um depois – moderno e bonito – foram freqüentes não só nessa edição comemorativa ao 1º centenário da cidade, mas em muitos jornais do primeiro quartel do século XX. Na legenda publicada, lê-se: "Ao alto, a Praça da República, em 1908, vendo-se ao fundo a antiga Igreja de Nossa Senhora do Rosário, e á esquerda, o primeiro edifício da Alfândega. Em baixo, a Praça da República em 1938. Ao lado, o majestoso edifício da Alfândega, inaugurado em 7 de setembro de 1934."
Fonte: *A Tribuna de Santos,* janeiro de 1939. Edição Comemorativa ao 1º Centenário da Cidade. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A relação entre a tradição e progresso foi resolvida de forma harmônica apenas no campo da produção histórica – incluindo aqui a pictórica com fins históricos -, sobretudo a difundida pelo Instituto Histórico e Geográfico e pelo Museu Paulista, instituições de onde emanavam as versões oficiais do Estado e do país. Se nas telas de Benedito Calixto, como vimos, a evolução da cidade mostrava-se via processo contínuo, sem rupturas, o que acontecia de fato era bem diferente. Para Caleb Faria Alves (2003, p. 268), a visão de Calixto de "uma cidade moderna e organizada, portanto, não implica o rompimento com o passado mas, justamente, o oposto: a cidade é moderna porque credora do seu passado, isto é, credora da conjunção dos fatores que permitiram o seu desenvolvimento". E prossegue escrevendo que

> [...] o antigo é demolido no espaço real, público, para ser imortalizado no Museu, num registro articulado de modo a denotar uma certa evolução da ocupação urbana e dos hábitos dos paulistas. Em Santos, por exemplo, toda a cidade fora reformulada

> em virtude da construção do porto cujas etapas foram motivo para Calixto. Abre-se caminho para o moderno às custas do sacrifício do antigo, muito mais no intuito de reescrever a história do que em função da necessidade real de espaço (ALVES, 2003, p. 247).

Nesse mesmo sentido, foi significativa a demolição, em 1869, do marco fundador da cidade, cuja função de perpetuação da memória seria realizada, daí por diante, por intermédio de uma lápide, colocada pela Câmara municipal.

Frente a necessidades outras – técnicas e estéticas – pouco ou nada se voltaram os olhos para a preservação da arquitetura santista, como ademais a de outras cidades brasileiras no mesmo período. Segundo Andrade (1993, p. 106):

> O século XIX transcorreu entre nós sem que em algum momento a preservação do patrimônio cultural tenha se incorporado às políticas públicas ou às preocupações sociais. Assistimos, ao contrário, à progressiva substituição dos edifícios e das estruturas urbanas herdadas dos períodos anteriores, segundo os padrões reproduzidos das grandes reformas urbanísticas das principais cidades européias. Destruições e reformas tanto mais intensas quanto mais se estreitavam as relações de dependência econômica, social e cultural no plano internacional.

Na imprensa local, ainda que tratando da cidade de São Paulo, podemos perceber a euforia e o contentamento com os quais eram recebidas as modernizações e mudanças. No dia 30 de agosto de 1903, o jornal *Cidade de Santos* publicava em suas páginas a notícia sobre a festiva recepção feita pelos paulistas ao prefeito Paulo Prado, que retornava de curta viagem ao Rio de Janeiro. O motivo de tal contentamento vinha da satisfação com que era vista, segundo o jornal, a remodelação do então acanhado Largo do Rosário:

> De facto, depois de admirar o largo do Palácio com seus muitos e bellos monumentos, de contemplar os bellíssimos edifícios da rua 15 de Novembro, como são o banco Allemão, a Casa Garraus e Galeria de Cristal, o visitador extrangeiro sente uma verdadeira decepção vendo o actual largo, mesquinho, rachitico e acanhado.
> Para conseguir o seu proposito, o Prefeito de São Paulo pretende arrasar a Egreja do Rosario, e as casas que junto a ella fazem parte do corpo do templo.
> A irmandade proprietária, está disposta a mudar-se, a edificar outra egreja.
> A municipalidade para isso, dá um terreno no largo do Payssandu para nelle construir a nova basílica e 180 contos para pagar as despesas da sua construção (*Cidade de Santos,* 30 de agosto de 1903).

Após falar sobre a quantia que a irmandade receberia, a notícia prossegue com a posição dos religiosos, para os quais os 180 contos de réis eram insuficientes:

> Accrescentam que, a nova egreja que haverão de construir deverá ter o cunho dos conhecimentos modernos da arte christã, que hoje não se pode edificar um templo,

> como se edificava nos tempos coloniaes; e que a architectura hodierna não admitte mais essas paredes lisas, apenas ornamentadas com algum medalhão, Luis XV; e que para isto não bastam 180 contos.
> [...]
> Admittindo a offerta da camara municipal, a irmandade não pode edificar uma egreja digna de São Paulo por falta de recursos e por outro lado perde o rendimento anual de dez ou doze contos, que lhe dão as lojas encostadas á egreja.
> É de suppôr que esta questão seja submettida ao parecer de entendidos arbitros que com inteira izenção de animo darão a rasão áquelle que a tiver.
> A grande maioria das pessoas com quem tenho conversado sobre este assumpto opina – e eu com ella – que 180 contos de réis é pouco dinheiro, porque essa quantia não paga á irmandade o que ella cede a cidade de São Paulo e tambem, porque, no estado de progresso, de desenvolvimento e de belleza da capital actualmente uma egreja edificada com esses mesquinhos meios, será, por força acanhada, pobre e indigna de soffrer o paralelo entre os outros monumentos de São Paulo.
> Seriamente, 180 contos é pouco (idem).

Ainda que outros motivos contribuíssem para condenar a oferta da prefeitura como insuficiente – e esse é o caso do prejuízo que teriam com a perda das casinhas do entorno, que geravam mais de 100 contos de réis – o ponto-chave era o de que a quantia não bastaria para levantar uma igreja digna e moderna, diferente, pois, da que a irmandade possuía no Largo do Rosário. A cidade moderna teria que ter seus prédios e equipamentos à altura, não admitindo mais as "paredes lisas, apenas ornamentadas com algum medalhão [...]" (*Cidade de Santos,* 30 de agosto de 1903).

Figura 39 - Bolsa do Café vista do cais, em postal da Fotolabor, da década de 40. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br> . Acesso em 23 dez. 2007.

Olhando para o período, no entanto, vemos que no embate entre o novo e o velho, a modernização e a preservação, foram sempre vitoriosos os primeiros. O fascínio e o deslumbramento maiores destinavam-se à cidade que se construía: dessa forma, grande alarde fez a imprensa com a inauguração do prédio da Bolsa do Café, incluída como parte dos festejos do Centenário da Independência.

> A architectura exterior da construcção é inspirada no Renascimento Italiano e está tratada de um modo severo e rico, ao mesmo tempo, a fim de dar ao edificio todo o caracter da importância que convém a um Templo do Commercio, em uma cidade

prospera, cuja potencia commercial se impõe cada vez mais ao mundo (*Cidade de Santos,* 7 de setembro de 1922).

Figura 40 - Praia do Gonzaga na década de 40. Na imagem, vê-se a Avenida Ana Costa, com a Praça da Independência e seu monumento. Em primeiro plano, o Parque Balneário Hotel e seu famoso jardim e, à esquerda, o Atlântico Hotel. Notar que a orla ainda não estava verticalizada e que havia muitos terrenos disponíveis ao longo da Av. Ana Costa
Fonte: disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007. Foto enviada por Ary O. Céllio.

Figura 41 – Outra vista da Praça da Independência, também na década de 40.
Fonte: disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007. Foto enviada por Ary O. Céllio.

Se a virada do século representou um período de transformações urbanas bastante significativas, podemos dizer que as décadas de 40 a 60 também o foram. Toda a paisagem da orla, tão cara aos habitantes da cidade, como veremos, foi modificada. Com os terrenos

valorizados e a alta demanda de turistas que encontraram na Via Anchieta - finalizada em 1947 - o caminho mais fácil para o mar, foram ao chão os inúmeros e antigos palacetes do início do século, usados para veraneio da elite do café, assim como muitos dos grandes hotéis, também do mesmo período, que marcaram e serviram como referências à paisagem santista. Em 1959 foi demolido o Hotel Internacional, no Bairro do José Menino, o primeiro a ser construído na orla; também no mesmo bairro, em 1964 foi ao chão o Palace Hotel. O desmonte do Parque Balneário – termo mais adequado, posto que todas as suas peças foram cuidadosamente retiradas e vendidas -, um dos hotéis mais sofisticado que existiu na cidade, começou em 1973 e a sua demolição

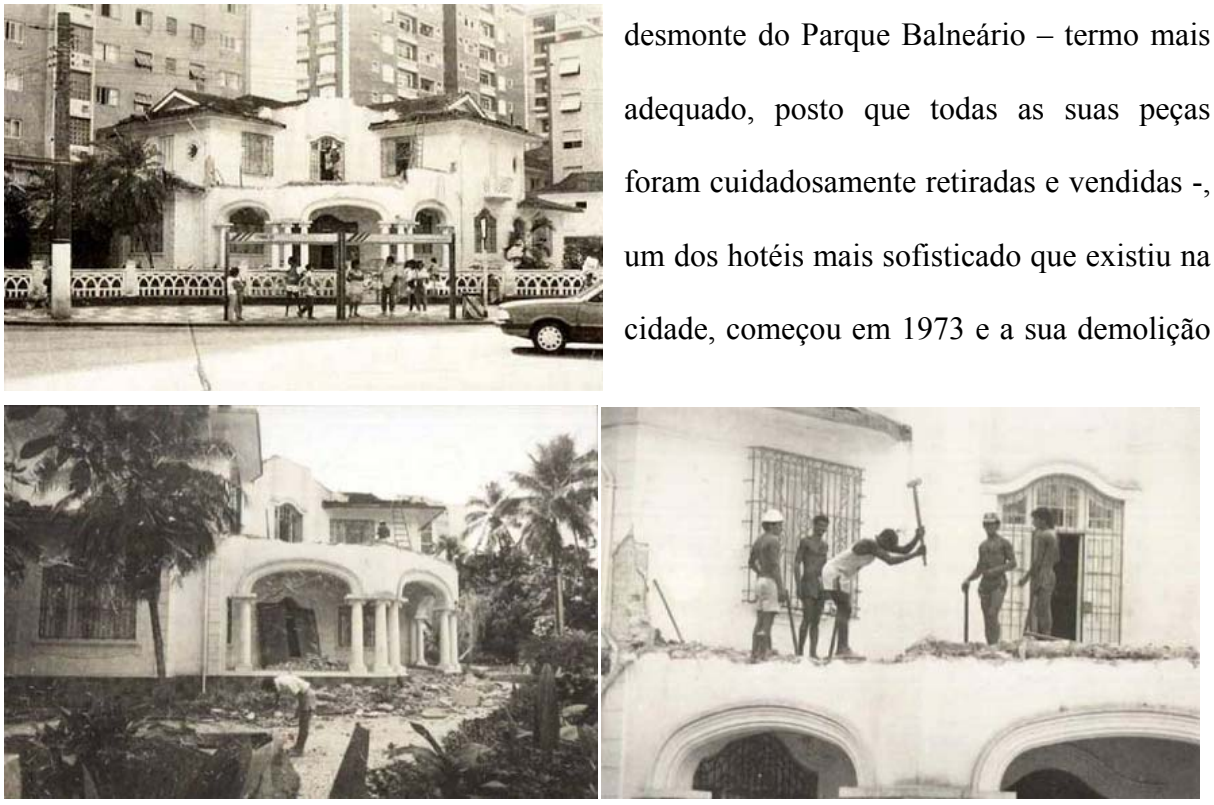


Figura 42 – Início da demolição do último casarão da Praça da Independência, o palacete Áurea Conde, nos anos 80. Fonte: Jornal Cidade de Santos disponível em: <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em: 23 dez. 2007. Foto enviada por Waldir Rueda.

marcou de forma trágica a história da preservação de bens arquitetônicos na cidade, como veremos. Dessa forma, casarões e balneários – símbolos do período áureo do café – foram ao chão. A cidade precisou perder muitos deles para depois olhar para a defesa do que ficou.

3.1.2. A preservação da memória histórica pelos monumentos intencionados

A fim de melhor entender o contexto dos anos 70 e 80, recorte histórico deste trabalho, é importante a busca de manifestações ou indícios de preservação da arquitetura em

momentos que o precederam, ao mesmo tempo em que a relação da memória com seus suportes materiais deve ser, mesmo sem a pretensão de esgotar o assunto, brevemente analisada.

No intuito da compreensão de como os remanescentes do passado eram tratados, cabe novamente retomarmos a forma como se dava a produção histórica à época do surgimento dos IHGs. Em 1839, como vimos, foi criado no Rio de Janeiro o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, composto em seu quadro por monarquistas dotados de grande patriotismo e ávidos por fazerem a história da nação. Em 1922, o antigo Museu Real do Rio de Janeiro torna-se o Museu Histórico Nacional; nesse momento de transformação, momento também de comemoração do Centenário da Independência, discutiam-se os rumos a serem dados à instituição e o resultado foi a produção de uma História que enaltecia heróis e fatos notáveis, dando continuidade ao modelo dos IHGs, neste momento já espalhados pelo país[3]. A escolha mostrava-se adequada à formação da nacionalidade e identidade brasileiras, preocupação constante desde as primeiras décadas do século XX (ABUD, 1998). Por outro lado, embora já nos anos 30 tivéssemos no Brasil intelectuais pensando o país de outras formas, como Caio Prado Júnior, com suas análises econômicas e políticas, Sérgio Buarque de Hollanda ou Gilberto Freire, continuaram a ocupar o principal espaço as produções feitas segundo os critérios dos Institutos e dos herdeiros de seu legado. Por razões ideológicas, a História produzida e ensinada nos colégios, sobretudo nos anos de ditadura, como no Estado Novo e no Regime Militar pós 64, era feita seguindo o padrão da explicação do passado por meio dos fatos enaltecedores e dos heróis nacionais. Segundo Abud (1998, sem página):

> Os órgãos de instrução teriam um papel fundamental na formação da consciência nacional. E dentre seus elementos, destacavam-se os objetivos que competiam à História. A História tem sido considerada por excelência a disciplina formadora dos cidadãos. François Furet nos lembra que, no momento de sua introdução como disciplina escolar, interessava formar com seu ensino uma ciência social geral, que desse aos alunos a noção da diversidade das sociedades do passado e o sentido de

[3] RODRIGUES, Marly. **Memória da Cidade, do Bairro, da Comunidade**. In: Rede de cultura local da cidade / Associação Cultural Casa das Caldeiras, São Paulo: 28 de outubro de 2007.

> sua evolução. Cabia às forças dirigentes a escolha do passado, de acordo com seus interesses. A disciplina deveria ser o estudo da mudança e, já no final do século XIX, era um método científico e uma concepção de evolução. O homem caminhava rumo ao Progresso e à Civilização, guiado pela Nacionalidade, por isso a História se revelaria como a genealogia da nação, procurando identificar as bases comuns, formadoras do sentimento de identidade nacional. Assim, a História se desenvolveu buscando o fortalecimento do Estado, conformação material da Nação. Muito embora Furet refira-se à disciplina na França do século XIX, sua análise pode ser transposta para a situação do Brasil do século XX.

Ao falar sobre o programa de ensino na Era Vargas (embora também possamos entendê-lo para o período pós 64), prossegue:

> Os programas de ensino de História continham elementos fundamentais para a formação que se pretendia dar ao educando, no sentido de levá-lo a compreender a continuidade histórica do povo brasileiro, compreensão esta que seria a base do patriotismo (ABUD, 1998, sem página).

Até o fim dos anos 60, em Santos, algumas medidas foram elaboradas – como a criação do Dia dos Monumentos e Fontes Históricas do Município, pela Lei 1194, de 16 de abril de 1951[4], e a Lei de Desapropriação do Outeiro de Santa Catarina e imóveis vizinhos (Lei 2632, de 19 de dezembro de 1962) -, com visível influência - notada tanto pelo conteúdo quanto pelos seus autores/redatores - do Instituto Histórico e Geográfico da cidade. As medidas – até por conta de suas peculiaridades, como veremos -, não implicaram uma mentalidade preservacionista em relação aos bens arquitetônicos que ganhasse adeptos fora dos círculos fechados que se ocupavam do assunto (normalmente sócios e freqüentadores dos IHGs e alguns políticos que lhes partilhavam idéias) e, muito menos, serviram para garantir a preservação da arquitetura local. A preservação da arquitetura, até fins dos anos 60, por sua vez, praticamente não teve repercussão nos jornais da cidade, como nos apontou a pesquisa feita nestas fontes.

Analisando a trajetória da preservação do patrimônio no Brasil, temos que, no princípio dos anos 20, o país dava seus primeiros passos para a implantação de projetos de lei preservacionistas, tendo como foco de maior atenção os bens arquitetônicos. Até a criação do IPHAN, em 1937, algumas leis e medidas já vinham sendo ensaiadas e até mesmo

[4] Localizada a partir da leitura da compilação **O que se pode ler sobre Santos** (ANDRADE, 1977).

encaminhadas para aprovação. Em Santos, bem como na maioria das outras cidades do país, o que se via passava muito longe do que começava a ser planejado no âmbito federal. A começar pelo fato de que os considerados monumentos da cidade, neste período, eram praticamente aqueles intencionados, compostos normalmente por bustos e estátuas, carregados pelo civismo e pela evocação da memória de gente ilustre da terra. O exemplo pode nos ser dado por uma reportagem de janeiro de 1939 do jornal *A Tribuna de Santos* (exemplar comemorativo do centenário de aniversário da cidade), intitulada "Monumentos históricos e artísticos que actualmente se erguem nas praças santistas" onde são classificados como tais o monumento dos Andradas, na Praça da Independência; escultura de Braz Cubas, na praça da República; monumento de Bartholomeu Lourenço de Gusmão, padre santista "precursor da navegação aérea"; estátua de José Joaquim Xavier da Silveira, poeta santista, na Praça Fernandes Pacheco, após ser transferida de muitas outras praças; e monumento a Gaffrée e Guinle, na Praça Barão de Rio Branco. Depois, a reportagem continua, colocando o Panteão dos Andradas na mesma categoria:

> **Pantheon dos Andradas** – fazendo parte do mesmo corpo do predio onde está installado o convento dos frades carmelitanos, á praça Barão do Rio Branco, existe o 'Panheon dos Andradas'. Em regra, essa obra não deixa de constituir um monumento histórico e ao mesmo tempo artístico (*A Tribuna de Santos,* janeiro de 1939).

A colocação do Panteão em meio aos monumentos descritos, ainda que tenha gerado dúvida no autor da reportagem ("Em regra, essa obra não deixa de constituir um monumento histórico e ao mesmo tempo artístico") em função de não se tratar propriamente de um tóten ou estátua – embora a essência fosse a mesma destes últimos – revela que, não obstante a existência do recém-criado IPHAN, ainda predominava uma visão bastante redutora do que era monumento.

Figura 43 - Panteão aos Andradas ao lado de edifícios construídos com a demolição do antigo Convento do Carmo. Fotografia de M. Monte Mór, em setembro de 2007.

A escolha dos monumentos intencionados como suportes favoritos para a memória em muito reflete a influência do pensamento do IHG e das políticas autoritárias que encontravam no civismo – e na criação de símbolos que lhe dessem suporte – instrumentos de coesão nacional. Em 1922, integrando a Comissão do Centenário da Independência, Afonso Taunay ditava as regras para que fosse construído, na Av. Ana Costa, o monumento aos Andradas. Como não poderia deixar de ser, o Centenário da Independência teve muitas comemorações, dentre elas a fixação da placa indicativa marcando o terreno onde nascera o padre Bartholomeu de Gusmão, já que o prédio onde vivera não existia mais, e a construção do Panteão dos Andradas que, em virtude de atrasos, acabou finalizada no ano seguinte. A realização desses três atos comemorativos permite-nos algumas análises: todos tinham por função perpetuar a memória de vultos importantes para a história de Santos; na verdade, personagens que extrapolavam a região, ganhando importância para a história do país, segundo o discurso justificativo da perpetuação destas memórias. No caso da Praça da Independência, temos um típico monumento, ou seja, intencionado. Assim também em relação ao Panteão que, apesar de construção arquitetônica, era um monumento em sua essência, posto que sua função original era servir à rememoração. A placa que indicava o lugar de nascimento do padre Bartholomeu apenas invocava a memória da personagem, marcando o sítio onde nascera, mas sem nenhuma relação com o edifício, construção posterior. Tratava-se de um exemplo semelhante à placa que a Câmara havia colocado no Outeiro de Santa Catarina. Os monumentos intencionados, como os construídos em Santos

nesse momento, eram muito adequados aos discursos cívicos, uma vez que a memória da qual seriam repositórios era evocada de forma explícita e direta.

A criação do IHGS, 45 anos após o surgimento do de São Paulo, apenas oficializou a existência de uma corrente de pensamento já existente na cidade. Devemos considerar que muitos de seus membros – dentre os quais Júlio Conceição, um dos fundadores – eram freqüentadores tanto da instituição do litoral quanto da do planalto. Desde sua fundação até hoje, o Instituto publicou apenas dois volumes de sua revista: o primeiro, em 1959, e o segundo, em 1964, produção pequena tanto se comparada ao IHGSP quanto ao Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga – IHGGB -, criado em 1969 e que teve, entre o período de sua criação e o ano de 1975, 10 revistas publicadas. Ambos os volumes da revista do IHGS contaram, para a publicação, com a ajuda da Câmara Municipal e do prefeito, Silvio Fernandes Lopes, o que mostra a proximidade do Instituto, ao menos naqueles anos, com o poder público municipal. A ata de fundação veio publicada na revista de 1959 e, para a compreensão da relação do Instituto com o patrimônio edificado, cabe a descrição de alguns de seus trechos. Logo no início, as justificações para a existência de uma Instituição deste tipo na cidade:

Figura 44 – Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Fotografia de M. Monte Mór em setembro de 2007.

> [...] considerando:
> a) Que Santos é uma cidade rigorosamente histórica, e eixo de uma série de cidades e vultos históricos, como Ubatuba, S. Sebastião, Vila-Bela, Conceição de Itanhaem, Peruíbe, Iguape, Cananéia, Iporanga e especialmente S. Vicente;
> b) Considerando que Santos foi o principal núcleo de colonização européia em terras brasileiras, como uma das vilas iniciais da antigo [sic] Capitania de São Vicente;
> c) Considerando que os arquivos de suas velhas igrejas e seus antigos conventos existem valiosos documentos dos primeiros tempos da nossa história, até hoje inaproveitados e ameaçados de completa destruição, e que, os seus arredores existem muitos monumentos históricos ameaçados de completa ruína;

> d) Considerando ainda que Santos, berço do primeiro historiador paulista, - Frei Gaspar da Madre de Deus – e do imortal unificador das fronteiras do país – Alexandre de Gusmão, autor do tratado de Madrid – está indiscutivelmente ligada às ciências históricas e geográficas pela tradição;
> e) Considerando finalmente, que Santos por seu passado de cultura e de civismo, quer como berço de muitos dos maiores vultos da nacionalidade, quer como cidade líder dos maiores e mais belos movimentos sociais do país, fazia jus a criação de um núcleo de cultura digno do seu passado. (Ata da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, 19 de janeiro de 1938. In: **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santos**. Santos: IHGS, dezembro de 1959, vol. 1, p. 100-1).

E o documento prossegue, mencionando quais seriam as funções do Instituto face ao quadro acima delineado:

> [...] congregar os valores culturais da cidade e até de fora dela, para estudar e investigar história e geografia e ciências correlatas, especialmente de Santos e do Estado de São Paulo, pesquisar, descobrir e publicar documentos inéditos referentes a Santos e ao Estado de São Paulo, promover comemorações e consagrações de figuras e fatos de relevo, estudando e elucidando enfim, todos os problemas históricos e geográficos concernentes à nossa terra [...] (Ata da fundação do Instituto Histórico e Geográfico de Santos, 19 de janeiro de 1938. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santos**. Santos: IHGS, dezembro de 1959, vol. 1, p. 101).

Os monumentos históricos, embora estivessem nas suas preocupações (item "c" da Ata, onde há menção aos "monumentos históricos ameaçados de completa ruína"), já não constaram sequer da continuação do documento, que configurava o embrião de um plano de ações. Os "documentos inéditos", também referidos na ata, seriam basicamente os documentos escritos e, por meio das publicações do Instituto, fica evidente o interesse maior para a descoberta destes, assim como para as biografias enaltecedoras, configurando-se os monumentos históricos objetos com os quais o Instituto se relacionava de uma forma tímida, pouco íntima, e, não raro, ilustrativa. Por diversas vezes nas ações que visavam preservar a memória da cidade, notamos um "descolamento" desta em relação aos suportes arquitetônicos pré-existentes, bastando ou sendo mais importante o lugar e não a edificação em si: lugar onde nasceu o Padre Aviador, onde surgiu a cidade, onde Bonifácio morou. O caso do Outeiro de Santa Catarina - com a proposta de construção de um monumento, como veremos posteriormente – é emblemático dessa situação. Embora em alguns momentos os historiadores

do IHGS tivessem criticado a simples colocação de placas comemorativas, afixadas normalmente pela prefeitura ou pela câmara dos vereadores – talvez em função da pouca pompa ou de sua fragilidade – a essência do que faziam, com a **criação** e construção de seus monumentos (intencionados, portanto) era a mesma.

Dentro desse pensamento, sempre primando pela tarefa cívica, e, na maioria das vezes com o espírito da "placa comemorativa", o IHGS pode ter estado por detrás de algumas leis municipais, como a nº 1194 (Anexo A), de 16 de Abril de 1951, que instituía o "Dia dos Monumentos e Fontes Históricas do Município", onde o poder público homenagearia os vultos e acontecimentos históricos municipais. Pela Lei, à Diretoria de Serviços Públicos da Prefeitura competiria, além de um registro, a conservação dos monumentos e fontes históricas, mantendo-os sempre em condições dignas. No ano seguinte, em cumprimento a esta Lei, uma comissão, instituída e composta por Sebastião Silvio Julião, Francisco Meira e Maria Luisa Murat, elaborou um caderno chamado *Conheça Santos: Santos de Ontem*, publicado no Diário Oficial de Santos. O caderno, onde constam histórias, lendas, mapas da cidade e a listagem e descrição dos monumentos, foi embasado, em grande parte e segundo seu redator, Francisco Meira, em documentos e livros existentes no IHGS. Não foi possível encontrar, nos arquivos da cidade, o caderno feito em 1952. No entanto, estavam disponíveis duas outras edições que, infelizmente, não apresentavam datas mas que, pelos créditos das imagens e algumas outras referências, podemos atribuir, uma delas à 1969 e a outra à década de 70. Não há diferenças substanciais entre as duas versões, tanto em relação à formatação quanto ao texto usado, praticamente idêntico. Dessa forma, é bem possível que a primeira versão, com textos do mesmo autor, seja muito parecida. Para nossa análise, tomaremos como referência o caderno feito em 1969. Nele, são colocadas textos e fotos dos monumentos históricos da cidade, assim como dos monumentos (intencionados). Os últimos – bustos, estátuas e totens – são designados por monumentos e os bens arquitetônicos seguem

elencados como “pontos históricos e tradicionais” ou “edifícios tradicionais”; para as igrejas é destinada a denominação “templos e monumentos religiosos”. Praticamente todos os monumentos intencionados da cidade são contemplados na edição, tendo o historiador Francisco Meira discorrido sobre cada um. Sobre os edifícios – isto é, os possíveis monumentos históricos -, Meira trata não apenas dos que ainda existiam, mas também dos que haviam sido demolidos e, na lista dos que ainda permaneceram, entraram não somente os que eram tombados ou em processo de tombamento pelo IPHAN, mas também outros julgados importantes para a história da cidade, como o Panteão dos Andradas, a Santa Casa de Misericórdia, a Associação Comercial de Santos. Ao descrever tais edificações, a ênfase é dada para a importância que tiveram para a história da cidade, abrigando personagens ilustres ou servindo de cenário para fatos ou situações importantes. O autor lamenta algumas demolições, como a do Forte da Praça que, se ainda existisse, poderia abrigar o Museu de Arte Militar, e a da casa de João Octavio dos Santos, idealizador do colégio Escolástica Rosa. Com a demolição desta, a cidade perdia a memória de um de seus maiores benfeitores, na visão de Meira. Dessa forma, ainda que a importância recaísse principalmente sobre os personagens que viveram, trabalharam ou de alguma outra forma usaram tais edifícios, podemos perceber que historiadores que partilhavam da visão do IHGS, assim como o próprio Instituto, começavam a perceber a possibilidade também do uso da arquitetura como suporte de memória, não obstante continuarem os monumentos intencionados largamente utilizados. Este é o caso da Fortaleza de São João da Bertioga, tombada pelo IPHAN e conservada pelo IHGGB, que propunha, ao lado da mesma, um obelisco em memória da fundação do Rio de Janeiro, cidade que, de acordo com Meira, fora fundada com ajuda de santistas e vicentinos. Voltando ao Caderno de 1952, ao abordar os monumentos tombados pelo IPHAN, o autor ressaltava a importância do Instituto e usava o termo tombamento entre aspas, revelando certo estranhamento que a palavra ainda causava. Aos edifícios tombados pelo IPHAN, Meira

acrescentava seus valores: “A restauração do histórico engenho [dos Erasmos] é imperativo patriótico, para que, sendo o remanescente, não se perca êsse último marco da nossa tradição histórica. Berço da indústria paulista” (Santos de Ontem, c.a. 1969, p. 11).

Figura 45 – Fotografia retrata o aspecto atual do Outeiro de Santa Catarina, sobre o qual está a casa de João Éboli. Atualmente, o imóvel abriga a Fundação Arquivo e Memória de Santos. Fonte: disp. em: <http://unisantos.br>.Acesso em: 20 dez. 2007.

Outra lei municipal, a de número 2632, de 19 de dezembro de 1962, declarava de utilidade pública alguns imóveis, necessários à preservação do patrimônio histórico do município. Tratava-se da área do Outeiro de Santa Catarina e esta lei também foi idealizada e inspirada por escritos de famosos historiadores do IHGS e IHGSP. O historiador Costa e Silva, membro do IHGS, ao falar sobre o Outeiro de Santa Catarina num texto de 1948, republicado em 1953 na coletânea de artigos *Santos noutros tempos*, fez um apanhado geral de opiniões de historiadores que trataram da questão da preservação deste marco da cidade. O primeiro citado foi Alberto Sousa, membro do IHGPE e do IHGBH, que, em 1922, numa obra comemorativa ao Centenário da Independência – *Os Andradas* -, falava sobre o Outeiro e a placa indicativa que a Câmara lhe afixara, em 1902:

> [...] tal comemoração não basta. Como sucedeu com a chácara de José Bonifácio na Ilha do Paquetá, passará o local a outros donos menos preocupados com esta ordem de sentimentos de amor à tradição e à história do Passado, e arrancarão a placa e arrazarão a pedra, nada mais restando dos fundamentos da povoação. Conviria, portanto, que os poderes públicos, á semelhança do que se faz em todo o mundo civilizado, desapropriassem o histórico local para sua perpétua conservação durante os séculos a vir (SOUSA. A, 1922, p. 79 Apud COSTA e SILVA, 1953, p.27).

Na continuação, Costa e Silva, após exaltar o IHGSP, fala sobre o professor e ex-Ministro da Educação, Ernesto de Sousa Campos, freqüentador da instituição paulista e que defendia, também, a desapropriação do terreno e da vizinhança do Outeiro. Numa conversa com Costa e Silva, questionou-se Ernesto: “por que [...] em vez dessa placa, que pertence à

Municipalidade e está dentro de uma propriedade particular, não se desapropriou desde logo o prédio ali existente e não se ergueu um monumento que relembrasse o lugar onde foi o berço da cidade?" (COSTA e SILVA, 1953, p. 25). Numa obra de Sousa Campos intitulada *Santa Casa de Misericórdia de Santos. Sua origem e evolução: 1553-1943* ele já defendia a desapropriação, chegando a colocar:

> É uma pena que a municipalidade de Santos, o governo do Estado, ou melhor, o Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional não tenham ainda desapropriado esta zona, desembaraçando-a do casario desordenado e mal habitado que a sufoca, para fundar um logradouro público em que se ostente, em toda a plenitude e em ambiente condigno, esta lage [sic] – MARCO NATURAL E ETERNO DO PONTO EM QUE SURGIU A CIDADE DE SANTOS. (CAMPOS, p. 76 Apud COSTA e SILVA, 1953, p. 25-6, grifo do autor)[5].

Por fim, após colocar a opinião de todos os demais historiadores, concordando em tudo, finaliza Costa e Silva (1953, p. 28, grifo do autor): "Não há dúvida, pois, que urge se erga no referido local um monumento que alegorize o início da história de Santos – para que a cidade e o povo possam um dia dialogar, dizendo a primeira – AQUI EU NASCI, e o segundo – AQUI COMEÇOU A MINHA GLÓRIA".

Nos anos 30, Francisco Martins dos Santos, um dos membros-fundadores do IHGS, também manifestara a mesma opinião, dizendo que o lugar onde estava o Outeiro deveria ser objeto de desapropriação (tanto a casa de João Éboli, sobre o monte, como os prédios vizinhos) a fim de que no local fosse construída uma praça, a "Praça da Fundação".[6]

Praticamente da mesma época do texto de Costa e Silva (anos 50), temos também a publicação do livro de Frei Basílio Röwer sobre o Valongo, cujo prefácio do ex-prefeito Cyro Carneiro – como vimos no Capítulo 2 – aponta para o desinteresse que havia em relação à preservação da arquitetura santista. De fato, recorrendo ao que foi visto nos jornais do período na primeira etapa desta pesquisa, traçamos um quadro onde a preservação da arquitetura – tanto de Santos quanto de outros locais – era praticamente inexistente.

---

[5] CAMPOS, Ernesto de Sousa. **Santa Casa de Misericórdia de Santos**. Sua origem e evolução: 1543-1943. As demais referências, como ano e local de publicação, não foram colocadas pelo historiador Costa e Silva.
[6] In: *CONDEPHAAT,* P24.317/1985, p.6.

Não se falar em preservação muito provavelmente estava associado a pouco se falar sobre o passado e também sobre o presente desses bens arquitetônicos. Estava associado ainda à falta de conhecimento e mesmo de uso por parte da comunidade local, uma vez que muitos dos bens mais antigos estavam em ruínas e abandonados. Pouco espaço ocupavam nos jornais, aparecendo algumas raras vezes e com pouco destaque. Numa seção intitulada *Nossas Relíquias*, do periódico *Cidade de Santos*, o jornal abria espaço para alguns desses edifícios, nem sempre para louvá-los ou mostrar seus aspectos positivos. No dia 7 de setembro de 22, a seção tratou da Igreja do Valongo, mostrando-a de forma puramente descritiva e estampando uma foto. Às vezes, o que era retratado nas seções era mais do que algo muito antigo que sobrara no presente, mas sim uma sobra incômoda neste. Assim foi com o prédio da alfândega:

> Não quizeram os deuses que iniciassemos o segundo século de existência autônoma com uma instalação condigna para os serviços da Alfandega. E não foi porque a cidade se resignasse ao ultraje daquelle pardieiro[7] desaprumado, de paredes bojudas e darthrosas, enfeiando e envilecendo um dos mais [ilegível] trechos da 'urbs'. Não; a cidade, por todos os seus órgãos, gritou contra aquella affronta permanente ao seu bom gosto e á sua esthetica.
> Apenas, os deuses não nos ouviram (*Cidade de Santos*, 10 de setembro de 1923).

As menções ao passado de sua arquitetura, nas páginas da imprensa, ainda eram incipientes; pouco, se comparado ao deslumbramento pelo novo.

Por outro lado, alguns outros fatos dão-nos pistas sobre a existência ou não, neste período, de edifícios que fossem tratados como patrimônio, objetos de preservação e transmissão. Um deles foi um concurso de fotografias realizado em 1955, organizado pela *Tribuna de Santos* e pelo *Cine Clube Foto-Amadores* em função de um congresso nacional de turismo que teria sede em Santos. O certame, de caráter regional, tinha por objetivo mostrar o potencial turístico da região. Seu edital é revelador das expectativas:

> Condições do Certame
> A seção de turismo de A TRIBUNA aceitará, para concorrer ao concurso, qualquer trabalho de foto-amador que atenda às condições estabelecidas. As fotografias deverão ter, necessariamente, relação com o turismo. Poderão versar, entretanto,

[7] Esse adjetivo foi por muito tempo usado também para designar a Casa de Câmara e Cadeia.

> sobre os múltiplos aspectos que o assunto encerra. O certame não visa somente estimular os foto-amadores, mas também dar relevo ao valor turístico da fotografia. Podem figurar, como motivos, recantos pitorescos, cenas marítimas, movimento nas praias, vistas aéreas, desembarque de passageiros nas "gares", *conjuntos arquitetônicos, monumentos*, etc, tanto de Santos como de outros balneários ou de turismo (*A Tribuna de Santos,* junho de 1955, grifo nosso).

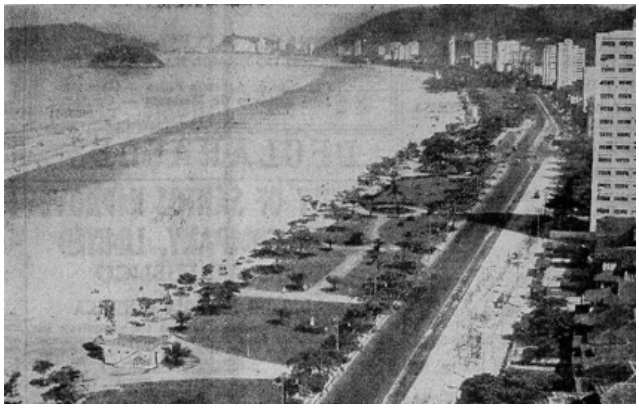


Figura 46 – Jardins da praia fotografados por P. Bandeira Jr. para o concurso *Foto-amadores em desfile,* de 1955.
Fonte: *A Tribuna de Santos,* maio de 1955. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 47 – Monumento aos Andradas, na Praça da Independência, fotografado por José Monforte para o concurso *Foto-amadores em desfile,* de 1955.
Fonte: *A Tribuna de Santos,* junho de 1955. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 48 - José de Araújo, um dos finalistas do concurso *Foto-amadores em desfile,* de 1955, retrata um trecho da praia do Gonzaga
Fonte: *A Tribuna de Santos,* agosto de 1955. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

As fotos finalistas (Anexo B)[8] foram publicadas semanalmente por, aproximadamente, 10 meses. Seu conteúdo, ainda que levemos em conta a seleção pelo qual passou por parte da equipe de jurados, mostra-nos um pouco daquilo que os moradores participantes consideravam, na região, digno de ser mostrado ao Brasil e que, portanto, eram receptores de

[8] O concurso foi realizado entre os meses de fevereiro e dezembro de 1955, sendo que os finalistas de fevereiro a abril não puderam ser pesquisados em razão de restauração dos exemplares pelo Arquivo Público do Estado de São Paulo.

valores afetivos, estéticos e históricos, entre outros. Dentre trinta fotos publicadas, a grande maioria dizia respeito às praias ou elementos associados a ela, como os recém-construídos prédios da orla, tomados numa panorâmica, e os jardins à beira-mar. Algumas poucas estátuas, praças e o porto - este, muito provavelmente retratado em reconhecimento à importância econômica que tinha para a cidade -, também compunham o rol das finalistas. Sobre edifícios, figuraram o Paço Municipal de Santos, que apareceu duas vezes. A Biquinha, em São Vicente, foi publicada no mês de outubro, mostrando a importância que o lugar tinha como ponto de encontro e espaço de sociabilidade, como já há algum tempo era mostrada na imprensa: "ao mesmo tempo que a maior tradição, é o recanto mais pittoresco de São Vicente" (*Tribuna de Santos,* 20 de janeiro de 1937)[9]. O Paço Municipal de Santos - prédio relativamente novo, para onde se mudam, após a conclusão das obras, em 1939, a sede da Prefeitura e a Câmara dos Vereadores – muito provavelmente foi retratado por colaborar – assim como os prédios da orla - com a imagem moderna da cidade, ou seja, em função prioritariamente de seu valor de novidade. Aqui, cabe um parênteses: não necessariamente o patrimônio está ligado ao passado, mas a pouca existência temporal de um bem, na realização das pesquisas, não nos permite afirmar se, ao lado do valor de novidade, coexistem outros que apontem para sua permanência futura. A arquitetura – exceto quando associada à praia -, com prédios tombados ou não, não representava parte daquilo que o santista queria mostrar aos turistas, o cartão de visitas da cidade. É de destacar que, ainda que o edital mencionasse explicitamente conjuntos arquitetônicos e monumentos como motivos a serem registrados, nenhum dos quatro edifícios tombados pelo IPHAN[10] fez parte da listagem, revelando a falta de relação que a cidade tinha com eles.

[9] Nessa reportagem, o colunista reclamara atenção do Prefeito para que melhorasse as condições da Biquinha, modernizando-a e equipando-a de infra-estrutura para recepcionar os turistas.
[10] Naquele momento, eram tombados: Casa do Trem, Fortaleza de São Tiago, Igreja da Ordem Terceira do Carmo e o Mosteiro de São Bento.

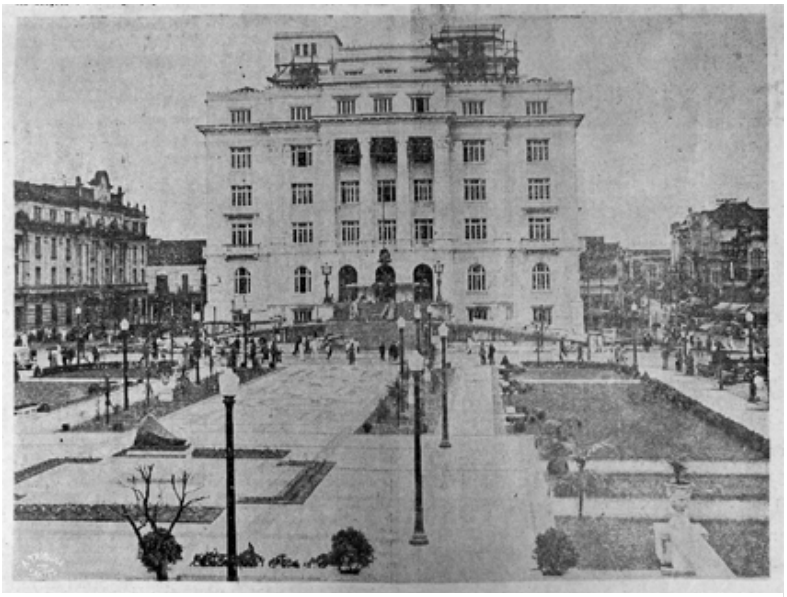


Figura 49 - Foto retrata o novo edifício da prefeitura, recém concluído e que seria inaugurado no dia da publicação da imagem, como comemoração ao centenário da cidade.
Fonte: *A Tribuna de Santos,* janeiro de 1939. Edição Comemorativa ao 1º Centenário da Cidade. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A partir dos anos 60, sobretudo no final da década, podemos perceber pela imprensa a incidência maior de reportagens que tratavam da arquitetura e sua preservação. Ainda que tenha existido o caso da Cadeia Velha, cujo destombamento[11] fora solicitado pelo prefeito em 1961 para implantação de uma proposta viária, as notícias recorrentes no final dos anos 60 não questionavam os tombamentos realizados, limitando-se a indagar e cobrar o posicionamento do IPHAN para o término das restaurações, ações que garantissem a preservação e a implantação de novos usos prometidos. No dia 08 de novembro de 1970 (*A Tribuna de Santos*), uma notícia, por sinal extensa para a época, solicitava a implantação do Museu de Arte Sacra no Mosteiro de São Bento, decidido por ocasião do tombamento. Aproveitando, relacionava também outros bens tombados cujas obras andavam a passos lentos:

> Ao certo não se sabe o que está ocorrendo com os trabalhos que o Serviço do Patrimônio Histórico realiza na cidade. A Cadeia Velha, que foi tombada, destombada, tombada novamente e reavelhantada, é prova disso. Há anos que o santista espera pelo Museu Santista e, pelo que se tem visto, não será tão cedo que o dito cujo se inaugurará.
> Se os trabalhos do Mosteiro de São Bento forem realizados no mesmo passo em que foram e estão sendo feitos os do pardieiro da praça dos Andradas[12], é quase certo que ainda decorrerão anos antes que tenhamos no antigo templo as preciosidades de arte sacra que a Diocese deseja mostrar aos fiéis que aqui residem e aos que nos visitam, sem contar, òbviamente, com os que se interessam pelo estudo de nossos antigos artistas de talha, cerâmica, escultura, pintura e outras manifestações ligadas ao culto.
> Tombar templos, velhos prédios ou mesmo monumentos históricos já se tornou comum. Em geral a medida é boa, pois salvaguarda relíquias ligadas à formação da

[11] O IPHAN indeferiu tal pedido.
[12] Trata-se da Casa de Câmara e Cadeia.

> nacionalidade, como é o exemplo do Mosteiro de São Bento, da Casa do Trem e da Fortaleza da Barra Velha. Mas êle - o tombamento puro e simples - nada resolve se não se tomarem medidas que ponham a salvo o que resta dêsses monumentos, procurando restaurá-los o mais depressa possível.
> Nesse particular o exemplo mais frisante é o que acontece com a Casa do Trem que, a não se iniciarem os trabalhos de reforma o mais rápido possível, nada mais lá será aproveitado, ocorrendo então o que se observa com o marco que assinala o local onde Santos começou a nascer.
> E nem se ignore, também, que o futuro museu, descoberto como está e exposto à chuva, ao sol e ao vento, dentro em pouco tenha que ser refeito de todo...

Os anos 70 inaugurariam uma nova fase em relação à mentalidade preservacionista na cidade: o discurso dos órgãos oficiais de preservação – somando ao IPHAN agora o CONDEPHAAT (Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo), criado em 1969 – começou a se tornar mais presente na vida quotidiana, sobretudo por meio da divulgação, pela imprensa, de reclamações quanto à demora das restaurações e da expectativa para a inauguração de novos usos nos locais tombados. A seguir, pretendemos entender como e por que se deu a intensificação das discussões acerca da preservação da arquitetura santista neste período.

Figura 50 – Casa de Câmara e Cadeia, na Praça dos Andradas. Fotografia de M. Monte Mór, em novembro de 2006.

Para uma pesquisa mais minuciosa, foi metodologicamente selecionado um recorte temporal que, apesar de ter seus parâmetros baseados em fatos considerados relevantes para o assunto, não pode ser entendido de forma rígida e estática; a História, devemos lembrar, apresenta suas rupturas e continuidades. O marco inicial deste recorte é o ano de 1974, quando a primeira solicitação de tombamento originada na cidade chega ao CONDEPHAAT. Como limite, 1989, ano da criação do CONDEPASA, o órgão municipal de preservação do patrimônio.

3.2. A preservação dos bens arquitetônicos – 1974 a 1989

Podemos assegurar que o dia 16 de junho de 1973 foi marcante para a cidade de Santos:

> Precisamente às 14 horas, os santistas que passavam pela Avenida Vicente de Carvalho ou pela Ana Costa sentiam algo diferente no Parque Balneário. Muitos carros parados em seus jardins, homens com capacetes, ferramentas jogadas no chão e, mais do que isso, a enorme placa anunciando a venda do material usado. Alguns paravam para perguntar: "Vai ser mesmo demolido?" – como se a vontade de que o parque continue em pé seja maior que a realidade da futura construção de um edifício moderno (*A Tribuna de Santos,* 16 de junho de 1973).

O velho Parque não conseguiu suportar à pressão causada pela valorização dos terrenos da orla, que fazia com que ele, ainda que luxuoso e imponente, fosse considerado dispendioso e pouco racional para os novos parâmetros da hotelaria e do mercado imobiliário. Em síntese: o Parque, com suas grandes dimensões, não lucrava o quanto poderia. No entanto, apesar de várias notícias terem sido veiculadas na imprensa anunciando a disposição de seus antigos proprietários em vendê-lo e os projetos novos para a área, o santista acompanhava o caso como não querendo acreditar que a demolição aconteceria.

Figura 51 - Remanescente do Parque Balneário Hotel (área de serviços), hoje tombado pelo CONDEPASA. Fotografia de M. Monte Mór, em setembro de 2007.

Após ter sido anunciada a venda e os novos compradores, projetos mostravam como a área ganharia com um empreendimento moderno, ao mesmo tempo em que tentavam convencer os moradores com a promessa – não cumprida – de que os jardins seriam preservados. As estratégias persuasivas foram muitas: dentre os vários projetos idealizados para o local,

tomamos como exemplo um deles (*A Tribuna de Santos, 23* de abril de 1979)[13] que, ao mesmo tempo em que prometia o novo – com recursos modernos, um salão de banquete e outro de convenções, dentre as muitas vantagens elencadas -, ancorava-se na tradição, com referenciais que remetiam a Santos antiga, tais como um hall de entrada que lembraria uma velha estação de ferro do XIX (Valongo?...) e decorações alusivas ao mar, porto e fortalezas. O nome do novo hotel: claro, Parque Balneário Hotel... Os momentos que antecederam o fim do Parque – e que perduraram por algum tempo após sua derrubada – explicitaram a tensão entre o novo e o velho, o que a cidade poderia ganhar e o fim de uma tradição, como mostra a seguinte notícia veiculada tão logo o prédio começou a vir ao chão:

> **Cai a velha imagem.** O Parque Balneário começou a cair. É um dos últimos redutos da Santos tradicional, do auge do comércio do café, das lembranças do tempo em que o dinheiro parecia ter asas, nas transações comerciais da Rua XV ou nos panos verdes dos salões do Parque. Caem, com o Parque, as recordações do tempo em que príncipes e imperadores hospedavam-se na Cidade.
> [...]
> Agora, cai o Parque. Mas existe uma promessa e uma esperança. "Neste local será erguido um empreendimento condizente com a tradição do Parque e a grandeza de Santos". É importante, hoje, que esse clima se transfira também para outros tipos de atividade. Que caiam as velhas imagens, mas sempre, em seu lugar, surjam novas formas de confiança no futuro.
> O desejo do santista é o de que realmente se erga na área até agora ocupada pelo velho palacete uma nova força de progresso. E que essa força se espalhe e Santos volte a ser, outra vez, fora a Capital, a cidade líder do Estado de São Paulo (*A Tribuna de Santos,* 17 de junho de 1973).

A dor que a situação representaria só foi de fato concretizada com a dura realidade da demolição, a qual não houve força conjunta, naquele momento, capaz de impedir. No entanto, o caso do Parque Balneário serviu de alerta e exemplo para futuras lutas que freqüentemente lembravam o ocorrido.

Em 1974, o então ainda recente Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Artístico, Arqueológico e Turístico do Estado de São Paulo recebia os dois primeiros pedidos de tombamento de bens arquitetônicos da cidade de Santos feitos por interessados do próprio lugar. Até então, o órgão abrira sete processos de tombamento no local, todos em 1973 e,

[13] Pela data do jornal, vemos o quanto demorou para ser construído o empreendimento.

também em sua totalidade, em caráter *ex-officio*, ou seja, já tombados pelo IPHAN. Esses primeiros interessados solicitaram a proteção do Estado para a Bolsa Oficial do Café e para o casarão do Valongo[14], que havia sido, entre outras coisas, sede da Prefeitura.

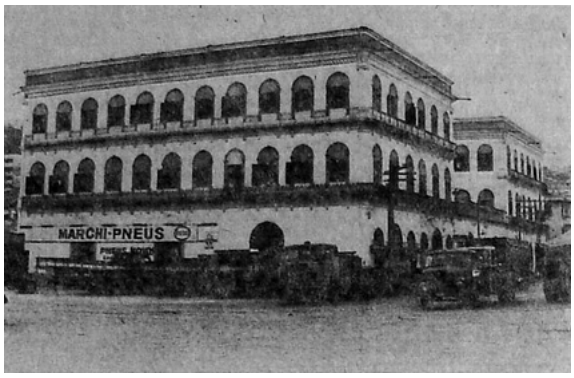


Figura 52 - Casarão do Valongo antes do incêndio. Fonte: *A Tribuna de Santos,* agosto de 1982. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Figura 53 – Fotografia mostra o atual estado do Casarão do Valongo, em ruínas após o incêndio sofrido na década de 80. Disponível em <http://www.novomilenio.inf.br>. Acesso em 23 dez. 2007. Foto enviada por Raimundo Rosa.

O processo de tombamento da Bolsa Oficial do Café tem início com carta endereçada ao Secretario Estadual de Turismo, escrita por Geraldo Perrone, um "santista apaixonado por turismo" (aposto por ele mesmo usado no processo) e que via na Bolsa, sem uso e necessitando de verbas, um lugar de alto potencial para a atividade. Perrone não solicitava propriamente o tombamento, mas apenas que o prédio recebesse "um tratamento especial" (*CONDEPHAAT,* P421/1974, p. 2). Seu pedido acaba sendo encaminhado ao órgão, que então o oficializa, abrindo o processo. A este, foi posteriormente anexado um recorte do jornal *A Tribuna de Santos*, de 27 de maio de 1976, enviado e escrito pelo deputado João Lázaro de Almeida Prado, que havia sugerido na Assembléia Legislativa do Estado o tombamento da Bolsa e sua transformação em Museu do Café. O vereador Rubens Lara, que em junho de 1975 havia sido colocado numa Comissão de Vereadores para tratar dos monumentos da cidade, também envia, em 1979, pedido para que o CONDEPHAAT agilizasse o andamento do processo.

[14] Este também tratado por casarão ou edifício do Largo Marquês de Monte Alegre, em referência a seu logradouro.

O casarão do Valongo, antiga sede da Câmara dos Vereadores e da Prefeitura, foi alvo de pedido de proteção realizado pouco tempo após o da Bolsa do Café, em 8 de maio de 1974. Como interessado, constavam Wilma Therezinha Fernandes de Andrade e outros. Wilma, professora de história, sempre esteve ligada às questões relativas a este campo do saber na cidade: lutando para criação do Arquivo Municipal, não lhe escaparam à percepção os bens arquitetônicos. Lecionando tanto na rede pública, quanto na Fafis – Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, pertencente à mantenedora Visconde de São Leopoldo[15] – seu nome pode ser visto nos processos de tombamento e nas páginas dos jornais, ora falando da história da cidade, ora organizando visitas aos pontos históricos com seus alunos e, muitas vezes, lamentando as perdas irreparáveis de seus monumentos. Seu envolvimento aparecerá na maioria dos pedidos de tombamento de bens santistas e, pela leitura destes associada às páginas da imprensa, é possível perceber que foi muitas vezes a organizadora de abaixo-assinados ou de algum outro tipo de mobilização. Um desses exemplos é dado pelo próprio processo do Casarão do Valongo, onde um abaixo-assinado com aproximadamente 100 assinaturas abre o documento. No cabeçalho, o seguinte texto:

> Os abaixo-assinados, cidadãos santistas e o Centro de Estudos Históricos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Santos[16], sem vinculação política, movidos pelo amor que dedicam à sua cidade, interessados na preservação do pouco que resta de seu patrimônio histórico e confiantes na ação eficiente do CONDEPHAAT que V. Excia. tão brilhantemente preside, pedem vênia para expor o seguinte: [...] (*CONDEPHAAT,* P429/1974, p.3).

Entre os motivos para o tombamento, o fato de compor, junto à Igreja do Valongo (que eles julgavam tombada pelo IPHAN) e à Estação Ferroviária, um "conjunto arquitetônico dos mais notáveis da cidade" (*CONDEPHAAT*, P429/1974, p. 2). Além disso, o Casarão possuía valor arquitetônico – como mostrado pelo historiador Francisco Meira, citado no

[15] Hoje a Fafis, bem como as demais faculdades mantidas pela Sociedade Visconde de São Leopoldo, integram a Universidade Católica de Santos - UniSantos.

[16] O Centro de Estudos Históricos – ou Cehist – era presidido também pela professora Wilma Therezinha. No dia 20 de janeiro de 1974, uma de suas atividades era alvo de uma reportagem de jornal: tratava-se de um concurso para escolas de primeiro e segundo graus cujo tema era o Engenho de São Jorge dos Erasmos. Ações como esta e as visitas guiadas são importantes para entender o esforço de algumas instituições – como o Cehist – em dar a conhecer a história da cidade e de seus prédios.

processo – e histórico, pois lá havia funcionado a Prefeitura e a Câmara dos Vereadores. Após algumas colocações sobre a importância do imóvel, os abaixo-assinados denunciam que, ainda que em processo de tombamento pelo IPHAN (desde 1968, segundo consta neste documento), ele estava sendo descaracterizado por inúmeras reformas, como a retirada dos azulejos originais e das bandeiras das janelas e portas; fechamento de vãos; colocação de venezianas; pintura nos batentes de pedra. Em 28 de abril de 1974, portanto antes da abertura do processo de tombamento, havia saído na imprensa local uma reportagem – também anexada ao processo - denunciando justamente tais descaracterizações.

Como vimos, nos anos 60 a imprensa da cidade começara a pressionar o IPHAN em relação às longas restaurações que este realizava, principalmente no Mosteiro de São Bento, na Casa do Trem e na Casa de Câmara e Cadeia. Nesses anos, o órgão federal de patrimônio já havia tombado na cidade – fora os citados – também a Fortaleza de São Tiago (1940) e a Igreja da Ordem Terceira do Carmo (1941). O Engenho de São Jorge dos Erasmos foi tombado em 1963 e a Casa de Frontaria Azulejada dez anos depois.[17] Na maioria das notícias, a insatisfação era decorrente sobretudo do longo tempo que o santista vinha esperando para que novos usos – notadamente museológicos, como foi a prática dos órgãos de preservação por muito tempo – fossem dados aos bens tombados.

Não que a atuação do IPHAN em Santos fosse recente: somados aos tombamentos, muitos realizados tão logo o Instituto foi criado, como vimos no Capítulo 2, estavam também as primeiras obras de restauração, iniciadas antes mesmo do IPHAN completar cinco anos de existência. No entanto, num primeiro momento, ambas as ações não tiveram repercussão imediata – ao menos na imprensa -, como foi o caso não só da restauração da Capela do Carmo, feita em 1941, mas também do incêndio que precedeu as obras. Por outro lado, a expectativa nutrida por alguns segmentos da sociedade, apoiados pela imprensa, colocou em

[17] Para maiores informações, consultar a tabela com os bens tombados, tanto pelo IPHAN quanto pelo CONDEPHAAT e CONDEPASA, no Anexo C deste trabalho, precedida pelo Anexo D, onde são mostradas suas localizações na cidade.

evidência a questão do patrimônio histórico, já que os museus prometidos teriam sede em edifícios tombados. É possível que, inicialmente, o interesse maior não recaísse exatamente sobre a edificação em si, mas sobre o uso que passaria a ter – como muitas reportagens deixaram perceber. Mas o fato é que a freqüência com que esses bens começaram a aparecer na imprensa contribuiu para a veiculação do discurso dos órgãos preservacionistas. Por sua vez, a criação do órgão estadual de preservação, o CONDEPHAAT, em 1969, tornava mais próxima da cidade a discussão a respeito da preservação de bens arquitetônicos e, a partir dos primeiros anos da década de 70, outros edifícios como a Bolsa do Café e o Casarão do Valongo – e não só aqueles tombados – começaram a ter espaço nas páginas impressas, onde freqüentemente era denunciado o estado de abandono em que se encontravam.

Um texto da cronista Lydia Federici – cuja importância será posteriormente comentada -, em sua seção *Gente e coisas da Cidade*, resume o contexto da preservação no início do período aqui estudado:

> Uns diziam que a construção era antiga. Outros achavam que não passava de um velho prédio. Os conhecedores da arte arquitetônica também não se entendiam. Estes afirmavam haver estilo nas paredes e janelas grossas e no telhado colonial. Mas outros sacudiam a cabeça em dúvida. O estilo fora deturpado. Pouco significava como monumento!
> Antigo ou novo; estiloso ou feio, cheio de valor histórico ou apenas um repositório de pouca ou nenhuma significação; um trambolho a entravar o progresso ou uma bela antigüidade a merecer reverentes curvas do trânsito, o caso é que o prédio da Câmara e Cadeia obteve as graças dos olhares do IPHAN. E o soberaníssimo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, considerando o prédio da cadeia velha digno de preservação, tombou-o. Não apenas a casa, deixe-me dizê-lo, mas toda a Praça dos Andradas, sim senhor.
> Tombada a praça dos ficus seculares, tombado o prédio da ex-cadeia, ninguém mais - sem licença do IPHAN - poderia mexer naquelas relíquias. Acontece que mexeram. Mexeram nos caminhos da praça. E não fosse o pulo do Instituto, mexeriam, com uma explosão, também no casarão fechado. Por causa do pode, não pode, que, na época, surgiu, acabou sendo criado um clima de guerra fria, sabe? E se você, amigo, não quiser aceitar tal afirmativa, digamos então que, entre os zeladores nacionais do patrimônio, os donos paulistas da preciosidade, os senhores santistas do chão e da Cidade, surgiu um valentíssimo impasse. Ninguém se entendia. Nem tinha idéia de fazê-lo.
> Não. Isso não aconteceu agora. É coisa de anos. É coisa de outras administrações e de outros diretores. Mas suas conseqüências, por menos que todos quisessem, continuavam a empurrar qualquer novo empreendimento. Santos queria um museu. O Estado gostaria que Santos tivesse um museu. Até o IPHAN via com bons olhos tal destinação. Mas, por causa de uma papelada emperrada, a sede do futuro Museu dos Andradas continuava sem serventia. Permanecia inútil a construção restaurada. E danavam-se, os amargurados, conhecedores do valor da cultura representada pelo acervo - pequeno que fosse - de qualquer novo museu, entende?

> Felizmente, de uns tempos para cá, aproximação entre aqueles que poderiam resolver o problema, principiou a produzir resultados. Tirou-se o pó e desgrudaram-se as folhas dos processos engavetados. Houve contato de peito aberto, para conversas. Trocaram-se idéias e sorrisos. A desconfiança desapareceu. Intenção e protocolos de futuros convênios foram assinados.
> E, por fim, até a data da inauguração do futuro Museu dos Andradas pôde ser, entre alegres apertos de mãos, determinada - seria a 15 de novembro. Deste 1975, sim, que é que você está pensando, amigo? [...] (*Tribuna de Santos*, 30 de julho de 1975).

O texto de Lydia coloca bem como era a discussão da preservação naquele momento: como detentor das escolhas, o IPHAN, órgão soberano e exigente ("O estilo fora deturpado. Pouco significava como monumento!"); nas calorosas discussões, a luta entre as três esferas – os "zeladores nacionais do patrimônio, os donos paulistas da preciosidade, os senhores santistas do chão e da Cidade [...]". No meio disso tudo, a contenda sobre a valoração da Cadeia Velha: "antigo ou novo; estiloso ou feio; cheio de valor histórico ou apenas um repositório de pouca ou nenhuma significação; um trambolho a entravar o progresso ou uma bela antigüidade a merecer reverentes curvas do trânsito [...]". Lydia expôs, portanto, as esferas onde o bem fora discutido: os órgãos de preservação, o poder público, as pessoas da cidade.

O ano de 1973 marca um momento importante na história da preservação em Santos, ainda que o tenha sido em razão de sua contrapartida: a demolição. A derrubada do Parque Balneário serviu como exemplo do quanto poderia ser dolorosa a perda de um bem com o qual os munícipes mantinham relações de afetividade, motivando futuras lutas e pedidos de preservação, como o feito por uma vereadora que, "temendo o que aconteceu com o Parque Balneário" (*A Tribuna de Santos,* 03 de junho de 1979) resolveu solicitar o tombamento do Teatro Coliseu. Logo no ano seguinte, 1974, temos os pedidos de tombamento da Bolsa do Café e do Casarão do Valongo, ano tido como marco inicial do nosso recorte histórico. A data, no entanto, é tomada aqui apenas como um balizador. O fato de interessados da cidade levarem a um órgão de proteção do patrimônio um pedido de tombamento é um dos indicadores de que algo acontecia em relação à preservação de bens arquitetônicos. No entanto, não devemos entender tais balizas como marcos que separam bruscamente um antes

de um depois, mas sim que as zonas de transição já apresentam sinais daquilo que está claramente definido dentro do recorte estudado. Esses limites são, portanto, parte do processo metodológico de pesquisa.

Entender como a preservação dos bens arquitetônicos começa a ser discutida neste momento implica em mergulhar nesta realidade e destrinchar seus componentes. Passaremos a ver, separadamente – ainda que as ações não devam ser entendidas assim –, cada um dos principais fatores que contribuíram para que a preservação dos bens arquitetônicos fosse mais intensamente discutida.

3.2.1. O passado nos jornais: as crônicas da cidade

Na década de 20, havia no jornal *A Tribuna de Santos* uma seção intitulada *Nossas Relíquias*. De alguma maneira, com ela e com seções equivalentes em outros jornais, os edifícios mais antigos, que não tiveram o mesmo infortúnio dos que foram demolidos na virada do século XIX, começavam a figurar nas páginas dos noticiários ao lado das coisas novas e das que estavam sendo construídas. Em 1961, o mesmo jornal passa a contar com crônicas que, pela forma e pela continuidade temporal, serviram para chamar a atenção do leitor para os fatos, coisas e lugares que faziam parte de sua vida. A seção, intitulada *Gente e coisas da cidade,* teve como redatora Lydia Federici, que a escreveu durante 33 anos, tendo parado somente em 1994, quando faleceu. Embora seu nome possa ser visto endossando muitos pedidos de tombamento, sua importância maior

Figura 54 – Pintura que retrata a cronista Lydia Federici, localizada na Hemeroteca Municipal Rodão Mendes Rosa.

estava na colaboração que deu, por meio de suas crônicas, para descortinar a cidade agradável – com elementos não só do presente, mas também do passado -, com sua gente, seus prédios, suas histórias, abrindo espaço para que a preservação passasse a ser considerada pelos cidadãos. Sob seu ponto de vista, as coisas boas não estavam, portanto, somente na cidade nova, moderna, que se sobrepunha à antiga, muito embora não fosse contra esse progresso, sendo muitas vezes sua entusiasta.

Os objetivos de Lydia eram basicamente mostrar a Santos que amava, e que era, portanto, bela e aprazível. Em junho de 1975, por exemplo, ela falava sobre o que era, em sua opinião, o palacete mais bonito da cidade:

> **[...]**
> O mais bonito palacete que ainda pode ser admirado em terras santistas não se situa na orla praiana. Foi erigido em via interna. Daí, a sorte de ainda existir. Por isso, com certeza, a razão porque o frenesi imobiliário de pós guerra e o de agora o tenham poupado. Pelo menos até hoje, sim. [...]
>
> [...] Como toda construção vinda de outras décadas – em zona residencial já então considerada chique – o palacete ocupava o centro de um terreno de boas dimensões. Cercado de Jardins, sombreado por árvores gigantescas, uma hera invasora encobrindo-lhe, cada vez mais, o cinza bonito e brilhante das pedras. Houve tempo em que, dele, livres e visíveis, só apareciam os retângulos das janelas [...]
>
> [...] Houve, sim, o ano em que arrancaram, da propriedade, um pouco da beleza do chão e uma parte da luz que recebia. Um arranha-céu, à esquerda, como que afundou e ensombreceu a casa de pedra e o jardim todo verde. Quando chegou o tempo em que as famílias saíram para a praticidade dos apartamentos foi ele cedido para a sede de um clube. Liberto da trepadeira, limpo, repintado e, novamente habitado e movimentado, o prédio reviveu. E quem passasse pela Galeão Carvalhal – tendo tempo para olhar as laterais da rua – pôde rever a beleza do velho, sólido e sempre belo palacete [...] (*A Tribuna de Santos,* 14 de junho de 1975).
>
> Vá lá vê-lo, vá, amigo. Merece uma olhada. É uma "festa de luz o número 25 da Galeão Carvalhal"! (*A Tribuna de Santos,* 14 de junho de 1975)[18]

Lydia não o coloca, explicitamente, como um monumento ou patrimônio da cidade, como o fez com outros edifícios em outras crônicas, principalmente as escritas por volta de 1985, quando muitos bens estavam em processo de tombamento no CONDEPHAAT. No entanto, mostra um lugar bonito – o mais bonito dos palacetes – num momento em que apareciam como patrimônio principalmente os bens tombados, assim consagrados nos ciclos

[18] O texto completo está no Anexo E deste trabalho.

restritos de especialistas. E também lamenta as novas condições que acabam por prejudicar a beleza da casa: o arranha-céu que a "ensombreceu", arrancando um pouco da beleza do chão e da parte da luz que recebia. Este espaço era para Lydia um lugar, já que fonte de significados, e assim ela o compartilhava com seus leitores: "Vá lá vê-lo, vá, amigo", como escreve, finalizando o texto.

Figura 55 – Rua Galeão Carvalhal e o terreno onde se encontrava o palacete mais bonito da cidade, segundo descrição da cronista Lydia Federici. O estágio pouco avançado das obras da nova construção levam a crer que a demolição da casa é recente. Fotografia de M. Monte Mór, em setembro de 2007.

Por outro lado, em outras crônicas, Lydia se mostra entusiasmada com o progresso, o novo, ainda que este tenha surgido à custa do descarte de algo que havia sido muito importante para a cidade. Este é o caso de *"O Tapume Poético"* (Anexo F) (*A Tribuna de Santos,* 3 de janeiro de 1977), onde fala das inusitadas placas que delimitavam as obras que surgiam no terreno por muitas décadas ocupado pelo demolido Parque Balneário Hotel:

> [...]
> No Gonzaga, no terreno em que existia o Parque Balneário com todo seu jardim, está sendo edificado um conjunto de prédios. Pois muito bem. Não me julgo uma grande saudosista. Respeito o passado, sim. Gosto de estabelecer comparações entre o dia de ontem e o de hoje. Comparo costumes e hábitos, mais para salientar as modificações que por motivo de ordem sentimental, creio. Assim, pois, embora reconhecendo o que representava para a Cidade a conservação do Parque Balneário de reis, príncipes, presidentes e notabilidades, procurei compreender e aceitar, sem muita revolta ou pena, a transformação da tradicional quadra do Gonzaga em empreendimento mais útil, moderno, lucrativo e dinâmico. Desde que, segundo fora afirmado, os jardins das velhas palmeiras conservassem, em verde, a paz de sua extensa área.

Como a promessa não foi cumprida, sendo os jardins destruídos, a ressentida cronista se desinteressou de acompanhar o caso. Tempos depois, com a informação dada por um amigo seu de que os tapumes tinham desenhos e poesias, resolve conferir. Gostando do que havia visto, conclui o texto:

> Pois é, amigo. Vá lá reconciliar-se um pouco. O velho Parque? Imagine-o atrás daquilo tudo. Os jardins? Veja-os no leque das duas palmeiras que, transplantadas, continuam a viver!

Na crônica sobre a Rua João Pessoa, que no momento estava sendo alargada, Federici mais uma vez se mostra entusiasmada com o progresso:

> **A Rua João Pessoa** – A João Pessoa mudou muito. E, em breve, mudará muito mais. Coloque-se, amigo, numa das calçadas da parte já alargada e reconstruída. Olhe para uma das extremidades da antiga e provinciana Rua do Rosário. Que construção, ângulo ou imagem de hoje, lembrará a ruazinha já não digo daqueles tempos, mas dos anos não tão distantes da conhecida e estreita João Pessoa?
> Sim, amigo. Você tem razão. A parte agora arrasada está um lixo. Mas demolição é assim mesmo. Levanta poeira. Derruba paredes e telhados. Transforma, sem dó, quadras em imagens de desalentadoras ruínas. Não olhe, pois, para essa parte da João Pessoa. Ou, se ali quiser pousar os olhos curiosos, veja apenas a nova amplidão que a derrubada abriu. Sabe que a gente, apesar dos escombros, quase consegue chegar, com os olhos, até o mar daquele pedaço de cais? E, se continuar avançando, é até capaz de alcançar os morros do Guarujá? (*A Tribuna de Santos,* 17 de maio de 1977).

Em alguns momentos (até ao falar da mesma Rua João Pessoa!), concorda com esse progresso, mas alerta para as conseqüências que o mesmo poderia ter ao tentar suplantar o passado. Assim o faz num de seus escritos onde narra a vinda de uma mulher para Santos – santista de nascimento, mas que morava há muito tempo em Ribeirão Pires – logo que soube que o Largo Marquês de Monte Alegre iria passar por reformas urbanas. Receosa de nunca mais ver a cidade onde crescera, vem visitar o local, tirando dele inúmeras fotos:

> "Já desapareceu todo um lado da rua de saída de Santos. A João Pessoa, alargada, é avenida de metrópole. De qualquer metrópole do mundo. Nada tem de típico que a situe aqui ou ali. Sei que o progresso exige essa derrubada e ampliação de vias. Mas algo, no velho Centro, precisa permanecer como é. Para mostrar como a Cidade era! Já não há quase nada tradicional naquela parte de Santos. Andei por lá sem poder encontrar as ruas de antes, sabe?"
> Sei o que essa santista quis dizer. Sei o que, por conhecer e valorizar a arquitetura local, seu amor e respeito gostariam de saber preservado na Cidade que não aceita ver descaracterizada. Compreendo-lhe os temores. Endosso-lhe, de manso mas com firmeza, a queixa. E é por isso que, na crônica, deixo o alerta: modernizemos Santos. Respeitemo-lhe (sic), porém, as belezas e curiosidades que traz do passado. Cidade sem documentos históricos vivos perde a alma. Desumaniza-se, sabe? E nós, com ela! (*A Tribuna,* 20 de abril de 1978).

Em outros momentos, suas crônicas mergulham no civismo, influência tanto da História ensinada nos meios oficiais quanto do MAF - Movimento de Arregimentação

Feminina -, da qual a autora fazia parte.[19] É o caso de *"Monumentos Abandonados"*, escrito em 1981 (*A Tribuna de Santos,* 18 de fevereiro de 1981), no qual Lydia denunciava o abandono dos monumentos das praças da cidade, em sua grande maioria, homenagens a vultos importantes, como os heróis nacionais:

> **Monumentos abandonados** – Vem de longe, na Cidade, o abandono dos monumentos que enriquecem logradouros e praças públicas. Note-se, porém, que seu número aumenta. Sinal de que continua a imperar a idéia de, através da pedra e do bronze, homenagear figuras grandes. E queridas.

Após, sugere providências para sua preservação, envolvendo as escolas:

> Seriam as escolas, com os alunos conduzidos por suas professoras, as responsáveis por esse trabalho cívico. Cada unidade teria a seu cargo um monumento. Visitá-lo-ia. Anotaria as falhas. Preparaia um relatório. Os pequenos estudantes seriam motivados, sim. Depois, as providências para limpeza, restauração e embelezamento de cada obra. Seriam realizadas por... por quem de direito. Provavelmente, acredito, pelo setor de Serviços Públicos da própria Prefeitura.

Seus textos têm muito de sua vida: das participações no MAF – com seu civismo - às observações do que acontecia na cidade, com a percepção do cidadão comum, dos lugares aprazíveis, enfim, da crônica do quotidiano. Têm também a observação atenta e reflexiva, que lhe permitia, às vezes, mudar de idéia, de discurso, como nas crônicas sobre a Rua João Pessoa.

Atenta às ações do IPHAN e CONDEPHAAT em Santos, cobrou várias vezes em textos que as obras de restauração fossem agilizadas. Em outros momentos, mostrava-se, como toda a população, espectadora das decisões dos órgãos e, por fim, também recorreu a

---

[19] O MAF, sociedade cívica apartidária, foi fundado no dia 12 de junho de 1962, perdurando até hoje, com aproximadamente 250 mulheres (Disponível em: <http://www.camarasantos.sp.gov.br/noticia.asp?codigo=1351&COD_MENU=102>. Acesso em: 20 nov. 2007). Entre suas atribuições, deveria participar ativamente das comemorações do Dia da Cidade, Semana da Pátria e Dia de Nossa Senhora do Monte Serrat. Prestava homenagens a vultos históricos por meio da visitação de seus monumentos e promovia vigílias no Panteão dos Andradas, traçando o calendário de comemoração de todas as datas cívicas. Em alguns momentos, o Movimento se organizou para a defesa do meio ambiente, como mostrou *A Tribuna de Santos,* de 24 de setembro de 1978: "[...] Quantas vezes as Mafistas [nome dado à mulheres que pertenciam ao Movimento] não se vêem forçadas a hostilizar pessoas ou organizações, abrir polêmicas para impedir a concretização de projetos que venham a se constituir em agressão à paisagem! Elas não medem esforços para impedir que se destrua a beleza natural de uma ilha panorâmica, ou que as areias de nossas praias se tornem alicerces onde sejam fincadas pesadas colunas de concreto para servirem de suporte a bares, postos de gasolina, rinque de patinação ou salões de dança. Se ocorrer tal iniciativa, elas inquirem, discutem, protestam e o fazem visando preservar vida e beleza para os tempos vindouros".

eles quando julgou necessário. Este foi o caso das crônicas que perguntavam: "*E o Teatro Guarany?*" (*A Tribuna de Santos,* 03 de julho de 1989), num momento em que muitos setores da cidade mobilizavam-se por sua preservação. Sua linguagem coloquial, acessível, sua fala direta ao leitor, em muito devem ter influenciado para que o passado da cidade e o discurso de preservação fossem de conhecimento de um grande número de pessoas. Mais do que isso: em muito devem ter contribuído para que o santista passasse a ver, em outros lugares além daqueles que os órgãos oficiais legitimavam, objetos de preservação.

3.2.2. Turismo como solução: a ação dos órgãos públicos

Em 1974, alguns setores da cidade – notadamente aqueles ligados ao comércio e ao turismo - organizavam-se para realizar uma campanha que mostrasse que as praias de Santos estavam limpas, não existindo a então propalada poluição. Tratava-se de um desagravo contra "boatos maldosos" e dados falsos, no dizer desses setores e também do prefeito, Antonio Manoel de Carvalho, que visavam denegrir a imagem de Santos, afastando os "forasteiros" que vinham do planalto. Por outro lado, ao mesmo tempo, o prefeito declarava estar a poluição apenas nos canais (que, por sua vez, lançavam suas águas no mar, embora ele não sublinhasse o fato...) e que a proposta do emissário submarino para o lançamento de esgotos andava em estágio adiantado. Ou seja, a negativa da poluição das praias estava apenas no discurso, o que era demonstrado até pelo fato de medidas outras – que não a simples campanha de desagravo – estar em curso. A história também mostrou que a afirmativa do prefeito era uma farsa.

A insistência em negar uma realidade – já conhecida por muitos e até denunciada na imprensa – deve ser entendida à luz daquele contexto. A praia era para Santos uma fonte de renda, iniciada com a construção dos primeiros balneários, no início do século XX, e intensificada nos anos 50 e 60, com a facilidade de acesso rodoviário. Ainda assim, esse turismo sempre representou uma tensão entre o poder público e os comerciantes, de um lado,

e a população local, de outro. Para estes, a vinda dos forasteiros, como os turistas eram chamados no início dos anos 70, ou farofeiros, já assim designados no fim dos 80, era de total inconveniência: enchiam a cidade cuja infra-estrutura era insuficiente, abarrotavam o trânsito e destruíam os jardins da praia. As queixas nos jornais feitas por munícipes eram inúmeras, chegando até o questionamento de uma possível unilateralidade das leis – como a proibição de estacionamento na praia – válida para eles, os moradores, e descumpridas pelos turistas.

Figuras 56, 57, 58 e 59 – Principalmente na primeira metade da década de 70, a poluição das praias e a falta de infra-estrutura da cidade, ambas prejudicando o setor turístico, eram recorrentes nos jornais.
Fonte: (em cima) *A Tribuna de Santos,* maio de 1974. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.
(embaixo) *A Tribuna de Santos,* fevereiro de 1975. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

As reclamações não conseguiam, entretanto, suplantar a pressão dos grupos hoteleiros e de comerciantes, que freqüentemente queixavam-se dos poucos rendimentos que tinham e dos hotéis vazios (ainda que, em certos casos, reclamassem com 60 a 70% de sua capacidade ocupada, em plena baixa temporada, de acordo com informações veiculadas pela imprensa). Não vem ao caso, neste trabalho, se o turismo estava ou não dando os esperados retornos financeiros, mas sim que ele era uma aposta e uma grande preocupação para alguns setores da cidade. Tanto assim que, mesmo quando a poluição das praias não era alardeada, havia especial atenção com o período da baixa temporada, quando a renda

proveniente do turismo diminuía. Nesse sentido, por algum dos dois motivos – poluição ou baixa estação – as alternativas para o turismo das praias foram sempre buscadas e, com isso, as opções culturais, como festivais de inverno, mas sobretudo as propostas de roteiros histórico-culturais ganharam peso dentro da prefeitura e dos setores diretamente ligados.

Em 1974, por exemplo, a Sectur – Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes - organizava um projeto que deu a tônica para todas as ações da pasta durante o período estudado: levantamento de outras possibilidades turísticas para Santos por meio de seus pontos históricos, igrejas e museus, dentre outros.

Dessa forma, num primeiro momento dando continuidade ao discurso cívico dos anos anteriores – mas discurso também típico do regime ditatorial então vigente -, previa a secretaria que além da preservação dos monumentos e obras de arte da cidade, seriam observadas as datas comemorativas de grandes vultos de Santos e estimuladas as visitas ao Panteão dos Andradas, por meio de trabalho conjunto com a Secretaria de Educação (*A Tribuna de Santos,* 13 de maio de 1974).

Tais ações da prefeitura em relação ao patrimônio histórico de Santos devem ser analisadas à luz de um contexto mais amplo, ao mesmo tempo em que também devem ser entendidos, no âmbito municipal, os verdadeiros sentidos que este patrimônio assumia.

Para compreender essa inserção do patrimônio no campo do turismo, é fundamental o conhecimento do Compromisso de Salvador, assinado nesta cidade por membros de vários estados e municípios brasileiros, em 1971, no qual foram incentivados os usos do patrimônio para fins econômicos, sobretudo os turísticos. Dessa forma, de acordo com dois de seus artigos temos que:

> Art. 5. Recomenda-se que também sejam considerados prioritários, para obtenção de financiamento, os planos urbanos e regionais de áreas ricas em bens naturais e de valor cultural especialmente protegidos por lei.
> [...]
> Art. 12. Recomenda-se a convocação dos órgãos responsáveis pelo planejamento do turismo, no sentido de que voltem suas atenções para os problemas da valorização, utilização e divulgação dos bens naturais e de valor cultural especialmente

> protegidos por lei (*Compromisso de Salvador, II Encontro de Governadores,* outubro de 1971).

Figuras 60,61 e 62 – Como alternativa ao turismo praiano, o vereador Tayfour propunha visitas ao cemitério Paquetá, hoje tombado pelo CONDEPASA.
Fonte: *Cidade de Santos,* maio de 1986. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Tais artigos tanto explicam o envolvimento da Sectur com a questão dos bens culturais de Santos, quanto os freqüentes contatos que esta buscava com os técnicos do IPHAN e CONDEPHAAT, solicitando apoio financeiro para as obras de restauração – num primeiro momento, apenas para os bens legitimados pelos tombamentos federal e/ou estadual. Este ponto também explica os sentidos que o patrimônio assumia naquele contexto, bastando perceber que a principal Secretaria envolvida com seus problemas era a Sectur que, embora abrigasse as pastas de turismo, cultura e esporte, já deixava clara, na omissão dos últimos em sua sigla, suas principais intenções. A questão do trato dos bens patrimoniais numa secretaria cujo principal foco era o turismo revela que os valores atribuídos eram, antes ou mais do que culturais, valores de mercado. Casa do Trem, Cadeia Velha, Mosteiro de São Bento e outros eram principalmente mercadorias para a indústria cultural. Embora o poder público mencionasse seus valores culturais – normalmente relativos à arte e à história – incorporando o discurso dos órgãos de preservação, claramente o faziam visando a

seus usos turísticos. Nesse sentido, a questão da memória da cidade e transmissão de valores culturais acabavam passando a segundo plano.

Por outro lado, ainda que os objetivos da Sectur fossem os explicados acima, as parcerias da prefeitura com outros órgãos ou instituições contribuíram para o avanço das questões relativas à preservação do patrimônio. Como exemplo destas associações, podemos citar as ações conjuntas da municipalidade com o Serviço Social do Comércio – Sesc -, o IPHAN e o CONDEPHAAT, entre outras. Um dos envolvimentos com o Sesc dá-se em função da implementação do Prourb – Programa de Animação Urbana da Baixada Santista – elaborado a partir do pronto acolhimento pelo Sesc das propostas para a Praça dos Andradas feitas pela arquiteta Maria Estela Neves em seu trabalho de conclusão de curso. Na primeira edição, em 1977, o Programa foi implantando, portanto, na Cadeia Velha, situada na referida praça. Segundo *A Tribuna de Santos,* de 9 de abril de 1978, o Prourb surgira "da necessidade de se revitalizar áreas esclerosadas existentes na Cidade, a ponto de fazer com que uma nova consciência popular viesse à tona, a partir de atividades sócio-educativas, como as estratégias para a movimentação de populares em torno do projeto". Visava também oferecer momentos de lazer e turismo à população, com atividades voltadas às oficinas culturais e prática de esportes. Segundo o mesmo jornal, o Programa fora tomando corpo a cada reunião, fazendo com que se envolvessem também a Secretaria de Turismo, a empresa pública Prodesan (Progresso e Desenvolvimento de Santos), Sindicato do Comércio Varejista e faculdades de turismo e de arquitetura da região.[20] No ano de 1978, segundo de sua realização, o local escolhido para sua implantação foi a Casa do Trem. Danilo de Barros Fernandes, o então diretor do Sesc, explicava que um dos pontos fundamentais do Prourb era a escolha de edifícios que fossem considerados patrimônios e sua abertura à população, na busca de

[20] Segundo informações dadas via e-mail pela arquiteta Maria Estela Neves, um dos grandes entusiastas do Prourb era Danilo Fernandes, diretor do Sesc. Danilo seguia as linhas propostas pela instituição naquele momento, notadamente influenciadas pelo sociólogo francês Joffre Dumazedier, que pensava o tempo livre do lazer como espaço para a cultura e a educação não formal.

"revelar a Cidade à sua própria comunidade" (*A Tribuna de Santos,* 9 de abril de 1978). Fernandes lamentava também a falta de consciência, tanto dos santistas quanto dos brasileiros, para a preservação do seu patrimônio. A reportagem também fornecia dados do relatório do Sesc feitos para o Prourb/77, segundo o qual a participação de 70% das pessoas no programa – antes do interesse em participar de oficinas esportivas e culturais realizadas na Cadeia Velha - fora motivada pela curiosidade em conhecer o interior do prédio, fechado ao público havia anos. Após a realização do evento na Casa do Trem, o presidente do Sesc enviou ao IPHAN e ao CONDEPHAAT pedido para utilização do local por um período de 30 anos, em regime de comodato, o que lhe foi negado pelo órgão estadual, com a justificativa de que o imóvel estava sendo objeto de um plano elaborado pelo CONDEPHAAT.[21]

No caso das parcerias entre a prefeitura e os órgãos de preservação, além da liberação de recursos para obras de restauração, foram preparadas algumas publicações técnicas (idealizadas pelo CONDEPHAAT também para outras cidades), normalmente visando à difusão do conhecimento sobre algum bem tombado, como o caso do caderno que constava do PDDI – Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado -, de 1980, e intitulado *"Santos – Patrimônio Cultural 1. Valongo"*, feito com a colaboração tanto do IPHAN quanto do CONDEPHAAT. Na apresentação, muito do discurso emanado pelos órgãos, acompanhando a evolução da forma de se preservar dentro dos mesmos:

> A produção de documentos que retratem aspectos relacionados com a vida urbana de Santos objetiva despertar o interesse da população pela importância do Patrimônio Cultural, entendido como o conjunto de bens naturais e bens produzidos pelo homem e que possuam especial significado na caracterização e leitura da cidade.
> Esse conjunto de bens culturais, através do qual se guarda a memória (passado) e permite a leitura (explicação) da cidade, é constituído pelas igrejas, casas de espetáculos, edifícios públicos, praças, usos e costumes populares, canais, residências (do chalé ao casarão), esculturas, conjuntos de edifícios, a rua, morros, mangue, rios, ilhas, canais naturais, fauna, flora, praias, etc.
> Não se trata, portanto, de um chamamento somente para os bens notáveis, é necessário que se estabeleça ampla discussão sobre a importância do Patrimônio Cultural como um todo, visando, sobretudo, alertar o povo para a necessidade de sua preservação.

[21] Tal plano nunca foi concretizado e a Casa do Trem continua fechada.

Publicações deste tipo contribuíram para que o discurso dos órgãos, com suas preocupações e enfoques na memória e nos valores culturais e identitários do patrimônio, fossem difundidos ao lado dos interesses mais especificamente turísticos assumidos pela prefeitura.

Muito embora as ações concretas para a restauração do patrimônio não fossem realizadas pela prefeitura – basta ver as denúncias de munícipes, os processos de tombamento e as próprias notícias dos jornais, que mostravam os bens em estado de abandono ou até mesmo de ruína – a possibilidade de ganho que o turismo receberia em virtude de um patrimônio bem conservado já representava um ótimo ponto de partida para que os mesmos fossem preservados, colaborando a prefeitura, ao menos nos discursos e nas tentativas de angariar fundos, para a manutenção desses edifícios dentro da cidade.

3.2.3. O reconhecimento oficial

Antes de analisarmos os pedidos de interessados para que alguns bens santistas fossem oficialmente protegidos pelo CONDEPHAAT, cabe uma breve análise das atribuições dadas ao município em relação à preservação de seus bens culturais.

No Brasil, a partir da Constituição de 1934 (Artigo 148), a responsabilidade pela proteção dos bens culturais passa a ser conferida também aos municípios. Em relação ao tombamento, há, entretanto, algumas especificidades: a Constituição de 1967, por meio de sua Emenda Constitucional nº 1/69, permitia às três esferas de poder legislar sobre direito administrativo e, portanto, sobre tombamento. Esclarece Silva (2003, p. 138):

> A Constituição outorgava ao Município competência para legislar sobre os temas de seu "peculiar interesse", o que incluía o tombamento dos bens culturais.
> Portanto, a proteção do patrimônio cultural não se resumia ao Decreto-Lei nº 25/37 e à ação administrativa e normativa da União, possibilitando a cada pessoa política editar uma legislação que disciplinasse o tombamento dos bens culturais, observando as normas e princípios constitucionais então vigentes.

Por outro lado, a Constituição de 1988 trouxe modificações para a competência legislativa em relação à proteção dos bens culturais, que passava a ser de exclusividade da

União, dos Estados e do Distrito Federal, mantendo, por outro lado, as competências administrativas dos municípios. Isso implicava em restrições, na esfera municipal, em disciplinar o tombamento, tarefa que dependia de autonomia legislativa. Essa restrição, no entanto, segundo Silva (2003) não obstava ação conjunta de todos os entes federados, prevalecendo, em caso de dissonâncias, o estabelecido pelas normas gerais da União.

Em 1985, no mandato do prefeito Oswaldo Justo, o primeiro eleito após o período de falta de autonomia na cidade em razão de sua classificação, pelo Regime Militar, como Área de Segurança Nacional, foi aprovada a lei nº 103/85 (Anexo G), que dispunha sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural do município de Santos e dava outras providências, definindo o que constituía o patrimônio histórico e cultural local e instituindo os Livros do Tombo, entre outras coisas. Era claramente inspirada no decreto-lei nº 25, de 30 de novembro de 1937, que organizava a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, embora não esmiuçasse alguns pontos, como as formas de tombamento e as maneiras para realizá-lo, o que seria feito por um decreto posterior, que veio em maio de 1986, com o número 359 (Anexo H). Este decreto aprovava o *Regulamento de Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santos*, pelo qual competiria à Secretaria de Cultura a adoção de medidas na defesa do patrimônio, por meio da Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural. A ela também caberia, ouvida esta Comissão, propor às autoridades competentes o tombamento dos bens culturais, dentre algumas outras funções.

Devemos saber que, durante os anos estudados, as atribuições de proteção do patrimônio cultural migraram entre as secretarias, conforme a "Cultura" era incorporada a uma ou a outra delas. Assim, da Sectur – Secretaria de Turismo, Cultura e Esportes -, as atribuições de preservação deste patrimônio foram, em 1980, para a Secretaria de Educação e Cultura (Seduc). Nessa ocasião, com a reativação da Comissão Municipal de Cultura, que já havia existido até 1968, começava a secretaria a pensar no tratamento de algumas atribuições

que estariam sob sua responsabilidade, como o tombamento. A Secretaria de Cultura passa a existir de forma autônoma - isto é, desvinculada da Educação - apenas em 1985, criada pela Lei nº 88 de 07 de agosto.

Em 1989, dentro do *Primeiro Fórum de Debates sobre o Patrimônio Cultural da Cidade*, organizado pela própria Secult, nasce a idéia da criação de um Conselho de Defesa que tivesse a participação de diversos segmentos da sociedade, tal como acontecia com o CONDEPHAAT. Em meio aos debates, a prefeita Telma de Souza cria o CONDEPASA – Conselho Municipal de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos – por meio do Decreto nº 906, de 12 de julho de 1989. Outro decreto, o nº 905/89, criado na mesma data, o complementava, estabelecendo uma subzona de interesse histórico na área comercial central. Logo em agosto, a Secretaria de Cultura (Ofício 1241/89) dirigia-se ao setor jurídico da Prefeitura de Santos a fim de obter orientações quanto às prováveis alterações no Decreto 359/86 e na Lei 103/85, posto que a criação do novo Conselho resultava em problemas de terminologia e atribuição de funções. O setor jurídico responde dizendo ser mais adequada a elaboração de um novo decreto e, dessa forma, o CONDEPASA, órgão autônomo e deliberativo que trata do tombamento e da preservação dos bens culturais e naturais de Santos, foi regulamentado em 1991, pela Lei 753, de 8 de julho (Anexo I).

Até 1985, a cidade não possuía um órgão próprio para instituir tombamentos, embora fosse de sua responsabilidade zelar pelo patrimônio cultural. A lei 103/85, regulamentada apenas pelo decreto do ano seguinte, acabou não sendo usada para efeito de tombamento, o que só veio a acontecer com a criação do CONDEPASA. Isso muito provavelmente se deu em função dos trâmites e ajustes burocráticos para que a Lei 103/85 fosse posta em prática, não se descartando, todavia, o desinteresse no uso de tais instrumentos, uma vez que, ao prefeito do período, Oswaldo Justo, recaíram algumas reclamações quanto à falta de vontade política para tratar da preservação dos monumentos da cidade. O fato é que, sendo assim, nada mais

natural do que, havendo o interesse da população na preservação de bens locais – tanto antes quanto depois de 1985 -, e falta (ou inoperância) de um órgão ou setor que cuidasse do assunto no âmbito municipal, fossem os pedidos feitos aos órgãos de outras esferas de poder, ou seja, ao IPHAN e ao CONDEPHAAT, mas principalmente a este último, em virtude da sua proximidade hierárquica e também do desinteresse e inflexibilidade do IPHAN em tombar edifícios que fugissem a seus critérios de seleção.

Assim, vendo no tombamento a forma consagrada para a preservação, instrumento legitimador, a sociedade civil e até mesmo o poder público recorreram, quando houve intenção em perpetuar seu patrimônio, a outras instâncias. Já tratamos no item 3.2. dos dois primeiros pedidos de tombamento dirigidos ao CONDEPHAAT que tinham como interessados pessoas ou instituições da própria cidade. Passaremos a ver, a seguir, algumas das demais solicitações que foram feitas no período compreendido entre 1974 e 1989 (Anexo J), tentando entender suas motivações e discursos.

Seis anos após os pedidos de tombamento da Bolsa Oficial do Café e do Casarão do Valongo, no CONDEPHAAT, foi aberta uma solicitação visando à proteção do Teatro Guarany. Em 1982, mais quatro pedidos: Casa de Frontaria Azulejada (esse, *ex-officio*), Igreja do Valongo, cujo interessado era o próprio CONDEPHAAT, Teatro Coliseu e Estação Ferroviária. Em 1985, o Outeiro de Santa Catarina; em 1986, as escolas Visconde de São Leopoldo, Cesário Bastos e Barnabé, cujo interessado também era o próprio órgão. Em 1987, mais três bens: um imóvel na Av. Washington Luiz, o Museu da Pesca e o Casarão Branco da Praia, ocupado atualmente pela Pinacoteca Benedito Calixto. Em 1988, o edifício da Rua XV de Novembro, implantado no terreno onde nascera José Bonifácio e, em 1989, a Antiga Estação Elevatória de Esgotos nº VII. Não detalharemos caso a caso tais pedidos, mas sim os fatos mais relevantes daqueles que se originaram na própria cidade, a fim de entendermos os motivos e contextos destas solicitações.

A solicitação de tombamento do Teatro Coliseu (P 22.273/82), em 17 de agosto de 1982, representa um dos primeiros momentos em que o CONDEPHAAT recebe um pedido que emerge de um contexto de articulação entre os setores normalmente interessados - ou seja, as faculdades e os centros de pesquisa histórica - e camadas mais amplas da sociedade. Desde o final da década de 70, o teatro passara a ocupar um lugar na imprensa escrita, onde normalmente se contrastava a época de glória que tivera com sua decadência atual, exibindo filmes pornográficos e sofrendo ameaças de descaracterização. Em agosto de 1976, um leitor escrevia, na *Tribuna do Leitor*, bem ao estilo de Lydia Federici (o que até nos leva a desconfiar da verdadeira autoria da carta...):

> Sr. Redator:
> É amigo, você se lembra dele? Creio que não, sua idade ainda é pouca para grandes recordações; pergunte para pessoa de mais idade, para um santista autêntico que gostava de freqüentar teatros e apreciava tudo que era arte, cultura e todos os bons espetáculos.
> Você, meu jovem amigo pode não saber, mas Santos ainda possui um Senhor Teatro, com poltronas, foyer, balcão, galerias, frisas, camarotes de foyer e camarotes de balcão. Por acaso você sabe o que é isto, "foyer", frisas, etc? E tudo isso ainda existe aqui em nossa Cidade, que agora sente renovar a chama pela arte, pela cultura e bons espetáculos.
> Faça um levantamento de todas as apresentações destes últimos tempos: peças, "shows", inclusive óperas, sim amigo, óperas, pois nossa cidade já possui público e organização própria que pode levar a apresentar: "Traviata", "Bohème" etc.
> Para isso, foi fundada uma sociedade que cuida desse assunto, naturalmente você não se interessou e não ouviu nada a respeito, creio naturalmente que não, assim também não procurou inteirar-se de todos os movimentos culturais de nossa terra, seus grupos teatrais, onde alguns valores se destacam na grande luta para trazer bons espetáculos até aqui perto de você e de sua família, sem precisar viajar a São Paulo.
> Teatro Coliseu, ainda existe, sabe? Ele está no mesmo lugar em que seu avô, seu pai e sua mãe já tiveram oportunidade de assistir memoráveis espetáculos. Se alguma coisa mudou? O lugar não é bom? Amigo, tire esses pensamentos de sua cabeça: nada mudou, a cidade é a mesma, o que existe nas imediações do teatro são as mesmas situações de tempos idos e nem por isso a sociedade deixava de comparecer naquele local. Basta que mudemos nosso pensamento de achar que Santos é apenas a parte beira-mar. Santos, nossa querida cidade é toda extensão de nossa ilha, tudo é cidade, inclusive o Centro onde esse tabu tem que ser esquecido, para que então possamos voltar a assistir peças, óperas etc., em um verdadeiro teatro, que possui camarotes e foyer, dando aos espectadores conforto e sensação de estar de fato em um Teatro.
> Por que não se reunir as forças vivas na parte cultural de Santos, grupos, amigos do teatro, óperas, "shows", para tratar do assunto? Fala-se muito em dar ao povo bons espetáculos, mas somente em local que possua lugares onde os preços dos ingressos podem ir de Cr$ 10,00 até Cr$ 300,00. E isso pode ser conseguido. Basta que voltemos nossas vistas para o Teatro Coliseu, procurando saber o que é preciso para que volte a funcionar como nos tempos de nossos avós, aqueles bons tempos! – Carta enviada por Roberto Silva, na seção *"Tribuna do Leitor"* (*A Tribuna de Santos,* 21 de agosto de 1976).

A existência física do teatro materializava o sentimento afetivo que por ele nutria o leitor Roberto Silva e, com certeza e junto a ele, muitas pessoas daquela geração para as quais o teatro havia sido um espaço de sociabilidade. Na iminência de descaracterizações e demolição, para a qual o proprietário tinha alvará da prefeitura, o processo é aberto em 1982. Embora na capa conste como interessado o Museu de Arte Sacra, entre nomes isolados, figuravam também instituições como o Instituto Histórico e Geográfico da cidade, o Elos Clube Santos, o Sindicato dos Jornalistas, Cehist – Centro de Estudos Históricos -, União Brasileira de Trovadores, Centro de Expansão Cultural de Santos, Fafis e Sociedade Visconde de São Leopoldo.[22] No total, foram cerca de 180 assinaturas. O campo do que era consagrado como patrimônio, legitimado pelo tombamento nas esferas estadual e federal, começava a ser alargado. Se os casos da Bolsa do Café e do Casarão do Valongo já dão um sinal dessa mudança, o processo do Teatro Coliseu nos dá essa certeza, mostrando um número crescente de interessados que, incorporando o discurso dos órgãos de patrimônio, viam em edifícios distintos dos já tombados, razões para preservação. O caso do Coliseu representa mais do que a constatação de que a preservação de edifícios arquitetônicos começa a fazer parte de alguns movimentos sociais na cidade, mas que aos objetos dessa preservação passaram a ser agregados outros valores, como os históricos com enfoque local e os afetivos, atribuídos por pessoas para as quais os edifícios tinham ou tiveram alguma significação. Mesmo que no processo de organização e mobilização da sociedade para a execução do pedido de tombamento estivessem entidades e órgãos normalmente e até por sua natureza mais familiarizados com o assunto – como as faculdades de arquitetura e história -, no caso do Coliseu a questão da afetividade torna-se evidente, sobretudo porque passa a contar, justamente, com o apoio de pessoas de fora destes ciclos mais intelectualizados. Neste sentido, cabe um parênteses sobre a questão dos movimentos sociais: conforme Eunice

[22]Articulando tanto a Fafis como seu Centro de Estudos Históricos - o Cehist – e o Museu de Arte Sacra, estava a professora Wilma Therezinha, que fazia parte de todos eles.

Durham (2004), não podemos restringir sua análise àqueles cuja base seja nitidamente popular – que não é também o caso dos movimentos preservacionistas em Santos -, posto que o crescimento urbano e a criação de necessidades que originam tais movimentos afetam profundamente o modo de vida de vários segmentos de uma sociedade. O valor afetivo, no caso do Coliseu, embora não explicitado no documento enviado ao CONDEPHAAT como justificativa para a preservação do Teatro, pôde ser percebido tanto na leitura do processo quanto no momento em que estava ameaçado de destruição. O advogado que representava o dono do imóvel, contrário à manutenção deste, envia ao CONDEPHAAT sua defesa, onde cita uma frase do magistrado Rubem Marcondes: "Em nome da sociedade não se deve confundir patrimônio histórico com patrimônio sentimental" (In: *CONDEPHAAT*, P 22.273/82).

Entre as justificativas apontadas para o tombamento, constante de um documento enviado pelo requerente (onde estavam plantas, fotos, matérias de jornal etc), temos:

1. O Teatro fazia parte de um conjunto – valorizando-o – formado pela catedral de Santos, Fórum Cível e Criminal, prédio da Sociedade Humanitária dos Empregados do Comércio (1931), Praça José Bonifácio e Patriarca, entre outros;
2. Único teatro de grandes dimensões da região (2300 lugares), cabendo um público três vezes maior do que o Teatro Municipal;
3. Possuia proporções que não foram ultrapassadas para as necessidades da época;
4. Acústica excepcional;
5. Construção sólida que documentava, de modo concreto, um período importante da arquitetura regional e brasileira.

6. Considerado, na década de 20, um dos mais aparelhados e luxuosos teatros da América do Sul;
7. Bem de inestimável valor histórico e cultural para a comunidade;
8. Presença constante de grandes nomes da arte nacional;
9. Local adequado para as atividades culturais e de lazer que a época demandava;
10. O Coliseu poderia abrigar atividades lúdicas;
11. Veículo de múltiplas atividades artísticas da comunidade;
12. Existência de público cada vez maior;[23]
13. As instalações do palco e da platéia seriam perdidas se as reformas fossem feitas.

Tendo ciência da abertura de processo de tombamento, e presenciando a continuação das obras, santistas mobilizados encaminharam novo abaixo-assinado, desta vez com quase 700 assinaturas. Segundo o processo, tal abaixo-assinado fora organizado pelo Cesec – Centro de Estudos Ecológicos - em menos de 24 horas.

Algumas notícias que saíam na imprensa da época, como a defesa que o autor Paulo Autran fizera para a permanência do teatro, assim como novas cartas e abaixo-assinados, eram enviados para que fossem anexados ao processo, engrossando o coro dos que pediam a preservação.

O jornal *Cidade de Santos,* de 21 de novembro de 1982, coloca que a briga pelo tombamento não era apenas com o proprietário, mas também com o prefeito "biônico" [24] da cidade, Paulo Gomes Barbosa. Constava no editorial, cuja autoria é assinada apenas por R.P.:

> E de repente, o problema do Teatro Coliseu volta a ganhar novas cores, depois de um longo período adormecido na consciência da população santista e de seus governantes. Aconteceu que, sob esse sono aparente, haviam [sic] acontecimentos

[23] Embora não fosse isso o que possivelmente acontecia. Basta lermos a carta do Senhor Roberto Silva, acima transcrita.
[24] Nome dado aos prefeitos indicados durante o Regime Militar.

> de bastidores. Primeiro foi a denúncia de munícipes de que as obras estariam continuando, apesar do embargo e do CONDEPHAAT estar estudando o tombamento do imóvel. E sob essa denúncia, acabou surgindo a existência de um ofício do alcaide nomeado, Paulo Gomes Barbosa, endereçado ao mesmo CONDEPHAAT, e devidamente mantido em sigilo, pedindo vistas do prédio uma vez que seu estado atual representa um risco para a segurança dos transeuntes da área.
> O mais curioso em tudo isso é que o alcaide nomeado não se preocupou antes com o mau [sic] maior que era o de toda a população da cidade (e pode-se ampliar isso a nível [sic] de Baixada) perder um bem cultural, ainda que pertencente ao capital particular e ainda que não estivesse cumprindo as suas funções reais, no caso a função de abrigar as manifestações de cultura. Tanto assim que foi do conhecimento público o prazo que o alcaide nomeado reteve em seu poder o comunicado de estudos do CONDEPHAAT e a paralisação das obras de demolição, um tempo que permitiu o desaparecimento da "espinha dorsal" do teatro, do palco aos camarins.
> Agora surge essa preocupação esdrúxula de que a parede externa (que serviu para esconder as obras de demolição), possa cair sobre quem passa, numa evidente alusão que melhor é demolir mesmo. E isso feito sem qualquer divulgação maior, não fosse a informação do próprio órgão oficial do estado de que esse ofício estava em suas mãos, prova evidente de que o interesse do alcaide não está em nada próximo aos interesses da população, reflexo também de que a sua representação não é legítima expressão de poder delegado pelos santistas.
> Triste mesmo, em tudo isso, é ver como poucos manipulam e jogam com o interesse da maioria, sem que se sintam obrigados a qualquer responsabilidade para com a coletividade, sem também que lhes sejam cobradas essas manobras que visam apenas a proteção de elite semelhante. E quem arca com o ônus desses desmandos é na verdade a população, que fica mantida à margem de importantes decisões, as mãos atadas pela própria divisão e desinformação que esses anos de arbítrio conseguiram fazer vingar dentro dela. E agora surgem mais dois riscos: o se arrastar da situação como herança para o governo que assume em março, ou o solucionar rápido, visando interesses diretos, que certamente não são os do povo.

O processo arrastava-se em função das brigas judiciais, a contestação do proprietário e as discussões acerca da desapropriação do imóvel como alternativa que poderia pôr fim ao impasse. Enquanto isso, a imprensa se manifestava algumas vezes, notadamente quando tinha ciência de importantes decisões. Assim, em primeiro de março de 1983, publicava *A Tribuna de Santos:*

> **Marin decide não desapropriar o Teatro Coliseu** - A recente euforia que tomou conta da Cidade com a notícia da desapropriação do Teatro Coliseu, determinada pelo CONDEPHAAT, transformou-se em desencanto e revolta. O governador José Marin, demonstrando o pouco caso no que se refere à cultura da região, ignorou a decisão do CONDEPHAAT e autorizou o início do processo de desapropriação apenas do teatro Oficina, da Capital, deixando de lado as medidas semelhantes que deveria tomar em relação ao Coliseu e ao TBC, também da capital. Agora, resta a Santos somente iniciar nova luta para manter o Coliseu.

A discussão sobre a desapropriação e preservação também constaram de muitas outras notícias; numa delas (*A Tribuna de Santos,* 16 de setembro de 1989), foi publicada a opinião

de pessoas conhecidas na cidade que haviam apoiado e até mesmo liderado o pedido de tombamento. Para Wilma Therezinha seria ideal que o Teatro fosse desapropriado e preservado sobretudo se pudesse continuar com o mesmo uso. A cronista Lydia Federici, descontente com seu estado de abandono, não via mais justificativa na preservação do Coliseu. Para ela, o bem mais valioso do teatro era justamente seu palco, que não existia mais: "não gosto de coisas velhas, em ruínas. À falta de outra coisa, deve-se manter a nobreza e a dignidade", comentou.

Com a longa duração do processo, muitas vezes as notícias a seu respeito arrefeciam na imprensa. Outras lutas também foram encampadas, como a de outro teatro, o Guarany, que, após sofrer um incêndio em 1981, acabou ganhando mais destaque do que o caso do Coliseu, como veremos adiante. Na imprensa, eram alternadas as notícias que diziam respeito à preservação da Bolsa Oficial de Café, do Casarão Branco da Praia e do Casarão do Valongo, entre outros, ao mesmo tempo em que figuravam os velhos conhecidos: Câmara e Cadeia, Casa do Trem etc... Em 28 de março de 1988, mesmo sem a tão discutida desapropriação, o CONDEPHAAT tomba o Teatro. Mas, fora dos processos – e já com o CONDEPASA – a luta continua na cidade, como demonstrado pelo texto da escritora santista Nair Lacerda:

> Não sei a quem compete providenciar a restauração daquele teatro. Se é à senhora, prefeita Telma, por favor, sei que não é coisa de seu tempo, o esplendor do Coliseu, que a senhora é jovem demais para tê-lo conhecido então, mas veja o que pode fazer para impedir que aconteça o mesmo que aconteceu com aquela pequena e bonita casa que foi o Teatro Guarani, relegado ao abandono e desaparecido da história da Cidade. Pode estar certa que a gente da velha Santos, da gente do Coliseu, e de tudo quanto o Coliseu proporcionou à Cidade, lhe ficará muito grata. (*A Tribuna de Santos,* 01 de outubro de 1989)

Desde o pedido de proteção até a restauração e devolução deste bem à população santista, passaram-se quase vinte anos: em 2006 o Coliseu foi restaurado e hoje tem novamente seus palcos abertos.

Outro caso interessante é do Outeiro de Santa Catarina, sempre tão defendido na cidade, e para o qual o pedido de proteção via tombamento inicia-se em 1980. Com o

arquivamento deste Processo, nova tentativa é iniciada em 1985. Vejamos mais detalhadamente.

Figura 63 - Teatro Coliseu após a restauração, em 2006. Fotografia de M. Monte Mór, em março de 2006.

A solicitação feita em 1980 partiu da própria Prefeitura de Santos, numa ação que visava denunciar o estado de abandono de alguns bens, dentre os quais o Outeiro. Com a justificativa de que tal edifício era de interesse apenas local, o processo é arquivado em 1984 e, logo no ano seguinte, aberto um novo documento. Nele, embora conste como interessado o próprio CONDEPHAAT, a leitura de suas primeiras páginas permite entender que a solicitação dizia respeito ao IHG, notadamente o Guarujá-Bertioga. A este processo, foram anexados alguns documentos, dentre os quais materiais enviados por ocasião da primeira solicitação, e onde constavam as posições – já vistas no início deste capítulo – a respeito de como deveria ser o tratamento dado ao Outeiro, onde constavam sugestões para a criação de um monumento e a demolição dos imóveis vizinhos para a construção de uma praça.

À semelhança do processo de tombamento do Coliseu, alguns documentos visando reforçar o pedido iam sendo encaminhados ao CONDEPHAAT. Este foi o caso de um abaixo-assinado com cerca de 600 assinaturas cuja organização partira da Sociedade Visconde de São

Leopoldo, representada pela professora Wilma Therezinha Andrade. Os conselheiros do CONDEPHAAT, que divergiam a respeito da concessão da proteção oficial, acabam decidindo pelo tombamento após a entrega das assinaturas.

O caso do Outeiro é emblemático da continuidade de um discurso e ao mesmo tempo da apropriação de uma nova forma de pensar a preservação. Como vimos, nos escritos dos autores citados para justificar as medidas preservacionistas – Costa e Silva, Francisco Martins dos Santos e Alberto Sousa, entre outros -, predominava a visão dos grandes marcos e nomes e dos mitos de origem – discursos típicos do IHG, vistos anteriormente, e do qual muitos desses historiadores faziam parte. Também como já analisamos, a preservação pensada por este Instituto, ao menos em Santos, pautava-se antes na construção de monumentos evocativos e feitos para este fim do que propriamente na manutenção e uso de edifícios existentes. À arquitetura em si, como suporte de memória, não era dada muita importância, até mesmo no que diz respeito a sua permanência, que poderia ser substituída por um novo monumento, evocando as memórias e glórias daquilo que fora um dia. O processo do Outeiro mostra que os herdeiros da tradição dos IHGs também começavam a ver na preservação desses bens arquitetônicos um suporte capaz de abrigar, entre outros, os valores cívicos.

Caso semelhante foi o do pedido de tombamento do imóvel da Rua XV de Novembro, nº 109-103 (atual sede da Câmara Municipal). Aberto em maio de 1988, a proposição para o tombamento partiu do vereador Gilberto Tayfour, subscrita por outros dois vereadores. No imóvel, segundo ofício da Câmara, havia morado José Bonifácio e o tombamento se justificava pelo fato de que o personagem tinha grande importância para os santistas e para a história nacional. Na intenção de mostrar como os monumentos históricos de Santos estavam abandonados, citam o Outeiro de Santa Catarina, "descuidado e servindo de moradia para a população de baixa renda" (G 251/88, p. 3), e o Engenho dos Erasmos. O imóvel não foi tombado pelo CONDEPHAAT, também com a justificativa de que sua importância era local.

Dos treze processos de tombamento abertos no CONDEPHAAT no período estudado, e que não foram feitos em caráter *ex-officio*, mais da metade deles foi solicitada por pessoas ou instituições santistas. Ainda que muitos não tenham resultado em tombamento, isso mostra o interesse vindo de alguns setores dessa sociedade que, com seus pedidos, contribuíram para ampliar o corpo do que até então era consagrado como patrimônio. Dessas solicitações originadas na cidade, grande parte foi motivada pela iminência da perda ou descaracterização do bem, como nos casos dos Teatros Guarany e Coliseu, do Casarão Branco da Praia e o do Valongo e da Bolsa Oficial do Café. Talvez alguns desses casos tenham sido motivados pelo descontentamento que algumas perdas ainda recentes tinham causado, como o tão emblemático caso do Parque Balneário. Nesse período, muitas foram as reportagens que faziam balanços do que a cidade já perdera.

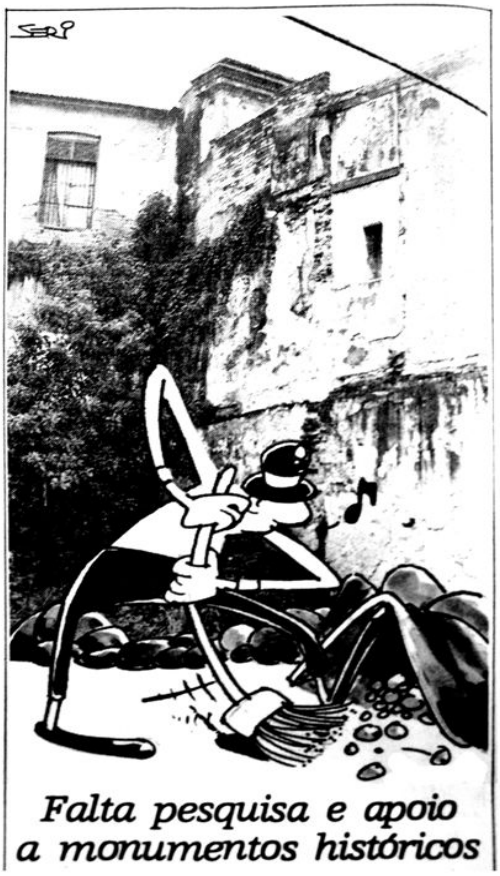


Figura 64 – Uma das muitas notícias que denunciavam o estado de abandono do patrimônio santista veio retratada com a charge acima.
Fonte: *A Tribuna de Santos,* dezembro de 1987. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

3.2.4. A preservação na ordem do dia

Podemos dizer que foi durante o período estudado que a discussão sobre a preservação de bens arquitetônicos com base em valores culturais e deliberadamente com a intenção de preservar a memória passa a se incorporar às preocupações sociais e, mais ao final do período, às políticas públicas. Para isso, concorreram vários fatores, como veremos.

Primeiramente, a atuação dos órgãos de preservação na cidade. Ainda que suas obras

fossem morosas, serviram para trazer ao local a notícia de suas próprias existências. Comparativamente ao restante do país, dentro de um Estado pouco privilegiado aos olhos do IPHAN, Santos representava um manancial de onde saía o tesouro a ser preservado e era por isso que, já nos seus primeiros anos, o Instituto lhe voltava muito de sua atenção. Ainda que suas primeiras ações tivessem passado distantes de repercussões maiores dentro da cidade, tendo somente no final dos anos 60 começado a despertar maiores interesses, sua contribuição como formador de pensamento é evidente. A percepção da existência do Instituto deu-se de forma paulatina e em grande parte em função das expectativas face aos novos equipamentos culturais que a cidade ganharia – em sua totalidade museus – e também de algumas polêmicas, como o destombamento da Cadeia Velha.

No período estudado, a questão da preservação dos bens culturais não foi apenas tratada pela prefeitura ou faculdades locais, embora estas últimas tenham sido uma das mais atuantes. Sobretudo em momentos de mobilização pela preservação de um ou outro edifício, alguns outros agentes entraram em cena. Trataremos a seguir de analisar os mais evidentes.

Nos anos 80, dentre as CEVs – Comissão Especial de Vereadores - criadas para tratar de problemas relevantes para a cidade, existiram as especificamente voltadas para a questão do patrimônio histórico e cultural. Algumas, notadamente por sua articulação e participação, conseguiram na imprensa um canal que dava visibilidade ao problema. Uma destas foi a de 1984, presidida por Telma de Souza, futura prefeita, e tendo como membros os vereadores Alcindo Gonçalves e Matsutaro Uehara. Esta comissão havia sido criada para cuidar dos monumentos históricos da cidade, mas, devido à emergência do caso do Teatro Guarany, em razão do incêndio que sofrera em 1981, acabou voltando sua atenção exclusivamente a ele. Em sua atuação, buscava envolver a comunidade para que o tombamento do Teatro fosse mantido,[25] convocando para suas reuniões segmentos ligados à preservação do patrimônio

[25] Depois do incêndio, sua proprietária, a Santa Casa de Misericórdia de Santos, lutava para que ele fosse destombado.

histórico, como a Cehist, Associação Profissional dos Artistas Plásticos do Litoral, Centro de Estudos Ecológicos, Casa da Cultura, Centro de Expansão Cultural e o Cades (Centro de Artes e Decoração). Também buscaram envolver o Sindicato dos Atores em Teatro e a Associação dos Produtores Empresários Teatrais do Estado de São Paulo. Da carta que enviaram ao CONDEPHAAT, ainda constava:

> Em que pese o sinistro que destruiu, parcialmente, por fogo, o Teatro Guarany, ele continua representando um espaço cultural que espera uma recuperação por parte dos órgãos oficiais. Assim, solicitamos a V. Sa., um parecer favorável à manutenção do tombamento para que possamos, num futuro próximo, restaurar mais um local que abrigue a cultura e que tanto necessita nossa Cidade (*A Tribuna de Santos,* 8 de fevereiro de 1984).

No contexto das reuniões desenvolvidas por essa CEV, surgiu a idéia de um abaixo-assinado e a realização de palestras e debates públicos, pensados em parceria com outras instituições, como o Cehist e o IAB – Instituto de Arquitetos do Brasil - de Santos. O debate de fato aconteceu e foi realizado no dia 27 de fevereiro de 1984, no prédio da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo de Santos, contando com a presença de pessoas importantes para a discussão do assunto – como veremos depois – e também com ampla divulgação pela imprensa local.

Outra CEV, de 1987, empenhou-se na realização de um passeio histórico pelo centro da cidade, cujo objetivo era chamar atenção para o estado de abandono do patrimônio santista. Contando com a colaboração da professora Wilma Therezinha, que serviu como guia, o passeio atraiu mais de 200 pessoas, deixando para uma fila de espera outras 90. Segundo o que se pôde perceber, tratava-se de um sucesso de público, sobretudo se comparado a outros passeios desse tipo já realizados. Aproveitando o evento, os vereadores colheram dados para incrementar um relatório que enviariam a várias entidades ligadas à preservação, tais como IPHAN, CONDEPHAAT, Ministério da Cultura e Secretaria Estadual de Cultura.

Da mesma forma que as CEVs – e normalmente agindo em comunhão – estavam as faculdades, sobretudo a Fafis e seu Centro de Estudos Históricos, solicitando tombamentos,

liderando abaixo-assinados, promovendo passeios pelos monumentos e organizando palestras e debates, convergindo esses fatores para o incremento de discussões sobre a preservação da arquitetura na cidade. Casos que representavam a possibilidade de perda de um bem passaram a ser discutidos, buscando as faculdades abrir suas portas à comunidade, para que as discussões não ficassem restritas aos ciclos de especialistas. Paralelamente, a imprensa apoiava tais eventos, noticiando as datas das apresentações e o resultado dos encontros. Mais uma vez o caso do Guarany serve como exemplo para mostrar como eram articuladas tais reuniões.

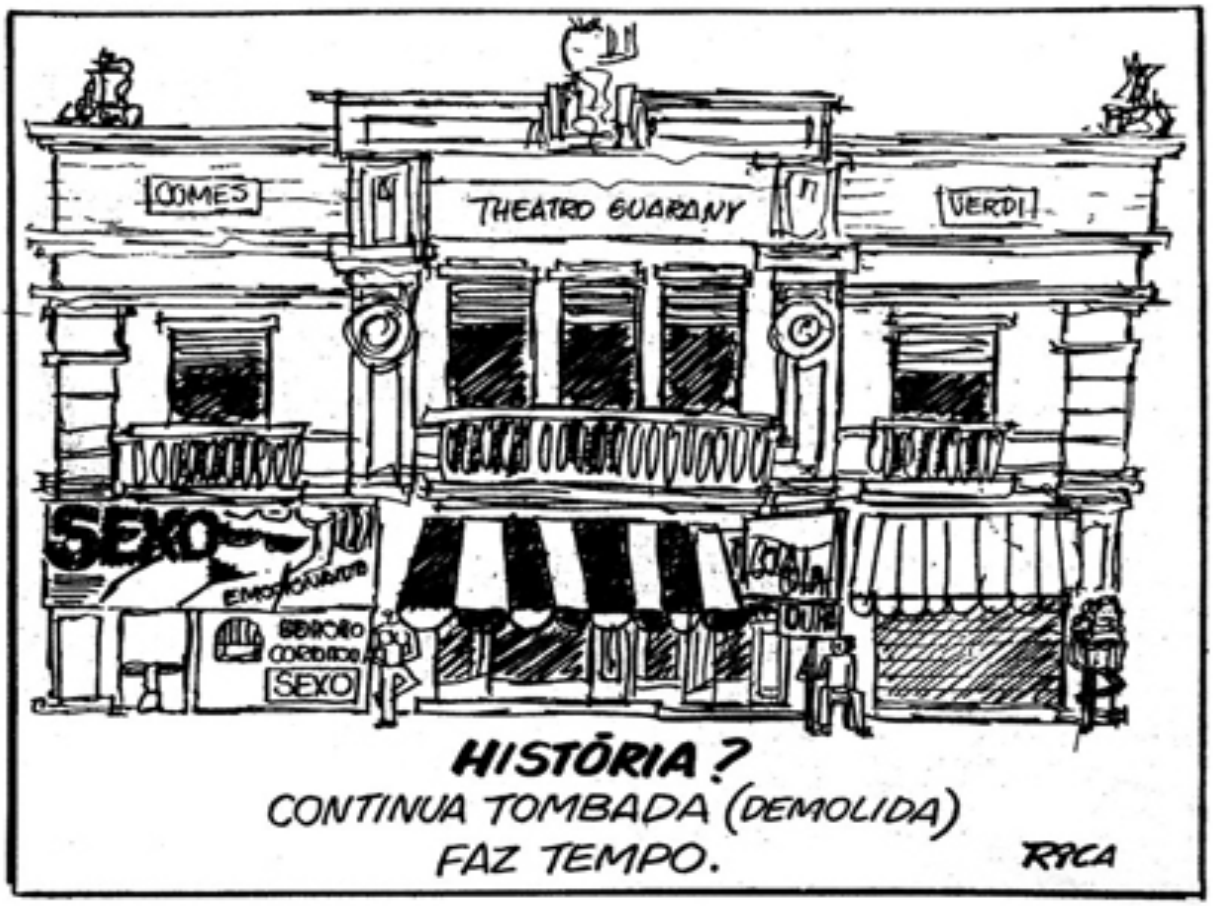


Figura 65– Em meio à luta pela preservação do Teatro Guarany, charges apoiando a causa eram publicadas pela imprensa.
Fonte: *A Tribuna de Santos,* fevereiro de 1984. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

Como vimos, em 1981 acontece o incêndio, cujas suspeitas de ser criminoso foram levantadas na época e para o qual a repercussão foi imediata. Numa das matérias do jornal, o autor escrevia: “Esse incêndio no Teatro Guarany, quase 100 anos depois de sua inauguração,

destruiu um pouco da memória de Santos, já tão violentada e em vias de desaparecimento" (*A Tribuna de Santos,* 15 de fevereiro de 1981). Em fevereiro do mesmo ano, o Conselho do CONDEPHAAT, numa reunião feita excepcionalmente em Santos, tomba o teatro[26] (ou o que sobrara dele). O caso do Guarany, após o tombamento, perde espaço na imprensa, que continuava, no entanto, discutindo a preservação de outros bens, como o Teatro Coliseu e a Bolsa do Café, entre outros. Em 1984, com a suspeita de que as ruínas do Guarany fossem transformadas em estacionamento, mais uma vez o caso vem a público: em razão dos questionamentos do seu proprietário, passou-se a discutir a anulação do tombamento. Nesse momento, a CEV – como já descrevemos - passa a dar total atenção ao caso, enviando ao CONDEPHAAT solicitação para que o tombamento fosse mantido, ao mesmo tempo em que mobilizava a população. Como forma de discutir o caso com a sociedade e resolver o impasse do tombamento do Teatro, a CEV, em parceria com a Faculdade de Arquitetura da mantenedora Visconde de São Leopoldo e o IAB, articula um debate, amplamente divulgado. Ao evento foi dado o nome *O Teatro Guarany e a preservação do Patrimônio Histórico de Santos*, e dele participaram nomes diretamente envolvidos com a questão da preservação dos bens arquitetônicos: o professor e arquiteto Antonio Luiz Dias de Andrade, diretor regional da Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional em São Paulo e responsável técnico pela restauração de inúmeros monumentos; Benedito Lima de Toledo, professor e arquiteto que já havia escrito diversos livros e elaborado vários projetos de recuperação; Edmea Fioretti Mateu, responsável por projetos de revitalização e recuperação de monumentos históricos na Baixada, e Eideval Bolanho, arquiteto. Por outro lado, a CEV também buscava ouvir o provedor da Santa Casa, proprietária do imóvel.

Santos nunca tivera um momento como este, em que a preservação e o destino de seu patrimônio apresentasse essa constância de discussão e publicidade. Ao mesmo tempo em que

[26] Em matéria publicada já em 1984, os vereadores da CEV que cuidava do caso tiveram a notícia de que o mesmo não estava "oficialmente tombado" (*A Tribuna de Santos,* 15 de fevereiro de 1984). O processo de tombamento do Guarany não foi, até hoje, homologado.

se debatia na imprensa e em outros locais o caso do Guarany, também se falava da preservação do Casarão Branco, que tinha sido solicitada por um grupo de estudantes, apoiados por uma CEV de 1984, e depois levada adiante por uma comissão da qual faziam parte alguns empresários, e do Casarão do Valongo, cujas obras recentes vinham-no descaracterizando, dentre outros.

O Guarany ainda hoje está na mesma situação, sem uso e fechado, mas durante todo o período estudado, desde que sofreu o incêndio, foi objeto de discussão nos encontros, debates e na mídia, onde eram publicados textos não só de jornalistas, mas também de leitores. Os debates para tratar de todo o patrimônio - e não somente do caso do Guarany, como aquele organizado pela CEV - continuaram a acontecer na cidade, como em 1985, quando o Sesc e *A Tribuna* realizaram o *Seminário sobre Revitalização Urbana*, no auditório da Fafis. Neste seminário, foram discutidas questões sobre tombamentos, preservação de bens culturais e ocupação de patrimônios históricos. Dele participaram a arquiteta Lina Bo Bardi, o presidente do CONDEPHAAT, Modesto Carvalhosa, a historiadora Wilma Terezinha e Antonio Luiz Dias de Andrade, do IPHAN. Os seminários eram abertos a todos os interessados e o Sesc também recebia sugestões sobre o que Santos deveria preservar ou revitalizar[27] em relação ao centro comercial e histórico, ao porto, orla da praia e morros. Por conta das reivindicações dos participantes, o prefeito, Oswaldo Justo, tomou medidas para desapropriação da Casa da Frontaria Azulejada, que havia tempo era objeto de impasse, e criou uma comissão para tratar do Casarão Branco. A Lei 103/85, que dispunha sobre a proteção do patrimônio histórico e cultural de Santos, já tratada anteriormente, também foi assinada em função das reivindicações e pressões que fizeram os participantes do evento.

[27] O Sesc não possui mais material relativo a esses eventos, bem como sobre o Prourb, mencionado anteriormente (ver página 139), – provavelmente perdidos por ocasião da mudança, em 1986, da sede antiga, na Av. Conselheiro Nébias, para o local atual, na Rua Conselheiro Ribas. Informações prestadas por Silvio Breithaupt, por e-mail.

Figura 66 – Em meio às obras de remodelação e alargamento das ruas centrais, por meio do projeto Aglurb – Aglomerados Urbanos –, uma parceria com o governo federal através do Ministério dos Transportes, a charge mostra muito do que acontecia naquele momento em Santos. O prefeito Oswaldo Justo, retratado à direita, mostrava que as prioridades eram outras, ao mesmo tempo em que a população e a imprensa engajavam-se na defesa de seus monumentos, com a publicação constante de denúncias e a participação em eventos, como *Seminário sobre revitalização urbana*, que acontecia neste mesmo instante.
Fonte: *Cidade de Santos,* setembro de 1986. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

A análise de um novo concurso fotográfico, realizado pela *Tribuna de Santos* entre os meses de abril e dezembro de 1982, cujos objetivos eram os mesmos daquele de 1955 – ou seja, mostrar os pontos turísticos da baixada santista - pode ser útil para o entendimento de como havia mudado a visão em relação ao patrimônio arquitetônico local. Enquanto na década de 50 os moradores associavam o turismo quase que exclusivamente às praias, nos anos 80, mesmo não deixando de ter no mar a referência turística mais forte, foram registrados alguns monumentos (Anexo K), entre os intencionados e os históricos. Assim, constaram entre os finalistas os monumentos ao IV Centenário, ao Padre Anchieta e a Gaffré e Guinle. Também apareceram monumentos históricos, como a Casa do Trem, o Mosteiro de São Bento, as ruínas do Engenho de São Jorge dos Erasmos e do Abarebebê, em Peruíbe, e a Igreja Matriz de Itanhaém. A visão desses finalistas é obviamente marcada pela assimilação do discurso e do conjunto oficial do que era patrimônio, tanto os dados pelos órgãos de preservação quanto os ensinados pelos cívicos currículos escolares, pelas organizações de direita - como o Movimento de Arregimentação Feminina - e também os pensados por entidades como o Instituto Histórico e Geográfico.

Paralelamente, com as lutas pela preservação e pelo tombamento, a cidade aumentava o número de bens que compunham seu patrimônio ao mesmo tempo em que lugares e prédios

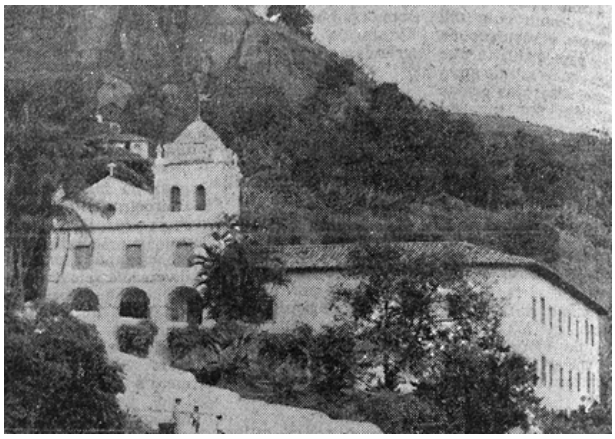


Figura 67 – Albino de Oliveira, um das finalistas do concurso *Fotografia e Turismo,*de 1982, retrata o Mosteiro de São Bento.
Fonte: *A Tribuna de Santos,* maio de 1982. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

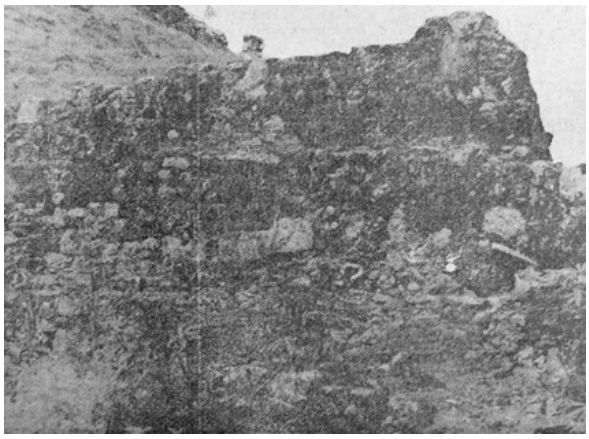


Figura 68 - Maria Angélica dos Santos, uma das finalistas do concurso *Fotografia e Turismo,*de 1982, retrata as ruínas do Engenho de São Jorge dos Erasmos.
Fonte: *A Tribuna de Santos,* agosto de 1982. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

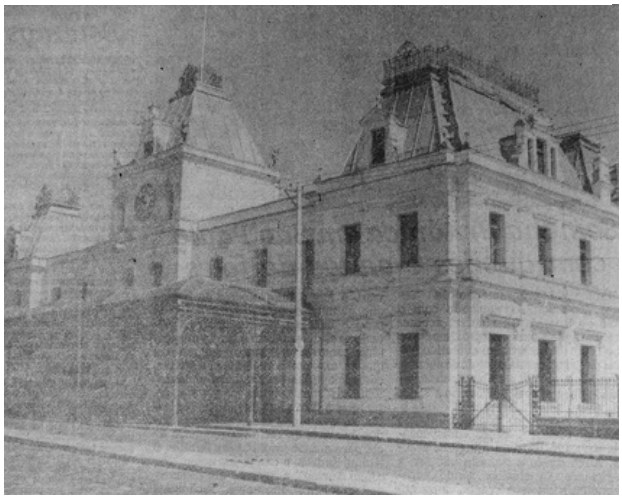


Figura 69 – Fotografia de Regina Maria Lopes dos Santos para o concurso *Fotografia e Turismo,* de 1982. No assunto da foto, a Estação Ferroviária do Valongo.
Fonte: *A Tribuna de Santos,* dezembro de 1982. Acervo do Arquivo Público do Estado de São Paulo.

não tombados e com os quais os moradores mantinham intensa relação de afetividade ou identidade passavam a ser tratados como patrimônio – tanto pelas ações que lhes eram dirigidas quanto pela forma explícita como assim eram declarados. O maior exemplo deste caso são os jardins da praia.

No caso dos jardins, ainda que não sejam tombados até hoje, é interessante observar a incorporação da maneira de preservação tal como a realizada pelos órgãos oficiais, sobretudo em relação ao modo como as mudanças passam a ser encaradas pela comunidade. Em 1982, o prefeito Paulo Gomes Barbosa resolveu homenagear João Moreira Sales, fundador da Casa Comissária homônima e ex-presidente da Associação Comercial de Santos, dando seu nome a um dos trechos do jardim, fato este que não passou despercebido pela população. Pela repercussão e também pela posterior afirmativa, por parte da assessoria, de que o prefeito nomearia apenas este trecho, podemos perceber a forma zelosa como o jardim

era tratado. Em 1987 (*Cidade de Santos,* 7 de abril), a carta de um munícipe sintetizava o medo e a apreensão da população face a qualquer iminência de destruição dos jardins, diante da intenção da prefeitura em ampliar o espaço para estacionamento na orla, em detrimento da vegetação e dos canteiros. Após dar algumas sugestões que minimizassem o problema, conclui o autor: "Agora, destruir os jardins da praia, isso não!". Notícias desse tipo eram freqüentes sempre que pairassem sobre os jardins propostas que pudessem destruí-los ou mesmo modificá-los, como aconteceu até mesmo com a visita do famoso paisagista Burle Marx, em 1989, responsável pela elaboração de um projeto para a área. A reportagem (*A Tribuna de Santos,* 1 de setembro de 1989) que anunciava sua visita insistia na importância de um debate prévio para que qualquer alteração pudesse ser implementada. Assim era iniciado o artigo: "Os jardins das praias de Santos são lindos e preciosos. Fazem parte de um patrimônio da Cidade, e como tal só devem ser tratados a partir de decisões tomadas em conjunto, depois de muito discutidas, sem nenhuma espécie de ditadura" (idem). Nos dias seguintes, o jornal publicou duas crônicas de Lydia Federici, tratando da importância do assunto e mostrando, também, a discussão que deveria haver em relação ao projeto proposto:

> Os jardins da praia de Santos estão aí. Já a tornaram única. Célebre. Com suas próprias características. Claro que podem ser enriquecidos. E o serão. Aguardemos o projeto do grande paisagista. Prontos para aplaudir. Ou debater, em defesa da Praia de Santos, pontos discutíveis. Para conservá-la ou torná-la mais caracteristicamente santista, sim (*A Tribuna de Santos,* 6 de setembro de 1989).

Ao final dos anos 60, mas sobretudo a partir da segunda metade da década de 70 do século passado, podemos dizer que a questão da preservação do patrimônio histórico insere-se definitivamente na agenda da cidade de Santos. As ações vistas tanto neste item como no restante do capítulo não podem ser pensadas de forma dissociada até porque, como observamos, na luta pela perpetuação de seu patrimônio, freqüentemente se articularam os diversos interessados. Dentro desse contexto, após anos contando com entidades externas à cidade, notadamente com o CONDEPHAAT, mais uma vez emerge de um seminário – agora

organizado pela Secult - um importante passo para a história da preservação dos bens culturais da cidade: a criação do CONDEPASA, em 1989, materializando os anseios de muitos segmentos daquela sociedade, iniciando-se, então, um novo período na história da preservação dos bens culturais de Santos. Estudos sobre a atuação deste Conselho, com seus critérios de seleção e maneira de encarar a preservação, constituem matéria para novas indagações e futuras pesquisas.

CONCLUSÃO

"O real não está na saída e nem na chegada. Ele se dispõe para a gente é no meio da travessia."
João Guimarães Rosa

Em 1955, Geraldo Ferraz, autor de uma reportagem da *Tribuna,* manifestava sua opinião em relação à construção de um teatro para Santos, divergindo de um vereador que propusera a construção de um auditório.

> [...] a velha e descurada casa de espetáculos da praça José Bonifácio, sendo o nosso principal teatro, é alguma coisa de antiquado, de obsoleto, que impossibilitaria a Comissão Municipal de Cultura de agir em qualquer tentativa que mereça o nome, no sentido de trabalhar pela elevação cultural da coletividade santista, porquanto necessitamos dum teatro em que os espetáculos teatrais e musicais possam ser efetuados, sem ficarem abafados sob o mofo, a má acústica, o palco impraticável, a organização funcional desajustada... (*A Tribuna de Santos,* 02 de agosto de 1955).

A "velha e descurada casa de espetáculos" citada por Ferraz não era outra senão o Teatro Coliseu. Duas décadas depois, para o mesmo prédio, a tônica era outra. Inicialmente, a reportagem comparava seus momentos passados de glória ao seu presente degradado, onde a ameaça de descaracterização e demolição tornavam-se reais:

> O palco, que tantas personalidades recebeu, poderá em breve dar lugar a um simples assoalho de uma loja de calçados, de um escritório ou de um outro estabelecimento qualquer. Ainda que apegados ao passado, os Freixo[1] não titubearão diante de uma proposta financeira compensadora. Referindo-se aos 15 metros de palco, Jayme Freixo fala da possibilidade de transformá-lo em lojas, com frente para a Rua Brás Cubas. Dessa forma, ficaria apenas o cinema, inutilizando-se o teatro (*A Tribuna de Santos,* 28 de março de 1977).

A luta que foi travada visando a sua preservação é conhecida. Comparando aquele período da década de 50 e este mostrado acima, em 1977, podemos perceber que alguma coisa havia mudado. E não somente em relação ao Coliseu.

Os tombamentos realizados pelo IPHAN em Santos, já a partir da década de 40, assim como suas primeiras e escassas restaurações, pouco repercutiram naquele instante, posto que no momento a cidade interessava-se pelo que nascia no novo ou renascia sobre o velho. No entanto, a presença deste órgão – obviamente em função da existência de monumentos que estavam em sua lista de interesses, a saber, os coloniais e alguns do período imperial – foi,

[1] Proprietários do teatro.

num segundo momento, e aí já contando com o auxílio do CONDEPHAAT, de grande importância para que a cidade, agora na década de 70, passasse a discutir a preservação de sua arquitetura. Tais órgãos constituíram-se importantes formadores de opinião, ainda que todo o processo tenha se dado muito lentamente.

Embora esse corpo patrimonial constituído pelos bens tombados tivesse sido inicialmente formado de fora para dentro (foi uma escolha do IPHAN), a cidade, como poucas no Estado de São Paulo, e, entre as poucas, aquela com maior número de bens, passava a ter um conjunto de monumentos históricos os quais começaram a ser considerados, pela prefeitura na década de 70, como passíveis de gerar ganhos orçamentários. Como vimos no item 3.2.2, as discussões relativas ao patrimônio santista no início destes anos recaíam fundamentalmente na viabilidade dos bens tombados como parte de um plano turístico que complementasse – em termos de receitas geradas - o turismo praiano, instável na baixa temporada ou em função da degradação ambiental da cidade. Assim, a preservação então discutida restringia-se basicamente aos bens já tombados pelo IPHAN ou CONDEPHAAT e o tratamento dado a eles, por parte da prefeitura, dizia mais respeito a suas condições como objetos de turismo do que propriamente como suportes da memória da cidade. No entanto, na divulgação dos monumentos dentro destes novos planos e pacotes turísticos – e valendo-se do discurso dos órgãos para apresentá-los -, cooperava o poder público para a difusão da forma de preservação praticada pelos órgãos.

O uso que tais edificações ganhariam, como Museu dos Andradas, instalado na Cadeia Velha, e Museu de Arte Sacra, no Mosteiro de São Bento, também gerou expectativa e cobranças ao IPHAN para que as obras fossem concluídas sem as demoras habituais. Durante os anos 70, quando os bens já tombados passaram a ser mais discutidos, as atenções da imprensa voltavam-se principalmente para os que tinham já assegurada a promessa de uso, como foram os casos da Cadeia Velha, da Casa do Trem e do Mosteiro de São Bento, o que

quase não ocorreu em relação ao Engenho dos Erasmos, Casa de Frontaria Azulejada ou Igreja do Carmo. A questão da preservação da memória da cidade por meio desses bens tombados começava a aparecer gradualmente na imprensa à medida que eram descritos os lugares que abrigariam tais museus.

A demolição do Parque Balneário, em 1973, assinala um momento importante: a perda do hotel que havia tão fortemente marcado a paisagem da cidade serviu para alertar a população quanto a futuras perdas. No ano seguinte à demolição, o CONDEPHAAT já recebia os dois primeiros pedidos de tombamento originados em Santos: o da Bolsa do Café e o do Casarão do Valongo. No entanto, a discussão mais intensa a respeito da preservação destes e de outros edifícios – além dos já tombados – só começa a ganhar a cidade a partir dos trágicos acontecimentos, como incêndios, ameaças de demolição ou descaracterizações, sobretudo com os casos dos teatros Coliseu e Guarany, já bem no final dos anos 70.

Em toda movimentação para que a preservação da arquitetura santista acontecesse, foi fundamental a ação das faculdades – sobretudo as de história, turismo e arquitetura que hoje integram a Universidade Católica, normalmente com a presença da professora e historiadora Wilma Therezinha Andrade -, imprescindíveis na articulação e ampliação dos segmentos interessados na preservação. Tais entidades foram importantes não somente na realização dos pedidos de tombamento, mas denunciando obras irregulares e sobretudo abrindo suas portas para que o tema fosse debatido. Chamava a atenção a qualidade dos nomes que eram levados à cidade para discutir a questão, sempre pessoas envolvidas diretamente com a preservação do patrimônio arquitetônico.

Os anos 80 marcaram uma postura muito mais participativa em relação à preservação do patrimônio local, representada tanto pelas ações conjuntas realizadas – CEVs, organização de debates, denúncias junto aos órgãos de proteção – quanto na ampliação do número de monumentos históricos, conseguida na luta por novos tombamentos. Nessa luta, os setores

mais diretamente interessados (faculdades, alguns vereadores que participavam das Comissões Especiais, artistas, pessoas ligadas à cultura e parte da população) freqüentemente se viram na situação de ter que convencer ou insistir junto aos próprios órgãos de preservação e à prefeitura que, passada a euforia do uso do patrimônio como objeto turístico, mostrou, em algumas ocasiões, que o assunto concorria com outros mais importantes, como no caso do tombamento do Teatro Coliseu, quando os solicitantes do pedido de proteção reclamaram da falta de apoio do prefeito. De fato, se analisarmos as ações da prefeitura, veremos que ela foi mais atuante em momentos onde buscava apoio – sobretudo financeiro – do IPHAN ou CONDEPHAAT, em detrimento de ocasiões onde novos tombamentos foram solicitados. Em meio aos vários debates que ocorreram nesse período, germinava a idéia de um Conselho próprio, capaz de resolver mais adequadamente o problema da preservação dos bens locais. Nesse contexto, emergindo de um ciclo de debates realizado pela Secretaria de Cultura, nasce o CONDEPASA, em 1989.

A presença dos órgãos preservacionistas em Santos implicou na incorporação, ao longo dos anos e por parte da comunidade local, da forma de pensar a preservação que é própria de tais instituições. Logo depois, e como conseqüência dessa incorporação, a ampliação do número de bens tidos como patrimônio também aumenta, uma vez que setores da comunidade passaram a ter suas próprias reivindicações. Não só a criação do CONDEPASA, citada acima, mas também a de primeiras leis de preservação, como as de 1985, refletiram uma demanda que pedia a aproximação desse tipo de instituição com a esfera local.

Discutir intensamente a preservação, como aconteceu neste período, não quer dizer, no entanto, discutir com a participação de todos os segmentos – ou representantes - da sociedade. Como vimos, para um envolvimento maior, foi necessária a atuação de agentes articuladores, tendo exercido o papel, sobretudo mas não só, as faculdades (depois universidades) locais e

também algumas CEVs que trataram do assunto, principalmente a do caso do Teatro Guarany. Não foram poucos os momentos em que os setores mais diretamente envolvidos na luta reclamaram da falta de apoio popular, como por ocasião da realização do Programa Prourb, pelo Sesc, em 1977 e 1978, e durante o encontro *Preservação do Patrimônio Cultural da Baixada Santista*, articulado pela Faculdade de Arquitetura da UniSantos e pela CEV no ano de 1987, entre tantos outros.

Durante este trabalho, ao depararmo-nos com casos como os jardins da praia que, mesmo não tombados, são alvo de preocupações preservacionistas por parte dos munícipes, pudemos perceber a questão da dinâmica da preservação em duas esferas: a dos órgãos oficias de proteção e a da comunidade local.

A preservação praticada pelos órgãos, justamente por cristalizar conscientemente e deliberadamente no suporte material certos valores, aponta para a imutabilidade deste, ou a mutabilidade criteriosa. E nem haveria de ser de outra forma. O tombamento é uma ação que visa a perpetuar o bem tal como foi reconhecido no momento desta ação, "uma explicitação de valores, *um desejo de se driblar o tempo*, Crono, o deus capaz de destruir até os próprios filhos" (LOURENÇO, 2002, p. 19, grifo nosso). Por outro lado, antes e até depois da apropriação do discurso dos órgãos de proteção, a configuração – nunca deliberadamente explicitada - do que é ou não patrimônio para uma comunidade mostra-se fortemente marcada pelos usos que se fazem dos lugares e pela significação que estes têm em suas vidas. Segundo Arantes (2000, p. 106), os homens, ao fazerem parte do espaço urbano, vão construindo coletivamente fronteiras simbólicas "que separam, aproximam, nivelam, hierarquizam ou, numa palavra, ordenam as categorias e os grupos sociais em suas mútuas relações". Por esse processo, os lugares e marcos da cidade, tais como os monumentos, transformam-se em suportes de significações e lembranças compartilhadas, produzindo o que Arantes denomina de "lugares sociais"; são os espaços onde ancoram suas memórias pessoais e coletivas -,

objetos biográficos, no entender de Ecléa Bosi[2]. A configuração do que é patrimônio para os órgãos nem sempre acaba adquirindo tal valor na vida quotidiana. Nessa dimensão, as mudanças sobre o patrimônio são encaradas com uma flexibilidade muito maior, sobretudo se comparadas aos órgãos de preservação, a partir do momento em que inovações encaradas como positivas – que podem até mesmo alterar a estrutura física – são bem-vindas.

Durante este trabalho, demos autonomia à esfera da cultura no trato da preservação do patrimônio – o que, como sabemos, não acontece nas práticas quotidianas. Ao o fazermos, e, portanto, tratarmos da preservação cuja forma e objetivos são explícitos, voltamo-nos para o tipo específico de preservação difundido pelos órgãos que, quando feito pela sociedade, o é por apropriação deste discurso.

Durante as pesquisas, pudemos notar que os leitores, quando manifestaram-se nos jornais a respeito de algum lugar na cidade que estava descuidado ou necessitando de reparos, dirigiam suas atenções para aqueles com os quais tinham estabelecido relações de uso ou afetividade, como nas cartas em que foram citados o Orquidário ou o Aquário, entre outros, nenhum deles patrimônio oficial. Assim, em 1976, *A Tribuna de Santos* (28 de fevereiro) publicava a carta do Sr. Leôncio de Mello, que se indignava com o péssimo estado em que se encontrava o Orquidário, local bastante freqüentado tanto pela população quanto pelos turistas: "Os lagos estavam quase todos secos e malcheirosos, apresentando um aspecto triste e desolador. [...] Quanto ao mais, só sujeira e abandono, por toda parte e nada, absolutamente nada que indicasse que ali existe um administrador ou um só jardineiro que fosse".

Entender as formas de constituição do que é o patrimônio e de como ele vai se configurando na esfera oficial e no espaço da comunidade é de grande importância para (re)pensar, também, a atuação dos órgãos de proteção. Eunice Durham (Apud ARANTES,

[2] Bosi (2003) coloca que os objetos biográficos são aqueles que envelhecem com seu dono, incorporando-se à sua vida. Eles representam uma experiência vivida, sendo carregados de memórias e afetividade.

1984)[3], comparando a cultura à noção de trabalho existente na abordagem marxista, permite sintetizar a questão do patrimônio cultural em sua relação com a população. No trabalho, há o caráter cumulativo, uma vez que, por meio dele, os homens estabelecem uma relação com a natureza, não apenas retirando seus objetos de uso para serem consumidos, mas também produzindo seus instrumentos de trabalho, conhecimentos e técnicas. Estes acabam por constituir seus meios de produção. O produto contém um trabalho morto, que pode ser retomado e vivificado por um novo trabalho exercido sobre ele. Para Durham, a cultura pode ser pensada nesses moldes: uma vez criada, constitui novas bases para outras criações. E prossegue:

> Podemos pensar a cultura e, inclusive, a produção simbólica, em termos semelhantes. Os produtos simbólicos também possuem uma certa exterioridade, uma vez produzidos; mas, se não utilizados, o trabalho de criação que contém está, de certa forma, morto. A idéia básica que estamos querendo transmitir é a de que a cultura não se refere tanto aos produtos, mas a seu uso. Devemos pensar a cultura como um processo através do qual os homens, para poderem atuar em sociedade, têm que constantemente produzir e utilizar bens culturais. Essa é a única forma pela qual podem organizar a vida coletiva (DURHAM Apud ARANTES, 1984, p. 28).

De forma específica, a autora aplica a análise ao patrimônio cultural:

> Retomando a noção de cultura como ação significante que depende da manipulação de um instrumental simbólico, podemos tentar aplicá-la à noção de patrimônio cultural. Nessa perspectiva, devemos tentar definir o patrimônio em função do significado que possui para a população, reconhecendo que o elemento básico na percepção do significado de um bem cultural reside no uso que dele é feito pela sociedade. Devemos conceber o patrimônio cultural como cristalizações de um "trabalhador morto" que se torna importante exatamente na medida em que se investe nele um novo "trabalho cultural", através do qual esse bem adquire novos usos e novas significações (idem, 1984, p. 30).

Dessa forma, por parte da comunidade, um patrimônio assim o é a partir das relações de uso que convergem para valores afetivos. Quando os usos vão sendo deixados de lado, como aconteceu com grande parte dos edifícios do centro de Santos, e as pessoas não podem mais ter acesso ao bem, ele tende a se deteriorar. Passa a ser visto, principalmente pelas gerações para as quais nunca teve um sentido, como estorvo. Não é a toa que a Cadeia Velha

[3] DURHAM, Eunice Ribeiro. Sem Título (Texto II). In: ARANTES, Antonio Augusto (org). **Produzindo o Passado:** estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense / Secretaria de Estado da Cultura, 1984, p. 23-34.

era apelidada de pardieiro. Também não é a toa que muitas das cartas que solicitavam a preservação de um bem tenham sido enviadas por pessoas que, no passado, tiveram uma relação de uso e afetividade com o alvo da preservação.

O patrimônio relacionado aos órgãos tem um viés diferente: os valores usados para consagrá-lo são afirmados, registrados; a dinâmica da mudança causa conflitos. No entanto, hoje, cada vez mais os órgãos passam a incorporar o patrimônio assim solicitado por comunidades e estas, por sua vez, sabem da existência destes e dos bens culturais. A junção de valores e dinâmicas de preservação de cada uma dessas esferas permite entender os órgãos de preservação, ou a própria consagração do que é o patrimônio oficial, como um campo de negociações e conflitos. Muito provavelmente, a preservação daqui a 50 anos terá resolvido alguns dos problemas encontrados hoje, mas, por outro lado, terá muitos outros novos problemas.

Pensando de forma análoga às proposições de Durham, Arantes contribui para a reflexão acerca do problema da preservação e da relação entre os órgãos e a comunidade. Segundo ele, pela ação do Estado, no seu processo de seleção e configuração do corpo patrimonial:

> [os bens] deixam de pertencer à dimensão das coisas cotidianas, não marcadas, para passar a fazer parte de uma instância específica da dinâmica cultural que é a dos acervos patrimoniais. Tais acervos, não obstante estejam formados por bens materiais, existem socialmente a partir do uso que deles fazem os diferentes grupos sociais, incluindo o setor profissional e, conseqüentemente, dos significados que estes grupos lhes atribuem. As coisas preservadas são em si mesmas inertes. Como bens do patrimônio elas participam da vida social como suportes privilegiados de significados e re-significados sucessivos, os quais, apesar de ilimitados, estarão necessariamente incorporados nas marcas que esses bens carregam de sua própria história (ARANTES, 1989, p. 16).

Como vimos durante este trabalho, a consagração do que é patrimônio implica não na atribuição de um, mas de diversos valores culturais. O patrimônio não é repositório de apenas uma memória, mas de várias, que dizem respeito a distintos grupos e gerações. Pensá-lo é

muito mais do que discutir as memórias da qual é suporte, ou as suas funções identitárias: implica o desafio para que seja re-significado pelas gerações que, como herança, o receberão.

Obviamente, nem tudo deve – e pode – ser preservado. A cidade necessita de espaço para a criatividade e inovação, pois a mudança faz parte da dinâmica da vida: só não muda o que está morto. Saber preservar é tão importante quanto saber descartar; justamente por isso, a forma consciente de olhar para o que fica e o que vai é importante para a constituição de um lugar mais humano.

REFERÊNCIAS

FONTES IMPRESSAS

LIVROS E REVISTAS

COSTA e SILVA, Sobrinho. **Santos noutros tempos.** São Paulo, 1953.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga. Ano 1, nº 1, 1969.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga. Ano 1, nº 2, 1970.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga. Ano 2, nº 3, 1970.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga. Ano 2, nº 5, 1971.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga. Ano 3, nº 6, 1972.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga. Ano 4, nº 8, 1973.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga. Ano 5, nº 9, 1974.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico Guarujá-Bertioga. Ano 6, nº 10, 1975.

Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Santos, dezembro de 1959. Vol. I.
Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santos. Santos, março de 1966. Vol. II.

SOUSA, Alberto. **A municipalidade de Santos perante a Comissão de Saneamento:** polêmica com o Dr. Saturnino de Brito. Santos: Officinas Graphicas do Bureau Central, 1914.

_____. **Os Andradas.** 3 vol. São Paulo: Typ. Piratinionga, 1922.

JORNAIS

Cidade de Santos, 1 a 30 de junho de 1903
Cidade de Santos, 1 a 31 de julho de 1903
Cidade de Santos, 1 a 31 de agosto de 1903
Cidade de Santos, 1 a 30 de setembro de 1903
Cidade de Santos, 1 a 31 de outubro de 1903
Cidade de Santos, 1 a 30 de novembro de 1903
Cidade de Santos, 1 a 31 de dezembro de 1903
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de março de 1913
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de abril de 1913

A Tribuna de Santos, 1 a 30 de setembro de 1922
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de outubro de 1922
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de setembro de 1923
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de janeiro de 1925
A Tribuna de Santos, 1 a 28 de fevereiro de 1925
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de janeiro de 1936
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de janeiro de 1937
A Tribuna de Santos, 1 a 28 de fevereiro de 1937
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de janeiro de 1939
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de janeiro de 1941
A Tribuna de Santos, 1 a 28 de fevereiro de 1941
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de março de 1941
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de maio de 1941
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de julho de 1941
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de agosto de 1941
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de setembro de 1941
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de novembro de 1941
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de junho de 1947
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de maio de 1955
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de junho de 1955
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de julho de 1955
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de agosto de 1955
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de setembro de 1955
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de outubro de 1955
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de novembro de 1955
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de dezembro de 1955
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de junho de 1965
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de novembro de 1970
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de outubro de 1972
A Tribuna de Santos, 16 a 31 de outubro de 1972
A Tribuna de Santos, 1 a 17 de janeiro de 1973
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de fevereiro de 1973
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de junho de 1973

A Tribuna de Santos, 16 a 30 de junho de 1973
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de dezembro de 1973
A Tribuna de Santos, 20 a 31 de janeiro de 1974
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de março de 1974
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de maio de 1974
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de julho de 1974
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de setembro de 1974
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de novembro de 1974
A Tribuna de Santos, 1 a 14 de fevereiro de 1975
A Tribuna de Santos, 16 a 30 de abril de 1975
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de junho de 1975
A Tribuna de Santos, 16 a 31 de julho de 1975
A Tribuna de Santos, 16 a 30 de setembro de 1975
A Tribuna de Santos, 1 a 14 de novembro de 1975
A Tribuna de Santos, 15 a 28 de fevereiro de 1976
A Tribuna de Santos, 16 a 30 de abril de 1976
A Tribuna de Santos, 1 a 16 de junho de 1976
A Tribuna de Santos, 17 a 31 de agosto de 1976
A Tribuna de Santos, 1 a 16 de outubro de 1976
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de dezembro de 1976
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de janeiro de 1977
A Tribuna de Santos, 16 a 31 de março de 1977
A Tribuna de Santos, 16 a 31 de maio de 1977
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de julho de 1977
A Tribuna de Santos, 16 a 31 de setembro de 1977
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de novembro de 1977
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de janeiro de 1978
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de abril de 1978
A Tribuna de Santos, 16 a 31 de maio de 1978
A Tribuna de Santos, 16 a 29 de julho de 1978
A Tribuna de Santos, 16 a 30 de setembro de 1978
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de novembro de 1978
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de fevereiro de 1979

A Tribuna de Santos, 16 a 31 de abril de 1979
A Tribuna de Santos, 1 a 16 de junho de 1979
A Tribuna de Santos, 18 a 31 de agosto de 1979
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de outubro de 1979
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de dezembro de 1979
A Tribuna de Santos, 1 a 28 de fevereiro de 1980
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de abril de 1980
A Tribuna de Santos, 17 a 30 de junho de 1980
A Tribuna de Santos, 16 a 30 de agosto de 1980
A Tribuna de Santos, 1 a 16 de setembro de 1980
A Tribuna de Santos, 16 a 30 de novembro de 1980
A Tribuna de Santos, 15 a 28 de fevereiro de 1981
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de abril de 1981
A Tribuna de Santos, 15 a 30 de junho de 1981
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de agosto de 1981
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de outubro de 1981
A Tribuna de Santos, 1 a 14 de dezembro de 1981
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de fevereiro de 1982
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de abril de 1982
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de maio de 1982
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de junho de 1982
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de julho de 1982
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de agosto de 1982
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de setembro de 1982
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de outubro de 1982
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de novembro de 1982
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de dezembro de 1982
A Tribuna de Santos, 16 a 31 de janeiro de 1983
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de março de 1983
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de maio de 1983
A Tribuna de Santos, 16 a 31 de julho de 1983
A Tribuna de Santos, 1 a 14 de setembro de 1983
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de novembro de 1983

A Tribuna de Santos, 1 a 28 de fevereiro de 1984
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de abril de 1984
A Tribuna de Santos, 16 a 31 de maio de 1984
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de junho de 1984
A Tribuna de Santos, 16 a 31 de julho de 1984
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de agosto de 1984
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de abril de 1985
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de maio de 1985
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de junho de 1985
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de julho de 1985
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de agosto de 1985
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de setembro de 1985
Cidade de Santos, 1 a 31 de janeiro de 1986
Cidade de Santos, 1 a 31 de março de 1986
Cidade de Santos, 1 a 31 de maio de 1986
Cidade de Santos, 1 a 31 de julho de 1986
Cidade de Santos, 1 a 30 de setembro de 1986
Cidade de Santos, 1 a 30 de novembro de 1986
Cidade de Santos, 1 a 28 de fevereiro de 1987
Cidade de Santos, 1 a 30 de abril de 1987
A Tribuna de Santos, 16 a 30 de junho de 1987
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de agosto de 1987
A Tribuna de Santos, 16 a 30 de novembro de 1987
A Tribuna de Santos, 1 a 15 de dezembro de 1987
A Tribuna de Santos, 16 a 31 de janeiro de 1988
A Tribuna de Santos, 1 a 28 de fevereiro de 1988
A Tribuna de Santos, 1 a 14 de março de 1988
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de setembro de 1988
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de julho de 1989
A Tribuna de Santos, 1 a 30 de setembro de 1989
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de outubro de 1989
A Tribuna de Santos, 1 a 31 de dezembro de 1989

LEIS E DECRETOS

Compromisso de Salvador, 1971.

BRASIL. Constituição (1934). **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil**. Rio de Janeiro: Senado, 1934.

BRASIL. Constituição (1967). **Constituição do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1967.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

Decreto n° 359, de 09 de maio de 1986 - APROVA O REGULAMENTO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS A QUE SE REFERE A LEI Nº 103, DE 31 DE OUTUBRO DE 1985.

Lei n° 1.194, de 16 de abril de 1951 - INSTITUI O "DIA DOS MONUMENTOS E FONTES HISTÓRICAS" DO MUNICÍPIO DE SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lei n° 2.632, de 19 de dezembro de 1962 – DISPÕE SOBRE A DESAPROPRIAÇÃO DO OUTEIRO DE SANTA CATARINA E IMÓVEIS VIZINHOS

Lei n° 103, de 31 de outubro de 1985 - DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Lei n° 753, de 08 de julho de 1991 - DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTOS – CONDEPASA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ORDENAÇÕES FILIPINAS. Ordenações e Leis do Reino de Portugal recopiladas por mandato Del Rei D. Filipe, o Primeiro. São Paulo: Saraiva, 1960.

OUTRAS

Conheça Santos, Santos de Ontem. Diário Oficial de Santos: Departamento de Educação da Prefeitura de Santos, ca.1969.

Conheça Santos, Santos de Ontem. Diário Oficial de Santos: Departamento de Educação da Prefeitura de Santos, 197?.

CONSTITUIÇOENS primeyras do arcebispado da Bahia feytas e ordenadas pelo illustríssimo, e reverendíssimo Senhor D. Sebastião Monteyro da Vide, 5° Arcebispo do dito Arcebispado, e do Conselho de Sua Magestade: propostas, e aceytas em o Synodo Diocesano, que o dito senhor celebrou em 12 de junho do anno de 1707. Lisboa Occidental: Officina de Pascoal da Sylva impressor de Sua Magestade, 1719.

OUTRAS FONTES

PROCESSOS NO CONDEPHAAT

P 357/1973 – Mosteiro e Igreja de São Bento
P 358/1973 – Igreja da Ordem Terceira do Carmo
P 359/1973 – Casa do Trem Bélico
P 360/1973 – Casa de Câmara e Cadeia
P 361/1973 – Fortaleza de São Tiago (São João)
P 362/1973 – Engenho de São Jorge dos Erasmos
P 421/1974 – Bolsa Oficial do Café
P 429/1974 – Edifício situado no Largo Marquês de Monte Alegre (Casarão do Valongo)
P 21227/1980 – Outeiro de Santa Catarina (processo arquivado)
P 22046/1982 – Casa de Frontaria Azulejada
P 22273/1982 – Teatro Coliseu
P 24317/1985 – Sítio remanescente do Outeiro de Santa Catarina
P 22391/1982 – Igreja e Capela de Santo Antonio do Valongo
P 24929/1986 - Escola Visconde de São Leopoldo, Cesário Bastos e Barnabé
G 251/1988 - Imóvel situado na Rua XV de Novembro (nº 103-109)

G 293/1989 – Antiga estação elevatória de esgotos nº VII

PROCESSOS NO CONDEPASA

P 16731/1991 – Referente aos seguintes bens: Casa de Frontaria Azulejada, Casa de Câmara e Cadeia, Casa do Trem Bélico, Engenho São Jorge dos Erasmos, Fortaleza de São Tiago, Igreja da Ordem Terceira do Carmo, Mosteiro e Igreja de São Bento, Bolsa Oficial do Café, Edifício situado no Largo Marquês de Monte Alegre (Casarão do Valongo), ruínas do Engenho do Rio Quilombo, Outeiro de Santa Catarina, Teatro Coliseu.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

LIVROS E REVISTAS

ACADEMIA UNIVERSAL DE LAS CULTURAS. ¿POR QUÉ RECORDAR? Foro Internacional Memoria e Historia, UNESCO, 25 mar. 1998; La Sorbonne, 26 mar. 1998. **Anais do Foro Internacional Memoria e Historia.** Buenos Aires: Ediciones Granica S.A., 2006. Prefácio de Elie Wiesel.

ALVES, Caleb Faria. **Benedito Calixto e a construção do imaginário republicano.** Bauru, SP: EDUSC, 2003.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. **O que se pode ler sobre Santos.** Santos: Leopaldianum, 1977.

ARANTES, Antonio Augusto. (Org.) **Produzindo o Passado:** estratégias de construção do patrimônio cultural. São Paulo: Brasiliense / Secretaria de Estado da Cultura, 1984.

_____. **Paisagens paulistanas: transformações do espaço público.** Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Imprensa Oficial, 2000. (Coleção Espaço e Poder).

ARGAN, Giulio Carlo. **História Arte como História da Cidade**. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

BARBOSA, Gino Caldatto (org.) **Santos e seus arrabaldes:** Álbum de Militão Augusto de Azevedo. São Paulo: Magma Cultural e Editora, 2004.

BARBOSA, Gino Caldatto; MEDEIROS, Marjorie de Carvalho F. de. **Marc Ferrez**: Santos Panorâmico. São Paulo: Magma Cultural, 2007.

BAYER, Raymond. **História da Estética**. Tradução José Saramago.Lisboa: Editorial Estampa, 1978.

BOSI, Ecléa. **O Tempo Vivo da Memória:** ensaios de psicologia social.São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

CHAUI, Marilena. **Cidadania Cultural:** o Direito à Cultura. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

_____. **Brasil:** mito fundador e sociedade autoritária. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2000.

CHOAY, Françoise. **A Alegoria do Patrimônio**. Tradução Luciano Vieira Machado. São Paulo: Estação Liberdade; Ed. Unesp, 2001.

CONDEPHAAT. **Patrimônio Cultural Paulista:** Bens Tombados 1968-1988. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1998.

DE BIASI, Ana Maria et al. **Valongo arte e devoção.** Santos, 1995. (s.c.p.), Secretaria de Economia e Planejamento. Coord. de ação regional, 2 Região Administrativa. Diagnóstico. São Paulo, set, 1972.

DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura:** ensaios de antropologia. São Paulo, Cosac Naify, 2004.

FERREIRA, Antonio Celso. **A epopéia bandeirante:** letrados, instituições, invenção histórica (1870-1940). São Paulo: Editora UNESP, 2002.

FONSECA, Maria Cecília Londres. **O patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação no Brasil. Rio de Janeiro: Editora UFRJ; MinC – IPHAN, 2005.

GITAHY, Maria Lucia Caira. **Ventos do Mar:** trabalhadores do Porto, Movimento Operário e Cultura Urbana em Santos, 1889-1914. São Paulo: Editora da UNESP, 1992.

LANNA, Ana Lúcia Duarte. **Uma Cidade na Transição Santos:** 1870-1913. São Paulo – Santos: Editora Hucitec – Prefeitura Municipal de Santos, 1996.

MARX, Murillo. **Nosso Chão**: do sagrado ao profano. São Paulo: Edusp, 1998.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA (Brasil); SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória. **Proteção e Revitalização do Patrimônio Cultural no Brasil:** uma trajetória. Brasília: MEC; SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, 1980.

POMIAN, Krisztoff. **Entre le visible et l'invisible**, Lire, nº3, 1987.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Imagens de Vilas e Cidades do Brasil Colonial**. Beatriz Piccolotto Siqueira Bueno e Paulo Júlio Valentino Bruna (col.). São Paulo: Edusp: Impensa Oficial do Estado: Fapesp, 2000a. (Uspiana – Brasil 500 Anos).

Revista USP / Coordenadoria de Comunicação Social, Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, CCS, n. 41, mar/mai, 1989.

RIEGL, Aloïs. **El culto moderno a los monumentos**. Madrid: Gráficas Rógar, 1999.

RICOEUR, Paul. Definición de la memoria desde un punto de vista filosófico. In ACADEMIA UNIVERSAL DE LAS CULTURAS. ¿POR QUÉ RECORDAR? Foro Internacional Memoria e Historia, UNESCO, 25 mar. 1998; La Sorbonne, 26 mar. 1998. **Anais do Foro Internacional Memoria e Historia.** Buenos Aires: Ediciones Granica S.A., 2006. Prefácio de Elie Wiesel, p. 24-28.

RODRIGUES, Marly. **Imagens do Passado:** a instituição do patrimônio em São Paulo 1969 -1987. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado; Editora UNESP; CONDEPHAAT, 2000.

RÖWER, Basílio (frei). **O Convento de Santo Antonio do Valongo.** São Paulo: L. Nicollini S/A Indústria Gráfica, 1955.

RUSKIN, John. **Las siete lámparas de la arquitectura**. Barcelona: Ad litteram, 2000.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **O espetáculo das raças:** cientistas, instituições e questão racial no Brasil. 1870-1930. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

SILVA, Fernando Fernandes. **As Cidades Brasileiras e o Patrimônio Cultural da Humanidade.** São Paulo: Peirópolis: EDUSP, 2003.

ARTIGOS

ABUD, Katia Maria. Formação da Alma e do Caráter Nacional: Ensino de História na Era Vargas. Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 18, n. 36, 1998 . Disponível em: <184ói184://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000200006&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 01 Nov 2007. 184ói: 10.1590/S0102-01881998000200006

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro de. O plano de Saturnino de Brito para Santos e a construção da cidade moderna no Brasil. **Revista Espaço & Debates.** Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo: Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, 1981b, nº 34, p. 55-63. (Cidade e História).

ARANTES, Antonio Augusto. Preservação como prática social. **Revista de Museologia.** São Paulo: Instituto de Museologia de São Paulo / Fundação Escola de Sociologia e Política, 2º semestre de 1989, p. 12-16.

DURHAM, Eunice Ribeiro. [Sem Título]. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). **O Espaço da Diferença.** Campinas: Papirus, 2000.

ISHAQ, Vivien. Irmãos na terra e no céu. **Revista Nossa História,** Rio de Janeiro, n° 35, p. 66-70, set. 2006. Ano 3.

KÜHL, Beatriz Mugayar. História e Ética na Conservação e na Restauração de Monumentos Históricos. **Revista CPC.** São Paulo, v.1, n.1, p. 16-40, nov. 2005/ abr. 2006.

LOURENÇO, Maria Cecília França. Patrimônio e novos desafios. In: _____. [et al]. **Bens imóveis tombados ou em processo de tombamento da USP.** São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 2002, p. 12-21.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança – limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131-214. v.3.

MARTINS, Ana Luiza. **Vicente de Carvalho:** Poeta do Mar e Cidadão da República. **Revista USP.** São Paulo, n. 41, p. 134-151, março/maio 1999.

MARX, Murillo. Estado, Igreja e Espaço Urbano à Portuguesa. **Revista Comunicação e Artes,** n°21, p. 22-31, ago. 1989. Ano 14. Especial.

RODRIGUES, Marly. **Memória da Cidade, do Bairro, da Comunidade**. In: Rede de cultura local da cidade / Associação Cultural Casa das Caldeiras, São Paulo: 28 de outubro de 2007.

SEVCENKO, Nicolau. O prelúdio republicano, astúcias da ordem e ilusões do progresso – Introdução. In: _____. (org). **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.7-48. v.3.

WERNET, Augustin. Vida religiosa em São Paulo: do Colégio dos jesuítas à diversificação de cultos e crenças (1554-1954). In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, pp 191-243. (a cidade colonial, v.1)

WISSENBACH, Maria Cristina Cortez. "Da escravidão à liberdade: dimensões de uma privacidade possível." In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, pp. 49-130. v. 3.

TESES E DISSERTAÇÕES

ANDRADE, Antonio Luiz Dias de. **Um Estado completo que pode jamais ter existido**. Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1993.

ANDRADE, Carlos Roberto Monteiro. **A Peste e o Plano:** o urbanismo sanitarista do Eng° Saturnino de Brito**.** Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1992.

ANDRADE, Francisco de Paula Dias de. **Subsídios para o estudo da influência da legislação na ordenação e na arquitetura das cidades brasileiras.** Tese para Cátedra – POLI, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1966.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. **O discurso do Progresso:** a evolução urbana de Santos, 1870-1930**.** Tese (Doutorado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1989.

_____. **A vila e a fé:** Santos e a Ordem de São Bento do século XVI ao XVIII. Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1980.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

LIVROS E REVISTAS

ANDRADE, Mário de. **Mário de Andrade:** cartas de trabalho: correspondências com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981a.

ANDRADE, Wilma Therezinha Fernandes de. **Presença da Engenharia e Arquitetura na Baixada Santista.** Santos: Empresa das Artes / Associação de Engenheiros e Arquitetos de Santos, 2001.

ARENDT, Hannah. **Entre o passado e o futuro.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 2001.

BAZIN, Germain. **Barroco e Rococó.** Tradução: Álvaro Cabral. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

_____. **Arquitetura Religiosa Barroca no Brasil.** Tradução Glória Lúcia Nunes. Rio de Janeiro: Record, 1956.

BLOCH, Marc. **Apología da História** ou O Ofício de Historiador. Tradução André Telles. São Paulo: Jorge Zahar, 2002.

BRANDI, Cesare. **Teoria da Restauração**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl; Apresentação Giovanni Carbonara. Cotia: Ateliê Editorial, 2004.

BOITO, Camilo. **Os Restauradores**. Tradução Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade:** lembrança de velhos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

BURY, John. **Arquitetura e arte no Brasil colonial**. Tradução Isa Mara Lando. Organização Myriam Ribeiro de Oliveira. São Paulo: Nobel, 1991.

CANCLINI, Néstor Garcia. **Culturas Híbridas**: Estratégias para entrar e sair da Modernidade. Tradução Heloísa Pezza Cintrão; Ana Regina Lessa. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2003. (Ensaios Latino-americanos 1).

CARBONARA, Giovanni. **Avvicinamento al Restauro. Teoria, Storia, Monumenti**. Napoli: Liguori, 1997.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. Tradução: Klauss Brandini Gerhardt. São Paulo: Paz e Terra, 2000. (A Era da Informação: economia, sociedade e cultura, 2).

CARR, Edward Hallet. **Que é História?** Tradução Lúcia Maurício de Alvarenga. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

COELHO, Teixeira. **Dicionário Crítico de Política Cultural**: Cultura e Imaginário. São Paulo: Editora Iluminuras, 2004.

CORONA, Eduardo; LEMOS, Carlos Alberto. **Dicionário da Arquitetura Brasileira.** São Paulo: Companhia das Artes, 1998.

CUNHA, Maria Clementina Pereira (org). **O Direito à Memória** – Patrimônio Histórico e Cidadania. São Paulo: Departamento do Patrimônio Histórico, 1992.

GERODETTI, João Emílio. **Lembranças de São Paulo:** o litoral paulista nos cartões-postais e álbuns de lembranças. São Paulo: Solaris Edições Culturais, 2001.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva.** São Paulo: Ed. Vértice, 1990.

HALL, Stuart. **A Identidade Cultural na pós-modernidade.** Tradução Tomaz Tadeu da Silva; Guacira Lopes Louro. Rio de Janeiro: DP&A, 2004.

HOBSBAWM, Eric; RANGER, Terence (org.). **A invenção das tradições.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. (Coleção Pensamento Crítico; v. 55).

HOORNAERT, Eduardo et al. **História da igreja no Brasil:** ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1992

_____. **Igreja no Brasil Colônia:** 1550-1800. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1994.

JEUDY, Henri-Pierre. **Espelho das Cidades**. Tradução Rejane Janowitzer. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2005.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução: Bernardo Leitão [et al.]. Campinas: Editora da Unicamp, 2003.

MADRE DE DEUS, Gaspar da (Frei). **Memórias para a história da Capitania de São Vicente.** São Paulo e Rio de Janeiro: Weiszflog Irmãos, 1920.

MARTINS, José de Souza. **Subúrbio.** Vida Cotidiana e História no Subúrbio da Cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec; Unesp, 2002.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil); SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória. **Rodrigo e o SPHAN.** Coletânea de textos sobre patrimônio cultural. Rio de Janeiro: MinC; SPHAN; Fundação Nacional Pró-Memória, 1987.

MINISTÉRIO DA CULTURA (Brasil); Fundação Nacional Pró-Memória. **Rodrigo e seus tempos.** Coletânea de textos sobre artes e letras. Rio de Janeiro: MinC; Fundação Nacional Pró-Memória, 1986.

ORTIZ, Renato. **A Moderna Tradição Brasileira:** Cultura Brasileira e Indústria Cultural. São Paulo: Brasiliense, 2001.

OS PENSADORES: Adorno. Textos Escolhidos. Consultoria: Paulo Eduardo Arantes. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1999.

PAGOTO, Amanda Aparecida. **Do âmbito sagrado da Igreja ao Cemitério Público:** transformações Fúnebres em São Paulo (1850-1860). São Paulo: Arquivo do Estado, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2004. (Coleção Teses e Monografias vol.7).

PEREIRA, Nilo. **Conflitos entre a Igreja e o Estado no Brasil.** Recife: Universidade Federal de Pernambuco, 1970.

PESSOA, José (org.). **Lúcio Costa:** Documentos de Trabalho. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

REIS FILHO, Nestor Goulart. **Contribuição ao Estudo da Evolução Urbana no Brasil 1500/1720.** São Paulo: Pini, 2000b.

_____. Notas Sobre a Evolução dos Estudos de História da Urbanização e do Urbanismo no Brasil. **Cadernos de Pesquisa do LAP** 29. FAUUSP, Jan-Jun 1999.

_____. **São Paulo e outras Cidades**. Produção Social e Degradação dos Espaços Urbanos. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Quadro da Arquitetura no Brasil.** São Paulo, Perspectiva, 1987.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, n° 21, 1986.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, n° 22, 1987.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, n° 24, 1996.

Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, n° 30, 2002.

RUSKIN, John. **As pedras de Veneza.** Tradução Luís Eduardo de Lima Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SAIA, Luís. **Morada Paulista.** São Paulo: Ed. Perspectiva, 1972.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. **Memória Coletiva e Teoria Social.** São Paulo: Annablume, 2003.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Retrato em branco e negro:** jornais, escravos e cidadãos em São Paulo no final do século XIX. São Paulo: Cia das Letras, 1987.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole:** São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

VILAS BOAS, Sérgio. **Santos:** Centro Histórico, Porto, Cidade. São Paulo: Audichromo Editora, 2005.

VIOLLET-LE-DUC, Eugène Emmanuel. **Restauração**. Tradução: Beatriz Mugayar Kühl. São Paulo: Ateliê Editorial, 2000.

WEINRICH, Harald. **Lete:** arte e crítica do esquecimento. Tradução: Lya Luft.Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

ZUMTHOR, Paul. **Tradição e Esquecimento.** Tradução Jerusa Pires Ferreira; Suely Fenerich. São Paulo: Hucitec, 1997.

ARTIGOS

CAMPELLO, Glauco. Patrimônio e Cidade, Cidade e Patrimônio. **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.** Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional do Ministério da Cultura, n° 23, 1994, p. 117-125.

D`AGOSTINO, Mário Henrique Simão; PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. A Noção de Pitoresco no Debate Cultural das Primeiras Décadas do Século XX no Brasil. **Desígnio**: revista de história da arquitetura e do urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP. São Paulo: Annablume, n. 1, p. 119-129, mar. 2004.

KÜHL, Beatriz Mugayar. Questões Teóricas Relativas à Preservação da Arquitetura

Industrial. **Desígnio**: revista de história da arquitetura e do urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo – USP. São Paulo: Annablume, n 1, p. 101-117, mar. 2004.

LACOMBE, Américo Jacobina. A Igreja no Brasil Colonial. In: **História Geral da Civilização Brasileira.** Tomo I. São Paulo, 1960. (A Época Colonial, v.2.)

LACOMBE, Luís Lourenço. Ordens Religiosas, Irmandades e Confrarias. **RIHGB,** p. 69-80, jul-set, 1970.

LOWENTHAL, David. Como conhecemos o passado. **Projeto História** – Trabalhos da memória. Revista do Programa de Estudos Pós-graduados em História e do Departamento de História, PUC, São Paulo: n°17, p.63-201, nov. 1998.

MASTROGREGORI, Massimo. Historiografia e Tradição das lembranças. In: MALERBA, Jurandir (org). **A História escrita: teoria e história da historiografia.** São Paulo: Contexto, 2006, p. 65-93.

MENESES, Ulpiano T. Bezerra. A crise da memória, história e documento: reflexões para um tempo de transformações. In: SILVA, Zélia Lopes da (org.). **Arquivos, patrimônio e memória:** trajetórias e perspectivas. São Paulo: Editora UNESP: FAPESP, 1999, p. 11-29. (Seminários & Debates).

MOREIRA, Rafael. A arte da Ruação e a Cidade Luso-brasileira. **Cadernos de Pesquisa do LAP 37.** São Paulo: FAUUSP, p. 8-31, jan-jun 2003.

_____.O arquiteto Miguel de Arruda e o Primeiro Projeto para Salvador. **Cadernos de Pesquisa do LAP 37**. São Paulo: FAUUSP, p. 35-50, jan-jun 2003.

MOTT, Luiz. Cotidiano e vivência religiosa: entre a capela e o calundu. In SOUZA, Laura de Mello. **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 155-220. v. 1.

MOTTA, Lia. A apropriação do patrimônio urbano: do estético-estilístico nacional ao consumo visual global. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). **O Espaço da Diferença.** Campinas: Papirus, 2000, p. 256-287.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, p. 7-28, 1993.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. A História da Arquitetura Brasileira e a Preservação do Patrimônio Cultural. **Revista CPC.** São Paulo, v.1, n.1, p. 41-74, nov. 2005/ abr. 2006.

REIS FILHO, Nestor Goulart. Vilas paulistas do século XVII. In: **Actas do colóquio internacional** Universo Urbanístico Português 1415-1822. Lisboa, CNCDP, 2001.

SALIBA, Elias Thomé. Histórias, memórias, tramas e dramas da identidade paulistana. In: PORTA, Paula (Org.). In: PORTA, Paula (org.). **História da Cidade de São Paulo**. São Paulo: Paz e Terra, 2004, p. 555-588. (a cidade colonial, v.1)

_____. A dimensão cômica da vida privada na República. In: SEVCENKO, Nicolau (org). **História da Vida Privada no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 289-366. v.3.

SILVA, Helenice Rodrigues da. 'Rememoração'/ comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista Brasileira de História.** v. 22, n. 44, p. 425-438, 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882002000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 Abr 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0102-01882002000200008.

SORGENTINI, Hernán. Reflexión sobre la memoria y autorreflexión de la historia. **Revista Brasileira de História.** v.23, n. 45, p. 103-128, jul. 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882003000100005&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 06 Abr 2007. Pré-publicação. doi: 10.1590/S0102-01882003000100005.

TOLEDO, Benedito Lima de. Do século XVI ao início do século XIX: maneirismo, barroco e rococó. In: ZANINI, Walter (org). **História Geral da Arte no Brasil.** São Paulo: Instituto Walter Moreira Salles, 1983, v. 1.

ZICMAN, Renée Barata. História através da imprensa – algumas considerações metodológicas. **Projeto História**: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em História e do Departamento de História da PUC-SP. São Paulo: Educ – Editora da PUC-SP, p. 89-102, 1985.

ZUKIN, Sharon. Paisagens Urbanas pós-modernas: mapeando cultura e poder. In: ARANTES, Antonio Augusto (org.). **O Espaço da Diferença.** Campinas: Papirus, 2000, p. 80-104.

TESES E DISSERTAÇÕES

CUNHA, Claudia dos Reis e. **O patrimônio cultural da cidade de Sorocaba:** análise de uma trajetória. Dissertação (Mestrado em Arquitetura) - FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MARTINS, Ana Luiza. **Gabinetes de Leitura da Província de São Paulo:** A pluralidade de um espaço esquecido (1847-1890). Dissertação (Mestrado em História) – FFLCH, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1990.

MARX, Murillo. **Seis Conventos, Seis Cidades.** Tese (Doutorado em Arquitetura) – FAU, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1984.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **Neocolonial, Modernismo e Preservação do Patrimônio no Debate Cultural da Década de 1920 no Brasil.** Livre-Docência, FAUUSP, 2005.

RIOS, Lenimar Gonçalves. **Memória Santista:** o patrimônio construído e a política municipal de proteção e revitalização implantada no período de 1989 a 1986. Monografia, Universidade Católica de Santos, Santos, 2005.

OUTROS (ANAIS, TRABALHOS PROGRAMADOS ETC)

ARAÚJO, Denise Puertas de. **Patrimônio Arquitetônico Santista: uma visão da preservação por meio da mídia impressa – 1903 a 1989**. Trabalho Programado (Mestrado em História e Fundamentos da Arquitetura e Urbanismo) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

BRANDI, Cesare. Verbete: Concetto del Restauro.In: **Enciclopedia Universale dell'Arte, Novara**, Istituto Geografico de Agostini, 1983, 4. ed. (1. ed. 1958).

CARTAS Patrimoniais. Rio de Janeiro: IPHAN, 1999.

CHOAY, Françoise. **Sete proposições sobre o conceito de autenticidade e o seu uso nas práticas do patrimônio histórico.** In: Conference de Nara sur l'Authenticité, Paris, Unesco, 1995, p. 101-120.

FRIDMAN, Fania. Geopolítica e produção da vida cotidiana no Rio de Janeiro colonial. In: **Actas do colóquio internacional Universo Urbanístico Português 1415-1822**. Lisboa: CNCDP, 2001.

GIOVANNONI, Gustavo. Verbete: Restauro dei Monumenti. In: **Enciclopédia Italiana di Scienze, Lettere ed Arti.** Roma: Istituto della Enciclopédia Italiana (Treccni), 1936, v. 18, p. 127-130.

PINHEIRO, Maria Lúcia Bressan. **O Neocolonial e suas relações com o modernismo e com a preservação do patrimônio no Brasil.** São Paulo: FAU USP, 2004. (Relatório Final de Pesquisa).

SITES

www.camarasantos.sp.gov.br
www.iphan.gov.br
www.novomilenio.inf.br
www.santos.sp.gov.br
www.vitruvius.com.br

ENTREVISTAS

Wilma Therezinha Fernandes de Andrade, agosto de 2006
Telma de Souza, dezembro de 2007

ANEXOS

Anexo A – Lei n° 1.194, de 16 de abril de 1951

INSTITUI O "DIA DOS MONUMENTOS E FONTES HISTÓRICAS" DO MUNICÍPIO DE SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

JOAQUIM ALCAIDE VALLS, Prefeito Municipal de Santos, faço saber que a Câmara Municipal decretou em sua sessão extraordinária, realizada em 5 de abril de 1951, e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI N.º 1.194

Artigo 1.º - Fica instituída a data de 26 de janeiro, como o "Dia dos Monumentos e Fontes Históricas" do Município de Santos.

Artigo 2.º - Nesse dia, e anualmente, os poderes públicos municipais organizarão programas em homenagem aos vultos e acontecimentos históricos perpetuados pelos Monumentos e Fontes Históricas.

Artigo 3.º - À Diretoria de Serviços Públicos da Prefeitura compete a conservação dos Monumentos e Fontes Históricas do Município, devendo sempre mantê-los em estado condigno.

Artigo 4.º - Fica instituído o Registro dos Monumentos e Fontes Históricas do Município, que será feito em livro próprio, do qual constará o histórico de cada um e de competência do Departamento de Educação da Prefeitura.

I Único – Do Registro citado ficará cópia na Biblioteca Pública Municipal, franqueada aos interessados.

Artigo 5.º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão pelas verbas próprias do orçamento vigente.

Artigo 6.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Paço Municipal de Santos, em 16 de abril de 1951.

Joaquim Alcaide Valls
Prefeito Municipal

Registrada a fls. 926/927 do livro competente.

Diretoria Administrativa da Prefeitura Municipal de Santos, em 16 de abril de 1951.

Henrique da Costa Cruz
Diretor

Anexo B – Finalistas do Concurso *Foto-Amadores em Desfile*, de 1955

Maio

1. Sem título, de José Lousada de Araújo. Motivo: Paço Municipal de Santos.
2. Sem título, de P. Bandeira Jr. Motivo: vista do jardim da praia, Santos.
3. "Entardecer na praia do Embaré", de J. Gabriel Camacho. Motivo: praia do Embaré.
4. Sem título, de Francisco Perez Marmol. Motivo: fonte luminosa do Gonzaga.
5. Sem título, de José Momforte. Motivo: porto de areia sob a ponte do Rio Cubatão.

Junho

6. "Entardecer em São Vicente", de José Lousada de Araújo. Motivo: a foto mostra a praia, com prédios ao fundo.

7. Sem título, de José Momforte. Motivo: vista geral da Praça da Independência, no Gonzaga (Santos).

8. "Sapo na Lagoa", de J. Gabriel Camacho. Motivo: vista da ponta da praia, Santos, com prédios da orla ao fundo.

9. Sem título, de Orlando Menezes. Motivo: a foto mostra uma pequena praça, não identificada.

Julho

10. Sem título, de José Momforte. Motivo: estátua intitulada "O pescador" com alguns edifícios ao fundo.

11. Sem título, de Walter Henriques. Motivo: em primeiro plano, o marco de São Vicente, com os prédios da orla ao fundo.

12. Sem título, de Orlando Kugler de Andrade. Motivo: baía de São Vicente, vista da Ilha Porchat.

13. "Desembarque do Pescado", de América Bernils. Motivo: navio pesqueiro de grande porte atracado, com uma pessoa retirando os peixes de seu interior.

Agosto

14. "Porto de Santos", de Salvador Marciglia. Motivo: o porto de Santos, com um grande navio em primeiro plano.

15. Sem título, de José de Araújo. Motivo: praia do Gonzaga.

16. Sem título, de Américo Queiroz Marques. Motivo: praia do Guarujá, vendo-se ao fundo o “Edifício Sobre as Ondas”.

17. Sem título, de Elton Santiago. Motivo: a Ilha Porchat.

Setembro

18. "Entardecer - Cais do Porto", de José Momforte. Motivo: estação das barcas com a Ilha Barnabé, ao fundo.

19. Sem título, de J. Gabriel Camacho. Motivo: praia de Itararé, em São Vicente.

20. Sem título, de José L. de Araújo. Motivo: trecho da praia do Gonzaga.

21. Sem título, de Dalmo Teixeira Filho. Motivo: praia no Guarujá.

Outubro

22. Sem título, de José Fernandes Lima. Motivo: praia do Gonzaguinha, em São Vicente.

23. Sem título, de Américo Queiroz Marques. Motivo: vista de Santos tirada do Monte Serrat.

24. Sem título, de Dalmo Teixeira Filho. Paço Municipal.

25. Sem título, de Américo Queiroz Marques. Motivo: Biquinha, em São Vicente.

Novembro

26. Sem título, de José Monforte. Motivo: Ponta da Praia.

27. Sem título, de José Lousada de Araújo. Motivo: Ponta da Praia.

28. Sem título, de Orlandimir Pereira Monteiro. Motivo: praia no Guarujá.

Dezembro

29. Sem título, de Alberto Armando Duarte. Motivo: vista da baía de São Vicente.

30. Sem título, de Benedito Gonçalves Ramos. Motivo: vista da praia de São Vicente.

Anexo C – Bens Imóveis Arquitetônicos Tombados na cidade de Santos (por esferas de tombamento). Ver arquivo *17-Anexo C - Bens Imóveis Arquitetônicos Tombados na cidade de Santos.pdf*

Anexo D – Localização dos Bens Imóveis Arquitetônicos Tombados na cidade de Santos. Ver arquivo *18-Anexo D - Localização dos Bens Imóveis Arquitetônicos Tombados na cidade de Santos.pdf*

Anexo E – "O Palacete mais bonito?" (*A Tribuna de Santos*, 14 de junho de 1975. Seção "Gente e Coisas da Cidade").

O palacete mais bonito? Você quer saber, amiga, qual o palacete mais bonito de Santos? Digo-lhe. Frisando logo de início, porém, que a opinião é pessoal. Não houve, em tempo algum, qualquer concurso público concedendo-lhe o título. Tampouco existe, ao que eu saiba, qualquer consenso que lhe outorgue essa primazia. Pois é. E agora que dei, em palavras de dicionário, essa esnobada inusitada, continuemos nossa conversa em tom normal. E em língua de cristão simplezinho [sic].

O mais bonito palacete que ainda pode ser admirado em terras santistas não se situa na orla praiana. Foi erigido em via interna. Daí, a sorte de ainda existir. Por isso, com certeza, a razão porque o frenesi imobiliário de pós-guerra e o de agora o tenham poupado. Pelo menos até hoje, sim. Construíram-no em pedra. Sabe aquele granito cinza-claro com que, em blocos retangulares, nossos velhos construtores costumavam enfeitar os pavimentos térrenos [sic], as quinas de paredes, os muros das boas ou sólidas residências de antanho? Pois o palacete, em matéria de pedra, não se pode queixar. Todo ele, em seus dois andares, é pedra só. Uma fortaleza!

Não. Não pense que ostenta assim como que um sóbrio paredão de forte, liso, reto e quadradão. Ao contrário. Há tantas reintrâncias [sic], tantos planos e arestas nas várias dependências que o compõem, que o conjunto equilibrado e largo adquire leveza e graça inusitadas. Como toda construção vinda de outras décadas – em zona residencial já então considerada chique – o palacete ocupava o centro de um terreno de boas dimensões. Cercado de Jardins, sombreado por árvores gigantescas, uma hera invasora encobrindo-lhe, cada vez mais, o cinza bonito e brilhante das pedras. Houve tempo em que, dele, livres e visíveis, só apareciam os retângulos das janelas.

Diversas famílias ali viveram. Tranqüilas e felizes no silêncio e na paz da casa grande. Lembro-me dos Reverendo, Vidal. Dos Muller Champs. Depois, com a chegada de tempos mais frenéticos, nem os próprios vizinhos, sempre em rodízio e mutação, hão de lembrar-se de quem ali morou. Do que ali existiu. Houve, sim, o ano em que arrancaram, da propriedade, um pouco da beleza do chão e uma parte da luz que recebia. Um arranha-céu, à esquerda, como que afundou e ensombreceu a casa de pedra e o jardim todo verde. Quando chegou o tempo em que as famílias saíram para a praticidade dos apartamentos foi ele cedido para a sede de um clube. Liberto da trepadeira, limpo, repintado e, novamente habitado e movimentado, o prédio reviveu. E quem passasse pela Galeão Carvalhal – tendo tempo para olhar as laterais da rua – pôde rever a beleza do velho, sólido e sempre belo palacete.

Pois é, pois é. Mas foi só depois de terem totalmente liberado aquela frente de granito e projetado sobre ela, a partir de cada entardecer, a luz dourada de sóis artificiais, que nos foi permitido descobrir toda a maravilhosa beleza do palacete. Deus meu! Como é sólida, firme e, ao mesmo tempo, cheia de equilíbrio e graça a fachada do mais belo palacete que, por aí, ainda podemos ver1. Nunca, á luz do dia e, principalmente, á noite, se mostraram mais felizes aquelas pedras ora cor de prata, ora faiscantes de ouro.

Vá lá vê-lo, vá, amigo. Merece uma olhada. É uma "festa de luz o número 25 da Galeão Carvalhal"!

[1] O palacete foi demolido. Em visita ao local, em setembro de 2007, constatamos obras de fundação que, pelo seu porte, deverá receber um grande edifício.

Anexo F – "O tapume poético" (*A Tribuna de Santos*, 3 de janeiro de 1977. Seção "Gente e Coisas da Cidade").

O tapume poético. Foi um bancário – homem de números – quem me chamou a atenção para a pequena beleza que, a cada dia de trabalho, se comprazia, na rua, de passagem, em sorver. Se eu, ali em pleno Gonzaga, já não a havia também descoberto? Ai, não. E porque suponho que o mesmo possivelmente suceda com você, passo-lhe, amigo a história completa.

No Gonzaga, no terreno em que existia o Parque Balneário com todo seu jardim, está sendo edificado um conjunto de prédios. Pois muito bem. Não me julgo uma grande saudosista. Respeito o passado, sim. Gosto de estabelecer comparações entre o dia de ontem e o de hoje. Comparo costumes e hábitos, mais para salientar as modificações que por motivo de ordem sentimental, creio. Assim, pois, embora reconhecendo o que representava para a Cidade a conservação do Parque Balneário de reis, príncipes, presidentes e notabilidades, procurei compreender e aceitar, sem muita revolta ou pena, a transformação da tradicional quadra do Gonzaga em empreendimento mais útil, moderno, lucrativo e dinâmico. Desde que, segundo fora afirmado, os jardins das velhas palmeiras conservassem, em verde, a paz de sua extensa área.

O que aconteceu está aí pra quem quiser ver. Derrubada e arrasamento total da construção e do jardim, sim. E porque o local ímpar passasse a ter o mesmo jeito de qualquer outro quarteirão da orla praiana, desinteressei-me em acompanhar-lhe o surgimento. Claro que havia também, no fundo, um mundo de mágoa em mim. Assim, ao ir ao Gonzaga, não olhava para o cimento que substituía – duro e cru -, a graça, a sombra, as lembranças guardadas nas volutas das velhas paredes e pelos velhos chapéus de sol.

Se o mesmo acontece com você, amigo, como estranhar o fato de não ter descoberto, no tapume, os desenhos das crianças e, mais tarde – segundo me asseverava o bancário – os

versos que, a cada manhã, antes de enfrentar o prosaísmo das contas e dos números, lhe punham toques cariciosos no coração?

Tapume com poesia, sim. É isso que lá existe. Coisa nova. Que tapume, afora os desenhos dos escolares – nestes últimos anos aparecidos por sugestão trazida por Emiliana Ferreira Mac Dowell, da UCF -, só servia mesmo para receber cartazes de propaganda. Ou palavrão! Assim, pois, fui lá ver o que havia de belo e de tão enternecedor.

Fui de manhãzinha. O Gonzaga mal e mal despertava. Os pedreiros da obra ainda não haviam começado a trabalhar. Olhavam as senhoras que iam buscar o leite, o pão. Riam para os cães dos senhores envergonhados. Chegando pelo lado da praia, li a primeira frase: "Nascer é morrer devagarinho". Não gostei. Porque não gosto da morte. Nem de nada que a lembre. No tapume seguinte, uma série de palavras sugeriam, porém, imagens bonitas. Bonitas como? Bonitas como carícia do vento. Tarde lenta. Flores na mão. Sorriso de sempre, entende? Mas supimpa mesmo, desse Gilson Barros que enfeita tapumes, é o "gosto da fitas soltas no passar dolente do correr do tempo".

Pois é, amigo. Vá lá reconciliar-se um pouco. O velho Parque? Imagine-o atrás daquilo tudo. Os jardins? Veja-os no leque das duas palmeiras que, transplantadas, continuam a viver!

Anexo G – Lei n° 103, de 31 de outubro de 1985

DISPÕE SOBRE A PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DE SANTOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Oswaldo Justo, Prefeito Municipal de Santos, faço saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão realizada em 3 de outubro de 1985 e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI N.º 103

Artigo 1.º - Constitui o Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santos o conjunto de bens móveis, imóveis e sítios existentes em seu território e cuja conservação seja do interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história, quer por seu reconhecido valor arquivístico, arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico.

Artigo 2.º - Os bens a que ser refere o artigo anterior só serão considerados parte integrante do patrimônio histórico e cultural do município, depois de inscritos separada ou agrupadamente no Livro do Tombo.

Artigo 3.º - Equiparam-se aos bens a que se refere o Artigo 1º e estão sujeitos também ao tombamento os monumentos naturais, bem como os sítios e paisagens que importe conservar e proteger pela feição notável com que tenham sido dotados pela natureza ou agenciados pela indústria humana.

Artigo 4.º - Excluem-se do patrimônio histórico e cultural do município as obras de origem estrangeiras que:

I – Pertençam às representações diplomáticas ou consulares acreditadas no município;

II – Adornem quaisquer veículos pertencentes a empresas estrangeiras;

III – Se incluam entre os bens referidos na Lei de Introdução ao Código Civil Brasileiro e que continuam sujeitas à lei pessoal do proprietário;

IV – Pertençam às casas de comércio de objetos históricos ou culturais;

V - Tenham sido trazidas para exposições comemorativas, educativas e comerciais;

VI – Tenham sido importadas por empresas estrangeiras expressamente para adorno de seus respectivos estabelecimentos.

Artigo 5.º - É indispensável ao processo de tombamento a notificação da pessoa a quem pertencer, ou em cuja posse estiver o bem.

Artigo 6º - Os bens tombados deverão ser conservados e, em nenhuma hipótese ser demolidos, destruídos, mutilados ou desfigurados.

Artigo 7º - Os bens tombados ficam sujeitos à vigilância permanente do órgão competente, que poderá inspecioná-los sempre que julgar necessário, não podendo os proprietários ou responsáveis obstar, por qualquer modo, a inspeção.

Artigo 8º - Sem prévia autorização não poderá ser executada qualquer obra a 300 metros do imóvel tombado que lhe possa impedir ou reduzir a visibilidade ou que não se harmonize com o aspecto estético ou paisagístico do bem tombado.

Parágrafo Único – A vedação contida no "caput" deste artigo estende-se à colocação de painéis de propaganda, tapumes ou qualquer outro objeto.

Artigo 9º - O bem móvel tombado não poderá ser retirado do município, salvo por curto prazo e com a finalidade de intercâmbio cultural, a juízo do órgão competente.

Artigo 10 - A legislação federal e estadual poderá ser aplicada subsidiariamente pelo município.

Artigo 11 - O poder Executivo regulamentará esta lei através de decreto, no prazo de 90 (noventa) dias, contados da data da publicação da lei.

Artigo 12 – Esta lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Palácio "José Bonifácio", em 31 de outubro de 1985.

Oswaldo Justo
Prefeito Municipal

Athanazildo Corrêa Neto
Secretário da Cultura

Anexo H – Decreto n° 359, de 09 de maio de 1986

APROVA O REGULAMENTO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS A QUE SE REFERE A LEI Nº 103, DE 31 DE OUTUBRO DE 1985.

Oswaldo Justo, Prefeito Municipal de Santos, no uso de suas atribuições legais e considerando o disposto no artigo 11 da Lei nº 103, de 31 de outubro de 1985.

DECRETA:

Artigo 1.º - Fica aprovado o Regulamento de Proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santos a que se refere a Lei nº 103, de 31 de outubro de 1985 e que integra o presente Decreto.

Artigo 2.º - Este Decreto entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Palácio "José Bonifácio", em 9 de maio de 1986.

Oswaldo Justo
Prefeito Municipal

Athanazildo Corrêa Neto
Secretário da Cultura

REGULAMENTO DE PROTEÇÃO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E CULTURAL DO MUNICÍPIO DE SANTOS

CAPÍTULO I
Da Organização

Artigo 1.º - A proteção do Patrimônio Histórico e Cultural do Município de Santos, criada pela Lei nº 103, de 31 de outubro de 1985, publicada no Diário Oficial do Município em 4 de novembro de 1985, fica diretamente subordinada ao Secretário de Cultura e se regerá pelo disposto neste regulamento.

Artigo 2.º - Competirá à Secretaria de Cultura a adoção de medidas para a defesa do Patrimônio Histórico e Cultural do Município, cuja conservação se imponha em razão de fatos históricos memoráveis, do seu valor folclórico, artístico, documental ou turístico, bem assim dos recantos paisagísticos, que mereçam ser preservados.

Parágrafo Único – Caberá à Secretaria de Cultura:

I – Propor às autoridades competentes, ouvida a Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural, o tombamento dos bens nele referidos, bem como solicitar a sua desapropriação quando tal medida se fizer necessária;

II – Celebrar convênio ou acordos com entidades públicas ou particulares, que visem à preservação do patrimônio de que trata este artigo;

III – Propor a compra de bens móveis ou seu recebimento em doação, ouvida a Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural;

IV – Sugerir a concessão de auxílio ou subvenções a entidades que objetivem as mesmas finalidades da Secretaria de Cultura, ou a particulares que conservem e protejam documentos, obras e locais de valor histórico, artístico ou turístico;

V – Ter iniciativa de projetar as obras de conservação e restauração de que necessitem os bens públicos ou particulares discriminados neste artigo;

VI – Cadastrar os bens tombados na forma de legislação vigente.

CAPÍTULO II
Do Processo de Tombamento

Artigo 3.º - Os bens que compõem o Patrimônio Histórico e Cultural do Município serão defendidos e preservados pelo processo de tombamento, nos termos da legislação federal pertinente e na forma prevista neste Decreto.

Artigo 4.º - Os bens tombados não poderão ser destruídos, demolidos, mutilados ou alterados sem prévia autorização da Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural, nem reparados, pintados ou restaurados, sob pena de multa a ser imposta pela mesma Comissão de até 20% (vinte por cento) do respectivo valor, neste incluído o do terreno, se for o caso, sem prejuízo das demais sanções aplicáveis ao infrator.

§ 1.º - Na hipótese de alienação onerosa dos bens referidos neste artigo, de propriedade de pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, a União, o Estado e os Municípios terão, nessa ordem, direito de preferência para aquisição, obedecido o processo estabelecido, para a espécie, pelo Decreto-Lei Federal nº 25, de 30 de novembro de 1937.

§ 2.º - A alienação gratuita, a cessão de uso, a locação ou a remoção de qualquer bem tombado deverá ser comunicada à Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural, com antecedência de 30 (trinta) dias, para posteriormente obter parecer do Secretário de Cultura.

§ 3.º - Os bens tombados, pertencentes ao Estado e ao Município, só poderão ser transferidos de uma para outra dessas entidades, comunicado o fato à Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural.

§ 4.º - No caso de transferência de propriedade de bem imóvel tombado, inclusive por sucessão “causa mortis”, competirá ao Serventuário do Registro de Imóveis efetuar as respectivas averbações, das quais será dada ciência à Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural.

§ 5.º - Os bens tombados ficam sujeitos à inspeção periódica da Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural.

§ 6.º - Na hipótese de extravio ou furto de qualquer bem tombado, o respectivo proprietário deverá comunicar a ocorrência à Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural dentro de 15 (quinze) dias, sob pena de multa de 20% do valor do bem.

Artigo 5.º - Não poderão ser tombadas as obras de origem estrangeira pertencentes a representações diplomáticas ou consulares, empresas estrangeiras, casas de comércio ou que também tenham vindo do exterior para exposição ou certames.

Artigo 6.º - Nenhuma obra poderá ser executada na área compreendida num raio de 300 (trezentos) metros, em torno de qualquer edificação ou sítio tombado, sem que o respectivo projeto seja previamente aprovado pela Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural, para preservar a visibilidade ou destaque do referido sítio ou edificação.

Artigo 7.º - O tombamento se efetiva por Resolução do Secretário da Cultura e posterior inscrição do bem tombado no livro próprio.

Artigo 8.º - Para o tombamento dos bens móveis ou imóveis, o Conselho Municipal de Cultura manterá os seguintes Livros de Tombo:

1. Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico;
2. Livro de Tombo das Artes Aplicadas;
3. Livro de Tombo das Artes;
4. Livro de Tombo das Artes Populares
5. Livro de Tombo Histórico.

§ 1.º - No Livro de Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico serão inscritos os bens de valor arqueológico e etnográfico e os monumentos naturais paisagísticos.

§ 2.º - No Livro de Tombo das Artes Aplicadas, as obras que ser incluírem na categoria de artes aplicadas, nacionais ou estrangeiras.

§ 3.º - No Livro de Tombo das Artes, as obras nacionais ou estrangeiras de valor pictórico, escultórico e arquitetônico.

§ 4.º - No Livro de Tombo das Artes Populares, os bens relacionados com as manifestações folclóricas, características de épocas e regiões do País, do Estado e do Município.

§ 5.º - No Livro de Tombo Histórico, os objetos de interesse histórico e as obras de arte histórica.

Artigo 9.º - O tombamento dos bens pertencentes a pessoas naturais ou jurídicas de direito privado, inclusive de ordens de instituições religiosas, far-se-á voluntária ou compulsoriamente e no caso de bem móvel, os atos respectivos serão averbados no Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 10 – O tombamento de bens se inicia pela abertura do processo respectivo, por solicitação do interessado ou por deliberação da Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural, com autorização do Secretário da Cultura, ratificada pelo Prefeito Municipal.

Parágrafo Único – A deliberação da Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural, que ordene o tombamento ou a simples abertura do processo, assegura a preservação do bem até decisão final da autoridade competente, pelo que o fato será imediatamente comunicado à autoridade policial sob cuja jurisdição se encontre o bem em causa para os devidos fins.

Artigo 11 – Quando a iniciativa do tombamento de bens não partir de seus proprietários, serão estes notificados para, se o quiserem, contestar a medida no prazo de 15 (quinze) dias.

§ 1.º - Não ocorrendo contestação, será o tombamento submetido à aprovação do Secretário de Cultura e, uma vez publicada a Resolução no "Diário Oficial do Município", imediatamente inscrito no Livro do Tombo.

§ 2.º - Contestada a proposta, a Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural se manifestará, encaminhando o processo à apreciação final do Secretário de Cultura.

§ 3.º - Da decisão do tombamento em que houve impugnação caberá recurso ao Prefeito Municipal.

Artigo 12 – O tombamento de bens pertencentes ao Estado ou ao Município se fará compulsoriamente, comunicada, obrigatoriamente, a iniciativa ao órgão interessado.

Artigo 13 – Serão sumariamente arquivadas as propostas de tombamento que não sejam devidamente instruídas e justificadas.

Artigo 14 – A abertura do processo de tombamento, quando da iniciativa do proprietário, ou a notificação deste nos demais casos, susta, desde logo, qualquer projeto ou obra que importe mutilação, modificação ou destruição dos bens em exame.

Artigo 15 – Para as transgressões das obrigações impostas por este Decreto, em relação às quais não esteja prevista penalidade específica, poderá a Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural aplicar multas no valor de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do bem tombado, sem prejuízo de eventual responsabilidade funcional, criminal ou civil.

Artigo 16 – A Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural divulgará, em publicação oficial, anualmente atualizada, a relação dos bens tombados pelo Município.

Artigo 17 – Os bens tombados na área do Município, pelo Conselho Municipal de Cultura, serão inscritos nos livros do Tombo respectivos, a fim de se beneficiarem com obras e iniciativas da Comissão Municipal de História e Patrimônio Cultural, respeitadas as legislações federal, estadual e municipal, aplicáveis à espécie.

Anexo I – Lei n° 753, de 08 de julho de 1991

DISPÕE SOBRE O CONSELHO DE DEFESA DO PATRIMÔNIO CULTURAL DE SANTOS – CONDEPASA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Telma de Souza, Prefeita Municipal de Santos, faço saber que a Câmara Municipal aprovou em sessão realizada em 20 de junho de 1991 e eu sanciono e promulgo a seguinte:

LEI N.º 753

Artigo 1.º - O Conselho de Defesa do Patrimônio Cultural de Santos – CONDEPASA, nos termos do artigo 209 da Lei Orgânica do Município, é órgão autônomo e deliberativo em questões referentes à preservação e tombamento de bens culturais e naturais.

Artigo 2.º - Compete ao CONDEPASA:

I- Definir a política municipal de defesa e proteção do patrimônio cultural e natural compreendendo o histórico, artístico, arquitetônico, arqueológico, arquivistico, antropológico e genético do município;

II- Deliberar sobre o tombamento de bens móveis e imóveis de valor reconhecido para Santos;

III- Comunicar o tombamento de bens ao oficial do respectivo Cartório de Registro para a realização dos competentes assentamentos bem como aos órgãos estaduais e federais;

IV- Definir a área do entorno do bem tombado a ser controlado por sistemas de ordenações especiais adequadas;

V- Promover a estratégia de fiscalização da preservação e do uso dos bens tombados;

VI- Adotar as medidas necessárias a que se produzem os efeitos do tombamento;

VII- Em caso de excepcional necessidade, deliberar sobre as propostas de revisão do processo de tombamento;

VIII- Pleitear benefícios para os proprietários de bens tombados;

IX- Opinar sobre planos, projetos e propostas de qualquer espécie referentes à preservação de bens culturais e naturais;

X- Manter permanente contato com organismos públicos e privados, nacionais e internacionais, visando à obtenção de recursos, cooperação técnica e cultural para planejamento das etapas de preservação e revitalização dos bens culturais do Município;

XI- Manifestar-se sobre projetos, planos e propostas de construção, conservação, reparação, restauração e demolição, bem como os pedidos de licença para funcionamento de atividades comerciais prestadoras de serviços em imóveis situados em local definido como área de preservação e bens culturais e naturais, ouvido o órgão municipal expedidor da respectiva licença;

XII- Promover a identificação, o inventário, a conservação, a restauração e a revitalização do patrimônio cultural e natural;

XIII- Elaborar o seu Regimento Interno.

Artigo 3.º - O CONDEPASA será composto por membros indicados pelos seguintes órgãos:

I- Secretaria de Cultura;

II- Secretaria de Obras e Serviços Públicos;

III- Secretaria de Planejamento;

IV- Secretaria de Educação;

V- Secretaria de Turismo;

VI- Secretaria de Assuntos Jurídicos;

VII- Instituto Brasileiro de Patrimônio Cultural – Regional São Paulo;

VIII- CONDEPHAAT;

IX- representantes de Universidades e demais órgãos de interesse e atividade

na área cultural.

Parágrafo 1.º - A Prefeitura Municipal, a cada biênio, abrirá inscrições a todos os órgãos ou entidades da área cultural, interessadas em integrar o Conselho.

Parágrafo 2.º - Caberá ao próprio Conselho avaliar as inscrições através da análise dos respectivos currículos.

Parágrafo 3.º - As entidades ou órgãos poderão indicar um membro titular e um suplente.

Parágrafo 4.º - O exercício das funções de membro do CONDEPASA será gratuito e considerado relevante para o Município.

Parágrafo 5.º - O mandato dos membros do CONDEPASA terá duração de dois anos, sendo permitida a recondução; o Conselheiro pode ser dispensado a qualquer tempo pelo Prefeito por solicitação do Conselho ou do órgão que represente, caso em que o suplente passará a exercer as funções para o período restante.

Parágrafo 6.º - O Conselho tem um corpo de Assessores de diferentes áreas de conhecimento, incluindo técnicos dos órgãos de preservação do patrimônio cultural nos âmbitos federal, estadual e municipal; estes, mediante convite, participam das reuniões, mas sem direito a voto.

Parágrafo 7.º - O Conselho será secretariado por dois funcionários municipais.

Artigo 4.º - O CONDEPASA será dirigido por um presidente eleito pelos seus membros.

Parágrafo 1.º - Para substituir o Presidente, em suas ausências e impedimentos, bem como em caso de vacância, haverá um Vice-Presidente, eleito simultaneamente com o Presidente.

Parágrafo 2.º - O Conselheiro, em suas ausências e impedimentos, será substituído pelo suplente.

Artigo 5.º - O Conselho reunir-se-á mensalmente ou conforme estabelecido em seu Regimento Interno, após convocação de todos os membros, com antecedência mínima de quarenta e oito horas.

Parágrafo 1.º - Em caráter extraordinário, o Conselho poderá reunir-se a qualquer momento, de acordo com as necessidades de serviço, por convocação de seu Presidente, do Prefeito Municipal, ou de dois terços dos Conselheiros.

Parágrafo 2.º - As decisões do Conselho serão tomadas por, pelo menos, dois terços dos seus participantes em primeira chamada ou com qualquer número em segunda chamada.

Artigo 6.º - Os bens que compõem o patrimônio cultural e natural do Município serão protegidos e preservados pelo Instituto jurídico do tombamento, ou outras formas de acautelamento previstas em Lei.

Artigo 7.º - O Secretário de Cultura promoverá, mediante proposta do CONDEPASA, o tombamento de bens móveis e imóveis existentes no território do Município, cuja proteção e preservação sejam de interesse público em razão de seu valor cultural.

Artigo 8.º - Fica criado o Órgão Técnico de Apoio – O.T.A., constituído por um Conselheiro-Coordenador e técnicos especialistas nas áreas de ciência, das artes e da tecnologia.

Artigo 9.º - Compete ao Órgão Técnico de Apoio – O.T.A.:

I- Viabilizar as decisões do Conselho;

II- Localizar e identificar os bens de interesse cultural natural, artístico, histórico e arquitetônico do Município;

III- Fiscalizar e supervisionar todos os serviços necessários à conservação e restauração de bens culturais do Município;

IV- Propor ao Conselho normas para regulamentação de áreas envoltórias;

V- Elaborar projetos de pesquisa, conservação, restauração e/ou revitalização.

Artigo 10 - Os bens tombados não poderão ser destruídos, demolidos, mutilados, degradados ou alterados, sob pena de multa, a ser imposta pelo Conselho, equivalente a até cinqüenta por cento de seu valor, nesta incluído o do terreno, se for o caso, sem prejuízo da obrigação de recompor integralmente o bem.

Parágrafo único - Os bens tombados não poderão ser reparados, pintados ou restaurados sem prévia autorização do Conselho, sob as penas previstas no "caput" deste artigo.

Artigo 11 - Na hipótese de alienação onerosa dos bens referidos no artigo anterior, de propriedade de pessoas físicas ou jurídicas de direito privado, a União, o Estado e o Município terão, nessa ordem, direito de preferência para aquisição, obedecido o processo estabelecido para a espécie pelo Decreto-Lei Federal n.º 25, de 30 de dezembro de 1937.

Parágrafo 1.º - A alienação onerosa, gratuita, a cessão de uso, a locação ou a remoção de qualquer bem tombado deverá ser comunicada ao Conselho pelos intervenientes até trinta dias após o ato.

Parágrafo 2.º - Os bens pertencentes ao Município, quando tombados, poderão ser transferidos ou alienados, para uma outra entidade, mediante aprovação prévia do Conselho e da Câmara Municipal.

Artigo 12 - A alteração, sem prévia autorização do Conselho, de qualquer imóvel situado em área especialmente protegida por lei, sujeita o proprietário a multa equivalente a até cinqüenta por cento do seu valor, sem prejuízo da obrigação de recompor integralmente o bem.

Artigo 13 - No caso de transferência da propriedade de bem imóvel tombado, inclusive por sucessão "causa mortis", competirá ao serventuário do Registro de Imóveis efetuar as respectivas averbações.

Artigo 14 - Os bens tombados ficam sujeitos à inspeção periódica do Conselho.

Artigo 15 - Na hipótese de extravio ou furto de qualquer bem imóvel tombado, ou posse ilícita, quando imóvel, o proprietário deverá comunicar a ocorrência ao Conselho em quinze dias.

Artigo 16 - Não poderão ser tombadas as obras de origem estrangeira pertencentes a representações diplomáticas ou consulados, empresas estrangeiras, casa de comércio ou que provenham do exterior para exposições ou certames.

Artigo 17 - Para evitar prejuízo à ambiência, visibilidade ou ao destaque de qualquer edificação ou sítio tombado, nenhuma obra de construção ou demolição, urbanização, terraplanagem, paisagismo, colocação de propaganda, painéis, dísticos, cartazes ou semelhantes poderá ser executada na área compreendida num raio de até trezentos metros sem que o projeto da obra seja previamente aprovado pelo Conselho.

Artigo 18 - O Conselho manterá documentação própria, incluindo "livro-tombo", no qual deverão ser inscritos todos os bens e objetos tombados, com a descrição e características peculiares de cada um, para sua perfeita identificação.

Artigo 19 - Será aberto um processo próprio para cada tombamento integrando a Resolução de Tombamento, assinada pelo Secretário de Cultura, cópia da ficha cadastral do bem com o levantamento métrico-arquitetônico, resenha histórica e fotografias, indicadores das características principais que justificaram o seu tombamento.

Artigo 20 - O tombamento dos bens pertencentes a pessoas jurídicas de direito privado, inclusive ordens e instituições religiosas, far-se-á voluntária ou compulsoriamente e, no caso de bem móvel, os autos respectivos serão inscritos no Cartório de Registro de Títulos e Documentos.

Artigo 21 - O tombamento de bens de que trata esta lei tem início com a abertura do processo respectivo, após deliberação do Conselho, tomada "ex-offício", ou por provocação do proprietário ou de qualquer interessado.

Parágrafo 1.º - A deliberação do Conselho ordenando a abertura de processo de tombamento assegura a preservação do bem até decisão final, devendo a ordem ser imediatamente comunicada à competente autoridade policial, sob cuja jurisdição se encontre o bem em causa, para os devidos fins.

Parágrafo 2 º - A abertura do processo de tombamento, quando de iniciativa do proprietário, ou a notificação desta nos demais casos, susta, desde logo, qualquer projeto ou obra que importe em mutilação, modificação ou destruição dos bens em exame.

Artigo 22 - Quando a iniciativa do tombamento de bens não partir de seus proprietários, serão estes notificados para, no prazo de quinze dias da data da notificação, se o quiserem, contestar a medida junto ao Conselho.

Parágrafo único – Da decisão de tombamento em que tiver havido impugnação caberá recurso ao Prefeito Municipal.

Artigo 23 - O bem imóvel tombado será obrigatoriamente averbado no cartório da Circunscrição de Registro Imobiliário a que pertença.

Artigo 24 - Serão sumariamente arquivadas as propostas de tombamento que não sejam devidamente instruídas e justificadas.

Artigo 25 - O Conselho aplicará aos infratores das normas constantes desta lei, multa de até cinqüenta por cento do valor do bem tombado, sem prejuízo da eventual apuração de responsabilidade administrativa, criminal ou civil.

Parágrafo único - A Secretaria de Obras e Serviços Públicos adotará as medidas necessárias à cobrança das multas de que trata esta Lei.

Artigo 26 - As despesas decorrentes da execução da presente lei correrão pelas dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Artigo 27 - Esta Lei entra em vigor na data da publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se e publique-se.

Palácio "José Bonifácio", em 8 de julho de 1991.

Telma de Souza
Prefeita Municipal

Registrada no livro competente.

Departamento Administrativo da Secretaria de Assuntos Jurídicos, em 8 de julho de 1991.

Marilene Fernandes de Freitas
Chefe do Departamento em exercício.

Anexo J – Solicitações de tombamentos em Santos junto ao CONDEPHAAT, deferidas ou não, iniciadas até o ano de 1989

Anexo J. Solicitações de tombamentos em Santos junto ao CONDEPHAAT, deferidas ou não, iniciadas até o ano de 1989

bem	abertura	encerramento/situação	interessado [1]	outros interessados	*ex-officio?*
Igreja e Mosteiro de São Bento	1973	tombado (1979)	Condephaat		sim
Igreja da Ordem 3ª de Nossa Senhora do Carmo	1973	tombado (1981)	Condephaat		sim
Casa do Trem	1973	tombado (1981)	Condephaat		sim
Casa de Câmara e Cadeia	1973	tombado (1974)	Condephaat		sim
Fortaleza de São Tiago	1973	tombado (1980)	Condephaat		sim
Ruína do Engenho dos Erasmos	1973	tombado (1974)	Condephaat		sim
Ruína do Engenho do Rio Quilombo	1973	tombado	*		
Bolsa de Café	1974	tombado (1980)	munícipe	políticos santistas	não
Casarões do Largo Marquês de Monte Alegre	1974	tombado (1982)	Faculdade Filosofia, Ciências e Letras de Santos	munícipes	não
Teatro e Cinema Guarany	1980	(tombado e não homologado)	*	*	não
Casa da Frontaria Azulejada	1982	tombado (1987)	Condephaat		sim
Teatro Coliseu	1982	tombado (1988)	Museu de Arte Sacra de Santos	munícipes, Faculdades Católicas de Santos, IHGS, CEHIST (Centro de Estudos Históricos), Sociedade Visconde de São Leopoldo	não
Conjunto de Santo Antonio do Valongo	1982	tombado (1995)	Condephaat		não
Estação da Rede Ferroviária	1982	*	*	*	não
Outeiro de Santa Catarina (e residência de João Éboli)	1985	tombado (1985)	IHG [2]	Prefeitura de Santos, IHG Guarujá-Bertioga, Câmara Municipal de Santos, Sociedade Visconde de São Leopoldo, Faculdades Católicas de Santos	não
Escola Visconde de São Leopoldo, Barnabé e Cesário Bastos	1986	tombado e não homologado (2002)	Condephaat		não
Imóvel na Av. Washington Luiz, 492	1987	arquivado	*	*	não
Museu da Pesca	1987	tombado	*	*	
Casa Branca da Praia (atual Pinacoteca Benedito Calixto)	1987	provavelmente em andamento	*	*	não
Rua XV de Novembro, 103-109 (onde nascera José Bonifácio)	1988	arquivado (1989)	Câmara Municipal de Santos		não
Antiga Estação Elevatória de Esgoto - Nº VII	1989	arquivado (1999)	Condephaat		não

[1] pela leitura do processo de tombamento, pudemos perceber que o interessado que constava na capa do processo muitas vezes não era, de fato, o verdadeiro interessado. Dessa forma, optamos por colocar nessa coluna o nome (ou instituição) que julgamos ter o interesse na preservação do bem.

[2] na capa do Processo, consta como interessado o próprio Condephaat. No entanto, o pedido de tombamento é aberto em razão de solicitação da Senhora Lúcia Falkenberg, do IHG Guarujá-Bertioga, formalizado em uma carta que chega via IHGSP. Daí termos colocado como principal interessado IHG, representando, portanto, tanto a instituição de São Paulo quanto sua congênere no litoral.

*** processos não pesquisados (desaparecidos - como o das Ruínas do Engenho do Rio Quilombo - ou indisponíveis para a consulta no momento)**

Anexo K – Finalistas do concurso *Fotografia e Turismo,* de 1982

Maio

1. Sem título, de Jurema Helcias. Motivo: vista da Ilha Porchat.
2. Sem título, de Alfredo Brizola. Motivo: Aquário Municipal.
3. Sem título, de Albino de Oliveira. Motivo: Mosteiro de São Bento.

Junho

4. Sem título, de Kost Krimov. Motivo: canal de Bertioga.
5. Sem título, de Osvaldino Henriques Ribeiro. Motivo: monumento ao Padre Anchieta, na Ponta da Praia (estátua).
6. Sem título, de Rauce Helcias. Motivo: vista da praia e da orla, tomada do morro Santa Therezinha.
7. Sem título, de Polycarpo Raimundo de Souza. Motivo: monumento ao IV Centenário do Descobrimento do Brasil, de Benedito Calixto, em São Vicente.

Julho

1. Sem título, de: José Carlos Limeres. Motivo: monumento ao IV Centenário do Descobrimento do Brasil, de Benedito Calixto, em São Vicente.
2. Sem título, de Albino de Oliveira. Motivo: praia em Itanhaém.
3. Sem título, de Ricardo Figueiredo. Motivo: vista da orla de São Vicente (prédios e praia).
4. Sem título, de Maria Vera Lúcia do Carmo. Motivo: monumento a Gaffré e Guinle.
5. Sem título, de Ricardo Figueiredo. Motivo: vista da orla de São Vicente (prédios e praia).

Agosto

6. Sem título, de Albino de Oliveira. Motivo: ruínas do Abarebebê (Peruíbe).
7. Sem título, de Maria Angélica dos Santos. Motivo: ruína do Engenho dos Erasmos.
8. Sem título, de Alfredo Brizola Jr. Motivo: monumento a Vicente de Carvalho.
9. Sem título, de Marcelo da Silva Tavares. Motivo: ruínas históricas de Cananéia.

Setembro

10. Sem título, de Joaquim Monteiro. Motivo: marco de fundação de Cananéia.
11. Sem título, de Maria Angélica dos Santos. Motivo: Casa do Trem.
12. Sem título, de Albino de Oliveira. Motivo: Praia das Astúrias (Guarujá).
13. Sem título. Motivo: Estrada Velha do Mar.

Outubro

14. Sem título, de Eduardo Bank. Motivo: Morro da Nova Cintra.
15. Sem título, de Joaquim Monteiro. Motivo: Iguape em dia de festa do seu padroeiro (ao fundo, vê-se a Igreja de Bom Jesus de Iguape).
16. Sem título, de Marcelo da Silva Tavares. Motivo: porto de Cananéia.
17. Sem título, de Joaquim Monteiro. Motivo: Poço das Antas (Mongaguá).

Novembro

18. Sem título, de Maria Angélica dos Santos. Motivo: Igreja Matriz de Itanhaém.
19. Sem título, de Mário Fuchida. Motivo: ruínas do Cruzeiro de Anchieta, no Guarujá.
20. Sem título, de Antonio Carlos Cerqueira Leite. Motivo: farol da laje de Santos.
21. Sem titulo, de Marcelo da Silva Tavares Jr. Motivo: Ilha Comprida (vista da praia).

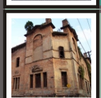
Dezembro

22. Sem título, de Regina Lopes dos Santos. Motivo: Estação ferroviária do Valongo.
23. Sem titulo, de Marcelo da Silva Tavares Jr. Motivo: busto do Almirante Barroso e marco do Quadricentenário da Cidade (Iguape).

Anexo C. Bens Imóveis Arquitetônicos Tombados na cidade de Santos

Por esferas de tombamento

		IPHAN	CONDEPHAAT	CONDEPASA
	Casa da Frontaria Azulejada 1 *Rua do Comércio, 92-98* *Centro*	Processo 0751-T-65 [03.05.1973] **LT Histórico**	Processo 22046/1982 [19.01.87] **LT Histórico**	Processo 16731
	Casa de Câmara e Cadeia 2 *Praça dos Andradas, 1* *Centro*	Processo 0545-T-56 [12.05.1959] **LT B. Artes**	Processo 360/1973 [12.12.74] **LT Histórico**	Processo 16731
	Casa do Trem Bélico 3 *Rua Tiro Onze, casa 11* *Centro*	Processo 0219-T-39 [19.02.1940] **LT Histórico** **LT B. Artes**	Processo 359/1973 [29.05.81] **LT Histórico**	Processo 16731
	Engenho São Jorge dos Erasmos 4 *Rua Alan Ciber Pinto, 96* *Morro Nova Cintra*	Processo 0678-T-62 [02.07.1963] **LT Histórico**	Processo 362/1973 [11.12.74] **LT Histórico**	Processo 16731
	Fortaleza de São Tiago (ou São João) 5 *Ponta da Praia da Enseada Bertioga*[1]	Processo 0219-T [19.02.1940] **LT Histórico** **LT B. Artes**	Processo 361/73 [23.10.1980] **LT Histórico**	Processo 16731
	Igreja da Ordem Terceira do Carmo 6 *Praça Barão do Rio Branco, 16* *Centro*	Processo 0216-T-39 [24.03.1941] **LT Histórico** **LT B. Artes**	Processo 358/73 [09.09.1981] **LT Histórico**	Processo 16731
	Mosteiro e Igreja de São Bento[2] 7 *Rua Santa Joana D'Arc, 795* *Centro*	Processo 0348-T [18.03.1948] **LT B. Artes**	Processo 357/73 [13.08.1979] **LT Histórico**	Processo 16731
	Bolsa Oficial do Café 8 *Rua XV de novembro, 95* *Centro*	Data de tombamento [07.12.2006]	Processo 421/74 [22.09.1981] **LT Histórico**	Processo 16731
	Igreja e Capela de Santo Antonio do Valongo[3] 9 *Largo Marquês de Monte Alegre, 13 - Centro*	Processo P0556-T-57 [05.05.2003] **LT B. Artes**	Processo 22391/82 [23.05.1995] **LT Histórico**	Processo 44951/92-28 [31.08.1993]
	Edifício situado no Largo Marquês de Monte Alegre 10 *Largo Marquês de Monte Alegre, s|n° - Valongo*[4]	Não Tombado	Processo 429/74 [03.02.1983] **LT Histórico**	Processo 16731
	Ruínas do Engenho do Rio Quilombo 11 *Serra do Mar*	Não Tombado	Processo 382/73 [18.03.1974] desaparecido	Processo 16731
	Sítio Remanescente do Outeiro de Sta Catarina[5] 12 *Rua Visconde do Rio Branco, 48 - Centro*	Não Tombado	Processo 2431/85 [09.04.1986] **LT Histórico**	Processo 16731

		IPHAN	CONDEPHAAT	CONDEPASA
	Teatro Coliseu 13 *Rua Amador Bueno, 237* *Centro*	Não Tombado	Processo 22273/82 [19.12.1989] **LT Histórico**	Processo 16731
	Museu de Pesca 14 *Avenida Bartolomeu de Gusmão, 192* *Ponta da Praia*	Não Tombado	Processo 25628/87 [02.04.1998]	Processo ****
	Antiga sede do Clube XV 15 **(Atual agência da Caixa Econômica Federal)** *Avenida Presidente Wilson, 13 - Gonzaga*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 29896/94-16 [02.02.1995]
	Capela do Monte Serrat 16 *Monte Serrat*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 44947/92-51 [31.08.1993]
	Cemitério Paquetá 17 *Rua Dr. Cóchrane, s|n°* *Paquetá*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 46253/95-55 [06.05.1998]
	Centro Português de Santos 18 *Rua Amador Bueno, 188* *Centro*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 81965/05-28 [15.09.1995]
	Edifício da Antiga Estrada de Ferro Sorocabana[6] 19 *Avenida Dona Ana Costa, 340 - Campo Grande*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 74066/98-69 [19.06.1999]
	**Hospedaria dos Imigrantes** 20 *Rua Silva Jardim, 93|95* *Vila Nova*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 70214/97-21 [02.12.1998]
	Edifício do Antigo Banco do Comércio e Indústria de São Paulo 21 *Rua XV de Novembro, 103 a 109 - Centro*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 14110/95-48 [20.05.1997]
	Edifício Remanescente do Parque Balneário 22 *Praça Rotary, 1 - Gonzaga*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 48930/93-81 [30.09.1994]
	Edificações Remanescentes do Sistema Coletor de Esgoto Sanitário 23 Em mais três localizações [7]	Não Tombado	Não Tombado	Processo 93921/99-30 [13.12.2004]
	Escola Dona Escolástica Rosa 24 *Avenida Bartolomeu de Gusmão, 111* *Aparecida*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 34436/91-02 [25.01.1992]
	Escola Dr. Cesário Bastos 25 *Praça Narciso de Andrade, s|n°* *Vila Mathias*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 29991/91-96 [25.01.1992]

		IPHAN	CONDEPHAAT	CONDEPASA
	Estação Ferroviária 26 *Largo Marquês de Monte Alegre, s|n°* *Centro*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 29896/94-16 [31.08.1993]
	Igreja Ordem Primeira do Carmo 27 *Praça Barão do Rio Branco, 16* *Centro*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 44950/92-65 [31.08.1993]
	Imóvel Residencial 28 *Avenida Conselheiro Nébias, 361* *Vila Mathias*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 36215/04-01 [13.12.2004]
	Imóvel - Capitania dos Portos de São Paulo 29 *Avenida Conselheiro Nébias, 488* *Encruzilhada*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 51635/03-82 [02.06.2005]
	Imóvel Residencial 30 *Avenida Conselheiro Nébias, 586* *Boqueirão*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 36228/04-44 [30.06.2005]
	Imóvel - Instituto Histórico e Geográfico 31 *Avenida Conselheiro Nébias, 689* *Boqueirão*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 53209/05-27 [25.08.2005]
	Imóvel (Atual Colégio Educandário Santista) 32 *Avenida Conselheiro Nébias, 680* *Boqueirão*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 36230/04-96 [01.12.2005]
	Imóvel (Atual Colégio Positivus) 33 *Avenida Conselheiro Nébias, 686* *Boqueirão*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 36232/04-11 [01.12.2005]
	Imóvel (Uso atual desconhecido) 34 *Rua da Constituição, 278* *Paquetá*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 36238/04-06 [13.12.2004]
	Imóvel Residencial 35 *Rua Vergueiro Steidel, 57* *Embaré*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 85261/04-16 [20.10.2005]
	Pantheon dos Andradas 36 *Praça Barão do Rio Branco, 16* *Centro*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 44955/92-89 [31.08.1993]
	Ruínas do Teatro Guarany 37 *Praça dos Andradas, esquina com a Rua Amador Bueno* *Centro*	Não Tombado	Não Tombado	Processo 13244/90-64 [25.01.1992]

Legendas

[1]. De 1944 até 1991 Bertioga esteve ligada a Santos. Por esta razão, a fortaleza foi tombada por um órgão de preservação santista;
[2]. Inclusive imagens e alfaias;
[3]. O IPHAN tombou apenas a Capela da Ordem Terceira;
[4]. Largo Marquês de São Vicente nº 3 a 11, R. do Comércio nº 138 e 144, R. Comendador Ferreira Neto nº 2,10,14 e 18, R. Tuiuti;
[5]. Incluindo a casa de João Éboli;
[6]. Corpo principal do edifício;
[7]. Av. Conselheiro Nébias - esquina com a Av. Campos Sales (Foto) -, Vila Nova; Rua João Octávio, Paquetá e Alameda Neiva Motta e Silva, 45; bem como o edifício de prevenção, localizado no mesmo endereço, no bairro do José Menino.

Anexo D. Localização dos Bens Imóveis Arquitetônicos Tombados na cidade de Santos

1. Casa da Frontaria Azulejada
2. Casa de Câmara e Cadeia
3. Casa do Trem Bélico
4. Engenho São Jorge dos Erasmos
5. Fortaleza de São Tiago (ou São João)
6. Igreja da Ordem Terceira do Carmo
7. Mosteiro e Igreja de São Bento
8. Bolsa Oficial do Café
9. Igreja e Capela de Santo Antonio do Valongo
10. Edifício situado no Largo Marquês de Monte Alegre
11. Ruínas do Engenho do Rio Quilombo (Localização aproximada)
12. Sítio Remanescente do Outeiro de Sta Catarina
13. Teatro Coliseu
14. Museu de Pesca
15. Antiga sede do Clube XV (Atual Agência Caixa Econômica Federal)
16. Capela do Monte Serrat
17. Cemitério Paquetá
18. Centro Português de Santos
19. Edifício da Antiga Estrada de Ferro Sorocabana
20. Hospedaria dos Imigrantes
21. Edifício do Antigo Banco do Comércio e Indústria de São Paulo
22. Edifício Remanescente do Parque Balneário
23. Edificações Remanescentes do Sistema Coletor de Esgoto Sanitário
24. Escola Dona Escolástica Rosa
25. Escola Dr. Cesário Bastos
26. Estação Ferroviária
27. Igreja Ordem Primeira do Carmo
28. Imóvel Residencial
29. Imóvel - Capitania dos Portos de São Paulo
30. Imóvel Residencial
31. Imóvel - Instituto Histórico e Geográfico
32. Imóvel (Atual Colégio Educandário Santista)
33. Imóvel (Atual Colégio Positivus)
34. Imóvel (Uso atual não identificado)
35. Imóvel Residencial
36. Pantheon dos Andradas
37. Ruínas do Teatro Guarany

Legenda - numeração e indicação da esfera de tombamento

- Tombamento pelo **IPHAN** — nº IPHAN + CONDEPHAAT + CONDEPASA
- Tombamento pelo **CONDEPHAAT** — nº CONDEPHAAT + CONDEPASA
- Tombamento pelo **CONDEPASA** — nº CONDEPASA

Capa: Panorâmica das Docas de Santos [190?], fot. Guilherme Gaensly
Contracapa: Santos [190?], fot. Guilherme Gaensly

"O monumento é um edifício que conserva seu valor
e o transmite além de sua própria grandeza histórica (...)
uma forma arquitetônica que transmite um conteúdo ideológico,
um conteúdo que se supõe conservar um valor além do seu término,
...é a obra de arte que atravessa os séculos conservando e
transmitindo seu próprio valor ideológico."

Giulio Carlo Argan

"O testamento, dizendo ao herdeiro o que será seu de direito, lega posses do passado para um futuro. Sem testamento ou, resolvendo a metáfora, sem tradição que selecione e nomeie, que transmita e preserve, que indique onde se encontram os tesouros e qual o seu valor parece não haver nenhuma continuidade consciente no tempo, e portanto, humanamente falando, nem passado nem futuro, mas tão somente a sempiterna mudança do mundo e o ciclo biológico das criaturas que nele vivem."

Hannah Arendt